

RELATÓRIO DA DEMOCRACIA 2025

25 Anos de Autocratização – Foi a Democracia Derrotada?



Variedades de Democracia (V-Dem)
é uma abordagem única de medir a
democracia – histórica, multidimensional,
diferenciada, e desagregada – utilizando
uma metodologia inovadora.

Variedades de Democracia (V-Dem) produz a maior base de dados sobre democracia a nível global, com mais de 31 milhões de dados para 202 países entre 1789 e 2024. Com a participação de mais de 4200 académicos e especialistas nos diversos países, V-Dem mede mais de 600 diferentes atributos da democracia.

Reconhecemos com gratidão o apoio dos nossos financiadores ao longo dos anos. Para saber mais sobre os nossos financiadores, visite:
<https://v-dem.net/about/funders/>

Aviso: Os pontos de vista e opiniões expressos no Relatório da Democracia não refletem a posição oficial do Projeto V-Dem nem do Comité de Direção V-Dem, ou do Instituto V-Dem.



Equipa de autores do Relatório da Democracia: Fabio Angiolillo (Investigador de Pós-doutoramento), Ana Good God (Investigadora Auxiliar), Marina Nord (Investigadora de Pós-doutoramento), e Staffan I. Lindberg (Diretor & Professor).

Edição em língua espanhola: David Altman (Professor).
Edição em língua portuguesa: Tiago Fernandes (Professor).

Equipa de Produção: Susanna Burmeister (Administradora & Assistente Financeira), Sara Haug Andersson (Administradora de Comunicações) e Staffan I. Lindberg (Diretor & Professor).

Editor: Staffan I. Lindberg

Designer CR da Europa do Sul: Lina Cardoso

Tradução: Joana Rafael Pereira

Impressão da versão portuguesa: Europress, Ld.^a

ISBN da versão portuguesa: 978-989-584-137-0

Depósito legal:

Foto de capa: Manifestante deixa o palácio presidencial após a tomada de posse do presidente eleito da Geórgia, Mikheil Kavelashvili, em Tbilisi, Geórgia, a 29 de dezembro de 2024. (Jerome Gilles/NurPhoto via Getty Images)

Como citar o relatório principal: Nord, Marina, David Altman, Fabio Angiolillo, Tiago Fernandes, Ana Good God, e Staffan I. Lindberg. 2025. *Democracy Report 2025: 25 Years of Autocratization – Democracy Trumped?* University of Gothenburg: V-Dem Institute.

Março 2025

Copyright ©2025 pelos autores. Todos os direitos reservados.

Instituto V-Dem:

Departamento de Ciência Política

Universidade de Gotemburgo

Gotemburgo, Suécia

contact@v-dem.net

+46 (0) 31 786 30 43

www.v-dem.net

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS



bsky.app/profile/vdeminstitute.bsky.social



facebook.com/vdeminstitute



github.com/vdeminstitute



linkedin.com/company/vdeminstitute



instagram.com/vdeminstitute/



youtube.com/@vdeminstitute

Índice

Prefácio à edição portuguesa	5
Uma mensagem dos autores	7

Sumário Executivo 8

1. A Democracia no Mundo 2024 11

O declínio democrático mundial intensifica-se	12
Autocracias e Democracias	14
Declínio alarmante da liberdade de expressão	18

2. Tendências de Transformação de Regime 21

A “terceira vaga” de autocratização continua a aumentar	21
Uma visão dos 64 países – entre regiões	22

3. Países em Autocratização 25

Alterações desde o Relatório da Democracia 2024	26
Autocratização autónoma	26
Autocratização após fase democratizadora	28

4. Países em Democratização 33

Alterações desde o Relatório da Democracia 2024	33
Democratização autónoma	34
Democratização após fase autocratizadora	35

5. O “Ano das Eleições” de 2024 em análise 43

Mudanças nas trajetórias com o Ano Eleitoral de 2024	43
Violência, meios de comunicação e polarização são os fatores que mais se agravam	43
Mobilização para a Democracia em crescimento	45

6. Lista de observação do Relatório da Democracia 2025 46

Lista de observação dos países em processo de autocratização	46
Lista de observação dos países em processo de democratização	47

EUA – Um colapso democrático em formação?	48
Anexos	51



Vista do Miradouro de Santa Luzia, Lisboa
Panteão no centro
(Foto Lina Cardoso)

Prefácio à edição portuguesa

AS profundas transformações políticas e sociais que ocorreram no mundo lusófono desde a década de 1970, começando com a revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal e terminando com a transição democrática de Timor-Leste nos anos 2000, estão ainda

por avaliar de forma sistemática e comparativa. Esse é um dos propósitos da segunda edição do relatório *Variedades de Democracia / V-Dem* em língua portuguesa, que apresenta, pela primeira vez, uma secção inteiramente dedicada aos países lusófonos. De que forma as aspirações de liberdade cívica e política, assim como de igualdade socioeconómica, foram realizadas, cinquenta anos após o fim do autoritarismo e do colonialismo? No rescaldo de conturbados e muitas vezes violentos processos de mudança política, que tipos de regime foram estabelecidos? E como estão as democracias desta região sociocultural, por assim dizer, como o Brasil, Cabo Verde ou Portugal, a ser afetadas pela recente vaga global de autocratização, tão bem diagnosticada neste relatório pelos colegas do Instituto V-Dem?

Nas últimas décadas, todos os países lusófonos de alguma forma evoluíram no sentido da democratização, pois ao desaparecimento dos antigos regimes de autoritarismo corporativo, militar ou de dominação racial e colonial, seguiu-se a consagração da independência nacional e da soberania popular. No entanto, este relatório mostra também como há enormes diferenças institucionais entre estes países. A primeira distinção a fazer é entre regimes com instituições políticas democráticas (Brasil, Cabo Verde, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), onde são reconhecidas eleições livres e justas, pluralismo político, amplas liberdades cívicas e o controlo parlamentar e judicial do poder executivo e regimes autocráticos, onde estas instituições são muito débeis e frequentemente violadas (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique). Angola é uma autocracia consolidada desde o final da guerra civil. E embora desde 2017 se note um esforço de liberalização e um crescente pluralismo político, persiste ainda o controlo governamental das eleições, via engenharia eleitoral e pelo domínio das instituições de observação eleitoral e da sociedade civil (Cláudia Generoso de Almeida e Sérgio Dundão; Vasco Martins). Também a Guiné-Bissau é uma autocracia, mas ao contrário de Angola, é caracterizada por uma instabilidade política permanente, onde os golpes de Estado e os confrontos armados entre as diversas fações políticas se tornaram a forma predominante de chegar ao poder (Ana Lúcia Sá). A par de Moçambique, é também nestes países onde as desigualdades económicas, sociais e territoriais são mais elevadas (João Cancela; Vasco Martins).

No grupo das democracias encontram-se também diferenças importantes. Há o caso extraordinário de Cabo Verde, hoje uma das democracias mais consolidadas de África e onde se verificaram progressos substanciais nos domínios económico e social (Edalina Rodrigues Sanches). Embora ainda persistam bolsas de desigualdade económica, Cabo-Verde é uma democracia estável, sobretudo quando comparada com São Tomé e Príncipe, onde persiste uma instabilidade política crónica resultante do confronto entre Primeiro-Ministro e Presidente e do facciosismo intrapartidário (Gerhard Seibert). Timor-Leste é igualmente um fascinante caso de durabilidade democrática, onde os procedimentos e práticas

eleitorais são robustos e para os quais não terá sido alheia a integração das autoridades tradicionais no processo político (Rui Feijó).

No entanto, verifica-se desde meados dos anos 2010 um declínio da qualidade de algumas democracias lusófonas. Em Portugal, assistiu-se a uma diminuição do pluralismo dos meios de comunicação social, da transparência e da aplicação das leis, do acesso à justiça e até da capacidade do controlo legislativo e de supervisão do executivo por parte da oposição (Tiago Fernandes). Portugal e Brasil têm visto ainda aumentar discursos e práticas securitárias sobre o protesto social e/ou a imigração (Cláudia Araújo) e a persistência de vincadas desigualdades territoriais (João Cancela). No Brasil, o processo de erosão democrática foi ainda bastante mais longe, como mostram os indicadores de participação política, qualidade da deliberação coletiva, do processo eleitoral e de polarização política e cívica (Leonardo Avritzer; Priscila Carvalho). Ao mesmo tempo, o Brasil é também um caso muito interessante pela razão inversa, pois mostra como o processo de autocratização pode ser revertido, pelo menos temporariamente. A partir de 2022, quer através da acção do sistema judicial e das organizações da sociedade civil (Avritzer; Carvalho), quer pela reafirmação dos mecanismos de controlo político do congresso e pela reconstituição dos partidos de centro (Beatriz Rey), foi possível derrotar o projecto de Bolsonaro.

Este relatório contém ainda várias reflexões sobre o impacto das dinâmicas internacionais nos regimes políticos lusófonos. Por exemplo, o contexto internacional de inícios dos anos 2000 foi especialmente favorável à democratização de Timor-Leste, como mostra Rui Feijó. Mas a mais recente vaga global de autocratização está a criar tensões nos países do mundo lusófono. Estes processos são explorados nos artigos que evidenciam a incapacidade da CPLP em promover a democracia entre os seus membros (Pedro Seabra), a inoperância dos programas de ajuda ao desenvolvimento da União Europeia em África (Luís Mah & Luís Bernardo) ou as contradições do mais recente governo brasileiro em simultaneamente liderar a defesa da democracia na América Latina, uma região repleta de tensões institucionais (Andres Malamud), e associar-se à política global dos BRICS, que procura rever a denominada ordem liberal internacional (Carmen Fonseca & Daniel Cardoso). Há ainda duas reflexões sobre a comunidade de origem portuguesa radicada nos EUA. Segundo Ana Prata, os luso-americanos estão mais integrados do que outras populações nascidas no estrangeiro, como mostram as elevadas taxas de aquisição de cidadania, a fixação de residência em inúmeros Estados e os níveis de participação política, geralmente em sintonia com a tendência predominante do eleitorado. Ao mesmo tempo, como mostra Daniela Melo, nalguns Estados houve uma alteração da tradicional solidariedade eleitoral dos luso-americanos ao Partido Democrata, como o Massachusetts, onde em consequência dos acordos de comércio livre NAFTA e da perda de indústrias transformadoras para o estrangeiro, esta comunidade tem apoiado o presidente Donald Trump.

É assim com renovado prazer que publicamos a segunda edição do relatório *Variedades da Democracia / V-Dem* em língua portuguesa, na expectativa de que seja de interesse ao público em geral, a académicos, jornalistas e decisores políticos, e mais uma vez prestando os nossos sinceros agradecimentos a todos os colaboradores.



Tiago Fernandes

Professor, Dep. de Ciência Política e Políticas Públicas,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa
Diretor, Centro Regional V-Dem Europa do Sul



Ana Mónica Fonseca

Professora, Dep. de História
Diretora, CEI – Centro de Estudos Internacionais,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

V-Dem em Números

ONDE SÃO UTILIZADOS OS DADOS V-DEM?



A base de dados V-Dem foi descarregada por utilizadores **400.000 vezes** em **mais de 200 países** desde 2016.



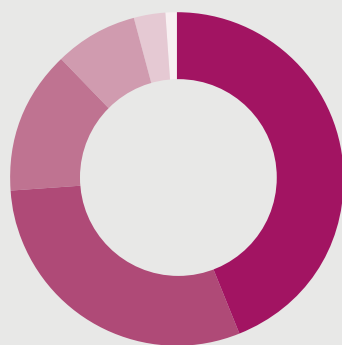
30 milhões de gráficos foram criados com ferramentas online por utilizadores em **mais de 200 países** desde 2016.



Padrões Globais, Conhecimento Local:
61% dos dados são fornecidos por especialistas locais nascidos ou a residir no país que codificam.

DOWNLOADS DA BASE DE DADOS (2016-2024)

400,000



- Europa, 44%
- América do Norte, 30%
- Ásia, 14%
- América Latina, 8%
- África, 3%
- Oceânia, 1%

V-DEM É UMA INICIATIVA INTERNACIONAL COMPOSTA POR

14

COLABORADORES
NO INSTITUTO V-DEM

26

GESTORES REGIONAIS

23

GESTORES DE PROJETOS

134

COORDENADORES NACIONAIS

5

INVESTIGADORES PRINCIPAIS

4,200+

ESPECIALISTAS NACIONAIS

A TRABALHAR EM CONJUNTO PARA PRODUZIR

31,000,000

DADOS NA BASE DE DADOS V15

CODIFICADORES ESPECIALIZADOS NASCIDOS EM 185 PAÍSES DIFERENTES

4,200+



Média dos
anos passados
no país
codificado: 30



Percentagem de
codificadores com
doutoramento: 76%



Média de
idades: 49 anos



Género:
70% Homens,
30% Mulheres

PUBLICAÇÕES V-DEM E APRESENTAÇÕES A COMUNIDADES ACADÉMICAS E POLÍTICAS

9

RELATÓRIOS DA DEMOCRACIA

42

RELATÓRIOS DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

930+

APRESENTAÇÕES em todo o mundo por académicos da equipa V-Dem desde 2007

201

ARTIGOS CIENTÍFICOS

151

WORKING PAPERS

120+

ACADÉMICOS CONVIDADOS fizeram apresentações no Instituto V-Dem desde 2014

Uma mensagem dos autores

TEMOS O PRAZER DE APRESENTAR o 9.º anual Relatório da Democracia 2025: 25 anos de Autocratização – foi a democracia derrotada? Quando estávamos a terminar os últimos detalhes no Relatório da Democracia, há três anos, a Rússia lançou uma invasão, em grande escala e ilegal, na Ucrânia, iniciando uma guerra que ainda está a decorrer. No entanto, na altura, a aliança que apoiava esta jovem e promissora democracia era sólida e incluía os Estados Unidos da América.

ENQUANTO ESTAMOS a terminar o Relatório da Democracia deste ano, o recém-eleito Presidente Trump está a votar contra os aliados da NATO na ONU, aliando-se a autocracias como a Coreia do Norte, a Rússia e o Sudão. O apoio militar à Ucrânia acabou de ser cortado e as palavras que saem da administração Trump ecoam a retórica do Kremlin. Os líderes europeus esforçam-se por dar uma resposta adequada. O mundo está a passar por uma nova convulsão.

O RELATÓRIO DE 2025 não encontra, infelizmente, sinais de que a terceira vaga de autocratização esteja a atingir o seu pico ou mesmo a abrandar. Independentemente da forma como dividimos os dados e os analisamos de diferentes perspetivas, utilizando diferentes métricas, a tendência geral de agravamento mantém-se. Olhando para o futuro, existem pelo menos mais sete países na “lista de observação” dos países em processo de autocratização, incluindo o Chipre, a Eslováquia e a Eslovénia, na Europa. Do mesmo modo, se não mais preocupante, parece claro que as ações que a administração Trump está a tomar, a nível interno, correspondem a uma tentativa contínua de levar ao colapso democrático. Enquanto grupo de autores, esperamos que o Relatório da Democracia 2025 vos seja útil.

DENTRO DE CERCA DE UM MÊS, tanto a edição espanhola como a portuguesa serão lançadas, graças ao Professor David Altman, da Pontifícia Universidad Católica de Chile e do Centro Regional para a América Latina, e do Professor Tiago Fernandes, do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte) e do Centro Regional para a Europa do Sul.

*Marina Nord, David Altman, Fabio Angiolillo, Tiago Fernandes,
Ana Good God, and Staffan I. Lindberg*

Uma mensagem do Diretor (cessante)

CHEGOU O MOMENTO de dar o próximo passo na minha carreira profissional. Mantendo-me empenhado na defesa da democracia a que me dediquei totalmente nos últimos 25 anos, quero dedicar mais tempo à investigação relevante para a política e a prática, e reforçar a comunicação, a divulgação e o aconselhamento político no domínio da investigação.

DURANTE O PRÓXIMO ANO, o Instituto V-Dem da Universidade de Gotemburgo será gerido por um novo diretor. Entretanto, Josefine Pernes é a Diretora-adjunta interina das atividades principais do instituto enquanto infraestrutura que produz o conjunto de dados V-Dem. Temos a sorte de contar com uma equipa altamente experiente, competente e inovadora, apoiada por uma rede internacional empenhada e solidária e pelo Comité de Direção V-Dem, durante este processo de transição. Naturalmente, continuo a ser um dos investigadores principais financiadores do projeto V-Dem e continuarei a ser membro do Comité de Direção do Instituto V-Dem.

COM ESTE DESENVOLVIMENTO ADICIONAL, poderei concentrar-me num novo objetivo: criar um *Centro V-Dem para a Investigação sobre a Democracia* que reúna e acolha o tipo de trabalho que liderei e desenvolvi, incluindo: o *Relatório da Democracia* anual; *policy briefs* baseados em investigação; iniciativas como o *Case for Democracy*; trabalhos temáticos como o *Relatório sobre Eleições Limpas*; e investigação relevante para as políticas que liderei, desenvolvendo *Episódios de Transformação de Regime*; o trabalho *Variedades de Autocratização* que também gerou o conjunto de *dados do V-Party*; a *Previsão de Mudanças de Regime*; e assim por diante. Com as tarefas e responsabilidades concentradas em diferentes setores, espero que o futuro traga ainda mais resultados de elevada qualidade.

Professor Staffan I. Lindberg,
Diretor fundador do Instituto V-Dem 2014–2025

**O Relatório
da Democracia 2025
vai estar disponível,
brevemente, em
Espanhol e Português**

**Versão em língua
espanhola (castelhano):**

Tradução e produção pelo
Centro Regional V-Dem
na América Latina, dirigido pelo
Professor David Altman.

**Versão em língua
portuguesa:**

Tradução e produção pelo
Centro Regional V-Dem
na Europa do Sul, dirigido pelo
Professor Tiago Fernandes.

Sumário Executivo

1. A Democracia no Mundo 2024

- O nível de democracia de que beneficia o cidadão comum no mundo regressou a níveis semelhantes a 1985; em termos de médias nacionais, regressou a níveis de 1996.
- As democracias são quem mais está a perder em termos de poder económico. Está no seu nível mais baixo em mais de 50 anos.
- Trata-se de uma verdadeira vaga global de autocratização. A Europa de Leste e a Ásia do Sul e Central registam um declínio particularmente acentuado.

Autocracias e Democracias

- Pela primeira vez em mais de 20 anos, o mundo tem menos democracias (N=88) do que autocracias (N=91).
- As democracias liberais tornaram-se o tipo de regime menos comum no mundo, com um total de 29 em 2024.
- Cerca de 3 em cada 4 pessoas no mundo – 72% – vivem atualmente em autocracias. Este é o nível mais elevado desde 1978.

Declínio alarmante da liberdade de expressão

- As restrições à liberdade de expressão são alarmantes: A situação agravou-se em 44 países em 2024, contra 35 no relatório do ano anterior.
- As eleições limpas regrediram em 25 países, a liberdade de associação regrediu em 22 e o Estado de direito em 18.

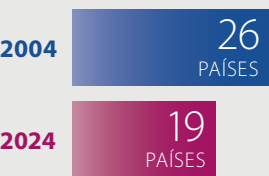
2. Tendências de Transformação de Regime

- Após, pelo menos, 25 anos, a “terceira vaga” de autocratização ainda está a aumentar.
- Quase 40% da população mundial vive em países em autocratização, o que corresponde a 3,1 mil milhões de pessoas.
- Os países com menos de 6% da população mundial – ou seja, 452 milhões – estão em processo de democratização. Dois terços vivem em três países: Brasil, Polónia e Tailândia.

3. Países em Autocratização

- Um crescente número de países – atualmente 45 – estão em processo de autocratização.
- 27 dos 45 países em processo de autocratização eram democracias no início do seu episódio. Destes, apenas 9 continuam a ser democracias em 2024. A taxa de colapso democrático é de 67%.
- A arma favorita dos autocratizadores é a censura dos meios de comunicação social, seguido do enfraquecimento das eleições e da sociedade civil.

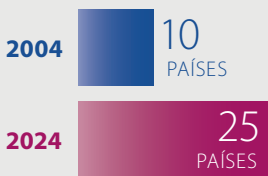
NÚMERO DE PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO



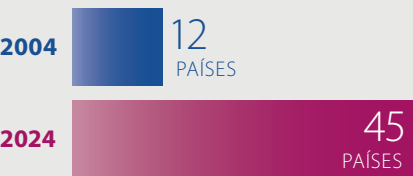
DETERIORAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO



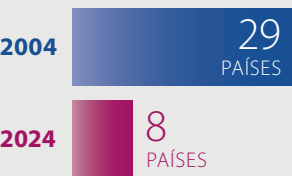
DETERIORAÇÃO DA QUALIDADE DAS ELEIÇÕES



NÚMERO DE PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO



MELHORIA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO



AUMENTO DA QUALIDADE DAS ELEIÇÕES



4. Países em Democratização

- 19 países encontram-se em episódios de democratização.
- 12 dos 19 países em processo de democratização começaram como autocracias. Destes, 9 fizeram a transição para a democracia. A “taxa de sucesso” é de 75%.
- A liberdade de expressão melhora mais frequentemente durante a democratização, seguida de perto pelo Estado de direito e pelo controlo do poder executivo.

5. O “Ano das Eleições” de 2024 em análise

- O ano de eleições de 2024, em geral, não melhorou ou destruiu a democracia. A tendência global mantém-se praticamente inalterada.
- Dos 61 países que realizaram eleições, apenas 11 alteraram as suas trajetórias.
- Em geral, houve um número ligeiramente superior de países com alterações negativas (7), do que positivas (4) a nível das trajetórias.
- O aumento da violência política e a mobilização a favor da democracia são as tendências mais visíveis do ano eleitoral de 2024.

6. Lista de observação do Relatório da Democracia 2025

- 7 países entram na “lista de observação” do *Relatório da Democracia* como potenciais autocratizadores – muito perto de serem considerados autocratizadores manifestos.
- 3 países estão na “lista de observação” do *Relatório da Democracia* como potenciais democratizadores.

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL QUE VIVE EM PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO



2004:
7%



2024:
38%

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL QUE VIVE EM AUTOCRACIAS



2004:
49%

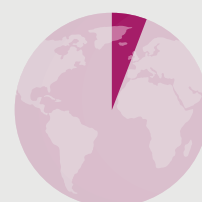


2024:
72%

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL QUE VIVE EM PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO



2004:
13%



2024:
6%

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL QUE VIVE EM DEMOCRACIAS



2004:
51%



2024:
28%



Centenas de estudantes universitários reúnem-se em Yeouido, na Coreia do Sul, a 7 de dezembro de 2024, segurando cartazes que exigem a destituição e a demissão do Presidente, Yoon Suk Yeol, acusado de traição após a sua tentativa falhada de declarar lei marcial. (Chris Jung/NurPhoto via Getty Images)

1 | Democracia no Mundo 2024

- O nível de democracia de que beneficia o cidadão comum no mundo regressou a níveis semelhantes a 1985; em termos de médias nacionais, regressou a níveis de 1996.
- As democracias são quem mais está a perder em termos de poder económico. Está no seu nível mais baixo em mais de 50 anos.
- Trata-se de uma verdadeira vaga global de autocratização. A Europa de Leste e a Ásia do Sul e Central registam um declínio particularmente acentuado. A América do Norte e a Europa Ocidental também já não estão imunes: o nível de democracia nesta região regressou a níveis de 1983, em termos de médias nacionais.
- O mundo tem agora 88 democracias (liberais e eleitorais) e 91 autocracias (eleitorais e fechadas) – uma inversão total em relação ao ano passado.
- As democracias liberais tornaram-se o tipo de regime menos comum no mundo, com um total de 29 em 2024. Cerca de 3 em cada 4 pessoas no mundo – 72% – vivem atualmente em autocracias.
- Os ataques à liberdade de expressão prosseguem a um ritmo alarmante. A situação agravou-se em 44 países em 2024, contra 35 no relatório do ano anterior.

Caixa 1. Democracia

A abordagem única do V-Dem para conceitualizar e medir a democracia distingue entre múltiplos princípios fundamentais da democracia: eleitoral, liberal, maioritário, consensual, participativo, deliberativo e igualitário.

O princípio da democracia eleitoral é um elemento necessário para qualquer tipo de democracia a nível nacional. A democracia eleitoral está assegurada quando as eleições são livres, justas e recorrentes; os representantes eleitos exercem o poder político de facto; o sufrágio é universal; os partidos políticos e os candidatos podem formar-se livremente e competir; e o ambiente em torno das eleições proporciona condições razoavelmente equitativas em termos de liberdade de expressão, de comunicação social e da sociedade civil.

No Relatório da Democracia, a análise utiliza sobretudo o Índice de Democracia Liberal (IDL). Este índice combina as principais instituições da democracia eleitoral acima referidas com a dimensão liberal: restrições ao poder executivo por parte do poder judicial e legislativo, e o Estado de direito, que garante o respeito pelas liberdades civis.

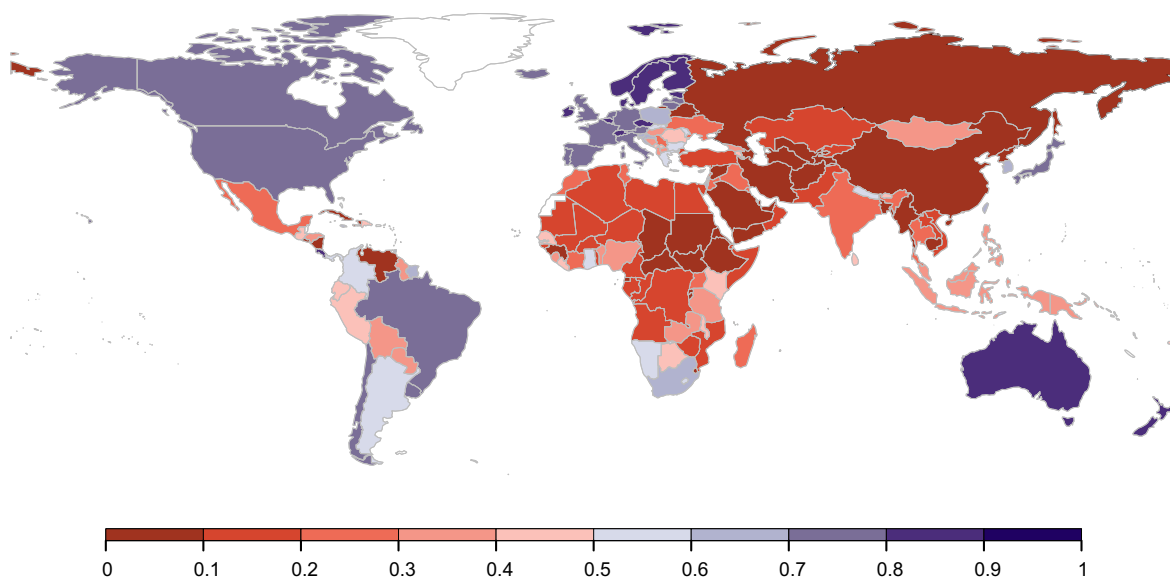
O conteúdo e as interpretações do Relatório da Democracia são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

As perspectivas para o mundo no final de 2024 são piores do que nos últimos 25 anos. Conforme detalhamos e discutimos abaixo, a tendência da “terceira vaga de autocratização”¹ está a aprofundar-se e a espalhar-se. Isto inclui o enfraquecimento da democracia em algumas democracias liberais estabelecidas, o colapso da democracia em países que foram democráticos durante a maior parte do século XXI, assim como o agravamento da autocracia em Estados já autocráticos. O mapa mun-

do na Figura 1 mostra o estado da democracia em 2024, com base no Índice de Democracia Liberal (IDL).²

Até ao final de 2024, os níveis mais elevados de democracia são mais comuns na Europa Ocidental e na América do Norte, assim como em algumas partes do Leste Asiático e do Pacífico, na Europa de Leste e na América do Sul. O Médio Oriente e o Norte de África, a Ásia do Sul e Central, e a África Subsaariana são dominados por países mais autocráticos.

FIGURA 1. O ESTADO DA DEMOCRACIA LIBERAL (IDL), 2024



1 Lührmann, A. and S.I. Lindberg. 2019. "A Third Wave of Autocratization Is Here: What Is New About It?" *Democratization* 26(7).

2 O *Relatório da Democracia 2025* é baseado na base de dados V-Dem v15. Todos os anos, o V-Dem melhora a qualidade dos dados, envolve mais especialistas e recalcula todo o conjunto de dados que abrange todos os anos. Isto leva à correção das pontuações reportadas em relatórios de anos anteriores. O Índice de Democracia Liberal (IDL) V-Dem recolhe aspetos eleitorais e liberais da democracia e vai do nível mais baixo (0) ao mais alto (1) de democracia. A componente eleitoral é medida através do Índice de Democracia Eleitoral (IDE), que capta a medida em que todos os elementos da famosa articulação de Robert Dahl (1971) da "poliarquia" estão presentes: a qualidade das eleições, os direitos individuais, assim como a liberdade de expressão, dos meios de comunicação social e de associação (Dahl, R. 1971. Polyarchy: Participation and Opposition. New Haven: Yale University Press). O Índice da Componente Liberal (ICL) avalia os pesos e contrapesos (checks and balances, na versão inglesa) em relação ao executivo, o respeito pelas liberdades cívicas, o Estado de Direito, e a independência do poder legislativo e judicial.

O declínio democrático mundial intensifica-se

O declínio democrático mundial intensifica-se, independentemente da forma como analisamos os dados e da medição que utilizamos. A direção inalterada de declínio em todo o mundo torna a situação inegável, talvez mesmo para observadores anteriormente céticos.

A Figura 2 mostra os desenvolvimentos registados ao longo dos últimos 50 anos. O declínio registado nos últimos 15 a 25 anos parece acentuar-se, independentemente das quatro medidas que analisamos: **médias nacionais** (Painel A), **médias ponderadas pela população** (Painel B), **médias ponderadas pelo território** (Painel C), **médias ponderadas pelo PIB** (Painel D). As linhas vermelhas na Figura 2 traçam o nível de democracia registado em 2024 ao longo do tempo para cada medida.

O nível de democracia de 2024 regressou a níveis de 1996, segundo as **médias nacionais** (Painel A). O declínio pode parecer moderado, mas corresponde a uma queda de quase 10% face aos níveis de 2012. Assim, mesmo através de médias nacionais “brutas”, o mundo está a sofrer um declínio substancial da democracia, não demonstrando sinais de desaceleração.

O nível de democracia de que beneficia o cidadão comum global em 2024 encontra-se em níveis registados pela última vez em 1985 (Painel B). Em termos de **médias ponderadas pela população**, o nível de democracia não se alterou significativamente desde o ano passado e, nestes tempos difíceis para a democracia, interpretamo-lo como um sinal positivo. No entanto, também significa que ainda estamos em níveis registados pela última vez antes do fim da Guerra Fria.

A Índia é apenas uma parte da explicação para este declínio. Se retirarmos a Índia do conjunto de dados, o nível de democracia ponderado pela população no “mundo excluindo a Índia” regressa a 1990.

Curiosamente, dos cinco países com maior população – China, Índia, Indonésia, Paquistão e EUA – apenas este último continua a ser uma democracia. No entanto, com os atuais desenvolvimentos nos EUA sob a administração Trump, até a democracia desse país parece estar em perigo (ver Caixa 9).

O nível de democracia registado através de **médias ponderadas pelo território** está, atualmente, de volta ao nível registado pela última vez em 1986 (Painel C). Em conjunto, os painéis B e C mostram que a vaga global de autocratização, que se tem vindo a verificar durante os últimos 25 a 30 anos, afetou muitos países grandes e populosos.

O nível de democracia **ponderado pelo PIB** apresenta o cenário mais sombrio dos quatro gráficos da Figura 2 (Painel D). Está em declínio há 25 anos e encontra-se muito abaixo do nível de 1974, estando, assim, no seu nível mais baixo em mais de 50 anos. Isto reflete um efeito conjunto do declínio global da democracia e do aumento do poder económico dos Estados autocráticos, como a China. No entanto, o notável crescimento económico da China é apenas uma parte da narrativa. Quando retiramos a China do conjunto de dados, o nível de democracia ponderado pelo PIB no “mundo excluindo a China” regressa a 1980.

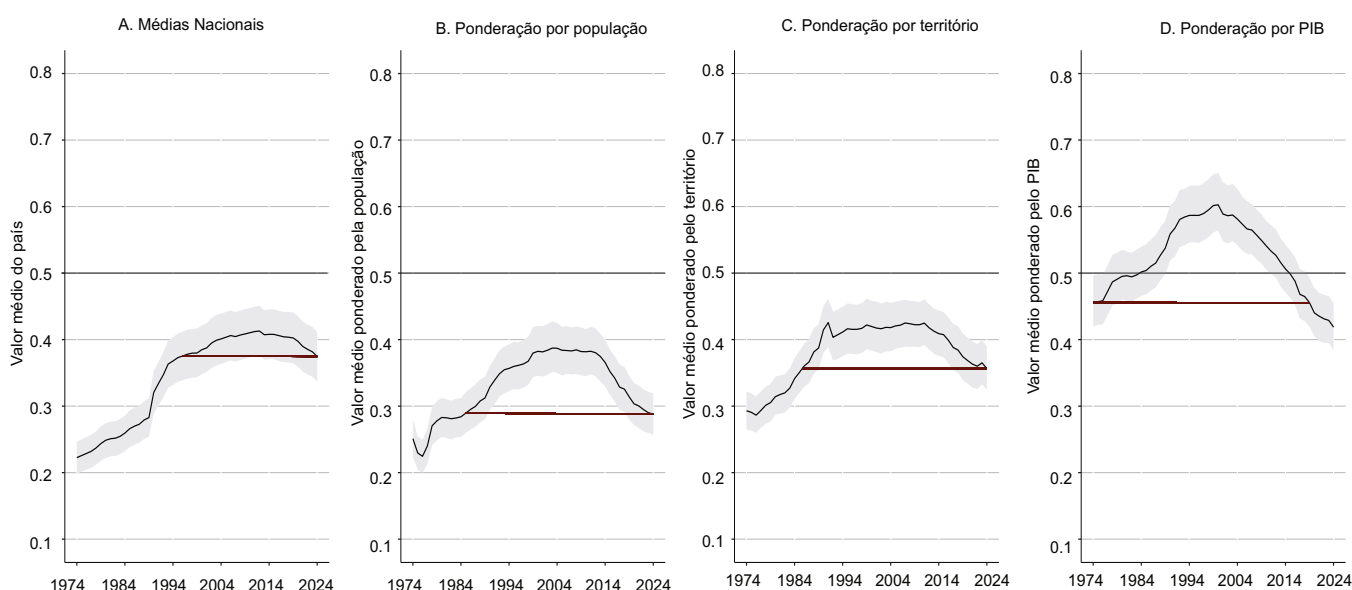
Resumindo, os países maiores, mais populosos e economicamente mais poderosos são responsáveis por grande parte da autocratização no mundo. Muitos destes países têm influência nos países vizinhos, nas organizações internacionais, nas cooperações multilaterais, no comércio e nos investimentos, e muito mais.

Isto significa que o mundo é muito mais afetado pela vaga de autocratização, em muitos aspetos, do que seria se os países autocráticos fossem pequenos e menos poderosos.

DECLÍNIOS DEMOCRÁTICOS ENTRE REGIÕES

O declínio democrático registado nos últimos 25 anos tem um alcance global. No entanto, a extensão do declínio é desigual entre regiões. A **Europa de Leste**, incluindo os Balcãs e o Cáucaso, era muito mais democrática no passado e a autocracia instalou-se ou reforçou-se em países como a Bielorrússia, a Hungria, a Rússia e a Sérvia. A **Ásia do Sul e Central** perdeu recentemente duas democracias – a Índia e a Mongólia, enquanto que a autocracia se intensificou e se tornou substancialmente mais grave em países como o Afeganistão e o Paquistão. O enfraquecimento democrático está também a ocorrer em algumas democracias liberais da **América Latina**, da **Europa Ocidental** e da **América do Norte**, incluindo os Estados Unidos da América (EUA).

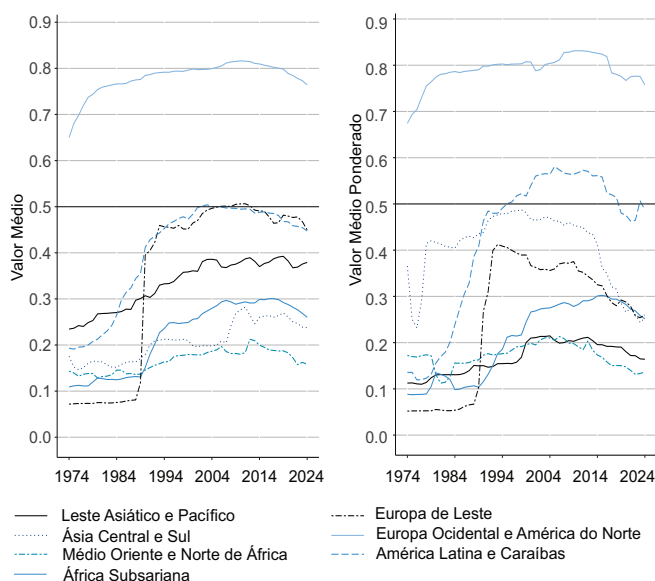
FIGURA 2. DEMOCRACIA LIBERAL POR MÉDIAS NACIONAIS, PONDERAÇÕES POR POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E PIB, 1974-2024



As linhas pretas representam as médias globais no IDL, com a área cinzenta a marcar os intervalos de confiança. O painel A é baseado em médias nacionais convencionais. Os painéis B, C e D mostram os níveis globais de democracia com ponderação pela população, território e PIB, respetivamente. Os dados para os últimos três painéis foram retirados da base de dados WDI do Banco Mundial e de Fariss et al. 2022³, ambos incluídos na base de dados V-Dem v15.

3 Fariss et al. 2022 “New Estimates of Over 500 Years of Historic GDP and Population Data”. *Journal of Conflict Resolution* 66(3).

FIGURA 3. DEMOCRACIA LIBERAL POR MÉDIAS NACIONAIS E PONDERAÇÃO POR POPULAÇÃO, 1974-2024



As linhas são as médias regionais do IDL. O Painel A baseia-se nas médias nacionais convencionais. O Painel B apresenta os níveis de democracia ponderados pela dimensão da população, utilizando dados do Banco Mundial, incluídos no conjunto de dados V-Dem v15.

A Figura 3 mostra a variação na magnitude do declínio democrático nas regiões do mundo, com base em médias nacionais (painel esquerdo) e ajustadas à dimensão da população (painel direito). Revela diferenças de níveis entre as regiões, mas também variações nos declínios que detalhamos de seguida.

Na **Europa de Leste**, incluindo os Balcãs e o Cáucaso, os níveis de democracia são muito mais baixos quando contabilizamos a dimensão da população do que as médias nacionais. Os países de maior dimensão e com grandes populações são particularmente afetados pela autocratização nesta região. A Bielorrússia e a Rússia são exemplos proeminentes, registando declínios substanciais desde a década de 1990 e transformando-se em regimes autoritários inflexíveis. No ano passado, a Bielorrússia tornou-se a primeira e única autocracia fechada na Europa de Leste. Outros países populosos que têm registado um declínio incluem a Hungria, a Roménia, a Sérvia e a Ucrânia, devastada pela guerra.

O declínio dos níveis de democracia ponderados pela população na **Ásia do Sul e Central** é igualmente acentuado e preocupante. Esta região acolhe dois mil milhões de pessoas, e o nível de democracia de que beneficia o cidadão comum que nela vive regressou ao nível de 1975. O declínio é, em grande parte, provocado pela Índia, que acolhe 1,4 mil milhões de pessoas. No entanto, outros países populosos também se encontram em processos de autocratização, e alguns a uma velocidade rápida, como o Afeganistão, o Bangladesh e o Paquistão.

A **América Latina e as Caraíbas** são a única região no mundo que obtém resultados substancialmente mais elevados na sua média ponderada pela população do que nas médias nacionais. Nesta região, os países de maior dimensão e com grandes populações são, em média, mais democráticos que os países mais pequenos. A região regista um declínio moderado dos níveis democráticos quando se analisam as médias nacionais. Todavia, em termos de médias ponderadas pela população, registou-se um declínio acentuado durante a última década, em grande parte provocado pelo processo de autocratização no Brasil. A ligeira, mas notável, subida em 2022-2023 reflete o processo democratização após fase autocratizadora no Brasil (ver Secção 4), enquanto a subsequente reversão em 2024 é, sobretudo, o resultado dos processos

de autocratização em curso no México e, mais recentemente, na Argentina e no Peru.

A região da **Europa Ocidental e da América do Norte** não está imune à tendência global de autocratização. O declínio persistente registado nos últimos anos – mesmo que gradual e, em muitos países, ainda moderado – começa a registar-se. De acordo com as médias nacionais, o nível de democracia na região regressou a níveis de 1983. Existem, também, os primeiros sinais de tendências preocupantes no Chipre, na Itália, nos Países Baixos, em Portugal e nos EUA. Os EUA já registaram um declínio substancial (0.1) e estatisticamente significativo no IDL, em comparação com o seu nível de 2014 (ver Figura A7 nos Anexos), enquanto outros países registam alterações negativas estatisticamente significativas em vários dos indicadores que integram o IDL, pelo que as tendências globais são reais nessa medida.⁴ O declínio regional generalizado é mais acentuado na média ponderada pela população do que na média nacional, em grande parte devido aos declínios registados em países mais populosos como a Grécia, a Itália e os EUA.

No que diz respeito aos **EUA**, é necessário fazer uma observação especial. O último ponto de medição para os dados V-Dem na atual versão 15 é 31 de dezembro de 2024. Embora as eleições nos EUA tenham sido realizadas a 4 de novembro de 2024, o Presidente Trump só assumiu funções a 20 de janeiro de 2025. Embora alguns aspetos da democracia nos EUA já estivessem a ser afetados em 2024, os dados do V-Dem ainda não captam os desenvolvimentos recentes e extremamente preocupantes. Estes só se refletirão nos dados do V-Dem no próximo ano. Para uma análise das formas como a democracia está a regredir nos EUA atualmente, ver Caixa 9.

Na região do **Médio Oriente e do Norte de África (MONA)**, o declínio tem sido gradual, mas substancial. Em termos de médias nacionais, a região regressou ao nível de 1993, enquanto, em termos de médias ponderadas pela população, existe um equilíbrio, há quase uma década, em torno dos níveis registados no início dos anos 80. O declínio nos níveis democráticos nesta região resultou, principalmente, da autocratização no Líbano, na Líbia, na Tunísia, na Turquia e no Iémen, devastado pela guerra. Continua a ser a região com os níveis de democracia mais baixos no mundo há mais de 15 anos, segundo ambas as medidas.

Nos últimos anos, os níveis de democracia na **África Subsariana** diminuíram quase na mesma medida em ambas as médias apresentadas – a região está agora de volta ao seu nível de 2000. Esta diminuição deve-se, em parte, a uma série de golpes de Estado na região do Sahel entre 2020 e 2023, assim como, a um regime cada vez mais autoritário em países já

Caixa 2. Porquê utilizar medidas ponderadas pela população?

Uma vez que a democracia é o governo pelo povo, é importante saber quantas pessoas beneficiam de direitos e liberdades democráticas no mundo. A métrica em função da população é, então, mais indicativa da quantidade de pessoas no mundo que vive em democracia do que simples médias entre países. Médias nacionais dão o mesmo peso a progressos registados em países pequenos, como as Seicheles (um dos países com melhores desempenhos) e aos declínios registados num país enorme como a Índia (um dos piores países em processo de autocratização nos últimos tempos). Quando se fala do declínio democrático registado em grande parte do mundo, não pensamos que os avanços de países pequenos compensam declínios num maior. Por isso, focamo-nos nas métricas em função da população, enquanto também apresentamos as médias que dão igual peso a todos os países.

⁴ Em termos de magnitude da mudança no IDE, o Chipre, a Itália, os Países Baixos e Portugal estão no topo (a seguir à Grécia), com declínios superiores a 0,05, o que os torna "casos limite", aproximando-se do limiar de 0,10 para serem considerados autocratizantes confirmados (ver Secção 6).

autocráticos, como a República Centro-Africana, Comores, Moçambique e o Togo. Além disso, o declínio em alguns dos países mais democráticos, como o Benim, o Botsuana e o Gana, contribui para a tendência atual de autocratização.

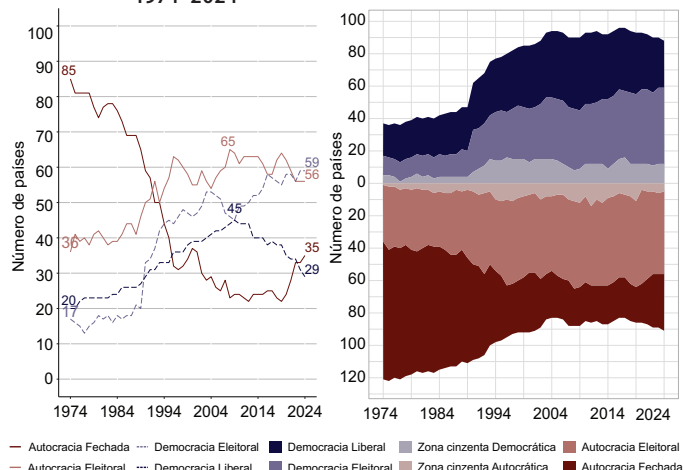
No **Leste Asiático e Pacífico** a democracia tem oscilado pouco de ano para ano, com pequenos aumentos no nível de democracia em 2023 e 2024, de acordo com as médias nacionais. Esta relativa estabilidade, contudo, não se traduz nas médias ponderadas pela população. Nesta medida, a região tem sido muito menos democrática e regista uma tendência descendente constante. Os países mais pequenos, como as Fiji e a Malásia, melhoraram os seus níveis no IDL nos últimos anos, enquanto países maiores, como a Indonésia e as Filipinas, continuam a diminuir.

Autocracias e Democracias

- O mundo tem agora 88 democracias (liberais e eleitorais) e 91 autocracias (eleitorais e fechadas) – uma inversão total em relação ao ano passado.
- As democracias liberais tornaram-se o tipo de regime menos comum no mundo, com um total de 29 em 2024.
- As democracias liberais acolhem menos de 12% da população mundial – 0,9 mil milhões – o valor mais baixo dos últimos 50 anos.
- Cerca de 3 em cada 4 pessoas no mundo – 72% – vivem atualmente em autocracias. Este é o nível mais elevado desde 1978.
- A Bielorrússia desce para uma autocracia fechada, tornando-se a primeira autocracia fechada na Europa em 25 anos.

As autocracias estão agora em maioria no mundo. Segundo a medida Regimes do Mundo (RoW), o mundo tem agora 88 democracias (liberais e eleitorais) e 91 autocracias (eleitorais e fechadas). Trata-se de uma inversão total em relação ao ano passado, quando se registava o contrário. O ano de 2024 marca a primeira vez, desde 2022, em que há mais autocracias do que democracias no mundo. Este facto recorda-nos claramente até onde chegou o declínio democrático.

FIGURA 4. TIPO DE REGIME POR NÚMERO DE PAÍSES, 1974–2024



A Figura 4 apresenta a percentagem da população mundial (painel esquerdo) por tipo de regime. O painel da direita tem em conta a incerteza da medição, destacando o número de países na "zona cinzenta" acima ou abaixo da linha, distinguindo entre democracias e autocracias.

A Figura 4 (painel esquerdo) oferece uma contagem detalhada dos países em cada categoria de regime ao longo dos últimos 50 anos, utilizando a medida Regimes do Mundo (RoW). A categorização quádrupla do RoW fornece uma perspectiva simplificada que capta algumas tendências globais mais alargadas em termos de autocracia e democracia.

Um dos lados da vaga de autocratização está representado no painel da esquerda: os países já autoritários estão a tornar-se ainda mais autocráticos. O número de **autocracias fechadas** tem vindo a aumentar desde 2019 – de 22 para 35, atualmente. Só durante o ano passado, a Bielorrússia, o Gabão, o Líbano e o Níger passaram de autocracias eleitorais a autocracias fechadas. O facto de o número de **autocracias eleitorais** ter vindo a diminuir de 64, em 2019, para 56, em 2024, não deve, portanto, ser mal interpretado como uma boa notícia.



O outro lado, e igualmente preocupante, da vaga global de autocratização é que as democracias estão a tornar-se menos democráticas.

As **democracias liberais** são atualmente o tipo de regime menos comum no mundo, depois de terem diminuído gradualmente em número desde 2009. A última vez em que apenas existiam 29 democracias liberais no mundo foi em 1990 – no final da Guerra Fria.

O aumento gradual do número de **democracias eleitorais** reflete o facto de que países que antes eram democracias liberais sofreram um retrocesso e perderam algumas das suas características liberais. Exemplos recentes incluem Botsuana, Chipre, Grécia, Israel e a Eslovénia.

As duas faces da mesma moeda mostram que a vaga de autocratização afeta tanto as democracias como as autocracias. Na última década, a qualidade da democracia nas democracias diminuiu, enquanto a severidade do autoritarismo nas autocracias aumentou – um crescimento que representa o “pior dos dois mundos”.

PAÍSES DE “ZONA CINZENTA”

A linha que divide as autocracias eleitorais e as democracias eleitorais merece uma nota especial. Classificações categóricas, como a medida RoW, sacrificam algumas nuances e correm o risco de classificar incorretamente os países quando os dados subjacentes os colocam em limiares, ou muito perto deles. Deste modo, subsiste alguma incerteza quanto aos regimes que estão próximos do limiar entre democracia e autocracia.

A Figura 4 (painel direito) mostra que existem alguns países em que a classificação está associada a algum nível de incerteza, devido à possibilidade de erros de medição. Estes países encontram-se no “limite infe-

rior” das democracias eleitorais (N=12) ou no “limite superior” das autocracias eleitorais (N=5). Tratamo-los como **regimes de “zona cinzenta”**.

As democracias eleitorais de zona cinzenta incluem países como a Albânia, Quênia, México e Nigéria. De acordo com os dados do V-Dem, a melhor estimativa para estes países é a de que são democracias eleitorais, mas também podem estar atrás da linha da democracia. Algumas democracias de zona cinzenta, como as Fiji, as Honduras e a Malásia, encontram-se, atualmente, numa trajetória ascendente de democratização e, se isso continuar, a sua classificação tornar-se-á certa.

As cinco autocracias eleitorais da zona cinzenta que podem, potencialmente, ser classificadas incorretamente são o Benim, a Guiana, a Indonésia, as Maurícias e a Mongólia. De acordo com os dados do V-Dem, a melhor estimativa é de que estes países já não cumprem os requisitos mínimos para serem considerados democracias eleitorais. Todos eles, exceto o Benim, estão em episódios de autocratização, mas as Maurícias realizaram uma eleição surpreendente em 2024, que poderá significar uma reviravolta após anos de autocratização (ver Secção 5).

De modo geral, tendo em conta a incerteza da zona cinzenta, o número de democracias pode variar entre 76 e 93, sendo 88 a nossa melhor estimativa, enquanto o número de autocracias pode variar entre 86 e 103 países, sendo 91 a nossa melhor estimativa. Para mais detalhes, ver a Tabela A1 no final do relatório.

Na Tabela 1, apresentamos a classificação do RoW de todos os países com regimes de zona cinzenta, juntamente com informações sobre se mudaram de categoria de regime em 2024 e se estão num episódio de autocratização ou democratização.

Caixa 3. Regimes do Mundo – Democratização e Autocratização

Democratização significa que um país está a fazer progressos em direção da democracia, independentemente do ponto de partida. **Autocratização** é o oposto como demonstrado na Figura 1.

A democratização pode começar numa autocracia (liberalização) ou numa democracia (intensificação), e inversamente, a autocratização pode começar numa democracia (retrocesso) ou numa autocracia (regressão).

Distinguimos entre quatro **tipos de regime**: Autocracias Fechadas e Eleitorais e Democracias Liberais e Eleitorais. Para o efeito, utilizamos a medida Regimes do Mundo (RoW) (v2x_regime). Existe, também, uma versão da medida RoW que considera a incerteza (v2x_regime_amb). Utilizamos a

última medida para identificar casos de “zonas cinzentas” onde os intervalos de confiança nos dados se sobrepõem, tornando a classificação mais incerta. Os países que se encontram na zona cinzenta são classificados como autocracias eleitorais de limite superior (“AE+”) ou como democracias eleitorais de limite inferior (“DE-”) (ver Tabela 1)

O RoW baseia-se nos dados do V-Dem, bem como nos índices de democracia liberal e eleitoral do V-Dem, mas não é oficialmente apoiado pelo Comité de Direção V-Dem.

Para mais detalhes, ver Lührmann et al. 2018. “Regimes of the World (RoW)”. *Politics and Governance* 6(1). Open access.

FIGURA 1. REGIMES E MUDANÇA DE REGIME

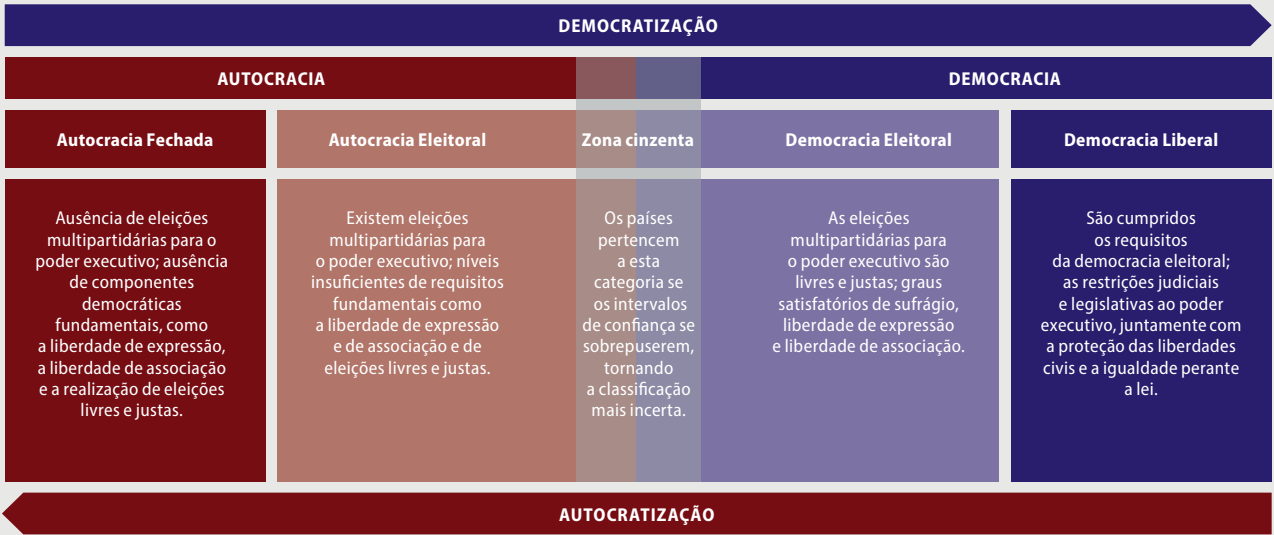


TABELA 1. REGIMES DO MUNDO, 2024

A Tabela 1 apresenta a classificação de países de acordo com a medida Regimes do Mundo. Os países são selecionados por tipo de regime, em 2024, e dentro do tipo de regime – por ordem alfabética.

Utilizamos o sinal mais/menos para indicar a possível incerteza da classificação e para sublinhar que alguns países são colocados na “zona cinzenta” entre os tipos de regime. Esta classificação baseia-se nos intervalos de confiança do V-Dem e tem em conta os potenciais erros de medição que podem surgir devido à natureza dos dados.

A tipologia está publicada em Lührmann et al. 2018. *Regimes of the World (RoW), Politics and Governance* 6(1). Embora baseada nos dados do V-Dem, esta medida não é oficialmente aprovada pelo Comité da Direção V-Dem (apenas os principais índices de democracia do V-Dem têm essa aprovação).

- DL Democracia Liberal
- DE Democracia Eleitoral
- AE Autocracia Eleitoral
- AF Autocracia Fechada
- indica que o país também podia estar numa categoria inferior
- + indica que o país também podia estar numa categoria superior
- ↕ indica um país a passar de uma categoria para outra
- ↗ num episódio de autocratização, em 2024
- ↗ num episódio de democratização, em 2024

As democracias e autocracias de “zona cinzenta” estão destacadas

DEMOCRACIAS LIBERAIS				DEMOCRACIAS ELEITORAIS				AUTOCRACIAS ELEITORAIS				AUTOCRACIAS FECHADAS			
PAÍS	2024	Alterações no último ano	Episódio ERT 2024	PAÍS	2024	Alterações no último ano	Episódio ERT 2024	PAÍS	2024	Alterações no último ano	Episódio ERT 2024	PAÍS	2024	Alterações no último ano	Episódio ERT 2024
Austrália	DL			Áustria	DE+			Benim	AE+		↗	Koweit	AF+		
Bélgica	DL			Butão	DE+	↘		Guiana	AE+		↘	Turquemenistão	AF+		
Costa Rica	DL			Botsuana	DE+			Indonésia	AE+	↘	↘	Uzbequistão	AF+		
República Checa	DL			Canadá	DE+			Maurícias	AE+		↘	Afeganistão	AF		↘
Dinamarca	DL			Chipre	DE+			Mongólia	AE+	↘	↘	Bahrain	AF		
Estónia	DL			Gâmbia	DE+		↗	Argélia	AE			Bielorrússia	AF	↘	↘
Finlândia	DL			Grécia	DE+		↘	Angola	AE			Burkina Faso	AF		↘
Alemanha	DL			Israel	DE+			Azerbaijão	AE			China	AF		
Islândia	DL			Lituânia	DE+			Bangladesh	AE		↘	Cuba	AF		
Irlanda	DL			Malta	DE+			Burundi	AE			Eritreia	AF		
Japão	DL			Montenegro	DE+		↗	RCA	AE		↘	Essuatíni	AF		
Letónia	DL			Portugal	DE+			Camboja	AE			Gabão	AF	↘	↘
Luxemburgo	DL			Eslovénia	DE+			Camarões	AE			Guiné	AF		↘
Nova Zelândia	DL			Coreia do sul	DE+	↘	↘	Chade	AE	↗		Haiti	AF		↘
Noruega	DL			Trinidad e Tobago	DE+			Comores	AE		↘	Hong Kong	AF		↘
Seicheles	DL		↗	Reino Unido	DE+	↘		República do Congo	AE			Jordânia	AF		
Espanha	DL			Vanuatu	DE+			RDC	AE			Laos	AF		
Suécia	DL			Argentina	DE		↘	Djibuti	AE			Libano	AF	↘	↘
Suíça	DL			Arménia	DE		↘	Egito	AE			Libia	AF		↘
Taiwan	DL			Bolívia	DE		↗	El Salvador	AE		↘	Mali	AF		↘
EUA	DL			Brasil	DE		↗	Guiné Equatorial	AE			Marrocos	AF		
Barbados	DL-			Bulgária	DE			Etiópia	AE			Mianmar	AF		↘
Chile	DL-			Cabo Verde	DE			Geórgia	AE	↘	↘	Nigéria	AF	↘	↘
França	DL-			Colômbia	DE			Guiné-Bissau	AE		↘	Coreia do Norte	AF		
Itália	DL-			Croácia	DE			Hungria	AE		↘	Omã	AF		
Jamaica	DL-	↗		República Dominicana	DE		↗	Índia	AE		↘	Palestina/Gaza	AF		
Países Baixos	DL-			Equador	DE		↗	Irão	AE	↗		Catar	AF		
África do Sul	DL-	↗		Gana	DE			Iraque	AE			Arábia Saudita	AF		
Uruguai	DL-			Guatemala	DE			Costa do Marfim	AE		↘	Somália	AF		
				Kosovo	DE			Cazaquistão	AE			Sudão do Sul	AF		
				Lesoto	DE		↗	Quirguistão	AE		↘	Sudão	AF		↘
				Libéria	DE			Madagáscar	AE			Síria	AF		
				Malawi	DE			Mauritânia	AE		↘	Emirados Árabes Unidos	AF		
				Maldivas	DE		↗	Moçambique	AE		↘	Vietname	AF		
				Nepal	DE			Paquistão	AE		↘	Iémen	AF		
				Panamá	DE			Palestina/Cisjordânia	AE						
				Paraguai	DE			Papua Nova Guiné	AE						
				Peru	DE		↘	Filipinas	AE		↘				
				Polónia	DE		↗	Rússia	AE						
				Roménia	DE		↘	Rússia	AE						
				S.Tomé e Príncipe	DE			Sérvia	AE		↘				
				Senegal	DE		↘	Serra Leoa	AE		↘				
				Eslováquia	DE			Singapura	AE						
				Ilhas Salomão	DE		↗	Somália	AE						
				Sri Lanka	DE		↗	Tajiquistão	AE						
				Suriname	DE	↘		Tanzânia	AE		↘				
				Timor-Leste	DE		↗	Tailândia	AE		↗				
				Albânia	DE-			Togo	AE						
				Bósnia e Herzegovina	DE-			Túrcia	AE		↗				
				Fiji	DE-		↗	Uganda	AE						
				Honduras	DE-		↗	Ucrânia	AE						
				Quénia	DE-			Venezuela	AE		↘				
				Malásia	DE-			Zanzibar	AE						
				México	DE-		↘	Zimbabué	AE						
				Moldávia	DE-		↘	Nicarágua	AE-		↘				
				Namíbia	DE-										
				Nigéria	DE-	↗									
				Macedónia do Norte	DE-										
				Zâmbia	DE-		↗								

O MENOR NÚMERO DE PESSOAS EM 50 ANOS VIVE EM DEMOCRACIAS LIBERAIS

Quase três quartos da população mundial – 72% – vivem atualmente em autocracias (ver Figura 5). Trata-se de um novo recorde desde 1978, também em termos populacionais: 5,8 mil milhões de pessoas.

As **democracias liberais** acolhem, agora, menos de 12% da população mundial, ou seja, 0,9 mil milhões de pessoas, o que representa o valor mais baixo dos últimos 50 anos. Por detrás destes valores, encontram-se o declínio do número total de democracias liberais e a lenta taxa de crescimento populacional nas mesmas.

Até ao final de 2024, as **democracias eleitorais** acolhiam apenas 17% da população mundial. Os três países mais populosos são o Brasil, o México e a Nigéria, sendo necessária alguma cautela ao referir o México e a Nigéria, que se encontram na zona cinzenta.

A percentagem da população mundial a viver em democracias eleitorais diminuiu acentuadamente em 2017, quando o episódio de autocratização da Índia levou a uma descida para a autocracia eleitoral. De 2015 a 2018, ainda havia alguma incerteza sobre a classificação da Índia, como mostra o painel direito da Figura 5. De acordo com os dados do V-Dem, a Índia foi reclassificada como uma democracia eleitoral de “zona cinzenta” em 2015, tornou-se uma autocracia eleitoral de “zona cinzenta” em 2017 e passou a ser uma autocracia eleitoral consolidada em 2019, não havendo incerteza, a partir daí, quanto ao seu tipo de regime.

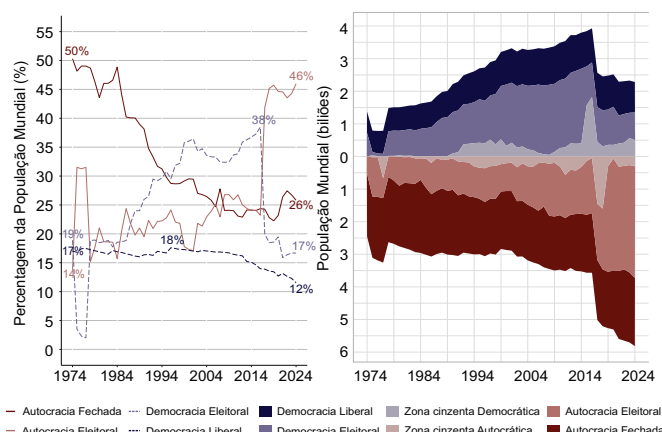
O tipo de regime mais populoso é claramente o das **autocracias eleitorais**, com 46% da população mundial, ou seja, 3,7 mil milhões de pessoas. Alguns dos países mais populosos do mundo estão enquadrados neste tipo de regime, como a Etiópia, a Índia e o Paquistão. A Indonésia desceu, também, para este tipo de regime em 2024, embora para a “zona cinzenta” autocrática (ver Tabela A1 no final do relatório).

As **autocracias fechadas** com grande população incluem a China, o Mianmar e o Vietname. Este tipo de regime corresponde a 26% da população mundial, ou seja, 2,1 mil milhões de pessoas.

AS VARIAÇÕES REGIONAIS SÃO IMENSAS

A percentagem da população que reside em democracias ou autocracias varia substancialmente de região para região. A Figura 6 mostra a situação em 2024, em sete regiões do mundo.

FIGURA 5. TIPOS DE REGIME POR POPULAÇÃO MUNDIAL, 1974-2024¹

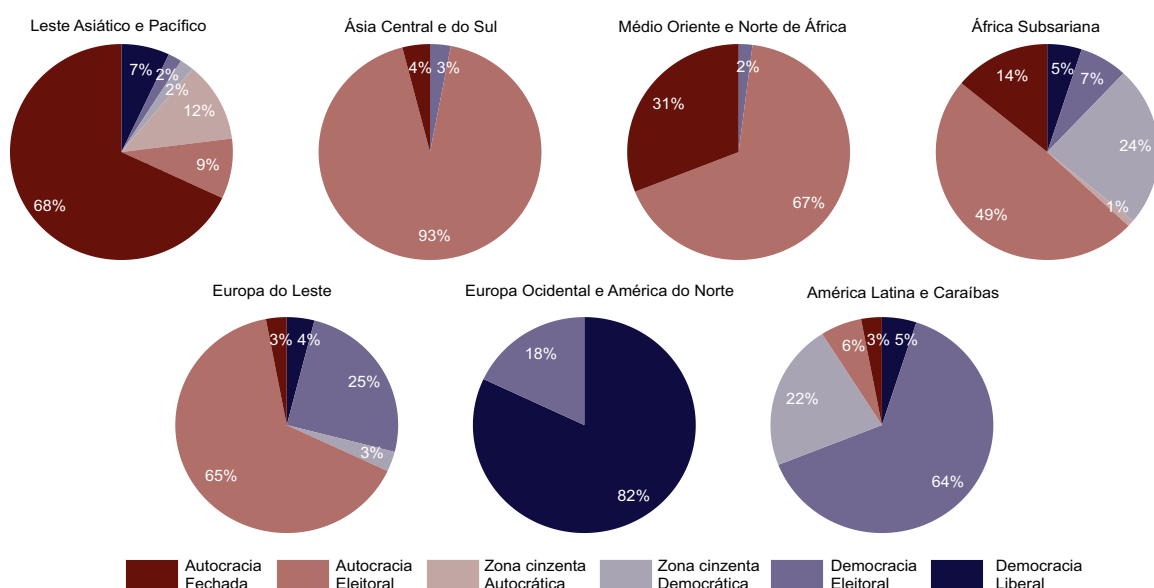


A Figura 5 apresenta a percentagem da população mundial (painel esquerdo) e a dimensão (em milhares de milhões, painel direito) por tipo de regime. O painel direito destaca a dimensão da população que vive nos países de “zona cinzenta”, para os quais a classificação como democracias ou autocracias está associada a alguma incerteza de medição. As estimativas da “zona cinzenta” baseiam-se na versão v2x_regime_amb da medida do RoW (ver livro de código V-Dem, v15).

¹ As percentagens são arredondadas ao longo do relatório, o que por vezes leva a totais de 99% ou 101%. Os números relativos à população incluídos no conjunto de dados V-Dem, v15, provêm do Banco Mundial.

No **Leste Asiático** e no **Pacífico**, uma vasta maioria – 89% – da população reside em autocracias e é-lhes negada a totalidade ou parte dos direitos e liberdades democráticas. Entre estes, 68% vivem em autocracias fechadas, como a China e a Coreia do Norte, onde praticamente todos os direitos e liberdades são negados aos cidadãos. Por conseguinte, é também a região com – de longe – a maior percentagem da população a viver em autocracias fechadas. Outros 9% vivem em autocracias eleitorais, como o Camboja, as Filipinas e Singapura, enquanto 12% vivem na Indonésia, autocracia eleitoral de “zona cinzenta”. Em particular, a Indonésia foi uma democracia eleitoral desde 1999 e passou a ser uma autocracia eleitoral de “zona cinzenta” em 2024. Apenas 7% da população do Leste Asiático e do Pacífico vive em democracias liberais, nomeadamente na Austrália, no Japão, na Nova Zelândia e em Taiwan. Outros 2% vivem em democracias eleitorais e 2% em democracias eleitorais de

FIGURA 6. PERCENTAGENS REGIONAIS DA POPULAÇÃO POR TIPO DE REGIME, 2024



A Figura 6 mostra a percentagem da população a viver em democracias liberais, democracias eleitorais, autocracias eleitorais e autocracias fechadas, incluindo as subcategorias de “zona cinzenta”, por regiões do mundo.

“zona cinzenta”, onde os limites de incerteza se sobrepõem aos limiares da autocracia eleitoral.

A **Ásia Central e do Sul** é a segunda região mais autocrática do mundo, apenas atrás do Médio Oriente e Norte de África. Mais de nove em cada dez pessoas, ou seja, 93% da população desta região, reside em autocracias eleitorais, como a Índia ou o Paquistão. As três autocracias fechadas – Afeganistão, Turquemenistão e Uzbequistão – representam 4% da população regional. Apenas 3% residem em democracias eleitorais, como as Maldivas, o Nepal e o Sri Lanka.

O **Médio Oriente e Norte de África (MONA)** continua a ser a região mais autocrática do mundo, com 98% da sua população a residir em autocracias. Uma grande parte (31%) vive em autocracias fechadas, como Omã, Catar e Arábia Saudita. No entanto, a maior parte da população – 67% – vive em autocracias eleitorais, como o Egito e a Turquia. Os restantes 2% da população da região residem em Israel, o único país classificado como uma democracia eleitoral. Em 2023, Israel perdeu o antigo estatuto de democracia liberal.

Na **África Subsariana**, a maioria da população – 64% – reside em autocracias. Sozinhas, as autocracias eleitorais acolhem 49% da população da região, incluindo países como Camarões, Tanzânia, Uganda e Zimbabuê. As autocracias fechadas incluem atualmente o Gabão e o Níger, que desceram de autocracias eleitorais para autocracias fechadas em 2024 (ver Tabela A1 no final do relatório), na sequência de golpes de Estado em 2023 e da recusa de realizar eleições ou do seu adiamento contínuo. A África Subsariana é a região com a maior percentagem da população a viver em regimes de “zona cinzenta” e a maioria – 24% – encontra-se em democracias eleitorais de “zona cinzenta”, como o Quênia, a Nigéria e Zâmbia. Em democracias eleitorais como Botsuana, Gâmbia e o Senegal vivem 7% da população. Existem duas democracias liberais na região, que representam 5% da população – as Seicheles e a África do Sul. No meadamente, a África do Sul recuperou o seu estatuto de democracia liberal em 2024, apesar de ter sido uma democracia eleitoral durante mais de uma década.

Na **Europa de Leste**, 65% da população da região vive em autocracias eleitorais, como a Hungria, a Rússia e a Sérvia. A Geórgia juntou-se à lista de autocracias eleitorais em 2024, descendo da posição de democracia eleitoral. De salientar que 3% da população reside na Bielorrússia – a única autocracia fechada na Europa e a primeira desde o início do século XXI. As democracias eleitorais acolhem 28% da população, incluindo

a Bulgária, a Polónia e a Roménia. Destes, 3% vivem nas ambíguas democracias eleitorais de “limite inferior”, como a Albânia, a Bósnia e Herzegovina, a Moldávia e a Macedónia do Norte. Apenas 4% residem nas três democracias liberais da região – República Checa, Estónia e Letónia.

A **Europa Ocidental e América do Norte** permanecem a região mais democrática do mundo, com a maioria dos seus habitantes – 82% – a viver em democracias liberais. Os restantes 18% residem em democracias eleitorais, como Chipre, Grécia e Malta.

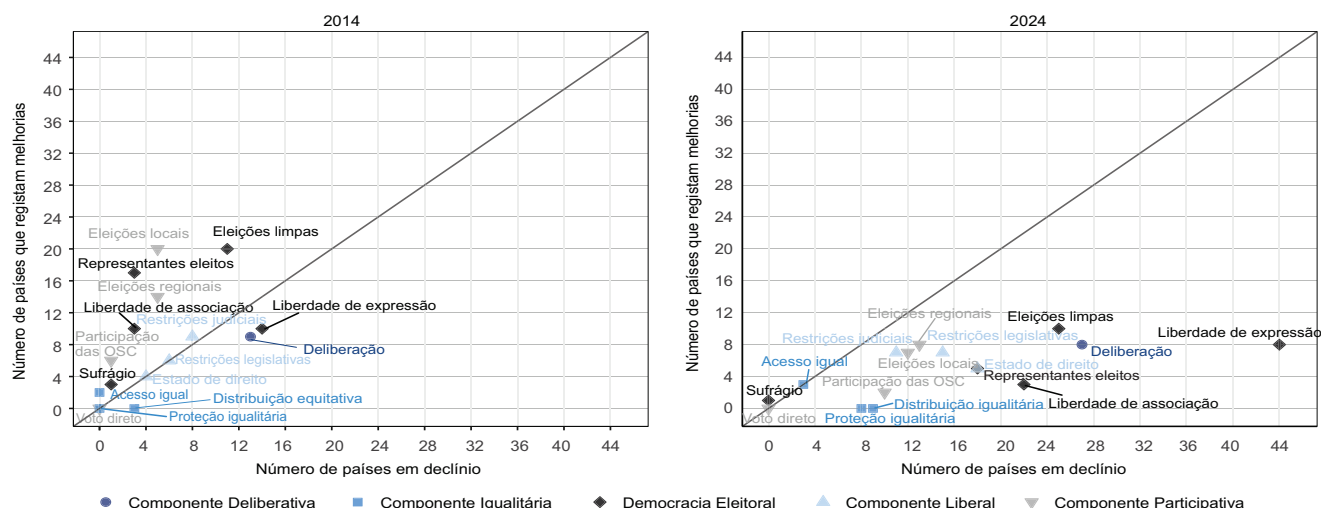
A maioria da população na **América Latina e Caraíbas**, ou seja, 64%, vive em democracias eleitorais, como a Argentina, o Brasil, a Colômbia e o Equador. Apenas 4% vivem em democracias liberais, como o Chile, a Costa Rica e o Uruguai. Na “zona cinzenta” da democracia eleitoral, residem nada menos que 22% dos habitantes da América Latina. A alta percentagem é impulsionada pelo México, segundo país mais populoso da região. As autocracias da região representam 9% dos habitantes regionais. Entre elas, Cuba e Haiti são autocracias fechadas, com 3% da população, enquanto El Salvador, Nicarágua e Venezuela são autocracias eleitorais.

Declínio alarmante da liberdade de expressão

- Quase todos os aspetos da democracia estão em declínio em mais países do que nos que estão a progredir, em comparação com 10 anos atrás.
- As restrições à liberdade de expressão são alarmantes: A situação agravou-se em 44 países em 2024, contra 35 no relatório do ano anterior.
- O aspeto deliberativo – debate respeitoso baseado em factos – deteriorou-se em 27 países. Trata-se de um novo agravamento acentuado em comparação com os 19 países registados no ano passado.
- As eleições limpas regrediram em 25 países, a liberdade de associação regrediu em 22 e o Estado de direito em 18.

Todos os aspetos da democracia estão agora a diminuir em mais países do que naqueles em que estão a melhorar. Duas das componentes – **liberdade de expressão** e **deliberação** – já estavam a diminuir em 2014. Em 2024, diminuíram ainda mais e continuam a ser os aspetos que mais se deterioraram – em 44 e 27 países, respetivamente.

FIGURA 7. ASPETOS DEMOCRÁTICOS A PROGREDIR E REGREDIR, 2014 E 2024



Relativamente aos índices que medem as componentes da democracia, a Figura 7 mostra o número de países que registam melhorias e declínios. Um índice está a diminuir substancial e significativamente se o seu valor em 2024 for, pelo menos, 0,05 pontos inferior ao seu valor de 2014, numa escala de 0 a 1, e se os intervalos de confiança não se sobrepuserem. O painel esquerdo compara as alterações entre 2014 e 2004, e o painel direito compara as alterações entre 2024 e 2014.

A Figura 7 mostra a extensão das mudanças. O painel esquerdo representa o número total de países em que diferentes aspetos da democracia progrediram ou regrediram em 2014, em comparação com 2004, e o painel direito compara a situação entre 2024 e 2014.

Durante mais de uma década, a **liberdade de expressão** foi o aspeto mais afetado da democracia. Em 2024, a diminuição da liberdade de expressão é verdadeiramente alarmante (Figura 7, painel direito). Esta componente está a deteriorar-se em 44 países – um quarto de todos os países do mundo. Não só se trata de um novo recorde, como é também um aumento substancial em relação aos 35 países referidos no Relatório da Democracia do ano anterior. Em contrapartida, até 2024, a liberdade de expressão melhorou em apenas oito países, enquanto o relatório do ano passado concluiu que ainda estava a melhorar em onze.

A deterioração da liberdade de expressão inclui o declínio de vários aspetos da liberdade dos meios de comunicação social, da segurança de jornalistas, da liberdade dos cidadãos para debaterem questões políticas, assim como da liberdade de expressão académica e cultural. Em comparação com a situação registada em 2014, os retrocessos são surpreendentes.

A **deliberação** é a segunda componente da democracia mais afetada em 2024. Atualmente, está a deteriorar-se em 27 países e a melhorar em apenas oito. No Relatório da Democracia deste ano, registamos um declínio acentuado também para a componente deliberativa, em comparação com o ano passado. Em 2023, 19 países estavam a regredir, enquanto onze estavam a progredir. A componente deliberativa mede aspetos como o grau de inclusão do debate público e o respeito do governo pela oposição, pelo pluralismo e pelos contra-argumentos.

O **Índice de Eleições Limpas** – um aspeto fundamental da democracia – está atualmente em declínio em 25 países e a melhorar em apenas dez. Em comparação com dez anos atrás, as diferenças são acentuadas. Em 2014, o índice estava a deteriorar-se em apenas onze países e a melhorar em 20. O Índice de Eleições Limpas mede até que ponto as eleições são livres e justas, o que se entende como ausência de fraude no registo, irregularidades sistemáticas, intimidação da oposição pelo governo, compra de votos e violência eleitoral. Para mais informações, ver a análise da Secção 5 sobre “o ano recorde” de eleições.

A **liberdade de associação** está também a ser alvo de ataques substanciais num grande – e crescente – número de países durante a última década. Em 2024, este indicador regrediu em 22 países e apenas melhorou em três. Esta é também uma mudança acentuada em relação a dez anos atrás, quando este componente estava em declínio em apenas três países, enquanto melhorava em dez. O índice capta, por exemplo, em que medida a sociedade civil pode atuar livremente e os partidos da oposição são livres de se formar e de participar nas eleições.

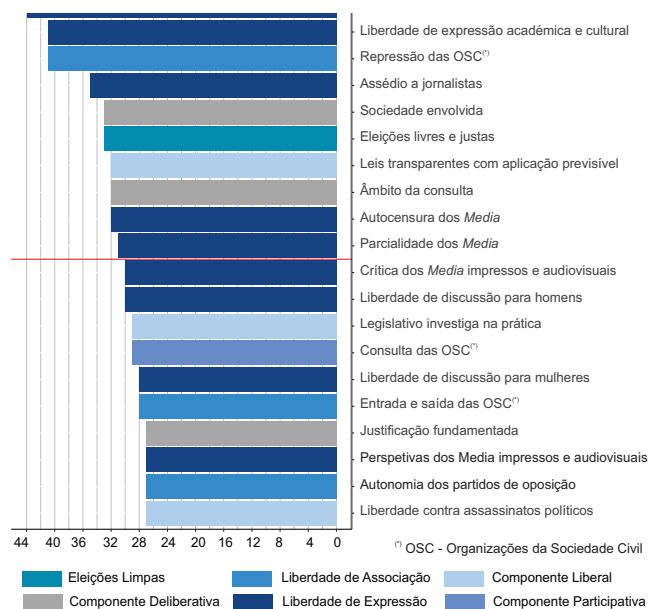
Os **aspetos liberais** também se deterioraram substancialmente num número preocupante de países ao longo dos últimos dez anos. O **Estado de direito** está atualmente em declínio em 18 países, em comparação com apenas quatro em 2014. Do mesmo modo, as **restrições legislativas ao executivo** estão, atualmente, em deterioração em 15 países e as **restrições judiciais** em onze, enquanto que em 2014 estavam a deteriorar-se em seis e oito países, respetivamente. Estas são evidências verdadeiramente preocupantes do retrocesso democrático em todos os componentes que constituem a democracia.

OS PORMENORES MINUCIOSOS DO DECLÍNIO DEMOCRÁTICO

A análise detalhada que se segue confirma a situação preocupante no que respeita à **liberdade de expressão**: nove dos 20 principais indicadores em declínio, na maior parte dos países, advêm da componente de liberdade de expressão da democracia. A **repressão das organizações da sociedade civil** também se encontra entre os mais afetados, seguida de perto pela **liberdade e equidade das eleições** e **deliberação**.

A Figura 8 apresenta provas deste facto. A figura apresenta os 20 principais indicadores que registaram um declínio no maior número de países durante a última década. Desagregamos cada componente da democracia acima referida em indicadores individuais que captam aspetos específicos. O conjunto de dados V-Dem inclui mais de 600 indicadores que fornecem a imagem mais detalhada dos direitos e liberdades específicos que são mais frequentemente atacados no mundo atual de declínio democrático.

FIGURA 8. 20 PRINCIPAIS INDICADORES EM DECLÍNIO, 2014–2024



A Figura 8 apresenta os 20 principais indicadores que registam um declínio no maior número de países entre 2014 e 2024. Um indicador está a diminuir substancial e significativamente se o seu valor em 2024 for, pelo menos, 0,5 pontos inferior ao seu valor em 2014, numa escala de 0 a 4 (para a maioria dos indicadores) ou de 0 a 5, e se os intervalos de confiança não se sobrepuserem. A linha vermelha marca os 10 principais indicadores.

A **censura governamental dos meios de comunicação social** ocupa o primeiro lugar na lista. Em 44 países, os governos aumentaram de forma substancial e estatisticamente significativa os esforços para censurar os meios de comunicação social nos últimos dez anos. Entre os piores infratores da liberdade de imprensa encontram-se o Afeganistão, El Salvador, a Índia e Myanmar.

Em 41 países, os governos **reprimem** com crescente frequência as **Organizações da Sociedade Civil (OSCs)**, em comparação com o que se verificava em 2014. Uma sociedade civil dinâmica desempenha um papel fundamental no processo democrático, responsabilizando o governo perante o público e estimulando o debate público. As OSC estão, atualmente, a ser cada vez mais atacadas em países como a Bielorrússia, a Índia, o Peru, as Filipinas e a Tunísia.

A **liberdade de expressão académica e cultural** está a diminuir em 41 países. Este indicador mede a medida em que as atividades académicas e as expressões culturais são restringidas e controladas pelo governo. O Afeganistão é o primeiro entre todos os países do mundo em termos de magnitude do declínio. Hong Kong, Hungria, Índia, Nicarágua e Rússia são outros exemplos de países onde a liberdade académica e a expressão cultural são cada vez mais duramente tratadas pelo governo.

Entre outras componentes da liberdade de expressão, encontramos também o **assédio a jornalistas**, a **autocensura dos meios de comunicação social** e a **parcialidade dos meios de comunicação social**. Os ataques a jornalistas por parte do governo e dos seus associados têm-se tornado cada vez mais frequentes em 35 países. A Guatemala, Hong Kong, Nicarágua e a Rússia são alguns exemplos de países onde os jornalistas

estão a enfrentar mais dificuldades para trabalhar livremente, em comparação com 2014. A **autocensura** entre os jornalistas quando informam sobre questões politicamente sensíveis está a tornar-se mais comum em 32 países, por exemplo, no Burundi, na Índia e na Nicarágua. A **parcialidade dos meios de comunicação social**, ou a medida em que os partidos e candidatos da oposição são discriminados em favor do partido no poder, está a deteriorar-se em 31 países. Este aspeto está a tornar-se cada vez mais comum na Argentina, Geórgia, Moldávia e Paquistão, para nomear alguns países.

O indicador relativo à realização de **eleições livres e justas** está a piorar em 33 países, colocando-o entre os principais 10 indicadores que mais frequentemente se deterioraram, na maioria dos países, nos últimos dez anos. Entre os países que realizaram eleições em 2024 e onde estas foram significativamente menos livres e justas do que há uma década, encontram-se as Comores, a Geórgia e Moçambique. Na Secção 5 retomaremos a discussão de forma mais detalhada sobre o “ano de eleições de 2024”.

Entre os indicadores que medem os aspetos da deliberação democrática, o grau de **envolvimento da sociedade** nos debates políticos e a **amplitude das consultas** a nível das elites estão a piorar em 33 e 32 países, respetivamente. Estes aspetos pioraram significativamente durante a última década em países como o México, o Níger, as Filipinas e El Salvador.

Finalmente, entre os aspetos liberais da democracia, 32 países enfraqueceram significativamente as **leis transparentes com aplicação previsível**, 29 regrediram em termos da **capacidade do poder legislativo de investigar** o comportamento inconstitucional do executivo e, em 27 países, os **assassinatos políticos** cometidos pelo Estado ou pelos seus agentes sem o devido processo legal e por motivos políticos estão a tornar-se cada vez mais comuns. Os países que apresentaram um declínio nestes componentes incluem a Bielorrússia, o Benim e o Mianmar.



Caixa 4. Metodologia ERT (Episódios de Transformação de Regime)

O Relatório da Democracia 2024 do Instituto V-Dem passa a utilizar o sofisticado método ERT (Maerz et al. 2024) para identificar países em processo de democratização e autocratização. Este método mais científico é mais cauteloso que o utilizado em relatórios anteriores e tem em conta a incerteza subjacente à medição. A alteração significa que os números apresentados no Relatório da Democracia deste ano não são totalmente comparáveis aos de edições anteriores.

Uma equipa extensa no Instituto V-Dem desenvolveu o método ERT ao longo de vários anos. O método foi agora aprovado por uma extensa revisão por pares na comunidade científica e por publicações em diversas revistas de alto nível. Todos os detalhes, incluindo o código e uma aplicação de visualização, podem ser encontrados nas publicações associadas e no Github.

No essencial, pode-se dizer que o método ERT funciona por, primeiro, identificar pequenas mudanças anuais ($>0,01$ numa escala de 0-1) no nível na democracia de um país, medido pelo Índice de Democracia Eleitoral (IDE) do V-Dem. Se essas alterações se acumularem ao longo dos vários anos e se tornarem substanciais ($>0,1$), trata-se de um episódio. Se as alterações forem menores, considera-se que se trata de meras flutuações sem alterações substanciais que possam resultar da incerteza das medidas subjacentes. A ERT classifica então o resultado dos episódios de democratização e autocratização.

O método ERT tem diversas vantagens em relação ao método utilizado nos Relatórios da Democracia antes de 2024, que se limitava a considerar a diferença entre as pontuações de há dez anos e as do último ano. O mais importante é o facto de as regras de decisão sofisticadas, multifacetadas e testadas para a codificação na ERT, garantirem maior confiança sobre os “democratizadores” e “autocratizadores” do que anteriormente. A ERT também nos permite distinguir entre episódios que são 1) substanciais e a decorrer atualmente, como a autocratização na Índia; daqueles que 2) terminaram recentemente, mas que ainda se encontram entre os “piores infratores” nos últimos de anos, como a mudança da Turquia para autocracia eleitoral. Utilizamos este procedimento desde o *Relatório da Democracia de 2024*.

No *Relatório da Democracia*, utilizamos a ERT no Índice de Democracia Eleitoral (IDE) para identificar os pontos iniciais e finais dos episódios em curso, incluindo alguns pequenos ajustes metodológicos do método introduzido com a publicação da ERT deste ano. Todavia, no Relatório da Democracia, apresentamos as pontuações dos países no Índice de Democracia Liberal (IDL), tal como nos relatórios dos anos anteriores (e o IDE é umas das duas principais componentes do IDL).

O método ERT é superior ao aumentar a precisão para identificar quais são os países que se encontram em episódios contínuos de mudança; quais são os países que terminaram os processos de mudança; e determinar as datas de início e término desses episódios de transformação. O método introduz um conjunto cauteloso de regras de codificação tendo em conta a incerteza para evitar declarar erroneamente países como “autocratizadores” ou “democratizadores”. No entanto, esse aumento na sofisticação também traz consigo alguma incerteza sobre as contagens dos últimos dois anos. Mais países podem aumentar as contagens de autocratizadores e democratizadores post-factum, se e quando a magnitude da mudança os tornar elegíveis. O método ERT então retrocede o ano de início desses processos de mudança para o ano em que a mudança começou de fato.

Artigo em Destaque:

Maerz, Seraphine F., Amanda B. Edgell, Matthew C. Wilson, Sebastian Hellmeier, and Staffan I. Lindberg. 2024. *Episodes of Regime Transformation*. *Journal of Peace Research* 61 (6).

Livro de código:

Edgell, Amanda B., et al. 2024. *Episodes of Regime Transformation Dataset and Codebook*, v14. V-Dem Institute.

Repositório de dados, Código e livro de código (codebook):

github.com/vdeminstitute/ERT

Shiny App para visualizações:

episodes.shinyapps.io/validation/

2 | Tendências de Transformação de Regime

- **A vaga de autocratização dura há, pelo menos, 25 anos e não mostra sinais de abrandar.**
- **Um crescente número de países – atualmente 45 – está em processo de autocratização.**
- **Os países autocratizadores acolhem 3,1 mil milhões de pessoas, ou seja, 38% da população mundial. A Ásia Central e do Sul representa mais de metade desse número.**
- **Apenas 19 países, com menos de 6% da população mundial – ou 452 milhões –, estão em processo de democratização. Dois terços dessa população vivem em três países: Brasil, Polónia e Tailândia.**

Esta parte do *Relatório da Democracia 2025* centra-se nos países que se encontram em fase de transformação de regime em direção da democracia ou da autocracia, apresenta as tendências globais de mudança de regime e analisa os padrões regionais.¹

Os últimos anos são, de facto, um período excecionalmente mau para a democracia. Foram batidos recordes atrás de recordes em termos do número de países em processo de autocratização; proporção de países no mundo em processo de autocratização; e percentagem da população mundial a viver em países em processo de autocratização e autocráticos.

O mapa mundo da Figura 9 mostra os 64 países que se encontram num episódio de democratização (azul) ou de autocratização (vermelho), segundo a metodologia ERT (ver caixa 4).

Existem 19 países a democratizar-se e mais do dobro desse número – 45 – a em processo de autocratização. A intensidade das cores indica a

magnitude da mudança – não o seu nível de democracia – no IDL desde o início do episódio.²

A metodologia ERT, que temos vindo a utilizar desde o Relatório da Democracia 2024, identifica exatamente quais os países que se encontram num episódio de transformação de regime em curso e quando é que a transformação começou exatamente. Por conseguinte, podemos analisar com precisão os desenvolvimentos em curso.³

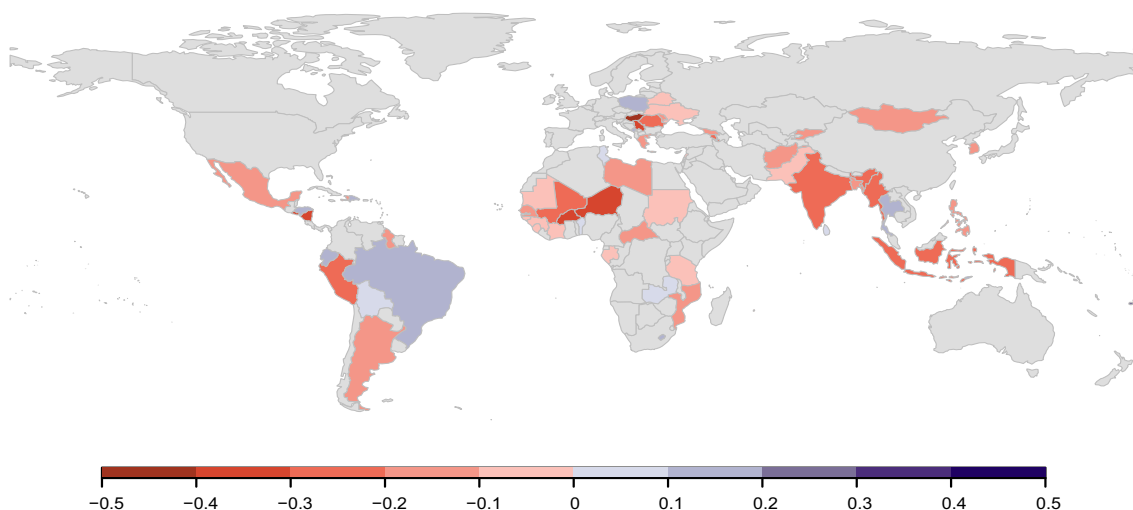
A “terceira vaga” de autocratização continua a aumentar

A metodologia ERT identifica 45 países que estavam em processo de autocratização em 2024. A Figura 10 mostra que o número de países a autocratizar-se tem vindo a aumentar exponencialmente, passando de zero em 1985 para 45 em 2024.

Nesta perspetiva, a terceira vaga de autocratização começou, realmente, há cerca de 40 anos. A curva começou a inclinar-se substancialmente no final da década de 1990 e no início da década de 2000, o que significa que a vaga de autocratização se tem vindo a consolidar nos últimos 25 anos.

O número de 45 países em processo de autocratização está próximo de um máximo histórico – 48 países, registado em 2021. O pequeno declínio no número de países em processo de autocratização e o ligeiro aumento no número de países em processo de democratização nos últimos três anos podem ser boas notícias. Poderá indicar que está a ocorrer alguma democratização como reação à autocratização – “Democratização após fase autocratizadora” (ver Secção 4).

FIGURA 9. PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO VS. DEMOCRATIZAÇÃO, 2024



A Figura 9 mostra os países em processo de democratização (azul) ou autocratização (vermelho) em 2024, de acordo com a metodologia ERT. A intensidade da cor indica a magnitude da mudança no Índice de Democracia Liberal (IDL) desde o início da transformação de regime. Os países a cinzento não estavam em processo de transformação de regime em 2024.

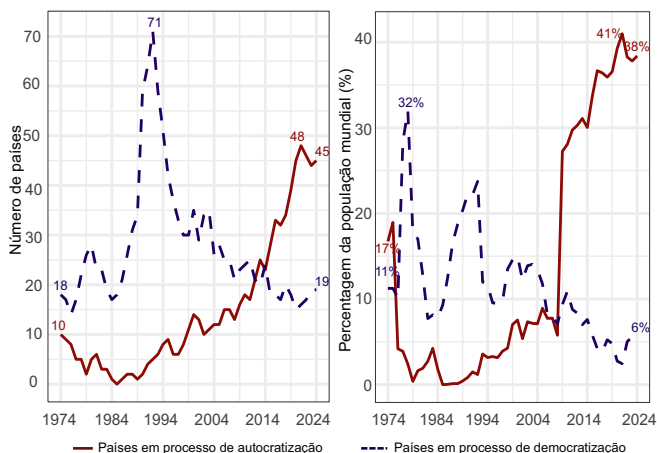
1 Esta perspetiva é diferente da Secção 1, que analisou o estado da democracia em termos de níveis médios de democracia e de tendências para os tipos de regime. Aqui, o foco está nos países que estão atualmente a passar por mudanças com impacto na tendência global.

2 Uma vez que os dados do V-Dem são atualizados todos os anos, com mais especialistas e melhores dados anualmente, também para os anos anteriores, – a ERT atualiza, igualmente, os números e os resultados anteriores. Por vezes, isto leva a diferenças em relação ao que foi comunicado no ano anterior. Trata-se de um sinal de dados melhores e mais exatos e não de um erro.

3 A ERT tem vantagens notáveis em relação à avaliação direta das variações no índice de democracia ao longo de um ou mais anos. O ERT exclui países que se autocratizaram substancialmente durante uma década, mas cujo processo terminou. A Turquia, por exemplo, transformou-se numa autocracia eleitoral em 2013 e tem-se mantido relativamente estável no Índice de Democracia Eleitoral (IDE) desde 2018. De acordo com a metodologia ERT, o processo de autocratização na Turquia terminou e o regime é estável. No entanto, pela magnitude do declínio ao longo de dez anos, a Turquia apareceria (erradamente) como um autocratizador em curso. A ERT também capta a autocratização em casos com alguma mudança de direção recente – deterioração em curso precedida de mudanças positivas anteriores (autocratização após fase democratizadora), ou vice-versa, autocratização que foi recentemente invertida (democratização após fase autocratizadora). A Arménia, por exemplo, melhorou substancialmente em 2018-2019, tornando-se uma democracia eleitoral em 2018. No entanto, tem vindo a deteriorar-se no índice de democracia desde 2020 e apresenta-se como um país em processo de autocratização, em 2024. Quando comparada com o seu nível de 2014, a Arménia ainda regista mudanças positivas substanciais e, portanto, seria (erradamente) marcada como um democratizador em curso. No entanto, os desenvolvimentos mais recentes na Arménia dificilmente se qualificam como “positivos”. Assim, a ERT confere às análises apresentadas no Relatório da Democracia mais precisão e fiabilidade do que anteriormente, melhorando a validade das conclusões.

Todavia, é preciso ser cauteloso e não tirar conclusões precipitadas. O método ERT é “conservador” (como os métodos científicos devem ser) ao afirmar que um país entrou num período de transformação de regime. Os limiares elevados são importantes para evitar “falsos positivos” que possam resultar de erros de medição e de ruído nos dados subjacentes.⁴

FIGURA 10. PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO VS. PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO, 1974–2024



A Figura 10 mostra padrões de democratização e autocratização ao longo dos últimos 50 anos. O painel esquerdo mostra o número de países em cada categoria e o painel direito mostra a percentagem da população mundial a viver em países em processo de autocratização ou democratização.

A Figura 10 mostra **padrões** globais de **autocratização** e **democratização** ao longo dos últimos 50 anos. A linha vermelha no painel esquerdo mostra que o número de países em processo de autocratização diminuiu gradualmente, de dez em 1974 para zero em 1985.

Por volta de 1990, esta trajetória começou a inverter-se e os números foram aumentando lentamente até atingirem 16 países em processo de autocratização em 2009. Desde então, os números aumentaram acentuadamente e atingiram um recorde histórico de 48 países em 2021.

Ao longo dos últimos 50 anos, as tendências dos países em processo de autocratização são quase inversas às dos países em processo de democratização. A linha azul tracejada no painel esquerdo da Figura 10 mostra que o número de países em processo de democratização disparou depois de 1989 – com a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética – e atingiu o seu pico em 1992, quando 71 países se encontravam em processo de democratização ao mesmo tempo. Em 2020, o número caiu para 15, o segundo valor mais baixo dos últimos 50 anos.

Em 2024, há 19 países em processo de democratização, dez das quais são democratizações após fase autocratizadora – inversões no processo de autocratização – e nove são “processos autónomos” (ver Secção 4).⁵

QUASE 40% DA POPULAÇÃO MUNDIAL SOFRE AUTOCRATIZAÇÃO

Em 2024, quase 40% da população mundial reside em países em processo de autocratização (painel direito da Figura 10). A título de comparação, quase ninguém vivia em países em processo de autocratização em 1985-1988, e apenas 4% em 1997-1998. Nos últimos 25 anos, essa percentagem aumentou de forma acentuada e constante, englobando uma proporção cada vez maior de pessoas no mundo.

A Figura 11 mostra que muitos dos países em processo de autocratiza-

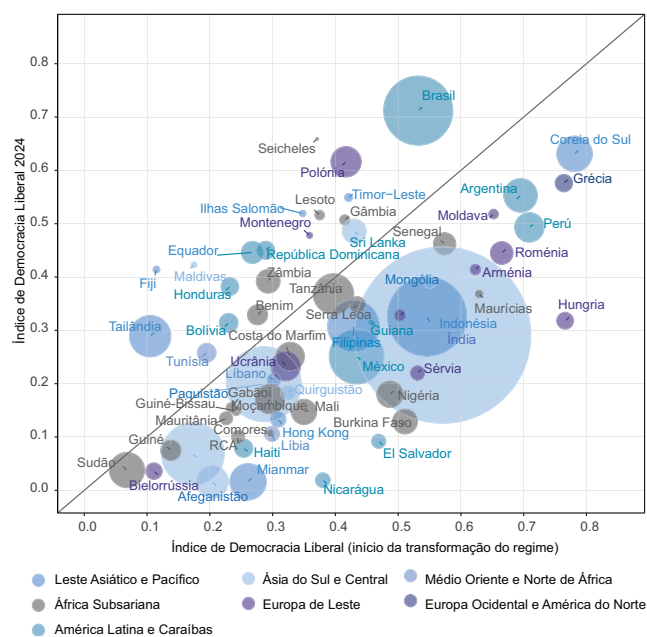
ção são potências regionais influentes com grandes populações, como a **Argentina**, a **Índia**, a **Indonésia**, o **México** e a **Coreia do Sul**. Outros exemplos de países populosos em processos de autocratização incluem o **Bangladesh**, o **Mianmar**, o **Paquistão** e as **Filipinas**.

A autocratização também se manifesta dentro da União Europeia, afetando a **Grécia**, a **Hungria** e a **Roménia**. Este facto reforça o peso da atual vaga de autocratização, quando os países influentes com grandes economias têm capacidade e podem exercer poder sobre outros.

Uma pequena minoria – menos de 6% – viviam em países em processo de democratização em 2024 (painel direito da Figura 10). Embora a percentagem represente um aumento em relação aos 2% registados em 2021, este número continua a ser extremamente baixo. A percentagem da população mundial que vive em países em processo de democratização tem-se mantido abaixo dos 10% nos últimos 15 anos.

Os países em processo de democratização são normalmente mais pequenos em termos de dimensão, economia e população (ver Figura 11). Alguns exemplos incluem a **Gâmbia**, as **Maldivas** e as **Seicheles**. No entanto, existem algumas exceções importantes, como o **Brasil**, a **Tai-lândia** e – a mais recente adição à lista – a **Polónia**.

FIGURA 11. PAÍSES DEMOCRATIZADORES VS. PAÍSES AUTOCRATIZADORES, POR TAMANHO DA POPULAÇÃO, 2024



A Figura 11 mostra a pontuação dos países no IDL em 2024 (eixo y) e no início de episódios de democratização e autocratização (eixo x), que varia consoante os países (os anos de início podem ser encontrados nas Figuras 13 e 17). A dimensão das bolhas reflete o tamanho da população. Os países acima da linha diagonal tornaram-se mais democráticos, enquanto que os países abaixo da linha diagonal tornaram-se mais autocráticos, em 2024, de acordo com a metodologia ERT.

Uma visão dos 64 países – entre regiões

Os 45 países em processo de autocratização e os 19 países em processo de democratização estão distribuídos por todas as regiões do mundo, como mostra a Figura 12. Quatro países (ou 17% da região) do **Leste Asiático e Pacífico** viveram episódios de democratização em 2024: Fiji, Ilhas Salomão, Tailândia e Timor-Leste. No entanto, cinco (22% da região)

⁴ Isto também significa que há vários países cujo declínio “potencial” começou já em 2022 ou 2023, ou antes, mas os critérios para os declarar “autocratizadores manifestos” não estão preenchidos – e poderão nunca estar. Se a deterioração nestes países continuar nos próximos anos, isso poderá aumentar substancialmente os números para 2024 post-factum. Chamamos a estes “casos limite”. Existem atualmente 20 “casos limite” de autocratização e 9 “casos limite” de democratização nos dados (ver Secção 6).

⁵ Note-se que as advertências sobre o número de episódios dos últimos anos discutidas acima também se aplicam aos democratizadores. Os números dos últimos anos podem aumentar post-factum nos próximos anos se os países que agora se qualificam como “potenciais” democratizadores continuarem a melhorar e os episódios de democratização se tornarem “manifestos”.

estão em declínio substancial: Hong Kong, Indonésia, Mianmar, Coreia do Sul e Filipinas.

Dois países estão a democratizar-se na **Ásia Central** e do **Sul**: as Maldivas e o Sri Lanka. Em contrapartida, seis países (43% dos países da região) estão em processo de autocratização: Afeganistão, Bangladesh, Índia, Quirguistão, Mongólia e Paquistão. A Índia, com 1,4 mil milhões de habitantes, o Paquistão, com 251 milhões, e o Bangladesh, com quase 174 milhões, são três dos países mais populosos do mundo. Os seus episódios de autocratização contribuem consideravelmente para a elevada percentagem da população mundial que vive tanto em autocracias (Figura 5) como em países em processo de autocratização (Figura 10).

A região **MONA** (Médio Oriente e Norte de África) é a região com o nível global de democracia mais baixo do mundo. Tem também apenas um país em processo de democratização – a Tunísia – que está a recuperar ligeiramente após uma autocratização substancial. Dois países estão em processo de autocratização – a Líbia e o Líbano.

A região com o maior número de países é a **África Subsariana** (N=51). Esta região tem também o maior número de países em processo de autocratização – 16 (31% da região): Burkina Faso, República Centro-Africana (RCA), Comores, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Níger, Senegal, Serra Leoa, Sudão e Tanzânia. A região acolhe também cinco países em processo de democratização (ou seja, 10% da região): Benim, Lesoto, Gâmbia, Seicheles e Zâmbia.

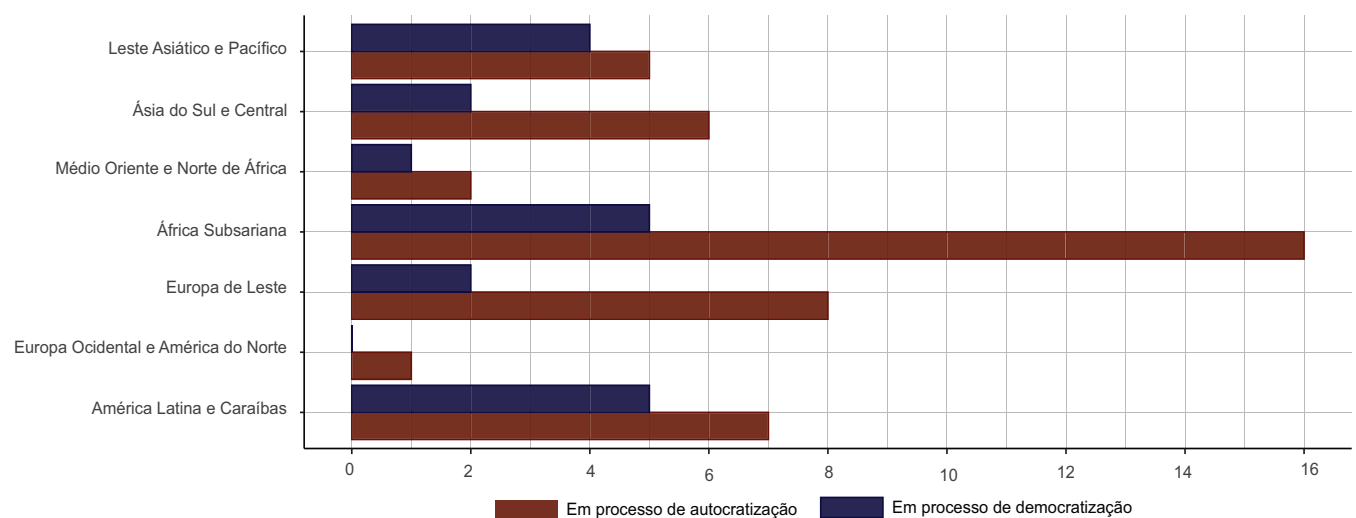
Dois países em processo de democratização encontram-se na **Europa de Leste**, o que representa 8% da região: Montenegro e Polónia. No entanto, um terço da região – oito países – está em processo de autocratização: Arménia, Bielorrússia, Geórgia, Hungria, Moldávia, Roménia, Sérvia e Ucrânia. Alguns destes países, como a Arménia, a Bielorrússia, a Geórgia, a Moldávia, a Roménia e a Ucrânia, estão fortemente expostos à influência russa, quer devido à invasão física (Ucrânia), quer por dependência económica e militar (Arménia e Bielorrússia), quer por interferência nos processos eleitorais (Geórgia e Roménia). Este último aspeto é abordado na Secção 5.

Nenhum país da **América do Norte** e da **Europa Ocidental** está a melhorar substancialmente os seus níveis de democracia, enquanto a Grécia é o único país que se encontra num episódio contínuo de declínio democrático substancial, segundo a ERT.⁶



Por último, a América Latina e as Caraíbas têm cinco países em processo de democratização (ou seja, 20% da região): Bolívia, Brasil, Equador, República Dominicana e Honduras. Três deles – Bolívia, Brasil e Equador – estão entre os democratizadores após fase autocratizadora – países que estão a inverter com sucesso os processos de autocratização dos anos anteriores (ver discussão aprofundada na Secção 4). No entanto, a autocratização está generalizada na região, com sete países (ou 28% da região) atualmente a regredir: Argentina, El Salvador, Guiana, Haiti, México, Nicarágua e Peru.

FIGURA 12. AUTOCRATIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO ENTRE REGIÕES, 2024



A Figura 12 mostra o número de países em processo de democratização e autocratização em cada região em 2024, de acordo com a metodologia ERT.

⁶ Os EUA registam um declínio substancial e estatisticamente significativo no IDL (ver Figura A7 nos Anexos). No entanto, no final de 2024, ainda se encontram abaixo do limiar ERT no IDE. Por magnitude de mudança no IDL, Chipre, Itália, Países Baixos e Portugal também registam declínios preocupantes.

Pessoas correm enquanto a polícia dispara gás lacrimogêneo durante uma manifestação contra as quotas na Universidade de Dhaka, em Dhaka, Bangladesh, a 17 de julho de 2024.
(Syed Mahamudur Rahman/NurPhoto via Getty Images)



3 | Países em Autocratização

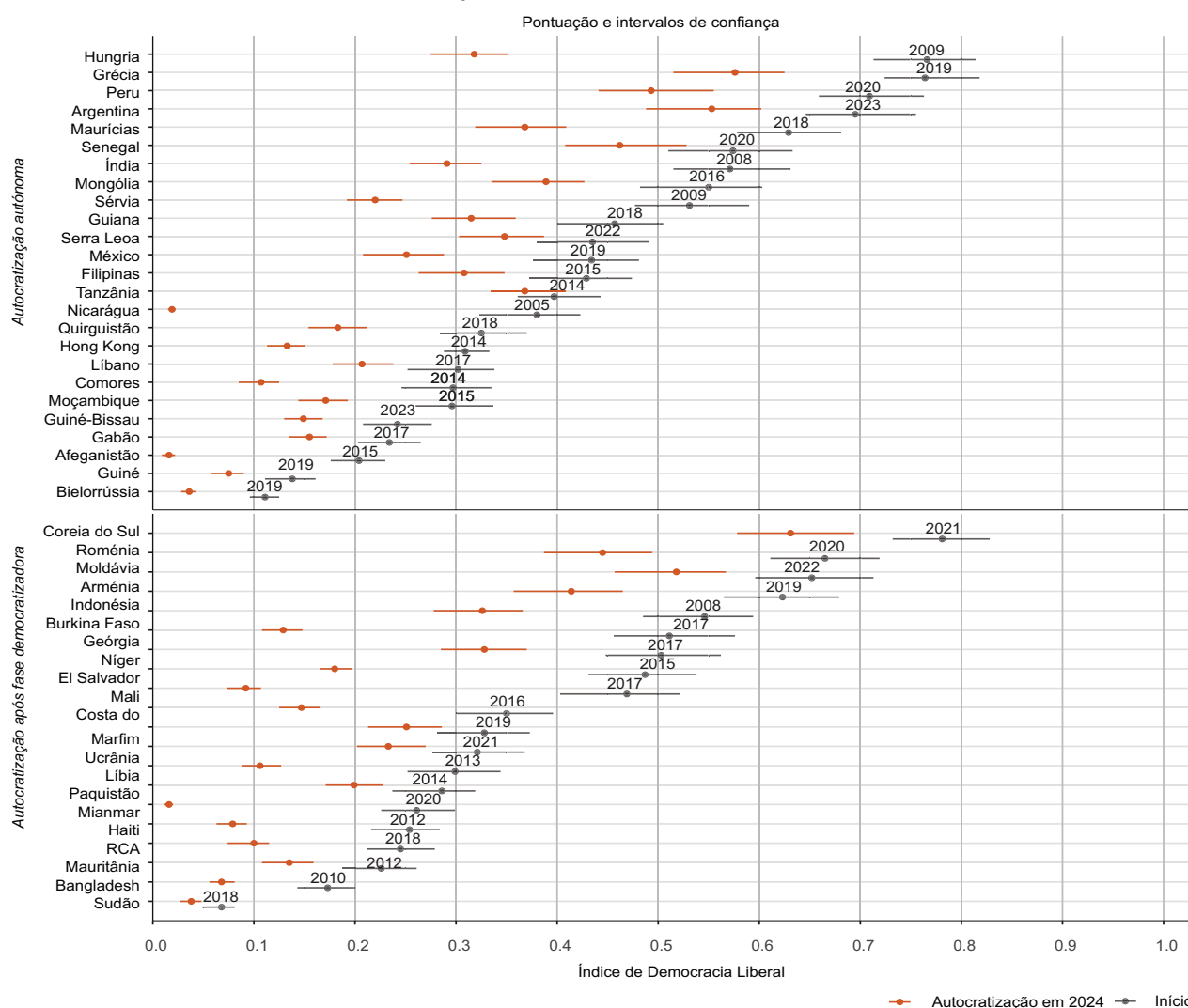
- 45 países estão atualmente a passar por episódios de autocratização. Esse número era de 42 no Relatório da Democracia do ano passado, e apenas 25 no relatório de 2021.
- 27 dos 45 países em processo de autocratização eram democracias no início do seu episódio. Destes, apenas 9 continuam a ser democracias em 2024. A taxa de colapso democrático é de 67%.
- Dos 45 países em processo de autocratização, 25 são processos autónomos e 20 são episódios de autocratização após fase democratizadora.
- Em 8 dos 10 principais processos autónomos, a autocratização começou numa democracia. Em 2024, apenas 3 deles continuam a ser democracias.
- Durante o episódio, 9 dos 10 principais casos de autocratização após fase democratizadora foram democracias em algum momento. Apenas 2 deles continuam a ser democracias.
- A censura dos meios de comunicação social é a prática mais popular entre os governos autocratizantes, seguida de perto pela diminuição da liberdade e da imparcialidade das eleições e pela repressão da sociedade civil.

Em 2024, existiam 45 países com processos de autocratização em curso. Com a precisão da metodologia ERT, o Relatório da Democracia 2025 pode mostrar as trajetórias destes países, delineando os desenvolvimentos no tempo até ao seu início. Todos os 45 países em processo de autocratização estão representados na Figura 13. O elevado número de países em processo de autocratização reflete o aumento acentuado da autocratização no mundo, discutido na Secção 2. Em comparação, o número de autocratizadores era de 42 no Relatório da Democracia do ano passado, 25 no Relatório da Democracia de 2021 e apenas 10 no início do século XXI.

Entre os 45 episódios em curso a partir de 2024, existem dois tipos: os processos de “autocratização autónoma” – em que o processo de deterioração começa de forma independente após um período de relativa estabilidade, e a “autocratização após fase democratizadora” – em que a autocratização se segue pouco depois de um período de democratização e está ligada a ele.

A lista completa está apresentada na Figura 13, agrupada em 25 processos de autocratização autónoma e 20 processos de autocratização após fase democratizadora. Os países estão ordenados de acordo com

FIGURA 13. TODOS OS 45 CASOS DE AUTOCRATIZAÇÃO EM CURSO, 2024



A Figura 13 mostra as pontuações do IDL e os intervalos de confiança no início do processo de autocratização (a preto). Segundo a metodologia ERT, estes são tecnicamente “pré-episódios”, no sentido em que o ano seguinte foi o primeiro a registar um declínio. A pontuação do IDL no ano anterior ao episódio mostra, assim, o nível de democracia que um país tinha antes da autocratização. Os valores em 2024 (laranja-vermelho) revelam a magnitude total da mudança. A ERT utiliza o Índice de Democracia Eleitoral (IDE) para identificar episódios. Por uma questão de coerência com o resto das análises do Relatório da Democracia, apresentamos os valores dos países no IDL. Um país pode mudar mais no IDE do que no IDL, o que explica casos com intervalos de confiança sobrepostos (eles não se sobrepõem no IDE).

os seus níveis no IDL no início da autocratização, do mais alto para o mais baixo. A pontuação do IDL para 2024 mostra a magnitude total da deterioração até ao final do ano.

Se a autocratização começa numa democracia, a probabilidade de sobreviver é muito baixa. Dos 45 países em processo de autocratização, 27 eram democracias no início dos seus episódios. Destes, 18 são agora autocracias.¹ Isto representa uma taxa de colapso democrático de 67%, e estes processos ainda estão em curso. A situação pode piorar: um estudo recente que analisa todos os episódios de autocratização com início em democracias de 1900 a 2019, documenta uma taxa de fatalidade de quase 80%.²

Os restantes países na Figura 13 já eram autocracias quando começaram a regredir. Destes 18, 17 eram autocracias eleitorais e doze – ou 71% – transitaram para autocracias fechadas. Isto mostra como a autocratização afeta os cidadãos também nas autocracias.

Alterações desde o Relatório da Democracia 2024

Há dez países em processo de autocratização na lista deste ano que não constavam do Relatório da Democracia do ano passado: seis autocratizações autónomas e quatro autocratizações após fase democratizadora. A lista completa encontra-se na Tabela 2.

Os anos de início dos “novos” autocratizadores, indicados na Tabela 2, realçam uma característica típica da autocratização no mundo atual e uma característica importante da metodologia ERT.

A característica típica da autocratização contemporânea é o facto de as deteriorações serem lentas e graduais, tornando os inícios difíceis de distinguir do ruído nos dados. Não é fácil dizer, à partida, quais os pequenos declínios que conduzirão a uma autocratização “genuína” e quais os que não o farão. Isto já foi estabelecido numa das primeiras análises científicas da terceira vaga de autocratização.³ No entanto, à medida que as pequenas deteriorações se acumulam num grande declínio agregado, a incerteza diminui.

Entre os novos autocratizadores, países como a Geórgia e a Tanzânia ilustram este ponto. Começaram a deteriorar-se há vários anos, mas só registaram um declínio global substancial no final de 2024.

Atualmente, podemos afirmar com certeza que se tratam de casos de autocratização. A metodologia ERT traça, assim, os seus processos até ao início de 2017 e 2014, respetivamente.

TABELA 2. AUTOCRATIZADORES QUE APARECERAM NA LISTA EM 2024

Processo de autocratização autónoma	Início do Episódio	Autocratização após fase democratizadora	Início do Episódio
1 Argentina	2023	1 Bangladesh	2010
2 Gabão	2017	2 Geórgia	2017
3 Guiné-Bissau	2023	3 Costa do Marfim	2019
4 Moçambique	2015	4 Moldávia	2022
5 Serra Leoa	2022		
6 Tanzânia	2014		

Sete autocratizadores desapareceram da lista, comparando com o relatório do ano passado. A Tabela 3 mostra a lista desses casos e o ano do fim dos episódios.

Existem várias boas notícias para a democracia neste grupo.

A autocratização foi interrompida e invertida na **Polónia** com as eleições de 2023, que puseram fim ao governo do partido Lei e Justiça (PiS) (ver Secção 4). No **Botsuana**, a autocratização foi travada antes da rutura de-

TABELA 3. AUTOCRATIZADORES QUE DESAPARECERAM DA LISTA EM 2024

Processo de autocratização autónoma	Fim do Episódio	Autocratização após fase democratizadora	Fim do Episódio
1 Botsuana	2023	1 Croácia	2017
2 Camboja	2019		
3 Chade	2022		
4 Gana	"caso limite"		
5 Guatemala	2022		
6 Polónia	2021		

O ano do fim do episódio corresponde ao último ano em que um país ainda registou declínios.

mocrática, quando o Partido Democrático do Botsuana (PDB) perdeu as eleições de 2024, após quase seis décadas de governo. O fim do episódio de autocratização foi marcado por uma transição pacífica. No caso da **Guatemala**, as eleições de 2023 foram um ponto de viragem, quando a oposição venceu, apesar de um processo eleitoral injusto, da intimidação e do assédio de jornalistas independentes, da sociedade civil e de juízes.⁴ Em 2024, a Guatemala estava apenas a uma pequena margem de se tornar um autocratizador após fase democratizadora (ver Secção 6).

Três processos foram simplesmente interrompidos após a autocratização. No **Chade**, o episódio terminou com as eleições de 2024, com o regresso do regime civil e da autocracia eleitoral. Na **Croácia**, a democracia sobreviveu à autocratização do início da década de 2010 e estabilizou num nível inferior de qualidade democrática em 2017. A Croácia continua também a ser um “caso limite” devido a deteriorações preocupantes mais recentes (ver Secção 6). No **Camboja**, a autocratização terminou em 2019 com o estabelecimento de uma autocracia estável com níveis de democracia mais baixos.

Por último, o **Gana** tem-se equilibrado em torno do limiar do ERT para a autocratização nos últimos anos, e algumas pequenas melhorias no último ano, colocaram-no novamente abaixo do limiar (ver Secção 6).

Autocratização autónoma

Oito dos 10 principais autocratizadores autónomos eram democracias antes do início da autocratização. A democracia já tinha colapsado em cinco dos oito casos – **Hungria, Índia, Maurícias, Nicarágua e Sérvia**. O processo de autocratização começou mais recentemente nos restantes três – **Grécia, México e Peru** – e são os únicos países que continuam a ser democracias em 2024. Não há dúvida de que a democracia é vulnerável também nestes três países.

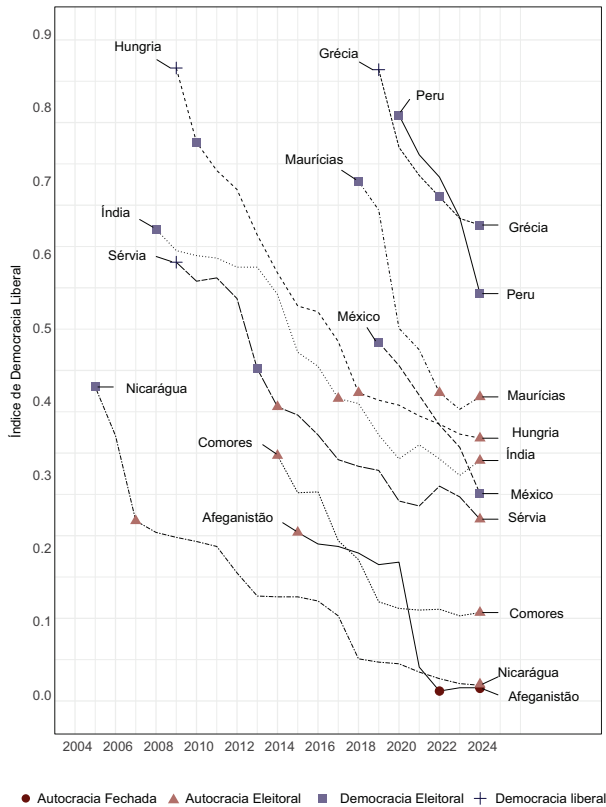
Em dois dos dez principais autocratizadores autónomos, o processo de declínio começou quando já eram autocracias: o **Afeganistão** tornou-se uma autocracia fechada após a subida ao poder dos Talibãs, enquanto a autocracia eleitoral nas **Comores** continua a degradar-se.

A Figura 14 representa os 10 principais dos 25 países com contínuos processos de autocratização autónoma. “Autocratização autónoma” significa que a autocratização começou após um período de relativa estabilidade nos níveis democráticos. A figura detalha as trajetórias destes casos no IDL, desde o início do episódio de cada país até ao final de 2024. A Tabela 4 apresenta a sua ordem de classificação em função da magnitude total do declínio.

Começamos por analisar os 3 países que permanecem democracias em 2024.

A autocratização na **Grécia** começou em 2019 com o novo primeiro-ministro, Kyriakos Mitsotakis, a enfraquecer gradualmente o Estado de Direito e a atacar a liberdade dos meios de comunicação social. As escutas

1 A Figura 13 não inclui informação sobre o tipo de regime de cada país no início do episódio e no final de 2024, mas essa informação pode ser encontrada no Anexo Tabela A1.
2 Boese, V. et al. 2021. *How democracies prevail: Democratic resilience as a two-stage process*. *Democratization* 28(5).
3 Lührmann, A., and S.I. Lindberg. 2019. *A Third Wave of Autocratization Is Here: What Is New About It?* *Democratization* 26(7).
4 www.freedomhouse.org/country/guatemala/freedom-world/2024

FIGURA 14. 10 PRINCIPAIS AUTOCRATIZADORES AUTÔNOMOS, 2024


A Figura 14 apresenta os valores para os 10 principais países em processo de autocratazação autônoma. Para detalhes técnicos, ver nota abaixo da Figura 13.

TABELA 4. MAGNITUDE DO DECLÍNIO, FIGURA 14

Classificação	País	Início do Episódio	Mudança no IDL
1	Hungria	2009	-0.448
2	Nicarágua	2005	-0.361
3	Sérvia	2009	-0.311
4	Índia	2008	-0.288
5	Maurícias	2018	-0.261
6	Peru	2020	-0.216
7	Comores	2014	-0.190
8	Grécia	2019	-0.188
9	Afeganistão	2015	-0.188
10	México	2019	-0.183

telefônicas do governo a líderes da oposição, jornalistas e, até mesmo, a outros membros do governo foram reveladas em 2022. No entanto, Mitsotakis e o seu partido Nova Democracia obtiveram a maioria absoluta nas eleições de 2023, e três novos partidos nacionalistas de extrema-direita (Spartans, Greek Solution e Victory) obtiveram um total de 34 lugares, erodindo ainda mais o compromisso democrático no sistema partidário.⁵ No entanto, as eleições para o Parlamento Europeu em 2024 traduziram-se numa penalização significativa para o partido no poder, a Nova Democracia, que atingiu a percentagem de votos mais baixa dos últimos 15 anos, com 28,3%. A Grécia passou de uma democracia liberal para uma democracia eleitoral no final de 2022 e mantém este estatuto em 2024.

A tendência anti-democrática do **México** é acentuada nos últimos três anos. A vitória esmagadora de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) e do Movimento Regeneração Nacional (MORENA), em 2018, levou a um controlo monopolizado dos poderes executivo e legislativo e a uma maioria (23 em 31 até ao final de 2024) dos estados subnacionais⁶, ao enfraquecimento das restrições judiciais e ao reforço do poder dos militares em questões civis.⁷ Com as eleições de junho de 2024, o MORENA aumentou a sua quota de lugares legislativos de 40% para 47%, e a sucessora de AMLO, Claudia Sheinbaum, ganhou a presidência – a primeira mulher eleita presidente no México. O México está classificado como uma democracia eleitoral de “zona cinzenta” (DE-), o que significa que o seu estatuto de democracia era incerto no final de 2024.

O **Peru** apresenta uma das mais acentuadas tendências descendentes dos últimos tempos. Pedro Castillo obteve uma vitória com margem reduzida nas eleições de 2021, mas não dispunha de uma maioria parlamentar. Castillo tentou um autogolpe em 2022 e foi destituído pelo Congresso, em meio de protestos violentamente reprimidos. O Congresso peruano levou a cabo reformas constitucionais impopulares, tais como a criação de um sistema bicameral, o aumento do número de deputados no Parlamento e a restrição da independência do poder judicial.⁸ No final de 2024, o Peru era considerado uma democracia eleitoral e aguarda novas eleições apenas em 2026.

Cinco dos 10 principais autocratazadores autônomos começaram como democracias, mas a autocratazação levou a um colapso:

A **Hungria** ocupa o primeiro lugar entre todos os 45 autocratazadores em termos de magnitude de mudança (ver Tabela 4) e é também o principal autocratazador da “terceira vaga de autocratazação” dos últimos 25 anos. A Hungria era uma democracia liberal em 2009, antes de Viktor Orbán e o seu partido Fidesz, anti-pluralista⁹ e nacionalista-cristão, chegarem ao poder. Uma vez no poder, iniciaram uma redução progressiva dos pesos e contrapesos, num exemplo clássico de autocratazação contemporânea. Uma série de descarrilamentos bem documentados da democracia¹⁰ levou a uma autocracia eleitoral em 2018. O Fidesz aprovou a “Lei da Defesa da Soberania” em 2023, que permite o escrutínio arbitrário e o acesso ilimitado a dados pessoais. A Hungria registou o seu sétimo ano como autocracia eleitoral em 2024.

A autocratazação da **Índia**, a partir de 2008, é também um feito emblemático da “terceira vaga de autocratazação”, com um lento, mas sistemático dismantelamento das instituições democráticas. O dismantelamento da democracia pelo partido no poder, o Partido do Povo Indiano (BJP), anti-pluralista e hindu-nacionalista, e pelo Primeiro-Ministro Modi está exaustivamente documentado, incluindo a deterioração da liberdade de expressão e da independência dos meios de comunicação social, o assédio a jornalistas críticos do governo, os ataques à sociedade civil e à oposição com recurso a leis sobre sedição, difamação e contraterro-rismo.¹¹ As eleições de junho de 2024 foram um retrocesso para o BJP, obrigando-o a governar em coligação.¹² 2024 é o primeiro ano desde 2008 em que a Índia não registou qualquer deterioração dos níveis de democracia, mas continua a ser uma autocracia eleitoral desde 2017.

Nas **Ilhas Maurícias**, os esforços de censura dos meios de comunicação social por parte do governo têm vindo a aumentar significativamente desde 2019. Em 2021, o governo introduziu vários novos regulamentos que restringem o trabalho das empresas de radiodifusão e dos jornalistas.¹³ Os escândalos de escutas telefônicas também fizeram parte da sé-

5 Angiolillo, F., et al. 2025. Party Systems, Democratic Positions, and Regime Changes: Introducing the Party-System Democracy Index. *British Journal of Political Science*.

6 www.csis.org/analysis/uncertain-future-democratic-backsliding-through-executive-aggrandizement-under-amlo; Aguiar Aguiar, A., et al. 2025. *Is Mexico at the Gates of Authoritarianism?* *Journal of Democracy* 36(1).

7 Ibid.

8 www.freedomhouse.org/country/peru/freedom-world/2024

9 Medzihorský, J., e S.I. Lindberg. 2024. Walking the talk: How to identify anti-pluralist parties. *Party Politics* 30(3).

10 Ordanoski, G. e F. Angiolillo. 2024. Incumbents' Strategies of Repression during Autocratization: Evidence from Hungary and North Macedonia. SSRN Working Paper.

11 Tudor, M. 2023. *Why India's Democracy is Dying*. *Journal of Democracy* 34(3);

www.amnesty.org/en/latest/news/2024/03/india-crackdown-on-opposition-reaches-a-crisis-point-ahead-of-national-elections/

12 Maiorano, D. 2024. India's 2024 Elections: Has Democratic Backsliding Come to a Halt? *IAI Commentaries* (24)37.

13 www.freedomhouse.org/country/mauritius/freedom-world/2024

Caixa 5. Autocratização após fase democratizadora e Democratização após fase autocratizadora

As autocratizações após fase democratizadora são episódios em que a democratização é seguida de autocratização. Inversamente, democratizações após fase autocratizadora são episódios de mudança num país em que a autocratização é seguida de democratização.

Utilizamos a ERT para identificar episódios de democratização e de autocratização (ver Caixa 4). Adotamos uma regra de não mais de cinco anos entre os episódios para fazer uma autocratização após fase democratizadora ou uma democratização após fase autocratizadora. Isto advém do artigo acadêmico recentemente referido em baixo.

Simplificando, autocratizações após fase democratizadora são episódios onde a democratização se transforma em autocratização dentro de um período máximo de cinco anos após o fim dos progressos democráticos. Democratizações após fase autocratizadora são episódios onde a autocratização se transforma em democratização dentro de um período equivalente.

Artigo em destaque: Nord, Marina, Fabio Angiolillo, Martin Lundstedt, Felix Wiebrecht, e Staffan I. Lindberg. 2025. *When Autocratization is Reversed: Episodes of U-Turns since 1900. Democratization*, online first.

rie de ações que enfraqueceram a democracia.¹⁴ As Maurícias, uma das democracias mais antigas de África, que remonta à sua independência em 1968, regrediram para uma autocracia eleitoral de “zona cinzenta” em 2022. No entanto, numa reviravolta radical dos acontecimentos, as eleições gerais de 2024 conduziram a uma vitória esmagadora da oposição, que obteve 60 dos 62 assentos legislativos, enquanto o antigo partido no poder foi erradicado do parlamento (ver também Secção 5).¹⁵

A **Nicarágua** encontra-se num longo processo de autocratização há duas décadas, com Daniel Ortega e a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) a enfraquecer a qualidade das eleições, abolindo os limites dos mandatos presidenciais, eliminando os partidos da oposição de uma disputa séria, encerrando milhares de organizações da sociedade civil e eliminando os controlos sobre o poder executivo.¹⁶ Em fevereiro de 2025, Ortega e a sua mulher, Murillo, consolidaram “poder absoluto” ao retificarem a constituição, tornando-se “co-presidentes”.¹⁷ IEm duas décadas, a Nicarágua regrediu de uma democracia eleitoral para os últimos lugares, ao lado de autocracias fechadas como o Afeganistão e Mianmar.

A **Sérvia** é outro caso de retrocesso democrático prolongado, com o Presidente Aleksandar Vučić e o seu Partido Progressista Sérvio (SNS) a transformarem o país numa autocracia eleitoral já em 2014, e, posteriormente, a assediar cada vez mais a oposição, a incentivar irregularidades eleitorais e a enfraquecer a liberdade dos meios de comunicação social.¹⁸ As eleições de 2023 envolveram intimidação aos candidatos da oposição e fraude eleitoral, levando a uma nova vitória do governo de direita incumbente.¹⁹ No final de 2024, o primeiro-ministro Vučić enfrentou graves protestos estudantis que levaram à sua demissão a 28 de janeiro de 2025. No entanto, no momento da redação deste relatório, Vučić permanece no cargo na qualidade de primeiro-ministro interino até que a Assembleia Nacional eleja um novo primeiro-ministro. A Sérvia é considerada uma autocracia eleitoral desde 2014. Dois países já eram autocracias quando a sua autocratização autónoma começou.

As **Ilhas Comores** eram uma autocracia eleitoral quando as eleições de 2016 – marcadas por violência e irregularidades – iniciaram o processo de autocratização. Em 2018, o Presidente Assoumani aboliu o Tribunal Consti-

tucional e aumentou os limites dos mandatos presidenciais num referendo boicotado pela oposição. Os opositores ao referendo foram perseguidos e os protestos políticos foram reprimidos pelo exército. Assoumani venceu um terceiro mandato nas eleições de 2019 e um quarto em janeiro de 2024.²⁰ No final de 2024, as Comores permaneciam uma autocracia eleitoral.

No **Afeganistão**, os primeiros sinais de deterioração remontam a 2016, porém após a tomada de poder pelos Talibã em agosto de 2021, seguiu-se uma rápida e acentuada redução de quase todas as liberdades. Desde 2021 que os Talibã governam através de decretos, a lei da sharia é utilizada, os direitos das mulheres foram revogados, os direitos políticos e cívicos foram suspensos, os jornalistas são restringidos pela violência, e as universidades são sistematicamente encerradas num curto espaço de tempo. O Afeganistão é uma das autocracias fechadas mais repressivas no mundo em 2024.

Autocratização após fase democratizadora

Autocratizações após fase democratizadora podem ser vistas como episódios de “democratização falhada”, ou re-autocratização logo após um período de progresso substancial. 90% dos casos de autocratização após fase democratizadora atualmente em curso foram democracias em algum momento do episódio. No entanto, todos estes processos, à exceção de dois, já levaram ao colapso da democracia. Apenas a **Arménia** e a **Ro-ménia** permanecem democracias, mas as suas trajetórias atuais sugerem que a democracia pode estar em risco.

Quatro casos em que a democracia colapsou – **Burkina Faso, Líbia, Mali e Níger** – são, agora, autocracias fechadas, enquanto **El Salvador, a Geórgia** e a **Indonésia** são, atualmente, autocracias eleitorais.

Nomeadamente, na **Geórgia** e na **Indonésia**, a democracia colapsou em 2024, durante o “ano recorde” de eleições. A Indonésia já se encontrava na “zona cinzenta” democrática no final de 2023, mas continuou em declínio em 2024. O ano eleitoral de 2024 representa o maior declínio anual desde a independência da **Geórgia**, transformando o país numa autocracia eleitoral.

O **Mianmar** é o único país na lista das 10 principais autocratizações após fase democratizadora que nunca foi uma democracia. O período de democratização no início da década de 2010 levou a uma autocracia eleitoral. Uma autocracia fechada foi restabelecida com o golpe de 2021 e a situação continuou inalterada até ao final de 2024.

A Figura 15 detalha as trajetórias no IDL para os 10 principais episódios de autocratização após fase democratizadora. Nas autocratizações após fase democratizadora, o período de democratização é seguido de perto por um período de autocratização.

A Tabela 5 mostra a classificação dos países em termos de magnitude do declínio durante o episódio. O **Burkina Faso** é o pior infrator nessa perspetiva, enquanto a Geórgia tem a mudança menos substancial entre os 10 principais.

Entre os dois países onde a democracia ainda sobrevive, a democratização inicialmente lenta da Arménia transformou-a numa democracia eleitoral com a Revolução de Veludo,²¹ anteriores do Relatório da Democracia. O episódio de autocratização começou em 2020, com a Segunda Guerra do Nagorno-Karabakh. O governo de Nikola Pashinyan recorreu a táticas autoritárias, como a restrição da liberdade de expressão, do espaço cívico e das liberdades civis. A crescente disseminação do discurso de ódio, da desinformação e da polarização alimentou o declínio democrático,²² juntamente

¹⁴ www.rsf.org/en/five-journalists-targeted-wiretapping-mauritius-rsf-calls-independent-investigation

¹⁵ www.idea.int/democracytracker/report/mauritius/november-2024

¹⁶ Stuenkel, O., e A. E. Feldman. 2017. “The Unchecked Demise of Nicaraguan Democracy”. Carnegie Endowment for International Peace.

¹⁷ www.france24.com/en/live-news/20250131-nicaragua-legislature-cements-absolute-power-of-president-wife/

¹⁸ Milačić, F. 2024. *Why Aspiring Autocrats are Watching Serbia*. *Journal of Democracy*, online exclusive.

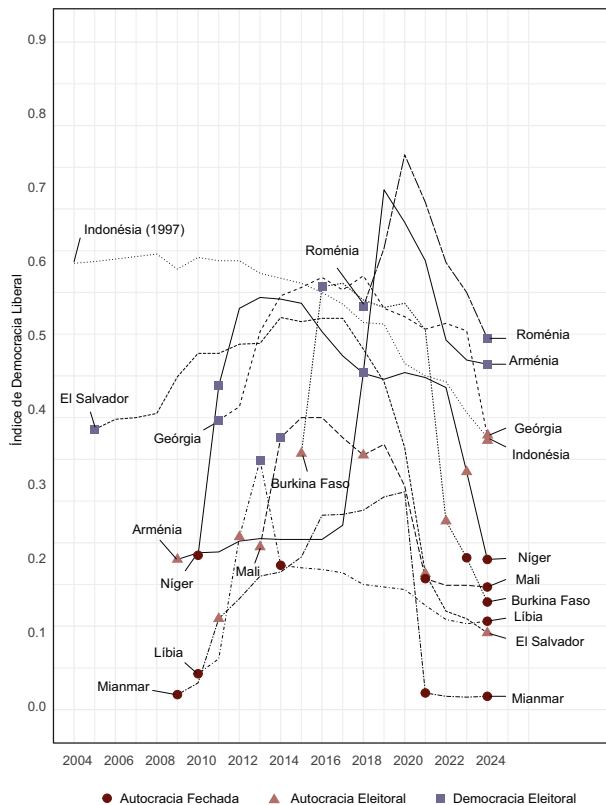
¹⁹ www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20240202IPR17327/serbia-did-not-fulfil-its-commitments-to-free-and-fair-elections-say-meps

²⁰ www.bbc.com/news/world-africa-68002934

²¹ Lansky, M., e E. Suthers. 2019. *Armenia's Velvet Revolution*. *Journal of Democracy* 30(2).

²² Terzian, A. 2024. *Armenia in the Aftermath of the War: Between Changing Landscapes and Unchanging Problems*. Eurasian Institutes, WP 1/2024.

FIGURA 15. PRINCIPAIS AUTOCRATIZADORES APÓS FASE DEMOCRATIZADORA, 2024



A Figura 15 apresenta os valores do IDL para os 10 principais países em processo de autocratização após fase democratizadora. Para detalhes técnicos, ver nota abaixo da Figura 13.

TABELA 5. MAGNITUDE DO DECLÍNIO, FIGURA 15

Classificação	País	Início do Episódio	Mudança no IDL
1	Burkina Faso	2017	-0.382
2	El Salvador	2017	-0.377
3	Nigér	2015	-0.307
4	Mianmar	2020	-0.245
5	Indonésia	2008	-0.220
6	Roménia	2020	-0.220
7	Arménia	2019	-0.209
8	Mali	2016	-0.203
9	Libia	2013	-0.193
10	Geórgia	2017	-0.175

com a vitória do Azerbaijão na guerra, em 2023. Em 2024, a polarização política continuava a ameaçar o futuro democrático da Arménia.

O processo de democratização na **Roménia** começou a partir de 2019 sob o governo liderado pelo Partido Nacional Liberal, que melhorou o Estado de direito e a liberdade de expressão.²³ A reviravolta começou com um novo governo de coligação eleito em 2021. A intimidação da oposição, a supressão da sociedade civil, os ataques aos meios de comunicação social e as intervenções dos serviços secretos tornaram-se comuns.²⁴ Uma crise política interna seguiu-se à invasão da Ucrânia pela Rússia, espalhando a

instabilidade no país. Em 2024, a Roménia anulou os resultados da primeira volta das eleições presidenciais devido à interferência estrangeira da Rússia.²⁵ Em 2024, o país ainda retém o estatuto de democracia eleitoral.

Dos dois países onde se registou uma rutura da democracia em 2024, a **Geórgia** foi um dos 5 principais “casos limite” de autocratização no *Relatório da Democracia* do ano passado. Um período de democratização com progressos na independência judicial, na liberdade de expressão e nas liberdades civis durou de 2013 a 2017. O retrocesso começou em 2018, mas a deterioração foi gradual até 2023. Em 2024, os resultados da democracia entraram em rápido declínio, transformando a Geórgia numa autocracia eleitoral. O processo eleitoral de 2024 foi marcado por acusações de fraude e protestos maciços,²⁶ o governo classificou a oposição política como forças criminosas e ameaçou proibir os partidos da oposição,²⁷ os manifestantes e os atores da sociedade civil foram detidos e acusados²⁸ e uma nova lei sobre “agentes estrangeiros”²⁹ foi introduzida. O Parlamento Europeu emitiu uma resolução em que declara que a democracia da Geórgia está em risco, suspendendo a integração do país na UE.³⁰

A **Indonésia** é outro país em processo de autocratização após fase democratizadora onde a democracia entrou em rutura em 2024. O processo de democratização começou em 1998 com o fim do regime do presidente autoritário Suharto e durou até ao final da década de 2000. O governo do Presidente Joko Widodo (2014-2024) conduziu a uma crescente polarização e iliberalismo. O seu governo manipulou regularmente as instituições do Estado para obter ganhos pessoais, reprimiu a oposição islâmica e proibiu os funcionários públicos de se envolverem em “discursos de ódio” contra o governo.³¹ Em 2024, os indonésios elegeram como novo presidente Prabowo Subianto, um antigo general militar acusado de abusos dos direitos humanos durante a ditadura de Suharto. A Indonésia encontra-se no nível mais baixo de democracia desde o início do século XXI.

Existem cinco casos de autocratização após fase democratizadora que, primeiro, se tornaram democracias, no entanto a democracia colapsou e as deteriorações continuaram. Três desses casos – **Burkina Faso**, **Mali** e **Nigér** – sofreram golpes militares entre 2021 e 2023 e são atualmente dirigidos por juntas militares. Estes saíram da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 2024³² e formaram a Aliança dos Estados do Sahel,³³ o que demonstra o seu isolamento do resto da região.

O **Burkina Faso** democratizou-se na sequência das eleições gerais de 2015, no entanto deslocou-se no sentido da autocratização após fase democratizadora já em 2018. Na sequência de dois golpes de Estado em 2022 e de conflitos com jihadistas, a junta militar expulsou as forças francesas e restringiu, ainda mais, a liberdade de expressão e as liberdades civis. Em 2024, a junta proibiu temporariamente os meios de comunicação social estrangeiros.³⁴ As eleições foram adiadas indefinidamente e o governo militar anunciou que governaria até 2029.³⁵ O Burkina Faso continuava a ser uma autocracia fechada em 2024.

Os progressos democráticos no **Mali** decorreram após as eleições presidenciais de 2013, que restauraram um governo civil. Apesar dos contínuos conflitos no norte do país envolvendo grupos rebeldes apoiados por militantes islâmicos, a democracia sobreviveu vários anos com substancial ajuda externa e apoio militar à manutenção da paz. A viragem no sentido

23 www.v-dem.net/media/publications/CB_12_Romania_v2.pdf

24 Chinea, C., e M. Ionescu. 2024. “The State of Democracy in Romania: A Future Problem on the EU Agenda.” ELF Research Paper No 5.

25 www.edition.cnn.com/2024/12/06/europe/romania-annuls-presidential-election-intl/index.html

26 www.osce.org/dihr/elections/584050

27 www.politico.eu/article/georgia-opposition-ban-georgian-dream-party-election-eu-enlargement-irakli-kobakhidze/

28 www.bbc.com/news/articles/clj2e57r70o

29 www.commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-10047/

30 www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20241003IPR24429/parliament-says-georgia-s-democracy-is-at-risk

31 Mietzner, M. 2024. The Limits of Autocratization in Indonesia: Power Dispersal and Elite Competition in a Compromised Democracy. *Third World Quarterly*, online first; Warburton, E. 2020. “Deepening Polarization and Democratic Decline in Indonesia”. Em: Carothers, T., e A. O’Donohue (eds.): *Political Polarization in South and Southeast Asia: Old Divisions, New Dangers*. Carnegie Endowment for International Peace.

32 www.apnews.com/article/ecowas-niger-mali-burkina-faso-672c3db44eb28fd4a181840f5ba00296

33 www.aljazeera.com/news/2023/9/16/mali-niger-and-burkina-faso-establish-sahel-security-alliance

34 www.apnews.com/article/burkina-faso-killing-media-radio-4905ce1a72bddb39f52d55acd1907482, www.africanews.com/2024/10/08/burkina-faso-military-junta-suspends-voice-of-america/

35 www.bbc.com/news/articles/c5117d8kz16o

da autocracia começou em 2017 e o Mali tornou-se uma autocracia eleitoral no ano seguinte. Os golpes militares em 2020 e 2021 resultaram numa autocracia fechada, que continuava a ser o estatuto do país em 2024.

As eleições gerais de 2011 estabeleceram o **Níger** como uma democracia eleitoral. Em 2016, os conflitos no Mali começaram, também, a afetar o Níger e o governo impôs restrições à liberdade de expressão.³⁶ As eleições gerais de 2020-2021 marcaram a primeira transição democrática do poder de sempre no Níger, mas o novo governo foi derrubado por uma junta militar em julho de 2023, estabelecendo, assim, uma autocracia fechada – estatuto que o país mantém até ao final de 2024.

El Salvador passou por um período de intensificação democrática entre 2006 e 2017, melhorando a democracia eleitoral estabelecida em 1999. O processo de autocratização após fase democratizadora começou em 2019, quando a polarização política, a corrupção, a violência e a desconfiança nos partidos políticos tradicionais resultaram na eleição de um “outsider” e autoproclamado “ditador mais fixe do mundo”, Presidente Nayib Bukele.³⁷ O Presidente entrou rapidamente em conflito com o parlamento, ao ponto de colocar soldados armados no Congresso.³⁸ Em 2021, o partido de Bukele obteve uma supermaioria nas eleições parlamentares, aumentando a sua influência. O regime de Bukele em El Salvador é marcado por detenções arbitrárias e encarceramentos em massa, restrições à liberdade de expressão, reforma forçada de juízes e a sua substituição por juízes pró-governamentais e manipulação dos limites de mandatos.³⁹ Este último facto permitiu a reeleição de Bukele em 2024.⁴⁰

A revolução de 2011 na **Líbia** destituiu o regime do Coronel Gaddafi e levou ao estabelecimento do Conselho Nacional de Transição. As eleições gerais de 2012 foram consideradas livres e justas e a Líbia foi, durante um ano (2013), classificada como uma democracia eleitoral. Desde 2014, a Líbia está mergulhada numa guerra civil entre dois governos rivais, cada um deles apoiado por várias milícias. Novas eleições têm sido repetidamente adiadas, sem qualquer expectativa de as realizar em breve.

Por último, o **Mianmar** é o único país em processo de autocratização após fase democratizadora que permaneceu autocrático durante a totalidade do episódio. Um período de liberalização sob a liderança de Aung San Suu Kyi fez do Mianmar um dos principais democratizadores da década de 2010. No entanto, o golpe militar de 2021 fez com que o Mianmar voltasse rapidamente a ser considerado uma autocracia fechada. Desde 2021, a junta militar matou mais de 6 000 pessoas, deteve mais de 20 000 e mais de 3,5 milhões de pessoas estão deslocadas internamente.⁴¹ Os conflitos entre grupos rebeldes e os militares intensificaram-se desde 2023,⁴² e a violência contra a comunidade Rohingya aumentou.⁴³ No final de 2024, Mianmar continuava a ser uma das autocracias fechadas mais repressivas do mundo.

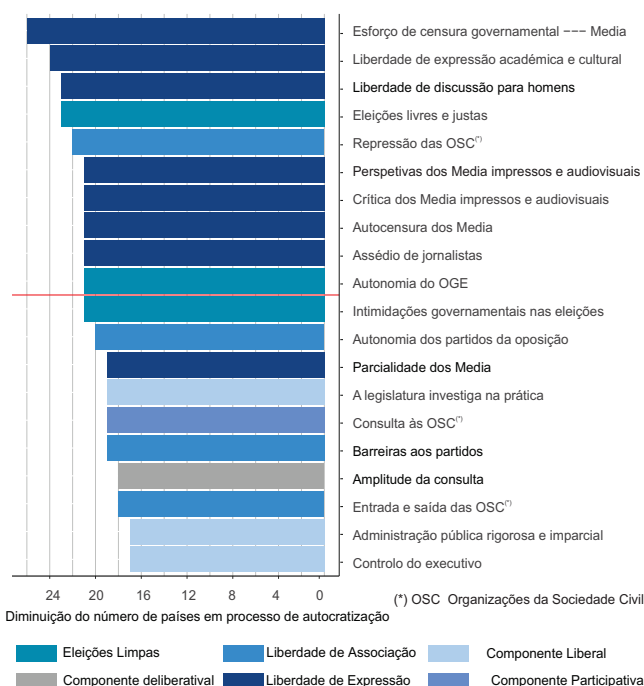
ARMA FAVORITA: A CENSURA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Os **esforços do governo para censurar os meios de comunicação social** são a arma preferida contra a democracia entre os 45 atuais países em processo de autocratização. Vários outros indicadores da Liberdade de Expressão estão também entre os mais prejudicados, reafirmando a situação alarmante da liberdade de expressão salientada na Secção 1. Para além disso, a diminuição da **liberdade e da equidade das eleições** e a **repressão da sociedade civil** são, também, as principais escolhas dos aspirantes a autocratas e dos autocratas estabelecidos.

A Figura 16 indica os aspetos específicos mais frequentemente afetados durante o processo de autocratização. A figura apresenta os 20 principais indicadores que registam uma diminuição substancial e significativa no maior número dos 45 países em processo de autocratização (tanto autocratizadores autónomos como em processo de autocratização após fase democratizadora).

países indicadores que registam uma diminuição substancial e significativa no maior número dos 45 países em processo de autocratização (tanto autocratizadores autónomos como em processo de autocratização após fase democratizadora).

FIGURA 16. 20 PRINCIPAIS INDICADORES EM DECLÍNIO EM PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO, 2024



A Figura 16 mostra o número de países em processo de autocratização que registaram um declínio nos 20 principais indicadores. Para detalhes técnicos, ver nota abaixo da Figura 8.

Todos os indicadores que entram em qualquer um dos índices de democracia são incluídos na análise. Para cada país, o nível de 2024 é comparado com o nível que o mesmo tinha antes do início da autocratização (os anos são apresentados na Figura 13).

Os indicadores relativos à Liberdade de Expressão não só dominam a lista dos 20 primeiros, como também se encontram no topo da mesma, confirmando a situação preocupante para a liberdade de expressão salientada na Secção 1. Os **esforços de censura governamental**, os **ataques à expressão académica e cultural** e a **liberdade de discussão para os homens** são os três aspetos mais frequentemente atacados entre os 45 países em processo de autocratização atualmente. Estes aspetos registam um declínio substancial e estatisticamente significativo em 26, 24 e 23 países, respetivamente.

A Nicarágua ocupa o primeiro lugar em termos de magnitude da deterioração destes três indicadores. O governo de Ortega insulta e ataca regularmente jornalistas, criminaliza um vasto leque de comunicações online e restringe a liberdade académica.⁴⁴ Igualmente grave é a situação da liberdade de expressão no Mianmar, onde os jornalistas são regularmente perseguidos e detidos e o bloqueio dos meios de comunicação social e dos websites de notícias e da sociedade civil se tornou uma realidade quotidiana.⁴⁵ Outros dos piores infratores são o Afeganistão, a Bielorrússia, El Salvador e a Hungria.

36 www.amnesty.org/en/location/africa/west-and-central-africa/niger/report-niger/

37 www.theguardian.com/world/2021/sep/21/fears-for-democracy-in-el-salvador-after-president-claims-to-be-coolest-dictator

38 www.npr.org/2020/02/10/804407503/troops-occupy-el-salvadors-legislature-to-back-president-s-crime-package

39 www.journalofdemocracy.org/elections/how-the-worlds-most-popular-dictator-wins/

40 www.nytimes.com/2024/02/04/world/americas/election-el-salvador-bukele.html

41 www.amnesty.org/en/latest/news/2025/01/myanmar-four-years-after-coup-world-must-demand-accountability-for-atrocity-crimes/

42 www.voanews.com/a/myanmar-s-rebels-closing-in-around-junta-into-fifth-year-of-civil-war-7958145.html

43 www.state.gov/four-years-from-the-military-coup-in-myanmar-joint-statement-by-australia-canada-the-european-union-the-republic-of-korea-new-zealand-norway-switzerland-the-united-kingdom-and-the-united-state/

44 PEN-International. 2024. Report on the Situation of Freedom of Expression in Nicaragua.

45 www.justiceformyanmar.org/stories/the-myanmar-juntas-partners-in-digital-surveillance-and-censorship



Uma manifestante enfrenta um agente da polícia sérvia, mostrando as mãos pintadas de vermelho, simbolizando a negligência e a má gestão do governo, durante um protesto convocado pela organização estudantil “SviCe” (Rising), em Belgrado, a 3 de novembro de 2024. (Andrej Isakovic/AFP via Getty Images)

Outros indicadores de liberdade de expressão incluem os ataques governamentais aos **meios de comunicação social impressos e audiovisuais críticos do governo**, reduzindo as **perspetivas oferecidas pelos meios de comunicação social**, aumentando a **autocensura** dos mesmos, e um **ataque** mais frequente a **jornalistas**. Todos estes indicadores regrediram em 21 países em processo de autocratização.

Estes indicadores estão estreitamente relacionados entre si e mostram diferentes métodos de como os governos silenciam as vozes “desleais” dos meios de comunicação social, impõem pressões regulamentares sobre os jornalistas honestos e manipulam o espaço de informação a seu favor. A Hungria é um exemplo. O seu sistema de comunicação social tornou-se particularmente centralizado e politicamente controlado durante o processo de autocratização, criando uma “autocracia informativa” com controlo total do Estado sobre o discurso público.⁴⁶

A liberdade dos meios de comunicação social é, também, prejudicada em países ainda democráticos. Exemplos recentes incluem a Moldávia, a Roménia e a Coreia do Sul, onde a parcialidade e a autocensura dos meios de comunicação social são cada vez mais comuns. Não surpreende que autocracias fechadas como o Afeganistão e o Mianmar estejam a regredir em todos estes indicadores.

O indicador para **eleições livres e justas** regrediu em 23 países. Estes dados são semelhantes aos registados no Relatório da Democracia do ano passado, demonstrando que as eleições continuam a ser o segundo aspeto democrático mais atacado em países em processo de autocratização. Entre os países que registaram as deteriorações mais substanciais entre os 45 países em processo de autocratização, encontram-se a Geórgia, a Hungria, a Nicarágua e a Sérvia. Particularmente, na Geórgia, as deteriorações mais sérias neste indicador foram registadas em 2024, durante o “ano recorde de eleições”.

Ataques à **autonomia do Órgão de Gestão Eleitoral (OGE)** estão a tornar-se mais comuns em 21 dos 45 países em processo de autocratização, incluindo na Indonésia, onde a democracia colapsou em 2024, e na Ro-

ménia – um dos países em processo de autocratização mais recentes. A **intimidação governamental da oposição** durante os períodos eleitorais aumentou substancialmente em 21 países, entre eles o Bangladesh, a Bielorrússia, a Índia, o Paquistão e a Sérvia. Em suma, três dos indicadores no Índice de Eleições Limpas encontram-se entre os 20 principais indicadores em declínio, e todos eles aparecem relativamente no topo da lista.

A **repressão às Organizações da Sociedade Civil (OSC)** continua a ser uma das armas preferidas dos aspirantes a autocratas. Este indicador encontra-se em declínio em 22 países, ou seja, em quase mais de metade dos 45 países em processo de autocratização. Os ataques à sociedade civil são muito comuns durante a autocratização. Entre os países em que a situação da sociedade civil se tornou particularmente difícil nos últimos anos, encontram-se a Bielorrússia, a República Centro-Africana, El Salvador e a Nicarágua.

Entre outros indicadores da Liberdade de Associação, a **autonomia dos partidos da oposição** está a diminuir substancialmente em 20 países, incluindo na Bielorrússia, na Hungria, no Paquistão e na Roménia. As **barreiras legais e financeiras à formação de um partido** estão a tornar-se cada vez mais comuns em 19 países, entre os quais a Geórgia, a Guiné, o Quirguistão e a Mongólia. A medida em que o governo controla a **entrada e saída das OSC** da vida pública aumentou em 18 países em processo de autocratização, por exemplo, na Bielorrússia, Hong Kong, Índia e México. Assim, quatro dos 20 principais indicadores em declínio na Figura 16 pertencem à componente da liberdade de associação.

Entre os aspetos liberais da democracia em declínio nos países em processo de autocratização, encontramos a capacidade dos órgãos legislativos para investigar as infrações cometidas pelo governo, a **imparcialidade da administração pública** e o **controlo do executivo**. Estes estão a deteriorar-se em 19, 17 e 17 países, respetivamente. Os países que registam uma deterioração em todos estes três indicadores incluem o Afeganistão, a Bielorrússia, El Salvador, o Haiti, a Hungria e a Nicarágua.

46 Guriev, S., e D. Treisman. 2022. *Spin Dictators: The Changing Face of Tyranny in the 21st Century*. Princeton University Press.

Milhares de pessoas caminham pelas ruas de Varsóvia, na Polónia, a 4 de junho de 2023, em apoio à oposição, numa das maiores marchas do país desde que o partido no poder, Lei e Justiça, tomou o poder em 2016.

(Jakub Porzycki/ Agência Anadolu via Getty Images)



4 | Países em Democratização

- 19 países encontram-se em episódios de democratização. O número de países em processo de democratização oscila entre os 15 e os 20, desde 2014.
- 12 dos 19 países em processo de democratização começaram como autocracias. Destes, 9 fizeram a transição para a democracia. A “taxa de sucesso” é de 75%.
- De 19 países em processo de democratização, 9 são episódios autónomos e 10 são episódios de democratização após fase autocratizadora.
- Em 6 dos 9 episódios autónomos, a democratização começou em autocracia. Todos os 6 são atualmente democracias.
- Dos 10 países em democratização após fase autocratizadora, 4 casos reverteram a autocratização antes de atingirem o colapso democrático.
- A liberdade de expressão melhora mais frequentemente durante a democratização, seguida de perto pelo Estado de direito e pelo controlo do poder executivo.

O Relatório da Democracia 2025 pode registar uma década de estagnação quanto ao número de países em processo de democratização. Existiam 19 países com processos de democratização em curso em 2024 (Figura 17). Desde 2014, o número de democratizadores tem oscilado entre 15 e 20, enquanto o número de autocratizadores tem aumentado acentuadamente (Figura 10 na Secção 2).

Os 19 países estão divididos entre nove processos autónomos – onde o processo de melhoria começa de forma independente, após um período de relativa estabilidade, e dez democratizações após fase autocratizadora – onde um período recente de democratização se segue pouco depois de, e está ligado a, um período de autocratização.¹

Na Figura 17, os 19 casos estão agrupados pelos dois tipos e, depois, ordenados pelos seus níveis no IDL no início da democratização, por

ordem crescente. A classificação do IDL para 2024 mostra a magnitude do progresso até ao final do ano.

Doze dos 19 países em processo de democratização eram autocracias no início do episódio.² Destes, nove completaram a transição para a democracia até ao final de 2024, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 75%.

Os restantes sete países em processo de democratização já eram democracias quando o processo começou. Três estão em processos de aprofundamento democrático, enquanto os restantes quatro estão a recuperar os níveis de democracia (democratização após fase autocratizadora).

Alterações desde o Relatório da Democracia 2024

Existem três países em processo de democratização que não constavam na lista do Relatório da Democracia do ano passado: o Sri Lanka é um democratizador autónomo, e o Equador e a Polónia estão em processo de democratização após fase autocratizadora.

Um país em processo autónomo e um em processo de democratização após fase autocratizadora desapareceram da lista, quando comparado com o Relatório da Democracia 2024. A Tabela 7 apresenta os anos de fim desses episódios. Com o método cauteloso da ERT, só agora podemos dizer definitivamente quando é que estes episódios terminaram.

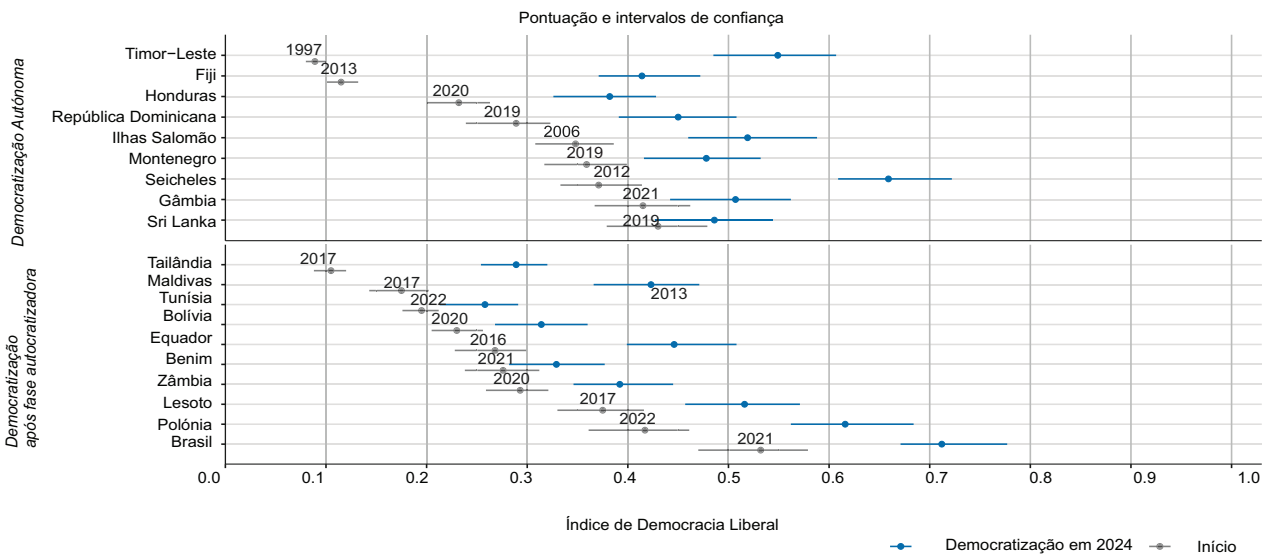
TABELA 6. PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO QUE CONSTAM DA LISTA EM 2024

	Autónomo	Início do Episódio	Democratização após fase autocratizadora	Início do episódio
1	Sri Lanka	2019	1 Equador	2016
			2 Polónia	2022

TABELA 7. PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO QUE DESAPARECERAM DA LISTA EM 2024

	Autónomo	Final do Episódio	Democratização após fase autocratizadora	Final do episódio
1	Kosovo	2019	1 Macedónia do Norte	2019

FIGURA 17. TODOS OS 19 CASOS DE DEMOCRATIZAÇÃO EM CURSO, 2024



A Figura 17 mostra os resultados do IDL e os intervalos de confiança no início da democratização (a preto). De acordo com a metodologia ERT, estes são tecnicamente pré-episódios no sentido em que o ano seguinte foi o primeiro a registar um aumento. A pontuação do IDL no ano pré-episódio mostra, assim, o nível de democracia que um país tinha antes da democratização. Os valores para 2024 (azul) revelam a magnitude total da mudança. O ERT é baseado no Índice de Democracia Eleitoral (IDE) para identificar os episódios. Por uma questão de coerência com o resto das análises do Relatório da Democracia, apresentamos os respetivos valores dos países no IDL. Um país pode mudar mais no IDE do que no IDL, o que explica os casos com intervalos de confiança sobrepostos (eles não se sobrepõem no IDE).

1 Nord, M., et al. 2025. "When Autocratization is Reversed: Episodes of U-Turns since 1900". Democratization, online first.
2 A Figura 17 não inclui informação sobre o tipo de regime dos países no início do episódio e em 2024, mas essa informação pode ser encontrada na Tabela A1 dos Anexos.

No **Kosovo**, o processo de democratização estagnou num nível decente de democracia eleitoral (IDE 0,65 em 2024). O último ano com melhorias substanciais foi 2019.

O episódio de democratização após fase autocratizadora na Macedónia do Norte terminou em 2019 em torno dos seus níveis de pré-autocratização (IDE 0,56 em 2024). No entanto, existem algumas preocupações em relação à polarização e ao agravamento do Estado de direito.³

Democratização autónoma

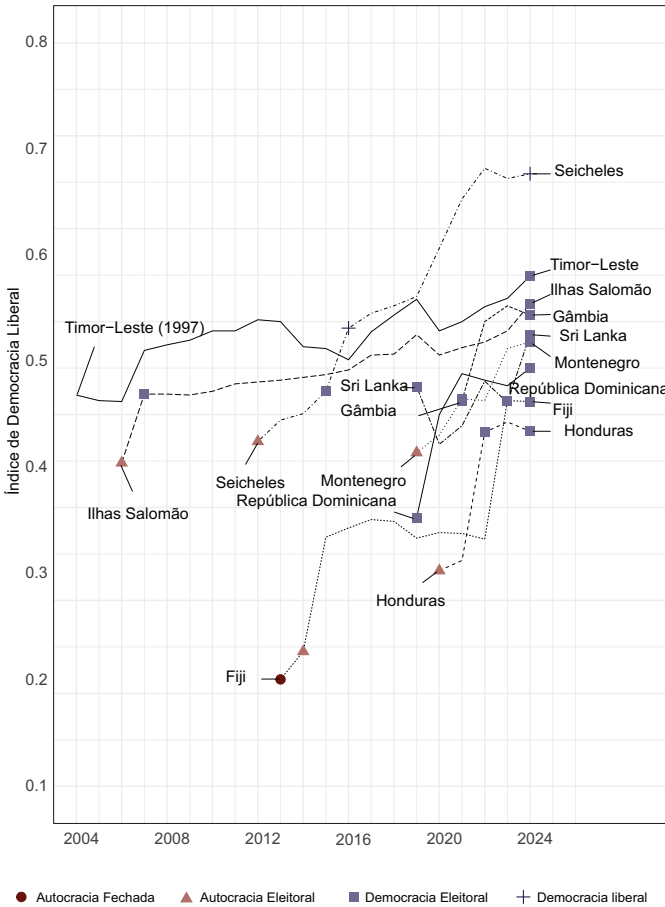
Dos nove democratizadores autónomos, seis eram autocracias no início dos seus episódios. Todos os seis completaram a transição para a democracia – uma taxa de sucesso de 100%.

Os restantes três casos de democratização autónoma já eram democracias quando o período de democratização começou: **República Dominicana, Gâmbia** e **Sri Lanka**. Estes países estão em processo de aprofundamento democrático.

Nomeadamente, os democratizadores autónomos são países pequenos, com uma população combinada de 51 milhões de pessoas (ou seja, 0,6% da população mundial). Desses, 22 milhões residem no **Sri Lanka**.

A Figura 18 detalha as trajetórias dos nove democratizadores autónomos desde o início dos seus episódios até ao final de 2024. A Tabela 8

FIGURA 18. TODOS OS 9 CASOS DE DEMOCRATIZAÇÃO AUTÓNOMA, 2024



A Figura 18 apresenta os valores do IDL para os nove países democratizadores autónomos. Para Timor-Leste, os primeiros anos não estão representados. Para detalhes técnicos, ver a nota da Figura 17.

TABELA 8. DIMENSÃO DAS MELHORIAS, FIGURA 18

Classificação	País	Início do Episódio	Mudança no IDL
1	Fiji	2013	0.299
2	Seicheles	2012	0.288
3	Ilhas Salomão	2006	0.171
4	República Dominicana	2019	0.161
5	Honduras	2020	0.150
6	Timor-Leste	1997	0.128
7	Montenegro	2019	0.119
8	Gâmbia	2021	0.092
9	Sri Lanka	2019	0.056

representa a sua classificação determinada pela magnitude total da melhoria. Começamos por discutir os seis países que foram autocracias no passado, mas que transitaram para democracias até 2024.

As **Fiji** iniciaram o seu processo de democratização em 2013 com a adoção de uma nova constituição. O regresso das eleições em 2014 e o subsequente regresso do parlamento transformaram as Fiji numa autocracia eleitoral. Seguiram-se melhorias adicionais com as eleições de 2022, que marcaram a primeira transferência constitucional de poder do país no século XXI.⁴ As Fiji fizeram a transição para a democracia em 2023.

As **Honduras** elegeram a sua primeira presidente mulher, Xiomara Castro, em 2021. As eleições foram, em grande parte, livres e justas, registaram uma participação recorde, melhoraram os resultados anteriores do país após uma série de reformas eleitorais,⁵ e permitiram a transição para a democracia. Nos últimos dois anos, registaram-se avanços substanciais em matéria de liberdades civis e de liberdade de expressão.⁶ As Honduras estão a seguir a direção oposta à dos seus vizinhos autocratizantes, El Salvador e Nicarágua.

A viragem democrática de **Montenegro** começou com as eleições de 2020. Estas puseram fim a quase 30 anos de domínio do Partido Democrático dos Socialistas de Montenegro (DPS), conduziram a uma transição pacífica do poder para os partidos da oposição que coordenaram os seus esforços em torno das eleições e levaram a uma transição para a democracia. No entanto, a corrupção e a polarização continuam a ser um problema.⁷ Algumas pequenas melhorias seguiram-se às eleições de 2023, quando foi estabelecido um novo governo. O país começou como autocracia eleitoral em 2019, mas é uma democracia eleitoral desde 2021.

Nas **Ilhas Salomão**, as eleições de 2006 deram origem a um novo Primeiro-Ministro, com uma coligação de partidos da oposição no poder, o que marcou a transição democrática. Desde então, a democracia tem estado a melhorar continuamente, especialmente a qualidade das eleições e a liberdade de associação. Porém, problemas com o Estado de Direito e corrupção continuam a ser preocupantes.⁸

As **Seicheles** começaram o processo de democratização em 2012 como autocracia eleitoral, mas completaram a transição para se tornarem uma de duas – e a única até recentemente – democracias liberais da África Subsaariana. O país melhorou o seu quadro jurídico na última década, incluindo revisões do código eleitoral.⁹ O líder da oposição, Wavel Ramkalawan, venceu as eleições presidenciais em 2020, o que levou à primeira transferência pacífica de poder para a oposição desde a independência em 1976.

O início da democratização de Timor-Leste coincide com a sua independência em 1999, seguida de um período de transição de três anos sob administração da ONU. O primeiro parlamento e presidente eleitos tomaram posse em 2001 e 2002, respetivamente. Desde a sua indepen-

3 www.freedomhouse.org/country/north-macedonia/freedom-world/2024
4 www.idea.int/publications/catalogue/case-study-fiji-gsod-2023-report
5 www.un.org/peacebuilding/es/content/success-story-honduras
6 www.srfreedom.org/statement-by-irene-khan-on-her-visit-to-honduras-16-27-october-2023/
7 www.freedomhouse.org/country/montenegro/nations-transit/2021
8 www.freedomhouse.org/country/solomon-islands/freedom-world/2024
9 www.constitutionnet.org/news/seychelles-parliament-approves-constitutional-amendment-elections
www.idea.int/news/seychelles-preparing-snap-elections

dência, Timor-Leste tem vindo a melhorar lenta mas consistentemente os seus níveis democráticos.

Três países que já eram democracias no início dos seus episódios estão atualmente em processos de aprofundamento democrático:

Na **República Dominicana**, o aprofundamento da democracia seguiu-se à eleição do Presidente Luis Abinader em 2020. Este conduziu uma série de reformas constitucionais, incluindo algumas que visam salvaguardar a independência do poder judicial e garantir a alternância de poder.¹⁰ Após a sua reeleição em 2024, encontra-se, atualmente, no seu último mandato.¹¹

A **Gâmbia** iniciou o processo de democratização em 2021. Com a primeira transferência democrática de poder nas eleições presidenciais de 2016, o Presidente Barrow foi reeleito em 2021. As suas políticas incluíram um aumento da transparência, da liberdade de expressão e da liberdade de associação.¹² No entanto, o IDL diminuiu ligeiramente em 2023 e 2024, refletindo as detenções de jornalistas e opositores políticos efetuadas pelo Presidente Barrow.¹³ Se estes desenvolvimentos continuarem, poderão ameaçar o processo democrático no país.

No **Sri Lanka** os desenvolvimentos democráticos coincidem com a crise económica de 2019, que conduziu a uma elevada inflação, ao incumprimento soberano e a medidas de austeridade. Os protestos públicos de 2022, estimulados pelo caos económico, levaram à demissão em massa do governo e à fuga do Presidente Gotabaya Rajapaksa, pondo fim aos 20 anos de governo de uma só família.¹⁴ Desde então, o governo conseguiu uma relativa estabilidade, embora continue a restringir as liberdades civis.¹⁵ Os cingaleses elegeram Anura Kumara Disanayake (AKD) como presidente, em setembro de 2024, o primeiro de partidos não tradicionais. Após a sua eleição, AKD convocou eleições legislativas antecipadas, nas quais o partido que fundou em 2019 – o partido Poder Popular Nacional (NPP) – obteve uma supermaioria.¹⁶

Democratização após fase autocratizadora

Democratizadores após fase autocratizadora correspondem a países que, recentemente, se encontravam em processo de autocratização, no entanto, atualmente, registam melhorias substanciais nos níveis democráticos. Podem ser vistos como casos de “autocratização interrompida e invertida”, ou de viragens democráticas.¹⁷

Existem dez democratizações após fase autocratizadora em curso em 2024. Destes, quatro restauraram ou melhoraram ligeiramente os seus níveis democráticos – **Equador, Lesoto, Maldivas e Zâmbia**.

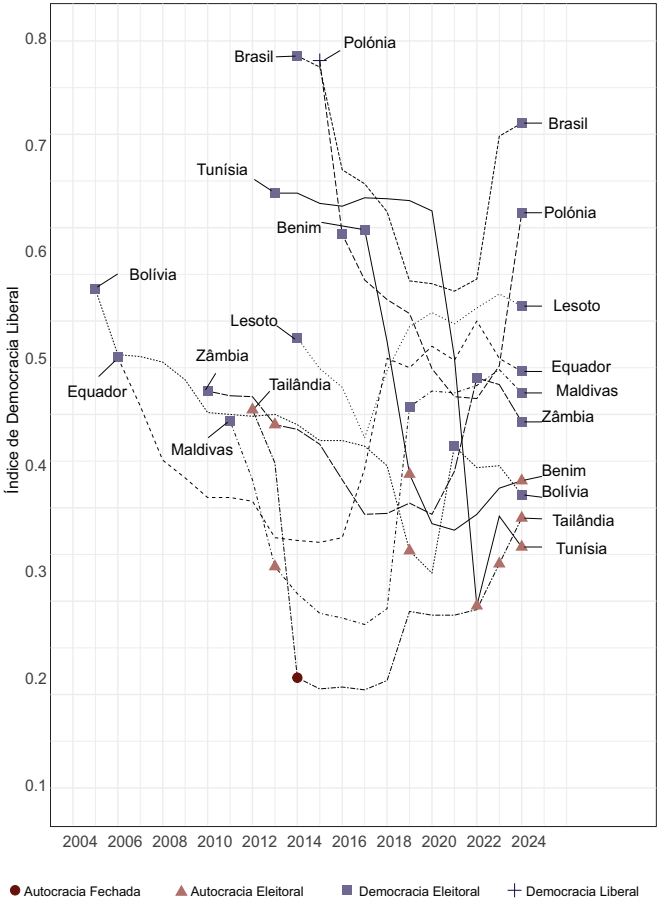
Os restantes seis – **Benim, Bolívia, Brasil, Polónia, Tailândia e Tunísia** – ainda se encontram abaixo dos seus níveis iniciais, e alguns substancialmente. Todavia, estes processos ainda estão a decorrer em 2024 e a situação pode mudar no futuro.

Quatro países – **Brasil, Equador, Lesoto e Polónia** – interromperam e reverteram os processos de autocratização antes de uma rutura democrática, exibindo *resistência à rutura*.¹⁸

Em três países – **Bolívia, Maldivas e Zâmbia** – a democracia colapsou por um curto período, mas foi restaurada num episódio de democratização após fase autocratizadora, demonstrando *resiliência de recuperação*.¹⁹

Dois países – **Benim e Tunísia** – eram democracias há cerca de uma década, mas sofreram ruturas democráticas. Os recentes progressos são pequenos e continuam a ser autocracias eleitorais, substancialmente abaixo dos seus níveis iniciais.

FIGURA 19. TODAS AS 10 DEMOCRATIZAÇÕES APÓS FASE AUTOCRATIZADORA, 2024



A Figura 19 apresenta os valores do IDL para os 10 países que se encontram atualmente num episódio de democratização após fase autocratizadora. Para detalhes técnicos, ver a nota abaixo da Figura 17.

A **Tailândia** continuou autocrática durante todo o episódio de democratização após fase autocratizadora. A regressão autocrática levou a uma autocracia fechada, mas o processo de democratização após fase autocratizadora transformou o país numa autocracia eleitoral até ao final de 2024.

A Figura 19 mostra as trajetórias no IDL para os 10 países em processo de democratização após fase autocratizadora. As classificações dos países em termos de magnitude de melhorias durante a democratização após fase autocratização estão apresentadas na Tabela 9.

TABELA 9. DIMENSÃO DAS MELHORIAS, FIGURA 19

Classificação	País	Início do Episódio	Alteração no IDL
1	Maldivas	2017	0.248
2	Polónia	2022	0.199
3	Tailândia	2017	0.184
4	Brasil	2021	0.180
5	Equador	2016	0.178
6	Lesoto	2017	0.141
7	Zâmbia	2020	0.099
8	Bolívia	2020	0.084
9	Tunísia	2022	0.063
10	Benim	2021	0.053

10 www.idea.int/democracytracker/country/dominican-republic

11 www.cnnspanol.cnn.com/2024/10/19/asamblea-nacional-republica-dominicana-reformas-constitucion-orix/

12 www.rsf.org/en/country/gambia, www.dw.com/en/free-speech-is-gambia-sliding-back-into-dictatorship/a-67053483

13 www.article19.org/resources/the-gambia-crackdown-on-free-speech-must-stop/

14 www.bbc.com/news/world-asia-62160227

15 www.freedomhouse.org/country/sri-lanka/freedom-world/2024

16 www.journalofdemocracy.org/articles/sri-lankas-peaceful-revolution/

17 Nord, M., et al. 2025. *When Autocratization is Reversed: Episodes of U-Turns since 1900. Democratization*, online first.

18 Boese, V., et al. 2021. *How Democracies Prevail: Democratic Resilience as a Two-Stage Process. Democratization* 28(5).

19 Nord, M. e S.I. Lindberg. 2025. *U-Turns – The Hope for Democratic Resilience*. V-Dem Institute Policy Brief 42.

Caixa 6. Metade de todos os episódios de autocratização são revertidos

Eventos recentes no Brasil, na Polónia e na Zâmbia demonstram que a autocratização pode ser interrompida e revertida. Um novo artigo oferece uma primeira análise empírica sistemática dos padrões e desenvolvimentos de todas as democratizações após fase autocratizadora entre 1900 e 2023, distinguindo três tipos: manipulação autoritária, reação democrática e intervenção internacional. Os dados sobre episódios de democratização após fase autocratizadora abrem novos caminhos para compreender por que razão alguns processos de autocratização desencadeiam uma reação pró-democrática bem-sucedida. A análise mostra que:

- Entre 1900 e 2023, existiram 102 episódios de democratização após fase autocratizadora em 69 países.
- 52% de todos os episódios de autocratização tornam-se episódios de democratização após fase autocratizadora.
- 73% dos episódios foram revertidos nos últimos 30 anos.
- 90% conduzem ao restabelecimento ou mesmo à melhoria dos níveis democráticos.

Nord, M., F. Angiolillo, M. Lundstedt, F. Wiebrecht, e S. Lindberg (2025):

When autocratization is reversed: episodes of U-turns since 1900.

Democratization. Open access.



O *Relatório da Democracia* não fornece explicações sobre a razão pela qual apenas alguns países conseguem interromper e reverter a autocratização, no entanto, algumas ideias podem ser encontradas noutras fontes.²⁰

Entre os quatro países onde a autocratização foi interrompida e revertida antes do colapso democrático, a autocratização do **Brasil** começou em 2016, após a destituição da antiga presidente, Dilma Rousseff. No meio da instabilidade e da polarização social, o populista de direita Jair Bolsonaro foi eleito presidente em 2018. Seguiram-se ataques aos meios de comunicação social,²¹ tentativas de enfraquecer as eleições, e conflitos com o poder legislativo e o poder judicial.²² A autocratização foi travada e invertida quando o candidato da oposição Luis Inácio "Lula" da Silva derrotou Bolsonaro nas urnas em 2022. A democracia recuperou, mesmo que não totalmente, para níveis anteriores.

No **Equador**, a autocratização instalou-se com o Presidente Rafael Correa (2007-2017).²³ Depois de suceder a Correa em 2017, o Presidente Lenín Moreno restabeleceu os limites dos mandatos presidenciais, demitiu o gabinete escolhido por Correa e reformou as leis que impunham limites aos meios de comunicação social e à sociedade civil.²⁴ Alguns anos turbulentos com o Presidente Guillermo Lasso (2021-2023), terminaram com a "muerte cruzada", uma medida constitucional que destituiu o presidente e dissolve a Assembleia Nacional.²⁵ As eleições antecipadas de 2023 levaram ao poder o candidato de centro-direita Daniel Noboa,

num contexto de aumento dos níveis de violência interna e da atividade do crime organizado.²⁶ Noboa adotou uma abordagem dura no combate aos cartéis de droga e aos grupos de crime organizado transnacional,²⁷ mas, em 2024, o Equador continua a ser uma democracia eleitoral.

O processo de autocratização do **Lesoto** começou em 2014-2015, quando o primeiro governo de coligação da história colapsou, o exército tentou derrubar o governo e uma série de assassinatos com motivações políticas se seguiram. O Estado de direito era fraco e a polarização entre as elites no poder estava a aumentar.²⁸ O primeiro-ministro Thabane acabou por ser forçado a demitir-se pelo seu próprio partido. Em 2018-2019, iniciou-se um período de reformas que marcaram significativas liberalizações e a inversão do processo de autocratização. As eleições gerais de 2022 foram saudadas como livres e justas.²⁹ O Lesoto restabeleceu totalmente o seu nível inicial de democracia e até o melhorou ligeiramente até 2024.

A **Polónia** é uma das democracias após fase autocratizadora que começou o seu episódio como uma democracia liberal em 2015. De seguida, ficou classificada como um dos 10 principais autocratizadores, uma vez que o partido nacional-conservador Lei e Justiça (PiS) desmantelou gradualmente o sistema judicial, instalou aliados leais em posições-chave, intimidou sistematicamente a oposição e os meios de comunicação social, enquanto utilizava o Tribunal Constitucional para proteger ministros contra o sistema judicial.³⁰ As eleições de 2023 levaram ao poder um governo de coligação liderado por Donald Tusk, que desfez, em grande parte, a captura estatal dos meios de comunicação social públicos e restaurou a liberdade de expressão,³¹ mas ainda não conseguiu restaurar a independência do poder judicial e as liberdades civis.³² Em 2024, a Polónia continuava significativamente abaixo dos seus níveis democráticos de 2015.

Existem três casos em que a democracia entrou em rutura por um curto período, mas foi restaurada num rápido episódio de democratização após fase autocratizadora.

O declínio democrático na **Bolívia** foi gradual durante o mandato do Presidente Evo Morales (2006-2019) e do seu partido, o Movimento para o Socialismo (MAS). A rutura democrática ocorreu após as eleições nacionais de 2019, quando alegações de fraude eleitoral, protestos populares em massa, pressão internacional e a retirada de apoio por parte das forças armadas forçaram Evo Morales a demitir-se e a exilar-se. Jeanine Áñez, a segunda vice-presidente do Senado (e a mais alta funcionária remanescente), autoproclamou-se Presidente. Os resultados das eleições de 2019 foram anulados e, após um ano de instabilidade institucional, realizaram-se novas eleições em 2020, tendo Luis Arce, do MAS, sido eleito presidente. Em 2021, a Bolívia recuperou o seu estatuto de democracia eleitoral, mas o progresso tem estado estagnado desde então. Em 2024, houve uma tentativa de golpe de Estado fracassada.³³ Embora ainda uma democratização após fase autocratizadora, a Bolívia registou um novo declínio no IDL em 2024, e as eleições de 2025 poderão determinar o futuro da sua democracia.

As **Maldivas** têm oscilado entre uma orientação pró-China e pró-Índia desde a independência em 2008. O processo de autocratização começou quando o candidato pró-China, Abdulla Yameen, venceu as eleições de 2013.³⁴ Os críticos da oposição enfrentaram repressão, restrições à liberdade de expressão, às liberdades civis e à independência do sistema judicial.³⁵ O descontentamento público levou Yameen a perder a presidência para o candidato

20 Nord, M. e S.I. Lindberg. 2025. *U-Turns – The Hope for Democratic Resilience*. V-Dem Institute Policy Brief 42.

21 www.rsf.org/en/bolsonaro-family-vents-more-anger-ever-brazil-s-media

22 www.nytimes.com/interactive/2022/10/25/world/americas/brazil-bolsonaro-misinformation.html

23 Conaghan, C.M. 2016. "Delegative Democracy Revisited: Ecuador Under Correa". *Journal of Democracy* 27(3).

24 Freeman, W. 2023. "Ecuador's Democratic Breakdown". *Journal of Democracy*, exclusivamente online.

25 www.vox.com/world-politics/2023/4/30/23705442/ecuador-lasso-political-corruption

26 www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/ecuador

27 www.plenglish.com/news/2025/02/28/ecuadors-next-legislature-may-decide-on-military-bases/

28 Deleglise, D. 2018. *The Rise and Fall of Lesotho's Coalition Governments*. Africa Dialogue Monograph Series No. 1/2018.

29 www.freedomhouse.org/country/thailand/freedom-world/2024

30 www.carnegieendowment.org/europe/strategic-europe/2023/06/judy-asks-is-polands-democracy-in-danger?lang=en

31 www.cer.eu/insights/difficulties-restoring-democracy-poland

32 www.americanprogress.org/article/polands-democratic-resurgence-from-backsliding-to-beacon/

33 www.journalofdemocracy.org/online-exclusive/can-bolivia-ever-escape-the-coup-trap/

34 www.asiapacific.ca/sites/default/files/publication-pdf/Insight_SA_Feb24_V2.pdf

35 www.hrw.org/report/2018/08/16/all-out-assault-democracy/crushing-dissent-maldives

pró-Índia, Ibrahim Solih, em 2018, que restaurou os direitos e as liberdades democráticas.³⁶ As eleições parlamentares de 2019, relativamente livres e justas, permitiram às Maldivas recuperar o estatuto de democracia eleitoral. Em 2023, o candidato pró-China, Mohamed Muizzu, foi eleito presidente e, em 2024, o seu partido conquistou uma maioria esmagadora no parlamento.³⁷ Até 2024, o episódio de democratização após fase autocratizadora ainda estava em curso, e as Maldivas mantêm-se como uma democracia eleitoral.

O processo de autocratização na **Zâmbia** remonta a 2011-2012, tendo o país passado a ser uma autocracia eleitoral em 2013. O retrocesso agravou-se com a eleição de Edgar Lungu, da Frente Patriótica (PF), como Presidente.³⁸ A crise económica de 2020 levou a uma queda no apoio à PF, e líderes da oposição, em conjunto com grupos da sociedade civil, mobilizaram os cidadãos contra o governo nas eleições de 2021. Hakainde Hichilema, da União para o Desenvolvimento Nacional (UPND), venceu as eleições, marcando o início de um período de redemocratização. A Zâmbia voltou a ser uma democracia eleitoral em 2022. No entanto, voltaram a surgir preocupações com os direitos humanos e com a liberdade de expressão de jornalistas e da oposição.³⁹ Apesar do declínio nos últimos dois anos, o episódio de democratização após fase autocratizadora ainda não terminou. A Zâmbia mantém-se, em 2024, como uma democracia eleitoral.

Em dois casos de democratização após fase autocratizadora, a rutura democrática e o acentuado declínio nos níveis democráticos foram seguidos por alguma liberalização ligeira. Estas melhorias, contudo, têm sido, até agora, apenas superficiais.

No **Benim**, o processo de rápida autocratização começou sob a presidência de Patrice Talon, eleito em 2016 em eleições relativamente livres e justas. Em menos de cinco anos, o presidente transformou o Benim de uma das democracias mais estáveis da África Subsariana numa ditadura.⁴⁰ Um processo de liberalização gradual teve início em 2022, quando o governo libertou vários opositores presos e permitiu a participação de partidos da oposição nas eleições seguintes. As eleições de 2023 trouxeram de volta a oposição ao parlamento, com 24% dos assentos.⁴¹ O ano de 2024 foi marcado por uma alegada tentativa de golpe de Estado contra o Presidente Talon e por rumores de que este poderá estar a preparar-se para um terceiro mandato em 2026.⁴² Em 2024, o Benim continua a ser uma autocracia eleitoral.

A **Tunísia** foi o caso mais promissor da Primavera Árabe e manteve-se como democracia eleitoral durante a maior parte da década de 2010. Em 2021, o Presidente Saïed iniciou um autogolpe e uma rápida autocratização. Dissolveu o parlamento, adiou as eleições, promulgou uma nova constituição e começou a governar por decretos.⁴³ Os ataques à sociedade civil e à liberdade de imprensa tornaram-se comuns, dezenas de políticos da oposição, figuras da sociedade civil e jornalistas foram presos,⁴⁴ e a democracia colapsou. Em 2022-2023 realizaram-se eleições parlamentares, seguidas de eleições presidenciais em 2024, ambas boicotadas pela maioria dos partidos. No final de 2024, a Tunísia continua a ser uma autocracia eleitoral.

Por fim, a Tailândia é o único caso de democratização após fase autocratizadora que permaneceu uma autocracia ao longo de todo o episódio. O golpe de Estado de 2014 instaurou uma ditadura militar sob o Conselho Nacional para a Paz e a Ordem, e a Tailândia foi uma autocracia fechada durante cinco anos. As eleições gerais de 2019 mostraram os primeiros sinais de liberalização. As eleições de 2023 foram mais competitivas, mas o partido da oposição, Move Forward, foi impedido de formar governo pelo Senado, controlado pelos militares.⁴⁵ Em agosto de 2024, o Tribunal Constitucional dissolveu o partido Move Forward e banii os seus líderes da política duran-

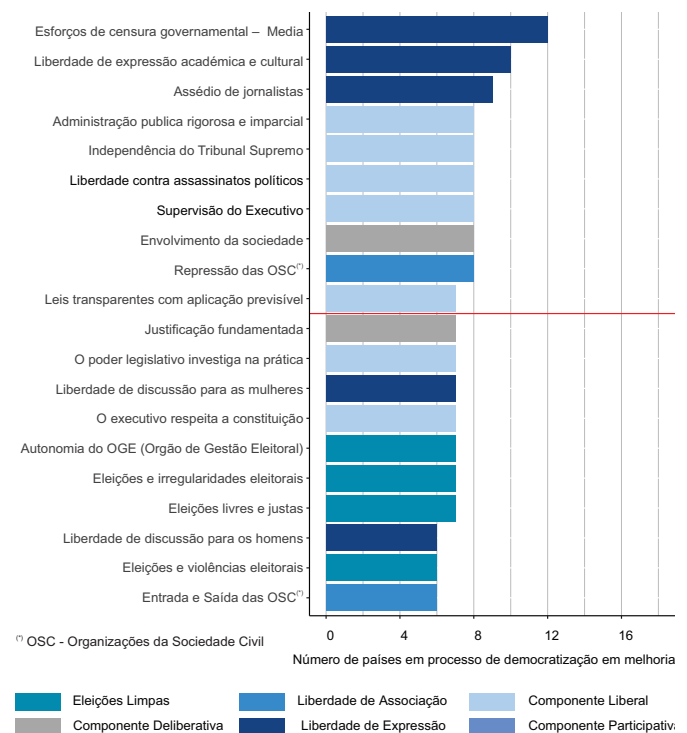
te dez anos, enquanto o Primeiro-Ministro, Thavisin, foi destituído.⁴⁶ No final de 2024, a Tailândia continua a ser uma autocracia eleitoral.

PORTAS DE ACESSO À DEMOCRATIZAÇÃO

Quais são os aspetos específicos da democracia que mais frequentemente melhoram durante a democratização? Três indicadores que integram o Índice de Liberdade de Expressão ocupam os primeiros lugares: os **esforços de censura governamental aos meios de comunicação social** são reduzidos em quase dois terços de todos os casos; a **liberdade de expressão académica e cultural** expande-se substancialmente em cerca de metade dos processos; e o **assédio a jornalistas** começa a cessar em quase tantos. Estes aspetos parecem ser fundamentais para iniciar um processo de democratização. Para além disso, o Estado de direito e os pesos e contrapesos também se revelam cruciais em muitos casos, como no **aumento da independência dos supremos tribunais** e o reforço da **supervisão do executivo** por parte do parlamento.

A Figura 20 mostra os 20 indicadores que mais frequentemente melhoraram nos 19 países em processo de democratização. De forma geral, diferentes dimensões da liberdade de expressão parecem desempenhar um papel importante em muitos dos processos de democratização atuais. Mais de metade de todos os países em democratização registam melhorias nos três indicadores que ocupam os primeiros lugares na Figura 20. A liberdade de expressão é frequentemente a primeira a ser atacada durante a autocratização (ver Figura 16), mas também a primeira a melhorar durante a democratização.

FIGURA 20. 20 PRINCIPAIS INDICADORES QUE MELHORARAM, PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO, 2024



A Figura 20 representa o número de países em processo de democratização que registaram melhorias nos 20 principais indicadores. Para detalhes técnicos, ver a nota da Figura 8.

36 www.freedomhouse.org/country/maldives/freedom-world/2024

37 www.bbc.com/news/world-asia-68852720

38 Resnick, D. 2022. How Zambia's Opposition Won. *Journal of Democracy* 33 (1).

39 www.hrw.org/world-report/2025/country-chapters/zambia

40 www.freedomhouse.org/country/benin/freedom-world/2024

41 www.electionguide.org/elections/id/4033/

42 www.republic.com.ng/december-24-january-25/benin-alleged-coup-plot/

43 www.carnegieendowment.org/emissary/2024/09/tunisia-presidential-election-saied-candidates-jailed?lang=en

44 www.freedomhouse.org/country/tunisia/freedom-world/2024

45 www.freedomhouse.org/country/thailand/freedom-world/2024

46 www.commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-10141/

Os **esforços governamentais de censura aos meios de comunicação social** diminuem substancial e estatisticamente de forma significativa em 12 dos 19 países em democratização (ou 63%). Entre os países que registam os maiores recuos neste indicador estão as Fiji, as Maldivas e a Polónia. Timor-Leste ocupa o primeiro lugar da lista em termos de magnitude das melhorias. Isto não é surpreendente, tendo em conta que o episódio de democratização nesse país já decorre há quase 30 anos.

Em segundo lugar na lista dos 20 principais indicadores está a **liberdade de expressão académica e cultural**, com melhorias em dez dos 19 países em processo de democratização, incluindo o Brasil, a República Dominicana, o Lesoto, a Tailândia e Timor-Leste. O **assédio a jornalistas** ocupa o terceiro lugar e está a diminuir em nove países em democratização. A República Dominicana e a Polónia registam as melhorias mais encorajadoras.

O segundo componente mais importante em muitos dos atuais processos de democratização parece ser a adoção de aspetos liberais que reforçam o Estado de direito e a supervisão do executivo. Nada menos do que sete indicadores desta área aparecem na lista dos 20 principais. Indicadores como a **administração rigorosa e imparcial**, a **independência dos supremos tribunais**, a **ausência de assassínios políticos** e a **supervisão do executivo** melhoram substancial e significativamente em oito países cada. A Polónia e as Seicheles registam melhorias substanciais e significativas em todos esses indicadores.

Leis transparentes com aplicação previsível, investigações legislativas e o respeito do executivo pela constituição registam melhorias em sete países cada, sendo o Brasil, as Fiji e as Maldivas exemplos de países que melhoram nos três.

Sem surpresa, a melhoria da qualidade das eleições também se revela um aspeto importante durante a democratização. Quatro dos 20 principais indicadores na Figura 20 medem diferentes aspetos de eleições limpas. Entre eles, a **autonomia do Órgão de Gestão Eleitoral (OGE)** e a **liberdade e justiça das eleições** estão a melhorar significativamente em sete países cada. Montenegro e Timor-Leste registam as melhorias mais notáveis em termos de autonomia do OGE, enquanto as Honduras e a Tailândia apresentam avanços significativos na liberdade e justiça das suas eleições.

Dois indicadores do aspeto deliberativo da democracia, que captam a qualidade do debate e o respeito pelos adversários, estão também entre os 20 principais: o **envolvimento da sociedade** e a **justificação fundamentada**. O grau em que a **sociedade participa** em deliberações sobre políticas públicas e o grau em que os políticos apresentam **justificações fundamentadas** para as suas ações estão a melhorar, respetivamente, em oito e sete países em processo de democratização. As melhorias nestes indicadores estão fortemente relacionadas, sendo que sete dos oito países registam avanços em ambos, incluindo o Brasil, a Polónia, a Tailândia e a Zâmbia.

Por fim, entre os indicadores de liberdade de associação, a **repressão das Organizações da Sociedade Civil (OSC)** e o grau de controlo governamental sobre a **entrada e saída dessas organizações** na vida pública estão a diminuir, respetivamente, em oito e seis países. Isto sugere que estratégias destinadas a reduzir a repressão da sociedade civil também são muito importantes para a democratização. O Equador, as Maldivas e a Zâmbia são exemplos de países que registaram melhorias em ambos os indicadores.



La Paz, Bolívia, 15 de novembro de 2019:
Pessoas manifestam-se contra a queima e
remoção da bandeira Wiphala.
(Radoslaw Czajkowski via Shutterstock)

Caixa 7. Revolução dos Cravos em Portugal – 50 anos

pele Professor Tiago Fernandes, Diretor Regional do V-Dem para a Europa do Sul, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

O ano de 2024 marcou o 50.º aniversário da Revolução dos Cravos em Portugal, que pôs fim à ditadura mais longa da Europa, conduziu o país à democracia e deu início à “terceira vaga de democratização”.¹

A revolução portuguesa de 1974-75 foi, em muitos aspetos, única.

Em primeiro lugar, ao contrário de outras revoluções sociais da era moderna, deu lugar diretamente a um regime democrático. Outras grandes revoluções sociais ou fracassaram e foram derrubadas por movimentos contrarrevolucionários (Alemanha, 1918-19; guerra civil espanhola de 1936-39), ou, quando bem-sucedidas, deram origem a regimes revolucionários de partido único (Rússia, 1917; Cuba, década de 50; Nicarágua, 1979).

As revoluções sociais de tipo democrático constituem uma exceção. A França de 1789-93 foi um desses casos, embora o impacto da Revolução Francesa na democratização tenha sido descontínuo, com a França a atingir o limiar de um regime democrático apenas na década de 1870. A Revolução de Jasmim na Tunísia (2010-11), que desencadeou a Primavera Árabe, foi outro caso promissor; no entanto, os seus êxitos falharam, uma vez que o país regressou a um modelo mais autocrático nos últimos anos.

Em segundo lugar, a democracia nascida da revolução portuguesa revelou-se robusta. Portugal não sofreu graves crises de regime ou episódios de regressão democrática como a terceira vaga (por exemplo, Brasil, Hungria e Coreia do Sul) ou democracias mais antigas (por exemplo, os EUA).

No entanto, a diminuição do pluralismo dos meios de comunicação social, da transparência e da aplicação das leis, do acesso à justiça e, até mesmo, a redução do controlo legislativo e da supervisão do executivo por parte da oposição, captada pelos dados do V-Dem nos últimos cinco a seis anos, são preocupantes. Para além disso, a extrema-direita é o terceiro maior partido no parlamento desde 2020, embora o centro-direita e o centro-esquerda tenham bloqueado, até agora, a sua participação no governo. Talvez isto seja ajudado pelo facto de, em algumas dimensões, como a inclusão social e o Estado-providência, Portugal ter um melhor desempenho do que casos comparáveis como Espanha, Grécia e Itália.²

Por fim, a revolução portuguesa desencadeou a “terceira vaga de democratização”, que depois chegou a Espanha, à Grécia e a dezenas de outros países da América Latina, da Europa de Leste, da Ásia e do Pacífico e de África.

ENTÃO, PORQUE É QUE A REVOLUÇÃO PORTUGUESA DEU ORIGEM A UMA DEMOCRACIA?

Comparámos a revolução portuguesa de 1974 com ciclos revolucionários europeus anteriores, do século XX,³ uma vez que foi a última grande revolução europeia do século XX.

Defendemos que o resultado democrático da revolução portuguesa foi o resultado de quatro fatores:

- A existência de uma oposição moderada robusta, já enraizada na sociedade civil durante as fases finais do regime autoritário, que durante a intensa mobilização da revolução foi capaz de construir fortes partidos de centro-esquerda e de centro-direita, que perderam até hoje;



Mão de uma pessoa a segurar uma flor numa manifestação que celebra o 50.º aniversário da Revolução dos Cravos em Portugal, em abril de 2024. (Nascimento Vieira/Pexels)

- Os guiões ideológicos e culturais disponíveis na Europa desde o início da década de 1960, que permitiram uma fusão do socialismo e do liberalismo, proporcionando uma alternativa credível aos modelos leninistas-stalinistas;
- Um elevado nível de profissionalização das forças armadas, herança da adesão de Portugal à NATO e, paradoxalmente, das próprias guerras coloniais (1961-1974), que possibilitou a formação de uma aliança entre militares e civis moderados;
- O contexto internacional benigno da détente, em que as duas maiores potências mundiais (EUA e URSS) se abstiveram de intervenções militares diretas.

Algumas das condições que levaram ao aparecimento das grandes revoluções sociais estão a reaparecer hoje, como a disseminação global do neopatrimonialismo, os esforços de reconstrução dos impérios, o aumento das desigualdades socioeconómicas e as tendências para a autocratização, tanto em regimes democráticos como em regimes híbridos.

Por conseguinte, o caso português é altamente relevante atualmente, fornecendo pistas para compreender as condições em que os futuros ciclos revolucionários podem dar origem à democracia.

¹ Huntington, S. 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press.

² Fishman, R. 2019. *Democratic Practice: Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion*. Oxford University Press; Fernandes, T., (ed.) 2024. *Democratic Quality in Southern Europe: France, Greece, Italy, Portugal, and Spain*. University of Notre Dame Press.

³ Fernandes, T. 2024. Portugal, 1974–1975. Revolution, Counterrevolution and Democracy. Lisbon, FFMS.

Caixa 8. A desinformação e a polarização alimentam a autocratização – os democratizadores contra-atacam

- Metade de todos os governos em processo de autocratização espalham cada vez mais desinformação. A polarização está a aumentar num quarto de todos os países, muitas vezes a níveis tóxicos. Reforçando-se mutuamente, alimentam a autocratização.
- Por outro lado, os democratizadores bem-sucedidos reduzem frequentemente a desinformação de forma substancial. As recentes democratizações após fase autocratizadora possibilitadas por reduções substanciais no Brasil, na Polónia e na Zâmbia são exemplos disso.

A desinformação, a polarização e a autocratização acompanham-se e reforçam-se mutuamente – e, em certa medida, o inverso acontece no caso da democratização. Com uma simples comparação de médias, a Figura 1 mostra que a desinformação governamental e a polarização política aumentam nos países em processo de autocratização.

Em contraste, nos países em democratização, especialmente os níveis de desinformação tendem a diminuir. O espelhamento das associações da autocratização para a democratização é surpreendentemente claro.

A desinformação e a polarização ameaçam a democracia

Os governos dos países autocráticos utilizam habitualmente a desinformação para influenciar os cidadãos a nível interno e externo. A forma como a autocratização é alimentada pela desinformação e pela polarização é cada vez mais conhecida. A desinformação tornou-se um dos instrumentos favoritos dos autocratas atuais (por exemplo, a Rússia tem uma pontuação próxima do máximo neste indicador),¹ e estudos sugerem que a polarização se torna frequentemente uma ajuda para os governos espalharem a desinformação, enfraquecendo a democracia.²

Assim, a desinformação é utilizada pelos governos autocráticos para inflacionar proposadamente sentimentos negativos e criar um sentimento de desconfiança na sociedade, alimentando a polarização. A polarização corrói, também, a confiança nas instituições governamentais.³ Assim, torna-se mais fácil promover a propaganda estatal, desacreditar a oposição e angariar apoio para políticas que enfraquecem ainda mais a democracia.⁴ Se a polarização for elevada, os cidadãos estão mais dispostos a trocar os princípios democráticos por outros interesses ou a ajudar o seu lado a ganhar. A votação do “Brexit” e as eleições presidenciais de 2016 nos EUA são dois exemplos proeminentes em que este padrão se verificou.⁵

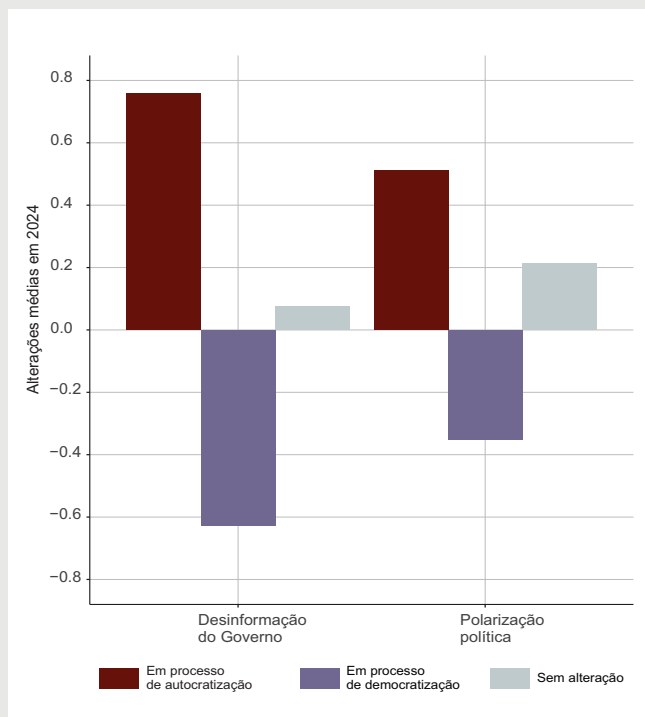
Não se sabe de que forma a democratização é possibilitada pela cessação da desinformação e, por vezes, da polarização, ou se leva a essa cessação. Sabemos que o combate à desinformação em torno das eleições de 2022 no Brasil foi fundamental para travar a autocratização e regressar à democratização (ver Relatório da Democracia 2024), e parece ter desempenhado também um papel na Polónia e na Zâmbia. Este é um tema em que é necessária mais investigação.

A desinformação e polarização estão em crescimento

Os padrões entre os dados do V-Dem a nível nacional fornecem algumas evidências adicionais destas relações (Figura 2). Em 31 países, os governos recorrem cada vez mais à desinformação e dois terços – 21 em 31 – estão em processo de autocratização, como é o caso de **El Salvador, Geórgia, Hungria, Índia e Sérvia** (painel esquerdo, Figura 2).

A polarização está a aumentar substancial e significativamente em 45 países, ou seja, um quarto de todos os países do mundo (painel direito da Figura 2). Em mais de metade deles (N=24), esta tendência já atingiu níveis tóxicos (aproximadamente, um terço superior na escala).⁶ A maioria dos países em processo de autocratização têm níveis tóxicos de polarização, incluindo a

FIGURA 1. DESINFORMAÇÃO E POLARIZAÇÃO, ALTERAÇÕES MÉDIAS ATÉ 2024



A Figura 1 mostra as alterações médias nos níveis de desinformação e polarização até 2024. Para os países em processo de autocratização e democratização, o ano de referência é o ano de início do episódio, de acordo com a metodologia ERT. Os outros países são comparados com os seus níveis de 2014. A desinformação do governo mede a frequência com que os governos e os seus agentes utilizam as redes sociais para divulgar pontos de vista enganadores ou informações falsas. A polarização política mede a medida em que a sociedade está polarizada em campos políticos antagónicos, em que as diferenças políticas afetam as relações sociais.

Hungria, a Índia e o Peru. O mesmo se aplica a vários outros países onde os dados do V-Dem mostram sinais preocupantes de autocratização, como a **Eslovénia** e a **Eslováquia**.

Mais de metade (N=28) de todos os países afetados pelo aumento da polarização política são democracias. As democracias liberais representam quase um terço de todos os países com polarização política crescente (N=14). Em dois deles – **França** e **EUA** – a polarização atingiu níveis tóxicos. As democracias não estão, portanto, imunes às ameaças de polarização.

A boa notícia é que, em sete países em processo de democratização, as diminuições substanciais da disseminação de desinformação acompanham a democratização. Na recente democratização após fase autocratizadora no **Brasil**, por exemplo, o combate direcionado à desinformação sobre as eleições foi um fator-chave no processo, tal como referido no *Relatório da Democracia* do ano passado.

A desinformação e a polarização ocorrem paralelamente

A relação entre o aumento da disseminação da desinformação, o aumento da polarização e, depois, a autocratização também se reflete ao longo do tempo nos países. A Figura 3 mostra esse padrão com três exemplos entre os

1 Guriev, S. e D. Treisman. 2022. *Spin Dictators: The Changing Face of Tyranny in the 21st Century*. Princeton University Press.

2 Keller, F. et al. 2020. “Political Astroturfing on Twitter: How to Coordinate a Disinformation Campaign”. *Political Communication* 37(2).

3 Osmundsen, M., et al. 2021. “Partisan Polarization is the Primary Psychological Motivation Behind Political Fake News on Twitter”. *American Political Science Review* 115(3).

4 McCoy, J. e M. Somer. 2019. “Towards a Theory of Pernicious Polarization and How It Harms Democracies: Comparative Evidence and Possible Remedies”. *The ANNALS of the AAPSS* 681(1).

5 Rose, J. 2017. “Brexit, Trump, and Post-Truth Politics”. *Public Integrity* 19(6).

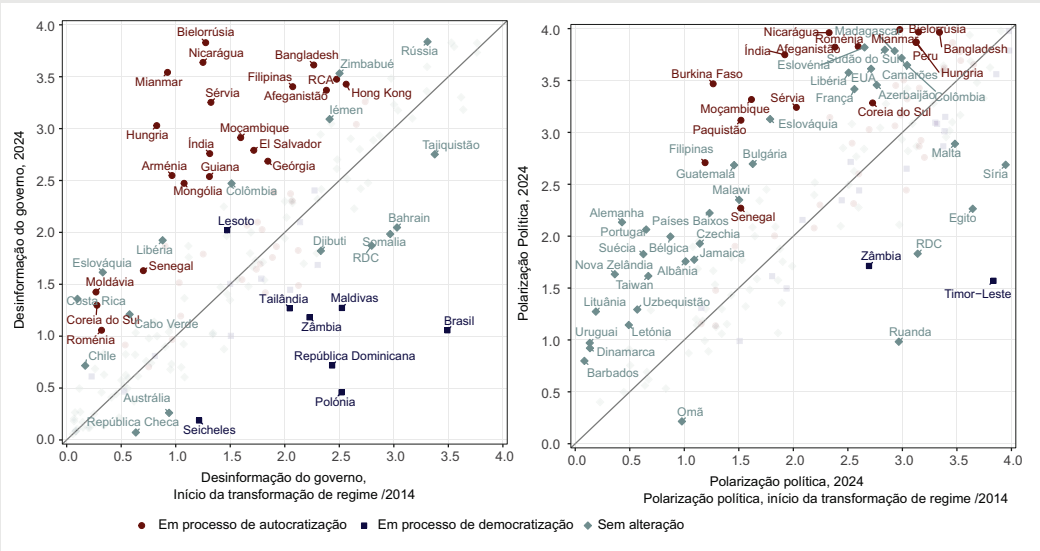
6 Os níveis tóxicos de polarização política põem em perigo a democracia. A polarização política mostra até que ponto a sociedade está dividida em campos antagónicos “Nós” e “Eles” em questões políticas. Quando atinge níveis tóxicos, a divisão em questões políticas é tão elevada e está tão impregnada na sociedade, que as diferenças políticas começam a afetar as relações sociais e familiares, muito para além da discussão política.

principais países em processo de autocratização enumerados na Secção 3 – **Hungria, Nicarágua e Sérvia**.

Reforçando-se mutuamente, os níveis de polarização, a utilização de discursos de ódio pelos partidos e a disseminação de desinformação pelos governos aumentam ao longo do tempo, seguindo-se a autocratização (tal como indicado pelas descidas no IDL). Líderes anti pluralistas e agendas partidárias beneficiam e utilizam a desinformação e a polarização para acabar com a democracia. Os atuais desenvolvimentos nos **EUA** são mais um caso em que esta dinâmica parece estar a ocorrer (ver Caixa 9).

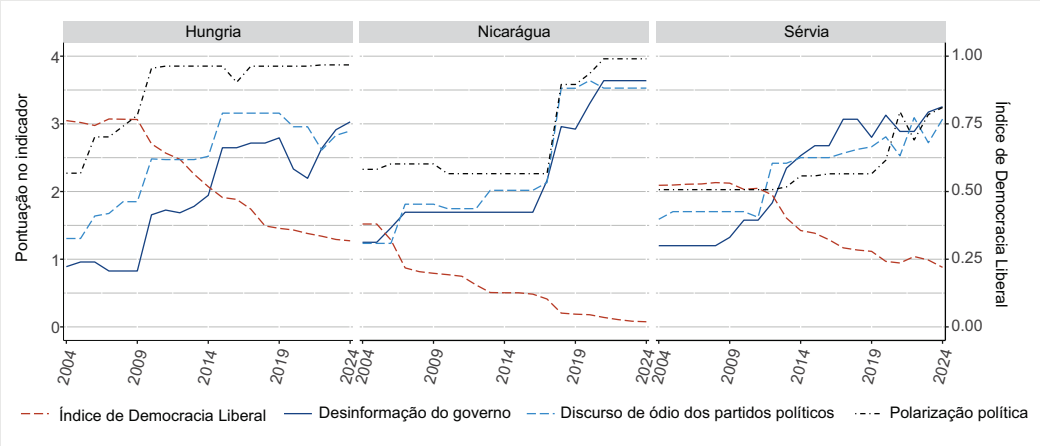
Para os democratizadores, os níveis de desinformação tendem a descer juntamente com a democratização (ver Figura 4). Os recentes processos de democratização após fase autocratizadora – **Brasil e Polónia** – mostram o padrão de forma clara. A ligação entre polarização e democratização parece ser menos compreensível. A polarização alimenta a autocratização, mas a democratização não reduz automaticamente a polarização.

FIGURA 2. DESINFORMAÇÃO E POLARIZAÇÃO, 2024



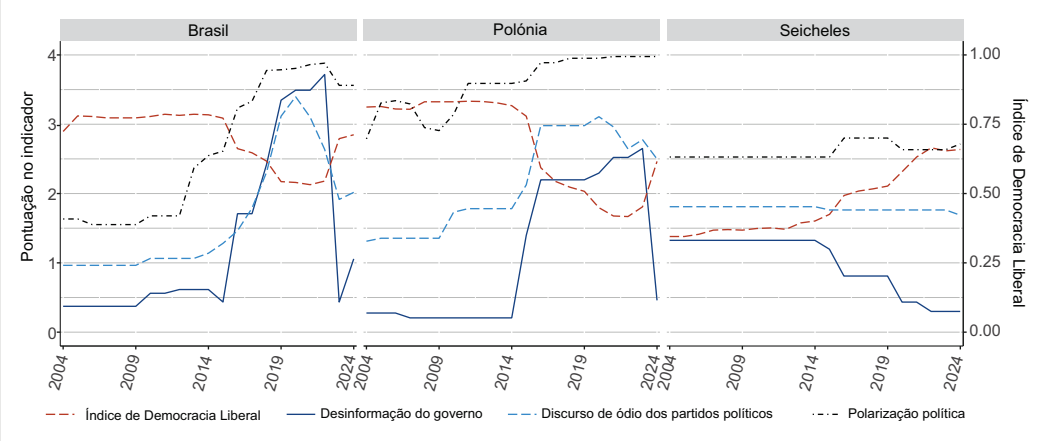
A Figura 2 apresenta as alterações dos níveis de desinformação (painel esquerdo) e de polarização (painel direito) dos países até 2024. Para os países em processo de autocratização e democratização, o ano de referência é o ano de início do episódio, segundo a metodologia ERT (ver Figuras 13 e 17). O ano de referência para os outros países é há dez anos (2014). Uma alteração é substancial e significativa se o seu valor em 2024 for, pelo menos, 0,5 pontos (numa escala de 0 a 4) diferente do ano de referência, e os intervalos de confiança não se sobrepuserem.

FIGURA 3. DESINFORMAÇÃO E POLARIZAÇÃO EM TRÊS PAÍSES EM PROCESSO DE AUTOCRATIZAÇÃO, 2004-2024



O eixo y esquerdo da Figura 3 indica a pontuação para os indicadores de desinformação e polarização. Pontuações mais elevadas para a desinformação, polarização e discurso de ódio dos partidos políticos indicam níveis mais elevados de desinformação/polarização, respetivamente. O eixo y direito representa a escala para o IDL.

FIGURA 4. DESINFORMAÇÃO E POLARIZAÇÃO EM TRÊS PAÍSES EM PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO, 2004-2024



O eixo y esquerdo da Figura 4 indica a pontuação para os indicadores de desinformação e polarização. Pontuações mais elevadas para a desinformação, polarização e discurso de ódio dos partidos políticos indicam níveis mais elevados de desinformação/polarização, respetivamente. O eixo y direito representa a escala para o IDL.

Eleitores aguardam à porta de uma mesa de voto pela abertura das urnas na aldeia piscatória de Ndayane, a 17 de novembro de 2024, durante as eleições parlamentares do Senegal. (John Wessels/AFP via Getty Images)



5 | O “Ano das Eleições” de 2024 em análise

- O ano de eleições de 2024, em geral, não melhorou ou destruiu a democracia. A tendência global mantém-se praticamente inalterada.
- Dos 61 países que realizaram eleições, apenas 11 alteraram as suas trajetórias.
- Em geral, houve um número ligeiramente superior de países com alterações negativas (7) do que positivas (4) a nível das trajetórias.
- O aumento da violência política e a mobilização a favor da democracia são as tendências mais visíveis do ano eleitoral de 2024.

O “ano de eleições” de 2024 não foi um ano de sucesso nem de fracasso para a democracia. Houve um número ligeiramente superior de países (sete) onde o ano eleitoral de 2024 terminou com resultados negativos do que positivos (quatro), no entanto para a maioria dos países, o ano eleitoral significou “mais do mesmo”. De um modo geral, o ano não contribuiu em nada para alterar o facto de o mundo se encontrar numa terceira vaga de autocratização.

O aumento da violência política surgiu como uma tendência assinalável entre as eleições de 2024, indicando que os líderes autoritários recorrem cada vez mais à repressão para manter o poder.

Do lado positivo, a mobilização para a democracia aumentou em vários países que realizaram eleições e, num número mais reduzido de países, as eleições deram um claro impulso à democracia, demonstrando potencial para uma reversão.

Mudanças nas trajetórias com o Ano Eleitoral de 2024

Muito estava em jogo no “ano recorde das eleições” de 2024. Cidadãos de 61 países, com uma população total de 3,8 mil milhões de pessoas, puderam votar¹ e, entre os países que realizaram eleições, existiam sete dos dez Estados mais populosos do mundo: Bangladesh, Índia, Indonésia, México, Paquistão, Rússia e EUA. Realizaram-se, também, eleições em 30 países onde a democracia já estava em declínio e onde as eleições poderiam fazer a diferença.

Em termos gerais, 50 dos 61 países não registaram quaisquer alterações relevantes imediatas nas suas trajetórias em matéria de democracia com o ano eleitoral de 2024, enquanto sete tiveram resultados negativos substanciais e quatro tiveram resultados positivos.²

A Tabela 10 apresenta em pormenor o resultado das eleições de 2024, agrupando os países por categoria do RoW em 2023.

Uma das 13 **democracias liberais** teve um resultado positivo: a República Checa, que entrou na “lista de observação” dos países em processo de democratização.³

Entre as 23 **democracias eleitorais** registaram-se dois resultados positivos – **Botsuana** e **Sri Lanka**, e três resultados negativos – **Geórgia**, **Moldávia** e **Eslováquia**. O Botsuana conseguiu travar a autocratização

e o Sri Lanka até a reverteu (ver Secção 4). As três últimas registaram uma mudança drástica no sentido da autocratização com as eleições de 2024.

Entre as 19 **autocracias eleitorais** que realizaram eleições, 15 permaneceram inalteradas, não tendo sido registados resultados positivos, e quatro países obtiveram resultados negativos – **Bangladesh**, **Moçambique**, **Rússia** e **Togo**. O **Bangladesh** e o **Togo** eram regimes estáveis em 2023, mas o ano eleitoral de 2024 transformou-os em autocracias. **Moçambique** e a **Rússia** já mostravam alguns sinais preocupantes de deterioração em 2023 e tornaram-se autocratizantes (na lista de observação) em 2024.

O grupo de seis autocracias fechadas demonstra estabilidade na sua maioria. Houve apenas uma mudança positiva – Chade – onde o regresso das eleições e um governo liderado por civis levaram ao fim da autocratização.

Violência, meios de comunicação e polarização são os fatores que mais se agravam

A violência política, o aumento dos ataques aos meios de comunicação social e o aprofundamento da polarização são as componentes da democracia que mais sofreram durante as eleições de 2024.

Quase um quarto de todas as eleições realizadas em 2024 – 14 em 61 – foram marcadas por um aumento na **violência política**. Por exemplo, o México realizou a sua eleição mais sangrenta da história recente, com pelo menos 37 concorrentes assassinados,⁴ e existiram tentativas de assassinato do Primeiro-Ministro na Eslováquia⁵ e do, então, candidato Trump, a par de outros atos de violência nos EUA.⁶

Ao mesmo tempo, a **mobilização para a democracia** diminuiu substancialmente e de forma significativa perto das eleições em dez países, sendo a maioria países autocráticos, como a Bielorrússia, o Irão e a Rússia. Na Rússia, por exemplo, o Presidente Vladimir Putin venceu as eleições de 2024 no meio de uma repressão interna crescente e da guerra, em curso, na Ucrânia.

Cinco dos 10 principais indicadores da Figura 21 mostram que as eleições de 2024 estiveram cada vez mais inclinadas a favor do incumbente. Três indicadores relativos à **liberdade dos meios de comunicação social** e um relativo à **sociedade civil** regrediram substancialmente perto das eleições entre nove a dez países. Na Geórgia, por exemplo, a missão da OSCE detetou um claro enviesamento político nos meios de comunicação social e um desrespeito pelo requisito legal de cobertura imparcial das eleições.⁷

A **polarização política** aumentou significativamente em nove países aquando das eleições de 2024. A desinformação e a polarização política tendem a acompanhar a autocratização e reforçam-se mutuamente (ver Caixa 8), como nos EUA, onde níveis tóxicos de polarização definiram, em grande parte, os debates durante as eleições de 2024.

As eleições também acabaram por ser significativamente menos livres e justas em nove países. Em Moçambique, por exemplo, registaram-se fraudes eleitorais em todo o país.⁸ No Paquistão, o principal líder da oposição, Imran Kahan, foi condenado à prisão e os militares tomaram conta do processo eleitoral.⁹

1 A análise e todas as estimativas desta secção são apresentadas apenas para os países que estão incluídos no conjunto de dados do V-Dem. Para 2024, existem 179 países no conjunto de dados do V-Dem. As estimativas também não incluem eleições subnacionais.

2 Nesta secção, referimo-nos principalmente aos resultados das eleições em termos das trajetórias dos países em matéria de democracia, tal como medidos pela metodologia ERT baseada nos dados do V-Dem, v15. Também nos referimos apenas aos resultados que já são visíveis nos dados do V-Dem.

3 Os países na “lista de observação” estão muito próximos de serem classificados como democratizadores ou autocratizadores. Explicamos este facto na Secção 6.

4 www.reuters.com/world/americas/mexican-candidate-assassinations-hit-grim-record-ahead-sundays-election-2024-06-01/, www.nytimes.com/2024/05/25/world/americas/mexico-election-candidates-killed.html

5 www.politico.eu/article/slovak-pm-blames-assassination-attempt-on-opposition-in-first-appearance-since-shooting/

6 www.reuters.com/world/us/new-cases-political-violence-roll-us-ahead-contentious-election-2024-10-21/, www.apnews.com/hub/attempted-assassination-of-donald-trump

7 www.osce.org/files/f/documents/1/6/584029_0.pdf

8 www.reuters.com/world/africa/mozambique-ruling-partys-candidate-wins-presidential-election-results-show-2024-10-24/

9 www.cfr.org/blog/pakistans-election-not-free-or-fair-beforehand-chaotic-election-day

TABELA 10. TRAJETÓRIAS DOS PAÍSES QUE REALIZARAM ELEIÇÕES EM 2024

As alterações nas trajetórias dos países que realizam eleições em 2024 são assinaladas como positivas se um país for identificado como um novo democratizador, ou se tiver interrompido o processo de autocratização em 2024; e como negativas, se for identificado como um novo autocratizador. Os casos da lista de observação são considerados genuínos, mas os casos limite não o são. Por uma questão de coerência com o Relatório da Democracia 2024, apresentamos as categorias de RoW e as trajetórias do ERT de 2023, utilizando o conjunto de dados V-Dem v14. Note-se que alguns países mudaram o seu tipo de regime em 2024. Ver Tabela 1.

TIPO DE REGIME 2023	PAÍS	Episódio 2023	Episódio 2024	+/-	
Democracias Liberais	República Checa	Casos limite de democratização	Lista de observação dos países em processo de democratização	Positivo	
	Bélgica	Estável	Estável		
	Finlândia				
	França				
	Irlanda				
	Japão				
	Taiwan				
	Reino Unido				
	EUA				
	Butão				
	Islândia				
	Uruguai				
	Coreia do Sul	Casos limite de autocratização	Casos limite de autocratização		
Democracias Eleitorais	República Dominicana	Autocratização	Autocratização		
	Maldivas	Democratização	Democratização		
	Ilhas Salomão				
	Macedônia do Norte				
	Bulgária		Casos limite de democratização	Estável	
	Áustria				
	Lituânia	Estável			
	Panamá				
	Eslováquia		Lista de observação dos países em processo de autocratização	Negativo	
	Sri Lanka		Democratização	Positivo	
	África do Sul	Casos limite de autocratização	Estável		
	Portugal		Casos limite de autocratização		
	Namíbia		Casos limite de autocratização		
	Moldávia		Autocratização	Negativo	
	Geórgia	Autocratização	Negativo		
	Botsuana		Estável	Positivo	
	Croácia		Casos limite de autocratização		
	Gana		Casos limite de autocratização		
	México		Autocratização		
	Indonésia				
	Mongólia				
	Roménia				
	Senegal				
Tunísia	Democratização			Democratização	
Autocracias Eleitorais	Argélia	Casos limite de autocratização	Casos limite de autocratização		
	Moçambique		Autocratização	Negativo	
	Rússia		Lista de observação dos países em processo de autocratização	Negativo	
	Togo		Negativo		
	Madagáscar	Estável	Casos limite de autocratização		
	Azerbaijão		Estável		
	Ruanda				
	Somaliândia				
	Venezuela			Autocratização	Negativo
	Bangladesh		Estável		
	Camboja	Autocratização	Estável		
	El Salvador		Autocratização		
	Mauritânia				
	Maurícias				
	Paquistão				
	Comores				
	Índia				
	Bielorrússia				
Autocracias Fechadas	Chade			Autocratização	Casos limite de democratização
	Koweit		Estável	Estável	
	Uzbequistão				
	Irão				
	Jordânia				
	Síria				

FIGURA 21. AS 10 PRINCIPAIS VARIÁVEIS A PIORAR NAS ELEIÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2024

A Figura 21 mostra os 10 principais indicadores que mais regrediram no maior número dos 61 países que realizaram eleições em 2024. Para cada país, 2024 é comparado com o ano em que o mesmo teve a sua eleição anterior.

Mobilização para a Democracia em crescimento

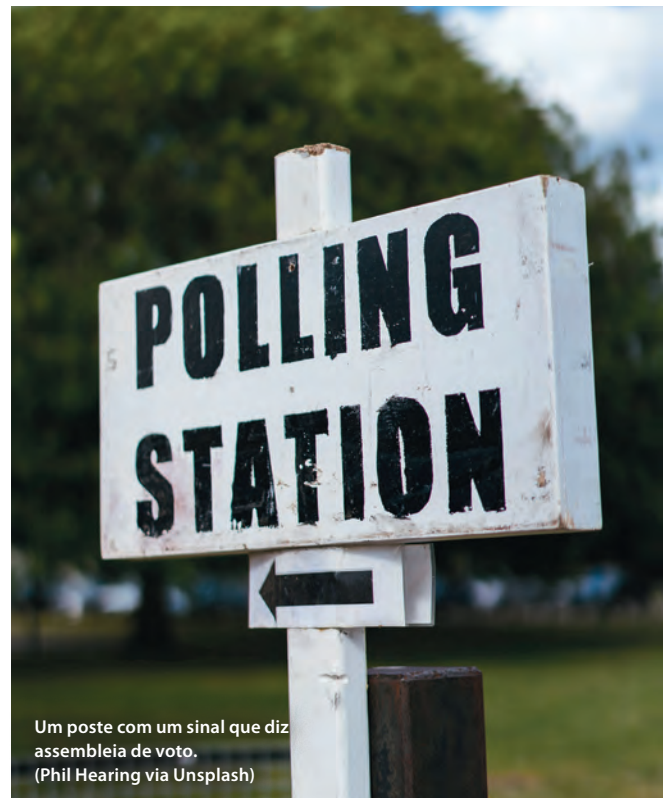
Entre os indicadores que melhoraram no maior número de países com eleições em 2024, é de destacar que a **mobilização para a democracia** aumentou em onze (Figura 22), sinalizando a resistência da sociedade às pressões da autocratização. No Botsuana¹⁰ e no Sri Lanka¹¹, por exemplo, a mobilização em massa contra o incumbente ajudou a travar a tendência de declínio, enquanto a mobilização falhou na Geórgia¹² e na Venezuela.¹³ A diminuição da **mobilização a favor da autocracia** em seis países pode parecer positiva, mas tratam-se de seis autocracias, como El Salvador e o Irão. Por isso, parece antes um sinal de crescente domínio autocrático.

É igualmente de notar a diminuição da **polarização política** em seis países que realizam eleições em 2024. No Botsuana, por exemplo, passou de um nível baixo¹⁴ para uma diminuição ainda mais acentuada, assinalando o fim do seu episódio de autocratização. Três indicadores mostram que alguns países melhoraram em termos de **irregularidades nas eleições, liberdade e equidade nas eleições e compra de votos**. Estes países encontram-se em trajetórias positivas em matéria de democracia, como a República Dominicana, as Maldivas e as Ilhas Salomão.

ALGUMAS ELEIÇÕES NOTÁVEIS

A vitória esmagadora da aliança de partidos da oposição – a Aliança para a Mudança, liderada por Navin Ramgoolam – garantiu 61% dos votos nas Maurícias. Trata-se de um dos resultados mais notáveis do ciclo eleitoral de 2024. O processo de autocratização das Maurícias começou em 2019, quando o Movimento Socialista Militante (MSM) conquistou a maioria absoluta dos assentos. Cinco anos depois, o MSM não conseguiu entrar no parlamento. As irregularidades eleitorais diminuíram substancialmente, as eleições de 2024 foram mais livres e justas e o país melhorou fortemente a qualidade do registo eleitoral.

O **Botsuana** registou grandes melhorias nos processos eleitorais, que se tornaram mais livres e justos, as irregularidades diminuíram a par da intimidação governamental e as eleições trouxeram a primeira alternância no poder após mais de 55 anos de democracia.



Na **Geórgia**, as irregularidades eleitorais e a interferência russa no processo eleitoral levaram o Parlamento Europeu a não reconhecer o resultado das eleições.¹⁵ As irregularidades eleitorais na **Moldávia** foram condenadas pelo Parlamento Europeu, que emitiu um forte aviso contra as contínuas tentativas russas de enfraquecer a independência da Moldávia.¹⁶ Na **Roménia**, as irregularidades eleitorais que envolviam a ingerência russa foram tão evidentes que o Tribunal Constitucional romeno anulou o resultado da primeira volta das eleições presidenciais.¹⁷

FIGURA 22. AS 10 PRINCIPAIS VARIÁVEIS A MELHORAR NAS ELEIÇÕES DE 2024

A Figura 22 mostra os 10 principais indicadores que mais melhoraram no maior número dos 61 países que realizaram eleições em 2024. Para cada país, 2024 é comparado com o ano em que o mesmo teve a sua eleição anterior.

¹⁰ www.vaticannews.va/en/world/news/2024-11/botswana-elections-diamonds-economy.html

¹¹ www.asiasociety.org/policy-institute/sri-lankas-political-shift-dissanayakes-2024-victory-marks-new-era

¹² www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/why-georgias-pro-democracy-protests-failed/

¹³ www.hrw.org/news/2024/09/04/venezuela-brutal-crackdown-protesters-voters

¹⁴ www.bti-project.org/en/reports/country-report/BWA

¹⁵ www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20241003IPR24421/parliament-condemns-russia-s-interference-in-moldova

¹⁶ Ibid.

¹⁷ www.ifes.org/publications/romanian-2024-election-annulment-addressing-emerging-threats-electoral-integrity

6 | Lista de observação do Relatório da Democracia 2025

- Existem 20 “casos limite” de autocratização e 9 “casos limite” de democratização em 2024.
- 7 países entram a “lista de observação” do Relatório da Democracia “como potenciais autocratizadores – muito perto de serem considerados autocratizadores manifestos.
- 3 países estão na “lista de observação” do Relatório da Democracia como potenciais democratizadores.

O Relatório da Democracia deste ano lança uma iniciativa denominada “**lista de observação**”. Trata-se de países aos quais a comunidade internacional poderá decidir prestar especial atenção, uma vez que apresentam sinais de alerta precoce de se tornarem autocratizantes ou democratizantes. Esses países estão assinalados, na Figura 23, com áreas sombreadas a vermelho-escuro e azul-escuro. O ano de início do seu episódio potencial e a magnitude total da mudança até 2024 são apresentados nas tabelas 11 e 12.

Os sete países que estão muito perto de se tornarem autocratizantes e que incluímos na “lista de observação” do Relatório da Democracia 2025 são: **Chipre, Madagáscar, Namíbia, Rússia, Eslováquia, Eslovénia e Togo**.

Três países que estão no limite para se tornarem democratizadores são: **República Checa, Guatemala e Malásia**.

A maioria das secções do Relatório da Democracia centram-se nos países em mudança, com mudanças substanciais manifestas de acordo com a metodologia da ERT (ver Caixa 4). A metodologia ERT exclui deliberadamente as mudanças mais pequenas, porque podem ser o resultado de ruído nos dados.

Este facto obriga-nos a ser muito cautelosos ao declarar que um país entrou num período de mudança. No entanto, à medida que as alterações mais pequenas se acumulam numa grande alteração agregada, a incerteza diminui.

Desde o ano passado, classificamos como “casos limite” os países que estão, pelo menos, a meio caminho de se tornarem autocratizantes ou democratizantes (as alterações situam-se entre 0,05 e 0,1 na escala IDE de 0 a 1). A Figura 23 visualiza esses casos, distinguindo entre “casos limite” de autocratização (área sombreada a vermelho) e “casos limite” de democratização (área sombreada a azul). Há 20 “casos limite” de autocratização e nove “casos limite” de democratização.

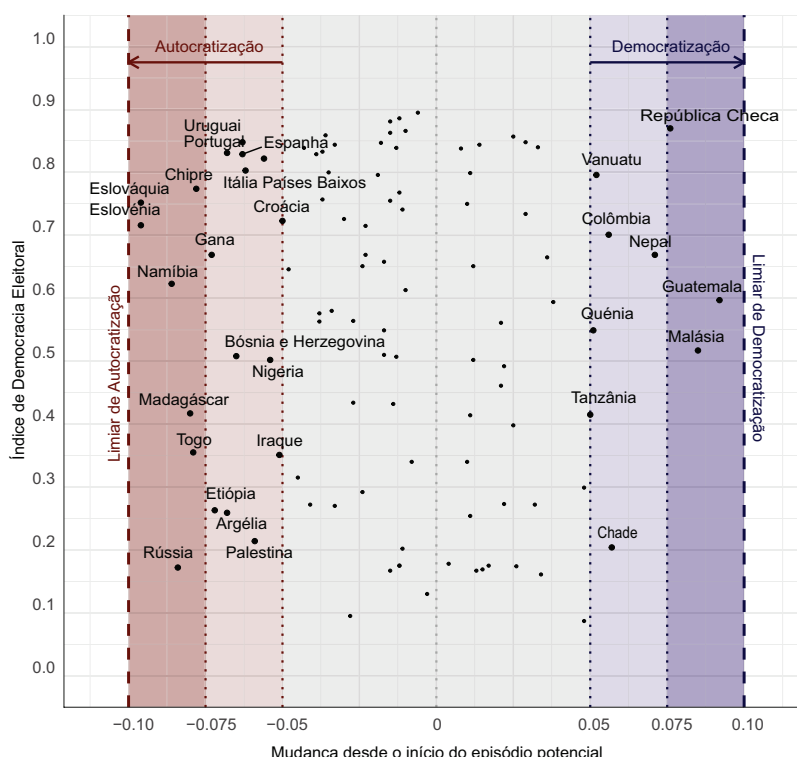
No entanto, mesmo entre os “casos limite”, é incerto quantos conduzirão a uma autocratização ou democratização manifesta. A ambiguidade diminui quanto mais próximos do limiar estiverem os casos, naturalmente. Os países que estão acima de um limiar mais elevado (0,075 no IDE) percorreram pelo menos três quartos do caminho, e designamos esses casos por países na “**lista de observação**”.

Lista de observação dos países em processo de autocratização

Sete países entram na lista de observação do Relatório da Democracia 2025 como potenciais autocratizadores e o ano de início do episódio potencial e a magnitude total da mudança até 2024 são apresentados na Tabela 11.

A **Eslovénia** viveu recentemente um episódio de autocratização (2015-2021), mas recuperou rapidamente até ao final de 2022, quando a coliga-

FIGURA 23. POTENCIAIS AUTOCRATIZADORES E DEMOCRATIZADORES, 2024



A Figura 23 apresenta os países identificados como potenciais autocratizadores (vermelho) ou potenciais democratizadores (azul), a partir de 2024. As áreas a vermelho-claro e azul-claro assinalam todos os “casos limite”, enquanto as áreas a vermelho-escuro e azul-escuro assinalam os países que entram na “lista de observação” do Relatório da Democracia. Os “casos limite” são identificados utilizando a metodologia da ERT, mas com um limiar mais baixo (ou seja, 0,05 em vez de 0,1 no IDE), enquanto a “lista de observação” está reservada para os países que estão acima do limiar de 0,075. As alterações inferiores a 0,05 no IDE (área cinzenta) são tratadas como ruído nos dados.

TABELA 11. MAGNITUDE DE MUDANÇA, FIGURA 23

Classificação	Lista de observação dos autocratizadores	Ano de início potencial	Alteração no IDE
1	Eslovênia	2022	-0.096
2	Eslováquia	2022	-0.092
3	Namíbia	2017	-0.086
4	Rússia	2020	-0.084
5	Madagáscar	2022	-0.080
6	Togo	2020	-0.079
7	Chipre	2016	-0.078

Os potenciais autocratizadores são classificados de acordo com a magnitude do seu declínio até 2024. O limiar para a autocratização é de -0,1.

ção liberal de esquerda assumiu o poder.¹ No entanto, o novo governo iniciou um processo autocrático, procurando enfraquecer os meios de comunicação social e a oposição, o que levou manifestantes às ruas. As deteriorações de 2023-2024 fazem com que o nível de democracia da Eslovênia regresse ao nível de 2021 e esteja tão próxima como a Eslováquia de se transformar num episódio de autocratização manifesta..

Nos últimos dois anos, a **Eslováquia** tem vindo a registar um declínio muito rápido no índice de democracia. Este declínio reflete as tentativas do Primeiro-Ministro, Fico, de consolidar o poder, enfraquecendo a independência judicial, atacando as organizações da sociedade civil e exercendo controlo político sobre os meios de comunicação social.² A Eslováquia está profundamente polarizada³ ae permanece apenas a uma pequena margem do limiar de autocratização.

Na **Namíbia**, o declínio do índice de democracia deve-se, em grande parte, aos ataques à liberdade de expressão e aos meios de comunicação social perpetrados pelo ex-Presidente Hage Geingob e pelo seu Ministro da Informação, Comunicação e Tecnologia, Tjekero Twewa.⁴ O Presidente Geingob faleceu no ano passado e as eleições de 2024 levaram ao poder a primeira mulher Presidente do país.

O declínio da **Rússia** nos últimos anos deve-se às restrições impostas em tempo de guerra pelo Presidente Vladimir Putin, que proibiu todos os restantes meios de comunicação social independentes, desmantelou organizações essenciais da sociedade civil e censurou mais de 247 000 websites.⁵ Só em 2022, a Duma aprovou um número recorde de 653 leis que criminalizam o discurso em torno da guerra na Ucrânia.⁶

Em **Madagáscar**, alguns desenvolvimentos preocupantes incluem o controlo apertado pelo Presidente, Andry Rajoelina, sobre os meios de comunicação social e o aparelho de segurança, bem como os ataques à oposição e aos dissidentes.⁷ As eleições de 2023 foram boicotadas pela oposição,⁸ e Rajoelina foi reeleito para um terceiro mandato. Em 2024, o partido no poder perdeu inicialmente a sua maioria parlamentar, mas recuperou-a na nova legislatura, após recurso ao Supremo Tribunal Constitucional.⁹

No **Togo**, os primeiros sinais preocupantes de deterioração remontam a 2020, quando o Presidente Faure Gnassingbé alterou a Constituição para prolongar a sua permanência no cargo até 2030.¹⁰ A regressão mais acentuada ocorreu em 2024, quando o Presidente Gnassingbé e o seu partido no poder alteraram unanimemente a Constituição para eliminar o sufrágio universal direto para a presidência.¹¹ As eleições de

2024 prolongaram o mandato de 20 anos do Presidente Gnassingbé.

Há quase uma década que o **Chipre** se encontra num processo muito lento, mas constante, de erosão democrática. Entre 2018 e 2023, o país registou um declínio nas medidas relativas à responsabilidade judicial, à liberdade de expressão e dos meios de comunicação social e ao acesso à justiça.¹² Em 2023, o país perdeu o seu estatuto de democracia liberal e continua a ser uma democracia eleitoral no final de 2024.

Lista de observação dos países em processo de democratização

Três países encontram-se na lista de observação para potenciais democratizadores: República Checa, Guatemala e Malásia.

TABELA 12. MAGNITUDE DA MUDANÇA, FIGURA 23

Classificação	Lista de observação dos democratizadores	Ano de início potencial	Alteração no IDE
1	Guatemala	2023	0.092
2	Malásia	2021	0.085
3	República Checa	2021	0.076

Potential democratizers are ranked according to their magnitude of improvement by 2024. 0.1 is a threshold for democratization.

A **Guatemala** é o país que está mais próximo de se qualificar como democracia, depois de ter sido classificado como em processo de autocratização há apenas um ano, no *Relatório da Democracia 2024*. As eleições de 2023 marcaram um ponto de viragem notável. O candidato da oposição, Bernardo Arévalo, – apoiado por uma ampla coligação da sociedade civil, grupos indígenas, comunidade internacional e as principais associações empresariais – derrotou as elites no poder nas urnas.¹³ A partir de 2024, a Guatemala está apenas a uma pequena margem de distância de se tornar uma democracia após fase autocratizadora.

A **Malásia** deu início a uma transformação do regime de partido dominante em 2018, quando a coligação da oposição, Pakatan Harapan (PH), liderada por Anwar Ibrahim, derrotou a Organização Nacional dos Malaio Unidos (ONMU), que governava a Malásia há 60 anos – desde a sua independência em 1957. A vitória histórica da PH abriu caminho para uma crise política entre 2020 e 2022.¹⁴ Em 2022, a PH garantiu uma maioria fraca, o que a obrigou a formar um governo de coligação mais alargado, enquanto a ONMU sofreu a sua pior derrota de sempre.¹⁵ Esta liberalização política, lenta, mas progressiva, trouxe à Malásia alguns avanços assinaláveis na independência do poder judicial¹⁶ e na liberdade de expressão,¹⁷ aproximando o país de se qualificar como um democratizador.

A **República Checa** registou um período de deterioração do nível de democracia em 2017-2021 e foi considerada um dos países em processo de autocratização no Relatório da Democracia 2022.¹⁸ Desde 2021, registaram-se melhorias significativas no acesso à justiça, na eficácia do parlamento e na liberdade de expressão¹⁹ Em 2024, a República Checa recuperou totalmente as deteriorações dos anos anteriores e aumentou ainda mais o seu nível de democracia. Encontra-se, agora, perto de se tornar um país em processo de democratização.

1 www.freedomhouse.org/country/slovenia
2 www.freedomhouse.org/article/assassination-attempt-threatens-slovakias-democracy
3 www.euractiv.com/section/politics/news/ficos-assassination-attempt-reveals-slovakias-serious-tensions-polarisation/
4 www.democratic-erosion.org/2017/11/28/media-attack-in-namibia-a-symbol-of-democratic-erosion-by-ebenezer-akomolafe-university-of-memphis/
5 www.roskomsvoboda.org/en/post/o-blokirovka/
6 www.novayagazeta.eu/articles/2023/01/04/come-to-your-senses
7 www.democratic-erosion.org/2024/01/04/the-overlooked-backsliding-of-malagasy-democracy/
8 www.freedomhouse.org/country/madagascar/freedom-world/2024
9 www.idea.int/democracytracker/country/madagascar
10 www.freedomhouse.org/country/togo/freedom-world/2020
11 www.ijr.org.za/2024/04/from-hope-to-crisis-senegals-victory-and-togos-setback/
12 www.idea.int/democracytracker/country/cyprus
13 www.carnegieendowment.org/research/2024/03/bet-on-big-tent-opposition-electoral-coalitions-to-defeat-democratic-backsliding?lang=en¢er=russia-eurasia
14 Ostwald, K., & Oliver, S. (2020). Four arenas: Malaysia's 2018 election, reform, and democratization. *Democratization* 27(4).
15 www.tompepinsky.com/2022/11/11/malaysias-upcoming-general-election-ethnicity-in-a-multipolar-political-system/
16 www.freedomhouse.org/country/malaysia/freedom-world/2024
17 www.idea.int/democracytracker/country/malaysia
18 Note-se que utilizávamos uma metodologia diferente para identificar os países em processo de autocratização/democratização até 2024. De acordo com a metodologia ERT, a República Checa não foi um país em processo de autocratização durante esse período (os declínios no IDE não foram suficientemente substanciais). No entanto, registou um período de deterioração substancial do IDL.
19 www.idea.int/democracytracker/country/czechia

Caixa 9. EUA – Formação de um colapso democrático?

A escala do que está a acontecer nos EUA não tem precedentes e leva-nos a olhar mais de perto para o que parece ser o episódio de autocratização mais rápido que os EUA viveram na história moderna. Infelizmente, os dados do V-Dem que acabámos de publicar só abrangem os acontecimentos até 31 de dezembro de 2024, pelo que temos de recorrer a outras fontes.

Os processos de autocratização durante os últimos 25 anos evoluíram gradualmente, com líderes democraticamente eleitos a dismantelarem os constrangimentos ao poder executivo através do “engrandecimento do executivo”¹ e cada passo a tornar-se o “novo normal”. O Presidente Trump opera abertamente e atua rapidamente, ao ponto de até analistas cautelosos, como o Professor Steven Levitsky, afirmarem que o regime é agora um tipo de autoritarismo.² Qual é a proximidade de um colapso do regime em curso?

DEMOCRACIA DOS EUA E TRUMP 1.0

A democracia sofreu um golpe durante o primeiro mandato do Presidente Trump. O IDL caiu de 0,85 para 0,73 nesses quatro anos, levando o país de volta ao seu nível de 1976 – muito abaixo da média regional (Figura 1). After Depois de perder as eleições de 2020, Trump tentou pressionar os funcionários eleitorais para que “encontrassem” votos adicionais a seu favor, coagiu o Vice-Presidente Pence a alterar os resultados e assistiu calmamente à invasão do Congresso por manifestantes. O Presidente Biden tomou posse e

a democracia americana sobreviveu, mas não recuperou totalmente (Figura 1). Está agora mais fraca do que quando Trump tomou posse em 2017 e está a ser muito mais atacada do que anteriormente.

TRUMP 2.0: UM ATAQUE (QUASE) TOTAL ÀS INSTITUIÇÕES

A segunda administração de Trump está a revelar-se diferente da primeira. Trump concorreu com uma campanha abertamente autoritária³ em 2024, prometendo processar os seus rivais, punir os meios de comunicação social críticos e enviar o exército para reprimir protestos.

Quando o Relatório foi escrito, Trump está no poder há seis semanas. A rapidez com que a democracia americana está a ser posta em causa apanhou muitos observadores de surpresa. A expansão do poder executivo, o enfraquecimento do poder fiscal do Congresso, as ofensivas contra as instituições independentes e contra os meios de comunicação social, bem como a eliminação e o dismantelamento das instituições do Estado – estratégias clássicas dos autocratizadores – parecem estar em ação. O silêncio dos críticos, temerosos de represálias,⁴ já é predominante.

Ataques aos Estado de Direito

O poder judicial é uma instituição-chave que os autocratizadores atacam durante o processo de autocratização,⁵ especialmente na fase inicial.⁶ Uma transição de regime requer necessariamente que o Estado de direito seja distorcido em favor de um aspirante a autocrata.

No seu primeiro dia no cargo, o Presidente Trump absolveu⁷ 1.500 criminosos condenados pelo assalto ao Capitólio a 6 de janeiro. Este foi um dos primeiros passos nos esforços para enfraquecer a legitimidade dos tribunais e do Estado de direito. Ao desculpar e até celebrar ataques ilegais passados, o Presidente Trump aprovou de forma implícita, mas inequivocamente, futura,⁸ violência, segundo especialistas.

A 6 de março, o Presidente Trump emitiu a sua primeira ordem executiva⁹ dirigida diretamente ao escritório de advogados que representava a antiga candidata presidencial, Hillary Clinton, numa ação que pode ser interpretada como uma instrumentalização do Estado.

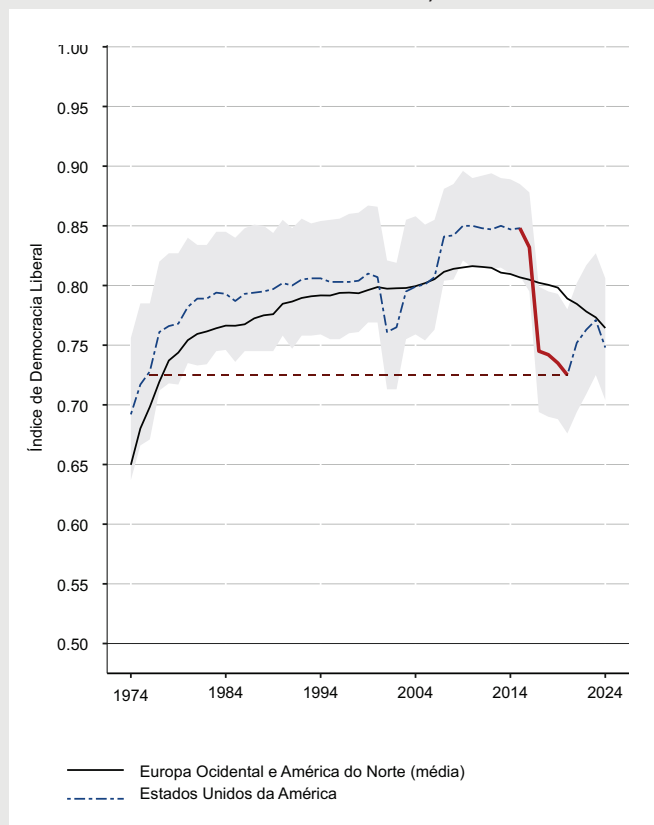
O Presidente Trump recusou-se a cumprir ordens judiciais¹⁰ e afirmou que “Aquele que salva o seu país não viola nenhuma lei.”¹¹ Esta afirmação parece refletir-se nas ações da sua administração. Já existem mais de 70 processos judiciais movidos contra o Presidente Trump e a sua administração por violação da lei e da Constituição.¹²

Estes esforços da administração Trump para enfraquecer os limites judiciais ao poder executivo levaram recentemente a Associação dos Advogados Americanos (ABA) a emitir uma declaração sobre a necessidade de proteger o Estado de direito.¹³ A ABA identifica as ações da administração como especialmente problemáticas, porque “enfraquecem deliberadamente a separação de poderes entre os ramos executivo e legislativo estabelecida na Constituição dos EUA.”¹⁴

Abolição das instituições de controlo

A responsabilização horizontal – pesos e contrapesos – está no cerne do pensamento republicano e da democracia liberal.¹⁵ As instituições que proporcionam pesos e contrapesos eficazes são, por isso, normalmente um dos primeiros alvos durante a autocratização.¹⁶ O enfraquecimento grave da responsabilização é um dos primeiros indícios da transição de regime. A substituição de funcionários públicos por aliados leais e pessoais é uma tática conhecida para o conseguir.¹⁷

FIGURA 1. OS EUA VS. A MÉDIA REGIONAL, 1974-2024



1 Bermeo, N. 2016. “On Democratic Backsliding”. *Journal of Democracy* 27(1).

2 www.nytimes.com/2025/03/06/us/politics/trump-democracy.html

3 www.foreignaffairs.com/united-states/path-american-authoritarianism-trump

4 www.nytimes.com/2025/03/06/us/politics/trump-democracy.html

5 Haggard, S. e R. Kaufman. 2021. “The Anatomy of Democratic Backsliding”. *Journal of Democracy* 32(4).

6 Ordanowski, G., e F. Angiolillo. 2024. “Incumbents’ Strategies of Repression during Autocratization: Evidence from Hungary and North Macedonia”. SSRN Working Paper.

7 www.apnews.com/article/what-has-trump-done-trump-executive-orders-f061f708c08d81509a6af20ef8fc0

8 www.justsecurity.org/107288/nine-experts-pardons-january-6/

9 www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/03/addressing-risks-from-perkins-coie-llp/

10 www.nytimes.com/2025/02/10/us/trump-unfreezing-federal-grants-judge-ruling.html

11 www.reuters.com/world/us/trump-if-it-saves-country-its-not-illegal-2025-02-16/

12 www.courtwatch.news/p/lawsuits-related-to-trump-admin-executive-orders

13 www.americanbar.org/news/abanews/aba-news-archives/2025/02/aba-supports-the-rule-of-law/

14 www.jurist.org/news/2025/02/aba-reaffirms-support-for-rule-of-law-following-trump-executive-orders/

15 O’Donnell, G. 1998. “Horizontal Accountability in New Democracies”. *Journal of Democracy* 9(3).

16 Sato, Y., et al. “Institutional Order in Episodes of Autocratization”. V-Dem Working Paper 133.

17 www.foreignaffairs.com/united-states/path-american-authoritarianism-trump

Essa linha de atuação é visível nas ações já tomadas¹⁸ pela administração Trump, que começou a remover¹⁹ os níveis mais altos do Departamento de Defesa, do Departamento de Justiça, do Departamento de Segurança Interna, do Departamento de Estado, da USAID e do FBI, de todos aqueles que não lhe eram pessoalmente leais. Estas expulsões têm também um efeito dissuasor, desencorajando os funcionários públicos de questionarem futuras ações do presidente.

Trump demitiu também Inspetores-Gerais independentes em 17 agências,²⁰ procurando substituí-los por funcionários leais.²¹ De forma semelhante, demitiu o chefe do Gabinete do Conselheiro Especial,²² responsável por proteger denunciantes (whistleblowers). No processo judicial que se seguiu, o Departamento de Justiça apresentou um recurso argumentando que o tribunal não deveria interferir na autoridade executiva do Presidente – uma entre muitas ações com o objetivo de expandir o poder executivo.²³

Talvez o desafio mais grave venha das violações ao poder orçamental do Congresso, consagrado na Constituição²⁴ e na Lei de Controlo de Impugnação (Impoundment Control Act) de 1974. Estas ações são atualmente discutidas como uma crise constitucional em formação.²⁵ A lista de processos judiciais que envolvem reivindicações de poder ilimitado por parte da administração é longa e reveladora de esforços para eliminar os princípios fundamentais da democracia liberal, como o princípio dos pesos e contrapesos.²⁶

Expulsões nas forças armadas

Durante processos de autocratização liderados pelo executivo, garantir a passividade das forças armadas é frequentemente essencial.²⁷ A expulsão dos altos comandos militares e a sua substituição com base em lealdades pessoais é uma tática frequentemente utilizada.

Trump iniciou expulsões nas forças armadas ao remover o mais alto oficial militar do país, o Chefe do Estado-Maior Conjunto, bem como o Chefe de Operações Navais e o Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Os substitutos nomeados declararam lealdade pessoal a Trump.²⁸

A demissão dos principais conselheiros jurídicos das forças armadas – que têm autoridade legal independente para declarar que uma ordem do presidente ou do secretário da defesa é ilegal e não deve ser obedecida, constitui mais um sinal preocupante de uma tentativa de transformar os militares em meros espectadores subservientes.²⁹

Ataques à liberdade dos meios de comunicação social

A repressão à liberdade dos meios de comunicação social é a arma mais comum utilizada por líderes de países em processo de autocratização nos últimos 25 anos (ver Secção 3), recorrendo a táticas que vão desde ameaças e processos judiciais até ações mais graves.

Trump começou a intimidar os meios de comunicação social ainda durante a sua campanha, quando ameaçou repetidamente retirar licenças de emissão a determinadas estações.³⁰ No mesmo sentido, Trump tem ameaçado processar editoras e meios de comunicação que utilizem fontes anónimas,³¹ o que representaria um duro golpe à liberdade de expressão e à liberdade dos meios de comunicação social. Os efeitos já se fizeram sentir, com o proprietário do Washington Post (WP), Jeff Bezos, a impedir o jornal de apoiar Kamala Harris,³² e, posteriormente, a anunciar uma “reorientação” da linha editorial do WP, num gesto de deferência para com Trump.

A Casa Branca afirma agora³³ ter o direito de escolher quais os meios de comunicação e jornalistas que podem cobrir o Presidente,³⁴ retirando esse poder à Associação de Correspondentes da Casa Branca. Até agora, negou o acesso ao HuffPost e à Associated Press, num movimento que recorda a tática autocratizante de manipular a retórica a favor do Presidente e punir os meios que se desviam da sua visão. Estas movimentações no sentido da autocratização sugerem também uma possível transição de regime.

DOGE

Um caso especial de rejeição da responsabilização e de desmantelamento de instituições do Estado é a criação do Departamento para a Eficiência Governamental (DOGE)³⁵ liderado pelo bilionário Elon Musk. Apesar do nome, não se trata de um departamento governamental e parece estar apenas subordinado a Trump.³⁶

Apesar dos seus conflitos de interesses, Musk tem acesso a informações sensíveis, privadas e classificadas. Em pelo menos 11 processos judiciais,³⁷ os queixosos argumentam que o DOGE violou leis e regulamentos relacionados com dados e privacidade. Devido à sua opacidade, não é possível saber até que ponto o DOGE foi, mas já despediu dezenas de milhares de funcionários públicos. Entre eles encontram-se funcionários da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o que, na prática, representa o encerramento de uma agência criada por ato do Congresso. Isso terá consequências graves e duradouras, não só para os EUA, mas também para a democracia a nível global, uma vez que a USAID era, de longe, o maior interveniente no apoio internacional à democracia.

Desmantelar a USAID pode ser o ataque mais claro até agora aos princípios republicano-liberais de responsabilização horizontal e aos poderes do Congresso. Pode também tornar-se na primeira área onde a disposição da administração Trump em respeitar decisões judiciais e submeter-se ao Estado de direito será posta à prova. Com uma ligeira maioria, o Supremo Tribunal decidiu, no dia 5 de março, contra a administração e a favor do direito do Congresso a ver executadas as suas dotações orçamentais. Este pode ser o verdadeiro teste para a democracia americana.

Face aos ataques em curso, estarão os EUA a caminhar para uma rutura democrática?



Bandeira americana atrás de arame farpado.
(Pixabay via Pexels)

18 www.apnews.com/article/trump-inspectors-general-firing-justice-department-902d19ae20bcd10c2d11e92dd902d85e

19 www.robertreich.substack.com/p/the-meaning-of-tyranny

20 www.campaignlegal.org/update/significance-firing-inspectors-general-explained

21 www.washingtonpost.com/national-security/2025/02/08/trump-administration-job-candidates-loyalty-screening/

22 www.reuters.com/world/us/us-judge-declares-trumps-firing-watchdog-agency-head-illegal-2025-03-02/

23 www.reuters.com/world/us/trump-administration-turns-us-supreme-court-bid-fire-agency-head-2025-02-17/

24 www.npr.org/sections/planet-money/2025/02/18/g-s1-49220/trump-ignore-congress-spending-laws-impoundment

25 www.hls.harvard.edu/today/is-the-u-s-experiencing-a-constitutional-crisis/

26 www.docs.google.com/spreadsheets/d/1LZN7QnbSyFfUJG8Sn1MWpK0VnfBtb0OSyZ1jxP3xBk/edit?gid=0#gid=0

27 Croissant, A., e D. Kuehn. 2024. "Autocratization and the Military". In: Croissant, A., and L. Tomini (eds.). 2024. The Routledge Handbook of Autocratization. Routledge.

28 www.robertreich.substack.com/p/the-meaning-of-tyranny

29 www.contrarian.substack.com/p/we-got-it-wrong-the-real-crisis

30 www.edition.cnn.com/2024/10/22/media/trump-strip-tv-station-licenses-punish-media/index.html

31 www.thehill.com/homenews/administration/5164760-trump-lawsuits-books-anonymous-sources-all-or-nothing-michael-wolff/

32 www.roberthubbell.substack.com/p/we-are-engaged-in-the-serious-business

33 www.huffpost.com/entry/white-house-kicks-out-huffpost-reporter-from-press-pool_n_67be9224e4b0d509934aa224

34 www.edition.cnn.com/2025/02/25/media/white-house-correspondents-pool/index.html

35 www.npr.org/2025/02/07/nx-s1-5288988/doge-elon-musk-staff-trump

36 www.reuters.com/world/us/what-is-elon-musks-doge-how-much-money-has-it-saved-us-taxpayers-2025-03-04/

37 www.nytimes.com/2025/02/11/us/politics/elon-musk-companies-conflicts.html



Vista aérea de uma ponte para pedestres onde se lê "Democracia" no centro de São Paulo, Brasil. (Nelson Almeida/AFP via Getty Images)

Metodologia V-Dem

Agregar avaliações de peritos

Autor: Kyle L. Marquardt

O V-Dem utiliza métodos inovadores para agregar as apreciações de especialistas e, assim, produzir estimativas de conceitos importantes. Utilizamos opiniões de especialistas uma vez que muitas características fundamentais da democracia não são diretamente observáveis. Por exemplo, é fácil observar se uma legislatura tem ou não o direito legal de investigar o executivo. No entanto, avaliar em que medida a legislatura o faz efetivamente requer um vasto conhecimento conceitual e jurisprudencial.

Normalmente, o V-Dem recolhe dados de cinco especialistas por país e ano de observação, utilizando um conjunto de mais de 4200 especialistas nacionais que se pronunciam sobre diferentes conceitos e casos. Os especialistas são oriundos de quase todos os países do mundo, o que nos permite tirar partido de opiniões diversas.

Apesar do seu valor evidente, os dados codificados por especialistas colocam vários problemas. A classificação dos conceitos exige um julgamento que varia consoante os especialistas e os casos; pode também variar sistematicamente consoante os grupos de especialistas. Abordamos estas questões agregando os dados codificados por peritos com um modelo de medição, o que nos permite ter em conta a incerteza e os potenciais enviesamentos.

A lógica do modelo de medição V-Dem é que existem conceitos não observados (por exemplo, um certo nível de liberdade académica e de liberdade de expressão cultural), mas apenas vemos manifestações imperfeitas desses conceitos. Ou seja, os especialistas comunicam as suas apreciações sobre estes conceitos aplicados a casos específicos utilizando categorias ordinais aproximadas. O nosso modelo converte então estas avaliações numa única escala latente contínua, estimando assim os valores do conceito.

No processo, o modelo estima algoritmicamente o grau de fiabilidade de um especialista em relação a outros, assim como o grau em que a sua perceção da escala de resposta difere da de outros especialistas. Do mesmo modo, utilizamos padrões de sobreposição de codificação – tanto de especialistas que codificam vários países como de especialistas que codificam casos hipotéticos – para estimar o grau em que as diferenças na perceção da escala são sistemáticas entre peritos que codificam diferentes conjuntos de casos. Dada a natureza iterativa do processo de estimativa, estas estimativas de fiabilidade e perceção da escala ponderam a contribuição de um especialista para a estimativa do conceito não observado.

Na base de dados V-Dem resultante, apresentamos aos utilizadores uma melhor estimativa do valor de uma observação (a estimativa do ponto), assim como uma estimativa de incerteza (regiões credíveis, um corolário bayesiano dos intervalos de confiança). Mais precisamente, o resultado do modelo de medição é uma estimativa pontual de nível de intervalo da característica latente que normalmente varia em valor entre -5 a 5, e seu erro de medição associado. Estas estimativas são a melhor versão dos dados a utilizar na análise estatística.

No entanto, para alguns utilizadores, as estimativas a nível de intervalos são difíceis de interpretar de forma substantiva. Por conseguinte, também fornecemos estimativas de pontos a nível de intervalo que transformámos linearmente de volta à escala de codificação que os peritos utilizaram originalmente para codificar cada caso. Estas esti-

mativas variam normalmente entre 0 e 4 (o intervalo da escala modal); os utilizadores podem consultar o livro de códigos V-Dem para as interpretar de forma substantiva. Por último, fornecemos versões ordinais de cada variável para aplicações em que os utilizadores necessitam de valores categóricos ordenados. Cada uma das duas últimas versões de dados é também acompanhada por regiões credíveis.

Versões dos indicadores V-Dem

Sufixo	Escala	Descrição	Uso recomendado
Nenhum	Intervalo	Estimativas do modelo de medição V-Dem	Análise de regressão
_osp	Intervalo	Transformação linearizada das estimativas do modelo na escala original	Interpretação substantiva de gráficos e dados
_ord	Ordinal	Valor ordinal mais provável das estimativas do modelo na escala original	Interpretação substantiva de gráficos e dados
_codelow / _codehigh	Intervalo	Um desvio-padrão acima (_codehigh) e abaixo (_codelow) de uma estimativa pontual	Avaliação das diferenças entre unidades e ao longo do tempo dentro das unidades
_sd	Intervalo	Desvio padrão da estimativa de intervalo	Criar intervalos de confiança com base nas necessidades do utilizador

O conjunto final de dados V-Dem inclui, assim, um conjunto de versões de indicadores de instituições e conceitos democráticos, que permitem tanto aos académicos como aos decisores políticos compreender as diferentes características de uma política. A caixa de texto resume os resultados que fornecemos aos utilizadores.

Termos chave

Ponto estimado: A melhor estimativa do valor de um conceito.

Intervalos de confiança: Regiões credíveis para as quais os limites superior e inferior representam um intervalo de valores prováveis para uma estimativa pontual. Estes limites baseiam-se no intervalo em que o modelo de medição coloca 68% da massa de probabilidade para cada pontuação, o que geralmente é aproximadamente equivalente aos limites superior e inferior de um desvio padrão da mediana

Diferenças ou mudanças significativas: Quando os limites superior e inferior dos intervalos de confiança para duas estimativas pontuais não se sobrepõem, estamos confiantes de que a diferença entre elas não resulta de um erro de medição.

REFERÊNCIAS

Marquardt, Kyle L. e Daniel Pemstein. 2018. IRT Models for Expert-Coded Panel Data. *Political Analysis* 26(4).

Pemstein, Daniel, et al. 2024. The V-Dem Measurement Model: Latent Variable Analysis for Cross-National and Cross-Temporal Expert-Coded Data. *Varieties of Democracy Institute: Working Paper No. 21*, 9th edition.

Pemstein, Daniel, Eitan Tzelgov e Yi-ting Wang. 2015. Evaluating and Improving Item Response Theory Models for Cross-National Expert Surveys. *Varieties of Democracy Institute: Working Paper No. 1*.

Co-investigadores principais do V-Dem

Comentário ao Relatório sobre a Democracia

Autores: Michael Coppedge, John Gerring, Carl Henrik Knutsen, Jan Teorell

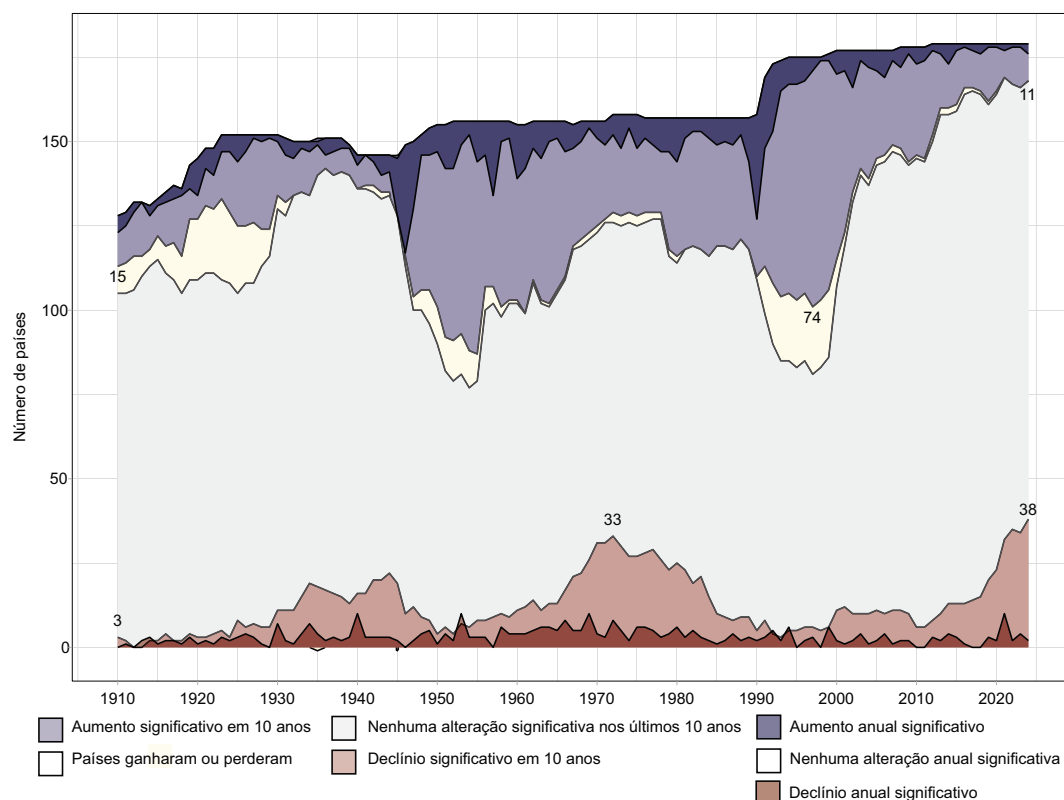
O projeto Variedades da Democracia (V-Dem) envolve numerosos investigadores a trabalhar em instituições de todo o mundo. A base de dados V-Dem é o principal resultado. Desde 2017, o Instituto V-Dem em Göttingen também publica o anual Relatório da Democracia (RD). Este é um comentário a esse relatório, escrito por quatro de cinco Investigadores Principais do V-Dem.

Como referimos no ano passado num comentário semelhante, concordamos com grande parte da análise do RD. No entanto, questionamos algumas escolhas. No ano passado, desenvolvemos três pontos do RD que consideramos problemáticos: (a) interpretações de tendências baseadas em medidas ponderadas pela população, (b) atenção insuficiente à incerteza na medição e (c) uso de categorias rígidas. Como estes elementos se mantêm no RD deste ano, repetimos brevemente as nossas críticas. De seguida, aprofundamos como as escolhas de categorização rígida influenciam as conclusões sobre o declínio democrático, focando-nos na categoria “democracia liberal”.

Em primeiro lugar, os dados globais no RD são frequentemente ponderados pela população. Essa ponderação pode ser apropriada para descrever tendências nas experiências das “pessoas médias globais”. Todavia, pode induzir em erro se for usada para descrever ou interpretar tendências globais. A razão é que os desenvolvimentos em alguns países muito populosos influenciam fortemente as tendências ponderadas pela população. Em particular, o declínio democrático na Índia, que representava 18% da população global em 2014, foi responsável por quase toda a queda na democracia eleitoral, de 38% da população para menos de 20% após 2013 (ver Figura 5 do relatório deste ano). A tendência negativa global mais dramática no RD é, assim, em grande parte, um reflexo do declínio democrático num país muito populoso, e não um declínio em muitos países.

Em segundo lugar, todas as medições, incluindo as baseadas em especialistas do V-Dem e outras medidas, estão sujeitas a erro. Uma das principais vantagens do V-Dem é que muitas medidas acompanham estimativas de incerteza, permitindo aos utilizadores considerar o erro de

FIGURA 1. NÚMERO DE PAÍSES COM MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NO ÍNDICE DE DEMOCRACIA ELEITORAL AO LONGO DE 1 OU 10 ANOS



A largura das faixas de cor representa o número de países em cada categoria. As categorias refletem alterações ao longo de 1 ou 10 anos que excederam os limites de confiança de 95% do HPD do seu país.

medição ao apresentar e interpretar tendências globais. Infelizmente, essa incerteza é pouco enfatizada no RD. Embora tenha havido melhorias nos RD recentes (ver, por exemplo, Figura 4 e discussões sobre países de zona cinzenta no relatório deste ano), muitas das figuras, sumários e interpretações são insuficientes neste domínio. Na Figura 1, ilustramos uma implicação importante: o RD subestima o facto de que a grande maioria dos países tem mantido classificações democráticas bastante estáveis. Em alguns casos, os regimes avançaram numa direção mais democrática. Embora concordemos que as tendências recentes para a autocracia sejam preocupantes, as discussões sobre o declínio democrático devem reconhecer que esses declínios afetaram até agora uma minoria dos países em todo o mundo.

Em terceiro lugar, o RD baseia-se fortemente em categorias rígidas. Por exemplo, refere que 91 dos 179 países são “autocracias” e que menos de 12% da população global vive em “democracias liberais”. O V-Dem não possui uma categorização oficial de “autocracias” ou “democracias liberais”. Para compor estas categorias, o RD recorre bastante à tipologia Regimes do Mundo (RoW). O RoW combina informações de várias medidas contínuas do V-Dem, impondo limites arbitrários para classificar os países em diferentes tipos.¹ É difícil enfatizar demais este ponto fundamental: a classificação dos países em tipos de regime distintos pressupõe uma noção teórica subjacente de diferenças qualitativas entre um tipo e outro. Podemos certamente imaginar algumas dessas distinções qualitativas como essenciais. Regimes que nem sequer realizam eleições, por exemplo, nunca poderão qualificar-se como democracias. O que estamos a discutir principalmente, porém, são países que realizam eleições e que se diferenciam apenas em termos do grau de certas liberdades desfrutadas pelos seus cidadãos ou do grau de limitações judiciais e legislativas sobre o executivo. Não existe nada qualitativo que diferencie países que estejam ligeiramente acima ou ligeiramente abaixo de um determinado limiar imposto nestas escalas contínuas subjacentes. Isto torna qualquer classificação de um país como “liberal” ou simplesmente “democracia eleitoral” inerentemente arbitrária.

Vamos ilustrar como escolhas arbitrárias de classificação podem influenciar as interpretações tanto do estado atual da democracia como das tendências globais recentes. A Figura 2 mostra tendências de 1960 a 2024 segundo três formas de categorizar “democracias liberais”. Como referido, não há consenso sobre esta questão, e quem se vê obrigado a construir categorias rígidas enfrenta múltiplas escolhas em termos de medição e agregação.

O esquema RoW representa apenas uma abordagem entre um número infinito de outras possíveis. Outra abordagem é definir limiares ao longo do Índice de Democracia Liberal (IDL) — que varia, em princípio, de 0 a 1, embora a pontuação máxima observada em 2024 seja 0,88 (Dinamarca). A Figura 2 apresenta duas dessas opções, uma com um limiar de 0,6 e outra com um limiar mais brando de 0,5. A versão de 0,6 deixa a Polónia e a Eslovénia (em 2024) ligeiramente acima do limiar, e a Eslováquia e a Grécia ligeiramente abaixo. Em contraste, a versão de 0,5 também considera a Eslováquia e a Grécia como democracias liberais, enquanto o Peru e o Botsuana ficam ligeiramente abaixo desse limiar alternativo.

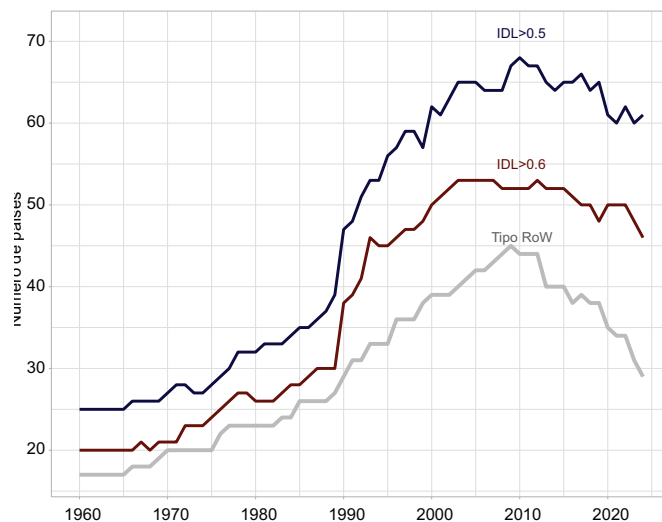
Todas as abordagens representadas na Figura 2 são plausíveis; contudo, cada uma dá uma impressão muito diferente do estado global da democracia liberal e das tendências recentes. A medida RoW utilizada no RD destaca-se por contabilizar um número muito mais baixo de democracias liberais atuais e por mostrar um declínio muito mais acentuado. O número de democracias liberais segundo o RoW, globalmente, em 2012 era 44, descendo para 29 em 2024, uma redução de 34%. Em contraste, a medida com limiar de 0,5 contava 67 democracias liberais em 2012 e 61 em 2024, um declínio de 9%. O limiar de 0,6 situa-se entre estes dois valores. Estas contagens assumem que as classificações são fiáveis. Se

incorporarmos a incerteza de medição, vários países poderão não ter mudado claramente de categoria.

Deixando de lado uma discussão mais técnica sobre as regras e escolhas operacionais do RoW (sobre as quais temos reservas), apontemos simplesmente que o RoW conduz a algumas classificações pouco ortodoxas. Por exemplo, os países que perderam o seu estatuto de democracia liberal entre 2012 e 2024 incluem Áustria, Canadá, Portugal e Reino Unido. Estes países são amplamente considerados como “democracias liberais” segundo usos convencionais do termo, e apresentam, respetivamente, pontuações no IDL em 2024 de 0,76, 0,74, 0,75 e 0,75. Estas pontuações são apenas uma casa decimal abaixo dos países com as melhores classificações, como a Noruega (5.º lugar; 0,84) e a Suécia (4.º lugar; 0,85) — o que significa que são seguramente classificadas como democracias liberais nas nossas duas medidas alternativas, tanto em 2012 como em 2024. Curiosamente, o RoW categoriza alguns países com pontuações no IDL substancialmente mais baixas como democracias liberais, incluindo a África do Sul (0,65), Jamaica (0,68) e Itália (0,71) em 2024. Em 2012, Sérvia (0,49) e Butão (0,51) foram registados como democracias liberais pelo RoW, apesar de apresentarem pontuações muito mais baixas no IDL.

O que devemos retirar deste exercício não é apenas apontar a baixa validade aparente de várias classificações do RoW, mas também o ponto mais geral de que as contagens de democracias liberais (ou outros tipos de regime) baseadas em categorias rígidas devem ser vistas com alguma precaução. Todas as distinções são arbitrárias se se basearem em índices contínuos subjacentes. Por isso, escolhas alternativas em medição e agregação podem resultar em classificações muito diferentes.

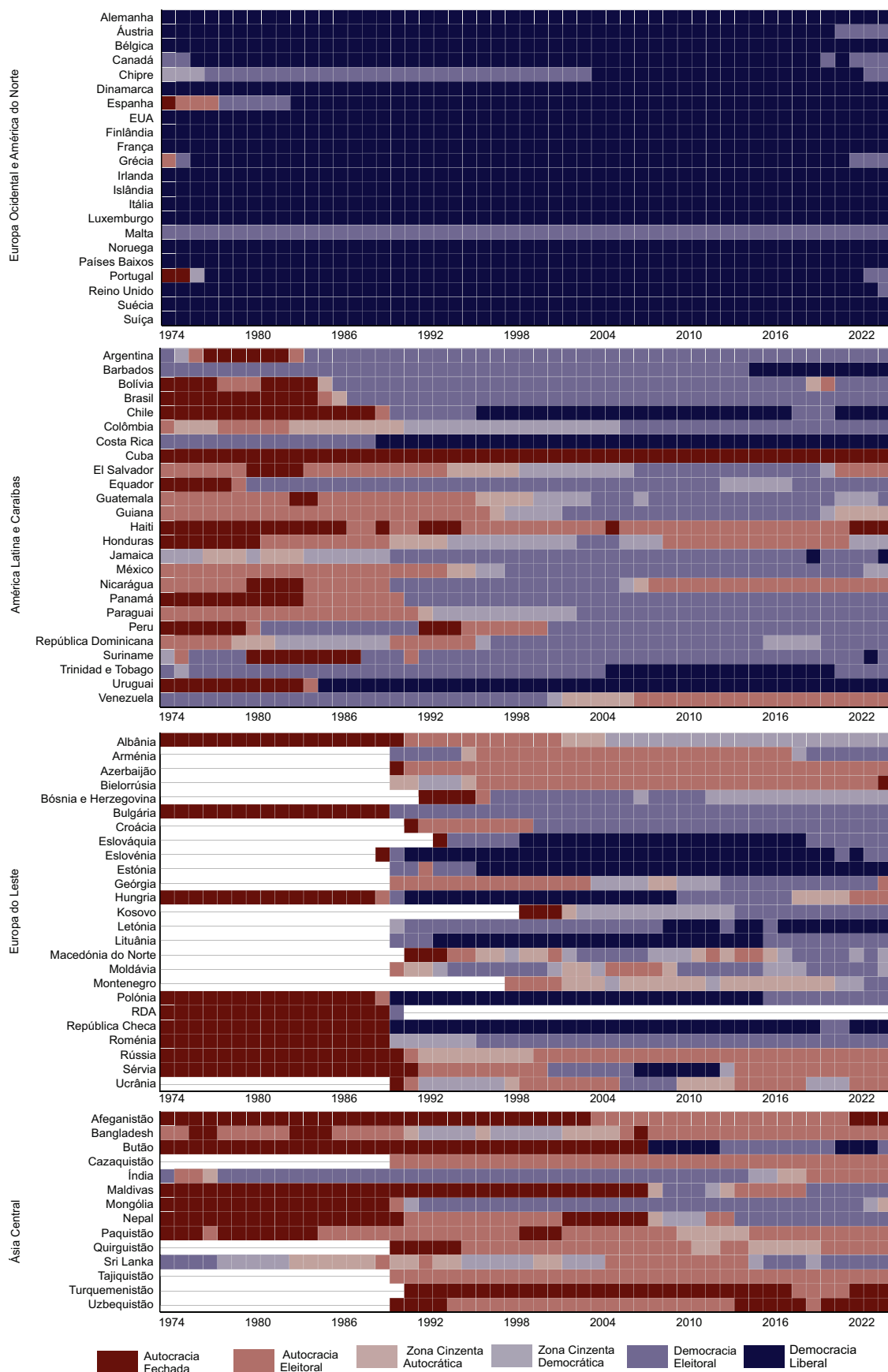
FIGURA 2. NÚMERO DE “DEMOCRACIAS LIBERAIS” DESDE 2000 A 2024, ATRAVÉS DE TRÊS CATEGORIZAÇÕES DIFERENTES

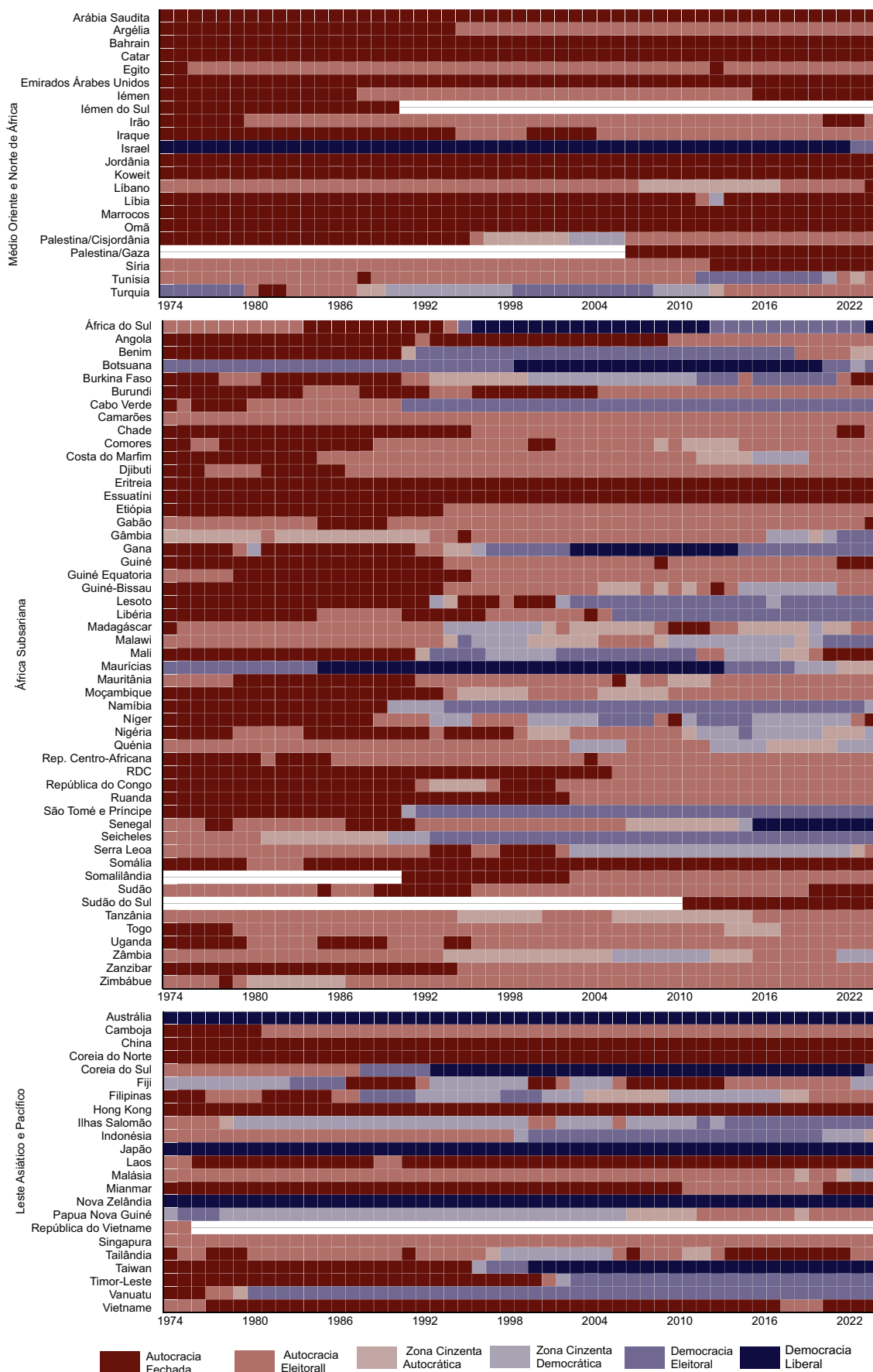


1 Lührmann, Anna, Marcus Tannenberg, Staffan I. Lindberg. 2018. "Regimes of the world (RoW): Opening new avenues for the comparative study of political regimes." *Politics and governance* 6(1):60-77.

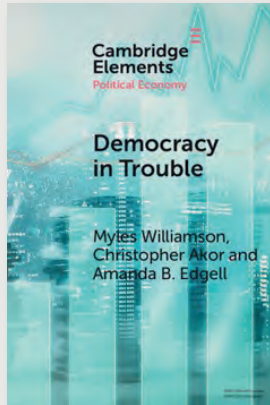
TABELA A1. HISTÓRIA DOS REGIMES DO MUNDO POR PAÍS-ANO, 1974-2024

Os países estão divididos em regiões políticas. As regiões com maior densidade populacional que vivem em democracias são colocados numa posição superior. A figura mostra a história dos Regimes do Mundo (RoW) nos últimos 50 anos, 1974-2024, para cada país. Cada azulejo corresponde a um ano e utilizamos o pacote PanelView R desenvolvido por Mou, Liu e Xu (2022) para visualizar a história do RoW. A tipologia está publicada em Lüthmann et al. 2018. Regimes of the World (RoW), Politics and Governance 6(1)





Publicações da equipa V-Dem



Democracy in Trouble: Democratic Resilience and Breakdown from 1900 to 2022

Myles Williamson, Christopher Akor and Amanda B. Edgell
2025 | Cambridge University Press

► O livro investiga nove casos em que governos democraticamente eleitos se envolveram num desmantelamento deliberado e gradual das instituições democráticas (engrandecimento do poder executivo) que constituiu uma ameaça real à democracia, comparando os casos falhados com os que foram bem-sucedidos no desmantelamento da democracia. O estudo revela um padrão semelhante, com os líderes a visarem frequentemente os meios de comunicação social, a sociedade civil e o sistema judicial, e a utilizarem táticas comuns para enfraquecer as instituições democráticas.

A comparação mostra que a resiliência democrática pode muitas vezes acontecer por engano – nos casos em que as democracias sobreviveram, os dirigentes antidemocráticos cometeram erros críticos, incluindo grandes erros políticos e erros de cálculo, que acabaram por lhes custar as suas posições e permitiram a recuperação da democracia. Nos casos em que a democracia colapsou, os titulares do poder conseguiram, em grande medida, evitar ou atenuar esses erros, muitas vezes através de apelos etnopopulistas, recorrendo a uma retórica populista divisionista, criando bodes expiatórios e assim evitarem ser responsabilizados pelas suas ações.



Democracy and Dictatorship

Carl Henrik Knutsen
2024 | Fagbokforlaget

► O que é exatamente a democracia e como é que a medimos? O que constitui uma democracia de elevada qualidade e que fatores aumentam o risco de os países evoluírem para uma ditadura? Será a democracia importante para o desenvolvimento económico, a desigualdade ou a política de educação?

O livro *Democracy and Dictatorship* apresenta uma descrição atualizada das questões mais prementes que preocupam os investigadores da democracia. Oferece uma introdução ao estudo da democracia e da autocracia, discutindo temas como a conceitualização e a medição da democracia e dos tipos de regime, o desenvolvimento histórico da democracia, as causas da estabilidade e da mudança de regime, entre outros.

Publicação em destaque

When autocratization is reversed: episodes of U-Turns since 1900
Marina Nord, Fabio Angiolillo, Martin Lundstedt, Felix Wiebrecht, and Staffan I. Lindberg
2025 | *Democratization*, 1-24.

► O artigo apresenta o processo de democratização após fase autocratizadora, um novo tipo de episódio de transformação de regime em que a autocratização é seguida de perto pela democratização subsequente e está ligada a esta. Os dados sobre os episódios de democratização após fase autocratizadora abrem novos caminhos para a investigação sobre a autocratização e a democratização, em particular, podem ajudar-nos a compreender por que razão alguns processos de autocratização desencadeiam uma reação pró-democrática bem-sucedida. Anterior Working Paper 147 do V-Dem.

Publicações 2024

Angiolillo, F., Lundstedt, M., Nord, M., & Lindberg, S. I. (2024). **State of the world 2023: democracy winning and losing at the ballot.** *Democratization*: 1-25.

Fabio Angiolillo. **Authoritarian Ruling Parties' Recruitment Dilemma: Evidence from China.** *Journal of East Asian Studies*. 23(3): 491-515.

Boese-Schlosser, V., Eberhardt, M. (2024). **Democracy Doesn't Always Happen Over Night: Regime Change in Stages and Economic Growth.** *The Review of Economics and Statistics*. 2024.

Buckley N., Marquardt K. L., Reuter, O.J., Tertychnaya, K. (2024). **Endogenous Popularity: How Perceptions of Support Affect the Popularity of Authoritarian Regimes.** *American Political Science Review*. 118(2): 1046-1052. (Previous V-Dem Working Paper 132).

Edgell A. B., Lachapelle J., Maerz S. F. (2024). **Achieving Transparency, Traceability, and Readability with Human-Coded Data.** *PS: Political Science & Politics*. 16. (Previous V-Dem Working Paper 145).

del Río, A., Knutsen, C. H., & Lutscher, P. M. (2024). **Education Policies and Systems Across Modern History: A Global Dataset.** *Comparative Political Studies*. 0(0). (Previous V-Dem Working Paper 138).

Gervasoni, C. (2024). **Economic dependence on the state and pro-authority attitudes: evidence from 18 Latin-American countries.** *Acta Politica*. 59: 98-123.

Kalemaj, I., Lleshi, S. (2024). **Assessing Success Through Party Label Durability: A Comparative Study of the Democratic Party of Albania and the Homeland Union of Lithuania.** *Journal of Liberty and International Affairs*. 10(1): 212-32.

Kim, W., Bernhard, M. and Hicken, A. (2024). **Party system institutionalization and the durability of competitive authoritarian regimes.** *European Journal of Political Research*. (Previous V-Dem Working Paper 129).

Knutsen, C.H., & Kolvani, P. (2024). **Fighting the Disease or Manipulating the Data? Democracy, State Capacity, and the COVID-19 Pandemic.** *World Politics*. 76(3), 543-593. (Previous V-Dem Working Paper 127).

Knutsen C.H., Marquardt K.L., Seim, B., Coppedge, M., Edgell, A., Medzihrorsky, J., Pemstein, D., Teorell, J., Gerring, J., and Lindberg, S.I. (2024). **Conceptual and Measurement Issues in Assessing Democratic Backsliding.** *PS: Political Science & Politics*. 1(16). (Previous V-Dem Working Paper 140).

Knutsen, C.H., Morgenbesser, L., Wig, T. (2024). **On the move: Autocratic leaders, security, and capital relocations.** *Political Geography*. 113: 103154.

Lleshi, S., Kalemaj, I. (2024). **Party Organisation, Youth Wings and Political Representation in Contemporary Albania.** *Europe-Asia Studies*. 76(10): 1551-1573.

Marquardt, K. L., Pemstein, D., Sanhueza Petrarca, C., Seim, B., Wilson, S. L., Bernhard, M., Coppedge, M., & Lindberg, S. I. (2024). **Experts, coders and crowds: An analysis of substitutability.** *International Political Science Review*. 0(0). (Previous V-Dem Working Paper 53).

Mechkova, V., Pemstein, D., Seim, B., & Wilson, S. L. (2024). **Measuring online political activity: introducing the digital society project dataset.** *Journal of Information Technology & Politics*: 1-17.

Sato, Y., & Wiebrecht, F. (2024). **Disinformation and Regime Survival.** *Political Research Quarterly*. 0(0). (Previous V-Dem Working Paper 144).

Wiebrecht, F. (2024). **Corruption, Elite Contestation, and Parliaments: Why Do Legislatures Become Stronger in Authoritarian Regimes?** *Political Research Quarterly*. 77(1): 255-269.

Wiesner, K., Bien, S., and Wilson M. C. (2024). **The principal components of electoral regimes: separating autocracies from pseudo-democracies.** *R. Soc. Open Sci.* 11240262.

Wilson, M. C., Andersen, D. (2024). **Economic growth, largest-party vote shares, and electoral authoritarianism.** *Electoral Studies*. 92: 102879.

Working Papers e Relatórios do V-Dem

Working Papers do V-Dem

2024

Prince Selorm Tetteh and Amanda B. Edgell. (2024). **Education, Indoctrination, and Mass Mobilization in Autocracies.** *V-Dem Working Paper*, 151.

David Randahl, Maxine Leis, Tim Gásste, Hanne Fjelde, Håvard Hegre, Staffan I. Lindberg, and Steven Wilson. (2024). **Forecasting Electoral Violence.** *V-Dem Working Paper*, 150.

Aurel Croissant and Lars Lott. (2024). **Democratic Resilience in the Twenty-First Century. Search for an analytical framework and explorative analysis.** *V-Dem Working Paper*, 149.

Oskar Rydén, Marina Povitkina, Sverker C. Jagers, and Martin Sjöstedt. (2024). **Political Consequences of Natural Disasters: Accidental Democratization?** *V-Dem Working Paper*, 148.

Marina Nord, Fabio Angiolillo, Martin Lundstedt, Felix Wiebrecht, and Staffan I. Lindberg. (2024). **When Autocratization is Reversed: Episodes of Democratic Turnarounds since 1900.** *V-Dem Working Paper*, 147.

Relatórios e resumos de políticas do V-Dem

2024

Marina Nord, Juraj Medzihorsky, and Staffan I. Lindberg. (2024). **Democracy's Core Institution – Clean Elections Across the World.** University of Gothenburg: V-Dem Institute Report.

Marika Miner, with Natalia Natsika and Staffan I. Lindberg. (2024). **Internet Shutdowns Shutting Down Democracy.** University of Gothenburg: V-Dem Policy Brief, 40.

Evie Papada. (2024). **Democracy Endangered by Online Disinformation.** University of Gothenburg: V-Dem Policy Brief, 39.

Capítulos de Livros



The Routledge Handbook of Autocratization

Croissant, A., & Tomini, L. (Eds.)
2024 | Routledge

► O livro explora de forma abrangente e sistemática a compreensão atual e os caminhos de investigação inexplorados da autocratização. Com uma cobertura regional alargada e uma análise especializada, este manual revela análises e perspetivas transversais a vários países e regiões e apresenta explicações e consequências aprofundadas da autocratização.

Apresentando desenvolvimentos de investigação inovadores, o manual ilustra a natureza profundamente complexa deste campo, examinando tópicos importantes que necessitam de uma nova consideração numa altura de preocupações crescentes com a democracia e com a propagação global de desafios autoritários à democracia.

Contribuições de membros da equipa do V-Dem

Chapter 4. **Measuring autocratization.**
Lars Lott e Aurel Croissant.

Chapter 5. **Identifying episodes of autocratization.**
Vanessa Boese-Schlösser, Amanda B. Edgell, Sebastian Hellmeier, Seraphine F. Maerz, Yuko Sato, Matthew C. Wilson, e Staffan I. Lindberg.

Chapter 6. **Economic development and autocratization.**
Carl Henrik Knutsen e Sven-Erik Skaaning.

Chapter 12. **Elections and autocratization.**
Sebastian Hellmeier e Elena Leuschner.

Chapter 15. **The Internet and autocratization.**
Seraphine F. Maerz.

Chapter 16. **Subnational dimensions of autocratization.**
Carlos Gervasoni.

Chapter 31. **Autocratization and political conflict.**
Seraphine F. Maerz, Felix Schulte, e Christoph Trinn.

Chapter 39. **East and Southeast Asia.**
Yuko Kasuya e Yi-Ting Wang.



50+

UNIDADES DE SAÍDA

160+

CONJUNTO DE DADOS

1,000+

OPÇÕES DE COMBINAÇÃO

25,000+

VARIÁVEIS

Demscore, acrônimo de Infraestrutura de Investigação para a Democracia, Ambiente, Migração, Política Social, Conflito e Representação, oferece dados harmonizados das principais Ciências Sociais do mundo. Os dados são de fonte aberta e de utilização gratuita em todo o mundo.

Uma base de dados PostgreSQL conjunta e totalmente normalizada, uma programação sofisticada e uma interface baseada na web permitem a seleção de variáveis das seis infraestruturas de dados parceiras. Isto resulta numa base de dados personalizada e num livro de código (codebook) gerado automaticamente numa questão de segundos, tornando o Demscore num recurso extremamente eficiente em termos de tempo, em comparação com a fusão manual de várias bases de dados.

Explore os nossos conjuntos de dados temáticos

O conjunto de dados temáticos da Demscore reúnem uma vasta gama de variáveis de conjuntos de dados de todos os módulos parceiros relacionados com o tópico selecionado.



Gênero

Ambiente

Paz

Migração

Segurança
e Violência

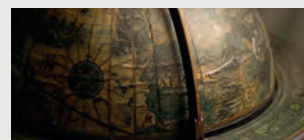
Para obter recursos adicionais de fácil utilização, incluindo mais bases de dados temáticas, ferramentas de visualização em linha, conjuntos de dados estáticos e um manual de início rápido, visite: <https://www.demscore.se/>



Variedades da Democracia (V-Dem)

Programa de Dados sobre Conflitos
e Sistema de Alerta Precoce da
Violência de Uppsala(UCDP/VIEWS)

QoG (Qualidade de Governo)

Laboratório de Política Comparada
(COMPLAB)Laboratório de Política Comparada
(COMPLAB)

Arquivo de dados históricos (H-DATA)

DEMSCORE É FINANCIADO POR

Swedish
Research
CouncilUNIVERSITY OF
GOTHENBURGUPPSALA
UNIVERSITETStockholms
universitet

UMEÅ UNIVERSITY

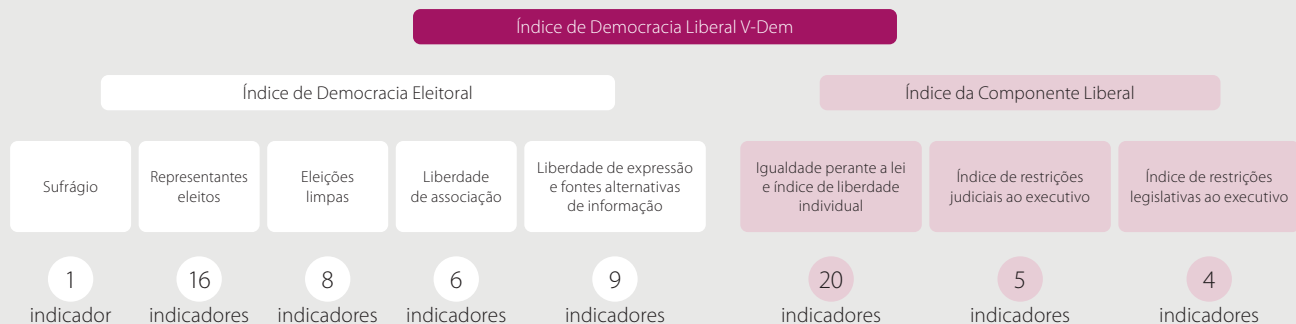
Índices do V-Dem

Índice de Democracia Liberal

O Índice V-Dem de Democracia Liberal (IDL) capta os aspetos liberais e eleitorais da democracia com base nos 71 indicadores incluídos no Índice da Componente Liberal (ICL) e no Índice de Democracia Eleitoral (IDE). O IDE reflete uma ideia relativamente ambiciosa de democracia eleitoral, em que uma série de características institucionais garantem

eleições livres e justas, como a liberdade de associação e a liberdade de expressão. O ICL vai ainda mais longe e capta os limites impostos aos governos em termos de dois aspetos fundamentais: a proteção das liberdades individuais e os pesos e contrapesos entre instituições.

FIGURA A1. EXPLICAÇÃO DO ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL DO V-DEM



Índice de Democracia Eleitoral

Durante várias décadas, tanto os académicos como os profissionais descreveram a democracia no mundo como se as medidas existentes captassem realmente o que significa o conceito de “democracia eleitoral”. No entanto, todos nós sabemos que não é assim. O V-Dem é o primeiro esforço sistemático para medir a existência de facto de todas as instituições na famosa concepção de “poliarquia” de Robert Dahl como demo-

cracia eleitoral. O Índice V-Dem de Democracia Eleitoral (IDE) capta não só a medida em que os regimes realizam eleições limpas, livres e justas, mas também a sua liberdade de expressão efetiva, fontes alternativas de informação e associação, bem como o sufrágio masculino e feminino e o grau em que as políticas governamentais são de facto atribuídas a representantes políticos eleitos.

FIGURA A2. ÍNDICE V-DEM DE DEMOCRACIA ELEITORAL (IDE)



Índice da Componente Liberal

No esquema conceitual do V-Dem, o princípio liberal de democracia incorpora a importância de proteger os direitos individuais e das minorias contra a tirania do Estado e a tirania da maioria. Também capta os métodos “horizontais” de responsabilização entre instituições de estatuto mais ou menos igual que asseguram pesos e contrapesos eficazes entre instituições e, em particular, limitam o exercício de poder executivo. Isto é alcançado através de um Estado de direito forte e de liberdades cívicas constitucionalmente protegidas, de um siste-

ma judicial independente e de um parlamento forte, capazes de responsabilizar o executivo e limitar os seus poderes. Os três índices que captam estas dimensões são: a igualdade perante a lei e as liberdades individuais (v2xcl_rol), as restrições judiciais ao executivo (v2x_jucon) e as restrições legislativas ao executivo (v2xlg_legcon). No seu conjunto, medem o Índice da Componente Liberal (v2x_liberal).

FIGURA A3. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE LIBERAL (ICL)

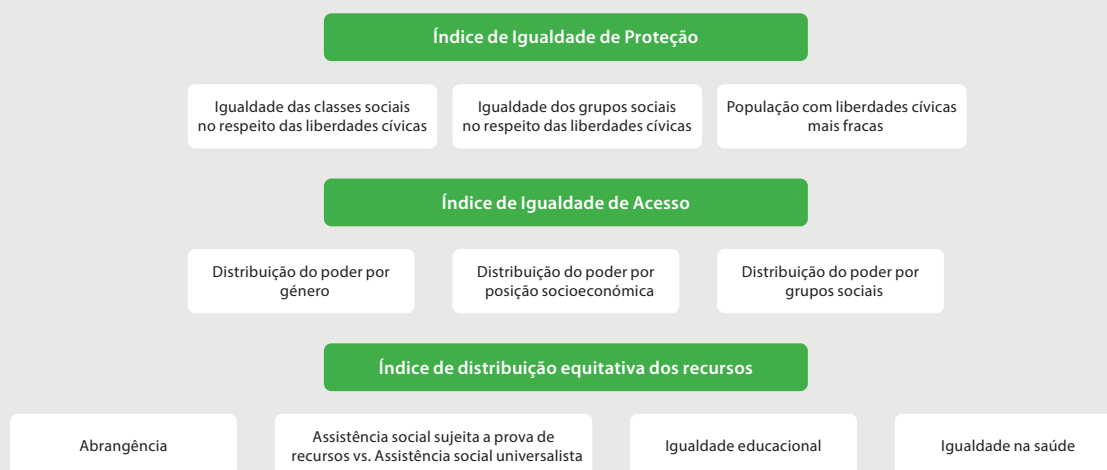


Índice da Componente Igualitária

O princípio igualitário da democracia mede em que medida todos os grupos sociais desfrutam de iguais capacidades para participar na arena política. Baseia-se na ideia de que a democracia é um sistema de governo “pelo povo” em que os cidadãos participam de várias formas, tais como tomar decisões de voto informadas, exprimir opiniões, manifestar-se, candidatar-se a cargos públicos ou influenciar a elaboração de políticas de outras formas. O princípio igualitário da democracia está

fundamentalmente relacionado com a participação política, uma vez que as desigualdades sistemáticas nos direitos e recursos dos cidadãos de grupos sociais específicos limitam as capacidades de participação nos processos políticos e de governação. Por conseguinte, uma distribuição de recursos mais equitativa entre os grupos resulta em igualdade política e, consequentemente, em democracia.

FIGURA A4. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE IGUALITÁRIA (ICI)



Índice da Componente Participativa

O princípio participativo da democracia sublinha a participação ativa dos cidadãos em todos os processos políticos, eleitorais e não eleitorais. Este princípio, na medida do possível, prefere o governo direto pelos cidadãos. O Índice V-Dem da Componente Participativa (ICP) tem em consideração quatro aspetos importantes da participação dos

cidadãos: organizações da sociedade civil, mecanismos de democracia direta, e participação e representação através dos governos locais e regionais. Quatro índices V-Dem diferentes captam estes aspetos e constituem a base do ICP.

FIGURA A5. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE PARTICIPATIVA (ICP)



Índice da Componente Deliberativa

O Índice V-Dem da Componente Deliberativa (ICD) capta até que ponto o princípio deliberativo da democracia é alcançado. Avalia o processo através do qual as decisões são tomadas num sistema político. Um processo deliberativo é aquele em que o raciocínio público, centrado no bem comum, motiva as decisões políticas – em contraste com os apelos emocionais, as ligações solidárias, os interesses pa-

roquiais ou a coerção. De acordo com este princípio, a democracia exige mais do que uma agregação de preferências existentes. Deve também haver um diálogo respeitoso a todos os níveis – desde a formação das preferências até à decisão final – entre participantes informados e competentes que estejam abertos à persuasão.

FIGURA A6. ÍNDICE V-DEM DA COMPONENTE DELIBERATIVA (ICD)

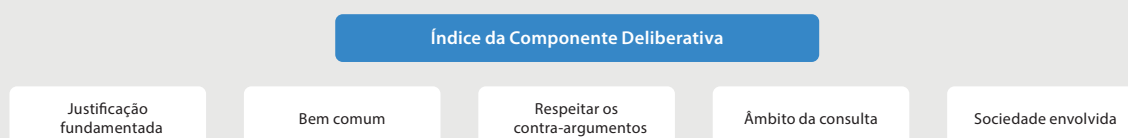
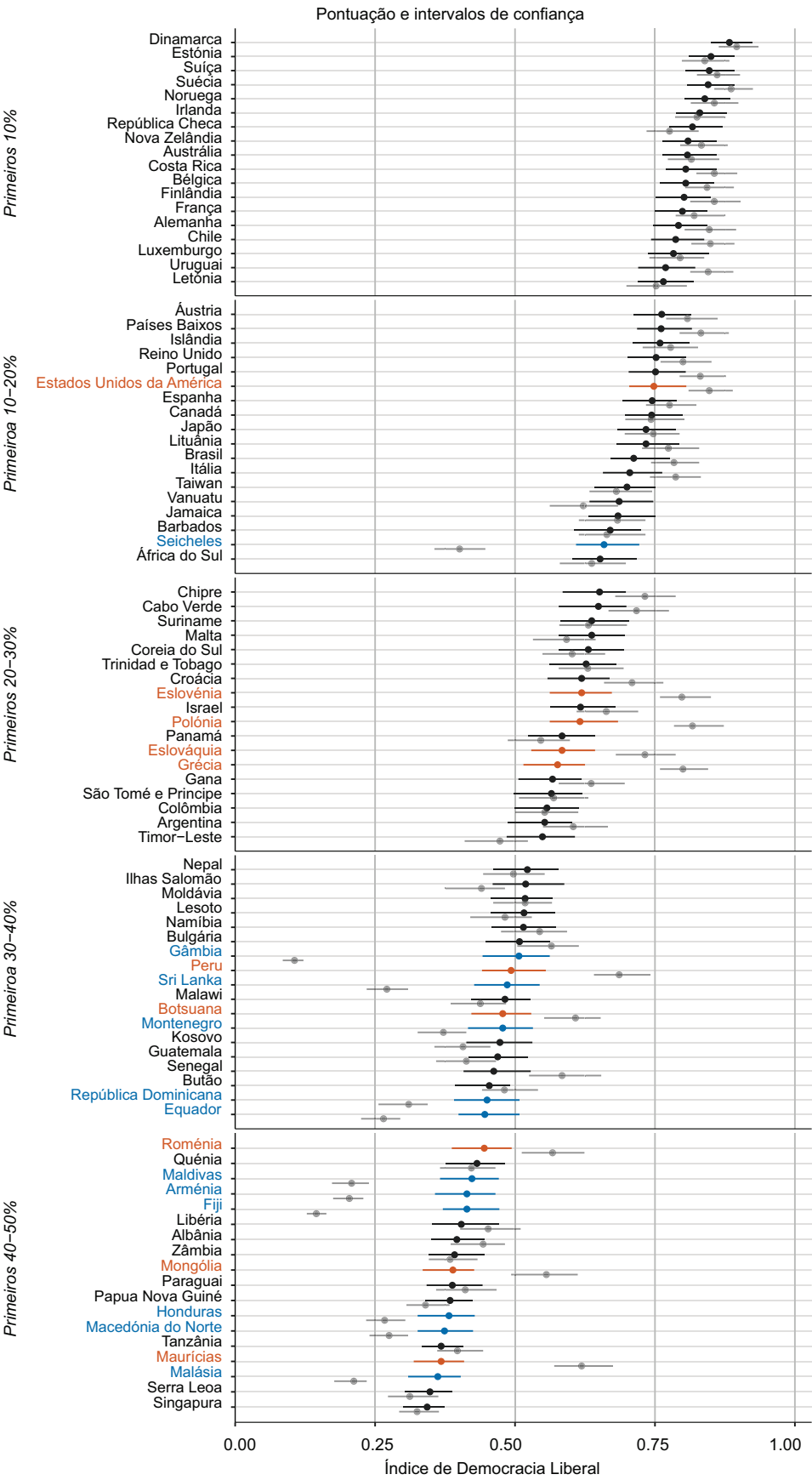


FIGURA A7. PAÍSES POR PONTUAÇÃO NO ÍNDICE V-DEM DE DEMOCRACIA LIBERAL (IDL), 2014 EM COMPARAÇÃO COM 2024

Primeiros 50% de países

A Figura A7 mostra a pontuação de cada país no IDL em 2024, por ordem de classificação, assim como a alteração registada em comparação com 2014. Os nomes dos países estão realçados a azul se um país registar uma melhoria substancial e estatisticamente significativa quando comparado com os níveis de 2014 (14 países); e a laranja-vermelho se um país registar uma deterioração substancial e estatisticamente significativa quando comparado com os níveis de 2014 (46 países). Os países estão divididos em grupos, dos principais 10 a 50% e dos últimos 50 aos 10%.



● Pontuação
— Intervalos de confiança

— Países em processo de autocratização
— Países em processo de democratização

● 2014
● 2024

Últimos 50% de países



TABELA A2. PONTUAÇÕES POR PAÍS NO ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL (IDL) E EM TODOS OS ÍNDICES DE COMPONENTES, 2024

⬆ Indica que a pontuação de um país melhorou nos últimos 10 anos, substancialmente e a um nível estatisticamente significativo
⬇ Indica que a pontuação de um país diminuiu nos últimos 10 anos, de forma substancial e a um nível estatisticamente significativo
DP +/- Indica o desvio padrão para indicar o nível de incerteza

Países	Índice de Democracia Liberal (IDL)			Índice de Democracia Eleitoral (IDE)			Índice da Componente Liberal (ICL)			Índice da Componente Igualitária (ICI)			Índice da Componente Participativa (ICP)			Índice da Componente Deliberativa (ICD)		
	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-
Dinamarca	1	0.88	0.040	1	0.92	0.035	2	0.98	0.015	1	0.97	0.025	7	0.71	0.017	5	0.96	0.034
Estônia	2	0.85	0.042	2	0.90	0.037	7	0.96	0.022	13	0.90	0.051	31	0.63	0.034	30	0.87	0.077
Suécia	3	0.85	0.045	4	0.89	0.039	5	0.96	0.024	3	0.94	0.043	1	0.88	0.019	2	0.98	0.019
Suíça	4	0.84	0.044	7	0.88	0.040	1	0.98	0.015	10	0.91	0.047	18	0.65	0.024	17	0.91	0.058
Noruega	5	0.84	0.043	6	0.88	0.038	6	0.96	0.021	2	0.96	0.032	14	0.66	0.016	1	0.99	0.016
Irlanda	6	0.83	0.047	3	0.90	0.040	15	0.93	0.033	22	0.87	0.057	32	0.63	0.039	18	0.90	0.060
República Checa	7	0.82	0.049	8	0.87	0.043	10	0.95	0.026	8	0.91	0.045	55	0.59	0.045	29	0.87	0.072
Nova Zelândia	8	0.81	0.049	11	0.86	0.044	11	0.95	0.026	27	0.85	0.062	16	0.65	0.050	51	0.80	0.092
Austrália	9	0.81	0.050	13	0.86	0.046	8	0.96	0.023	28	0.84	0.061	8	0.70	0.041	11	0.93	0.053
Bélgica	10	0.80	0.051	5	0.89	0.043	22	0.91	0.040	7	0.93	0.038	23	0.64	0.027	25	0.89	0.070
Costa Rica	11	0.80	0.047	12	0.86	0.043	9	0.95	0.025	17	0.88	0.054	24	0.64	0.040	10	0.93	0.050
Finlândia	12	0.80	0.051	15	0.85	0.048	3	0.97	0.019	24	0.86	0.054	21	0.64	0.024	14	0.92	0.055
França	13	0.80	0.049	10	0.87	0.045	16	0.93	0.028	33	0.82	0.064	29	0.64	0.035	9	0.94	0.051
Alemanha	14	0.79	0.049	21	0.84	0.046	4	0.96	0.021	6	0.93	0.041	17	0.65	0.019	3	0.98	0.020
Chile	15	0.79	0.049	16	0.84	0.046	12	0.95	0.024	58	0.72	0.084	22	0.64	0.042	8	0.94	0.046
Luxemburgo	16	0.78	0.054	9	0.87	0.047	25	0.90	0.039	4	0.94	0.04	71	0.57	0.073	4	0.97	0.028
Uruguai	17	0.77	0.051	14	0.85	0.045	19	0.91	0.037	44	0.78	0.079	2	0.81	0.040	37	0.84	0.083
Letônia	18	0.76	0.051	22	0.84	0.046	17	0.92	0.034	23	0.87	0.057	13	0.66	0.033	42	0.82	0.088
Áustria	19	0.76	0.052	20	0.84	0.048	18	0.92	0.034	25	0.86	0.059	36	0.62	0.044	34	0.85	0.079
Países Baixos	20	0.76	0.050	26	0.82	0.048	13	0.94	0.026	14	0.89	0.050	40	0.62	0.036	22	0.89	0.066
Islândia	21	0.76	0.052	17	0.84	0.047	23	0.91	0.040	9	0.91	0.052	12	0.66	0.033	20	0.90	0.065
Reino Unido	22	0.75	0.053	23	0.83	0.049	20	0.91	0.033	41	0.78	0.075	26	0.64	0.035	31	0.87	0.071
Portugal	23	0.75	0.052	24	0.83	0.048	21	0.91	0.034	38	0.80	0.068	45	0.61	0.043	23	0.89	0.068
EUA	24	0.75	0.052	19	0.84	0.046	30	0.89	0.041	74	0.67	0.088	15	0.66	0.014	26	0.88	0.068
Espanha	25	0.74	0.049	25	0.83	0.044	24	0.91	0.038	30	0.84	0.060	28	0.64	0.034	38	0.84	0.084
Canadá	26	0.74	0.053	18	0.84	0.049	31	0.89	0.040	64	0.70	0.081	33	0.63	0.030	60	0.75	0.104
Japão	27	0.73	0.053	27	0.82	0.048	27	0.90	0.039	5	0.93	0.041	75	0.56	0.054	16	0.91	0.059
Lituânia	28	0.73	0.057	32	0.80	0.056	14	0.94	0.028	19	0.88	0.052	9	0.68	0.042	49	0.81	0.089
Brasil	29	0.71	0.052	30	0.80	0.052	29	0.90	0.032	88	0.62	0.089	35	0.63	0.034	7	0.94	0.043
Itália	30	0.70	0.053	28	0.80	0.048	32	0.88	0.042	12	0.90	0.049	4	0.75	0.034	32	0.86	0.078
Taiwan	31	0.70	0.055	31	0.80	0.049	33	0.88	0.045	21	0.87	0.059	5	0.75	0.031	35	0.84	0.080
Vanuatu	32	0.69	0.058	33	0.80	0.056	38	0.86	0.048	52	0.74	0.080	73	0.57	0.058	72	0.74	0.118
Jamaica	33	0.68	0.061	29	0.80	0.058	42	0.85	0.050	39	0.79	0.078	46	0.60	0.046	74	0.73	0.110
Barbados	34	0.67	0.059	34	0.79	0.058	40	0.85	0.047	29	0.84	0.063	144	0.30	0.034	12	0.93	0.052
Seicheles	35	0.66	0.058	42	0.74	0.058	28	0.90	0.040	31	0.83	0.071	141	0.30	0.049	6	0.95	0.044
África do Sul	36	0.65	0.058	43	0.73	0.060	26	0.90	0.036	80	0.64	0.086	70	0.57	0.049	15	0.91	0.069
Chipre	37	0.65	0.057	36	0.77	0.053	45	0.84	0.053	11	0.90	0.056	72	0.57	0.051	40	0.83	0.092
Cabo Verde	38	0.65	0.060	38	0.76	0.059	39	0.86	0.046	57	0.72	0.080	90	0.53	0.061	80	0.70	0.110
Malta	39	0.64	0.060	35	0.78	0.054	52	0.80	0.060	15	0.89	0.059	27	0.64	0.052	52	0.80	0.093
Suriname	40	0.64	0.062	37	0.77	0.059	49	0.82	0.055	59	0.72	0.087	65	0.58	0.050	58	0.76	0.104
Coreia do Sul	41	0.63	0.057	45	0.73	0.057	34	0.87	0.041	26	0.86	0.062	44	0.61	0.043	48	0.81	0.087
Trindade e Tobago	42	0.63	0.061	39	0.76	0.059	46	0.83	0.053	40	0.79	0.076	63	0.58	0.045	13	0.92	0.053
Croácia	43	0.62	0.056	48	0.72	0.057	37	0.86	0.047	43	0.78	0.073	37	0.62	0.052	84	0.68	0.114
Eslovênia	44	0.62	0.056	49	0.72	0.057	36	0.87	0.043	16	0.89	0.055	6	0.75	0.034	33	0.86	0.074
Israel	45	0.62	0.057	50	0.72	0.060	35	0.87	0.040	34	0.81	0.072	48	0.60	0.046	57	0.77	0.097
Polónia	46	0.62	0.061	46	0.73	0.062	43	0.84	0.047	18	0.88	0.051	42	0.61	0.054	36	0.84	0.082
Panamá	47	0.58	0.059	47	0.73	0.059	53	0.79	0.060	99	0.58	0.094	91	0.52	0.062	71	0.74	0.103
Eslováquia	48	0.58	0.058	40	0.75	0.055	70	0.75	0.064	45	0.77	0.077	20	0.65	0.050	136	0.37	0.122
Grécia	49	0.58	0.056	41	0.75	0.055	73	0.74	0.058	20	0.88	0.055	25	0.64	0.039	41	0.83	0.084
Gana	50	0.57	0.058	55	0.67	0.062	41	0.85	0.048	83	0.64	0.081	134	0.37	0.060	44	0.81	0.090
São Tomé e Príncipe	51	0.56	0.060	54	0.67	0.064	44	0.84	0.052	71	0.67	0.085	74	0.56	0.053	87	0.67	0.113
Colômbia	52	0.56	0.056	53	0.70	0.057	58	0.78	0.056	110	0.53	0.097	30	0.63	0.048	91	0.64	0.128
Argentina	53	0.55	0.058	51	0.71	0.057	66	0.76	0.064	55	0.73	0.080	54	0.59	0.046	109	0.54	0.122
Timor-Leste	54	0.55	0.060	44	0.73	0.059	78	0.72	0.069	101	0.57	0.093	78	0.55	0.059	77	0.72	0.106
Nepal	55	0.52	0.058	56	0.67	0.063	68	0.76	0.059	96	0.58	0.082	62	0.58	0.049	95	0.61	0.123
Ilhas Salomão	56	0.52	0.062	57	0.66	0.068	63	0.76	0.059	117	0.51	0.086	79	0.55	0.057	115	0.49	0.129
Moldávia	57	0.52	0.056	65	0.63	0.062	51	0.81	0.054	42	0.78	0.070	11	0.67	0.050	54	0.80	0.101
Lesoto	58	0.52	0.058	59	0.66	0.063	67	0.76	0.060	51	0.75	0.075	76	0.55	0.061	67	0.74	0.101
Namíbia	59	0.52	0.058	68	0.62	0.065	48	0.82	0.055	131	0.44	0.098</						

PAÍSES	ÍNDICE DE DEMOCRACIA LIBERAL (IDL)			ÍNDICE DE DEMOCRACIA ELEITORAL (IDE)			ÍNDICE DA COMPONENTE LIBERAL (ICL)			ÍNDICE DA COMPONENTE IGUALITÁRIA (ICI)			ÍNDICE DA COMPONENTE PARTICIPATIVA (ICP)			ÍNDICE DA COMPONENTE DELIBERATIVA (ICD)		
	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-	Classificação	Pontuação	DP+/-
Bósnia e Herzegovina	91	0.34	0.046	85	0.51	0.059	96	0.61	0.069	76	0.65	0.086	95	0.52	0.055	94	0.61	0.120
Benim	92	0.33	0.047	89	0.50	0.062	101	0.59	0.071	48	0.75	0.080	106	0.49	0.064	108	0.54	0.123
Geórgia	93	0.33	0.044	94	0.48	0.057	95	0.62	0.069	56	0.73	0.084	101	0.51	0.061	62	0.75	0.102
Indonésia	94	0.33	0.045	93	0.48	0.059	100	0.61	0.071	108	0.54	0.099	53	0.59	0.049	45	0.81	0.091
Hungria	95	0.32	0.040	97	0.44	0.053	88	0.65	0.066	84	0.64	0.085	89	0.53	0.060	143	0.31	0.108
Guiana	96	0.32	0.043	92	0.49	0.059	103	0.57	0.064	67	0.68	0.081	96	0.52	0.066	133	0.38	0.122
Nigéria	97	0.32	0.044	88	0.50	0.059	104	0.55	0.070	118	0.51	0.089	43	0.61	0.040	88	0.66	0.114
Bolívia	98	0.31	0.047	76	0.58	0.063	115	0.46	0.069	95	0.59	0.083	34	0.63	0.049	116	0.47	0.132
Filipinas	99	0.31	0.043	98	0.44	0.056	93	0.63	0.077	155	0.31	0.094	69	0.57	0.057	111	0.53	0.136
Índia	100	0.29	0.036	105	0.40	0.050	92	0.64	0.067	134	0.42	0.092	93	0.52	0.056	92	0.63	0.114
Tailândia	101	0.29	0.035	106	0.39	0.049	89	0.65	0.062	120	0.48	0.087	135	0.36	0.060	135	0.37	0.123
Jordânia	102	0.27	0.023	126	0.27	0.024	60	0.77	0.061	98	0.58	0.096	143	0.30	0.071	28	0.88	0.079
Somália	103	0.27	0.037	101	0.42	0.049	105	0.55	0.074	159	0.31	0.088	94	0.52	0.061	99	0.59	0.117
Koweit	104	0.27	0.025	121	0.29	0.026	79	0.72	0.067	90	0.61	0.085	163	0.15	0.059	123	0.43	0.148
Zanzibar	105	0.26	0.028	120	0.30	0.029	85	0.69	0.074	73	0.67	0.093	129	0.38	0.082	61	0.75	0.103
Tunísia	106	0.26	0.041	99	0.43	0.057	110	0.50	0.069	36	0.80	0.067	100	0.51	0.066	64	0.75	0.100
Costa do Marfim	107	0.25	0.039	100	0.43	0.053	112	0.48	0.073	109	0.54	0.094	49	0.60	0.051	69	0.74	0.108
México	108	0.25	0.042	87	0.50	0.060	124	0.40	0.069	129	0.44	0.086	41	0.62	0.059	126	0.42	0.117
Marrocos	109	0.25	0.023	131	0.26	0.023	81	0.70	0.067	103	0.55	0.097	117	0.43	0.072	47	0.81	0.091
Ucrânia	110	0.23	0.035	107	0.39	0.049	111	0.49	0.076	82	0.64	0.090	67	0.58	0.053	55	0.79	0.097
Iraque	111	0.23	0.032	109	0.35	0.045	108	0.52	0.073	126	0.46	0.094	116	0.44	0.073	97	0.59	0.131
Madagáscar	112	0.22	0.036	102	0.42	0.048	121	0.42	0.075	154	0.32	0.091	104	0.49	0.070	130	0.39	0.124
Sérvia	113	0.22	0.028	116	0.32	0.034	106	0.54	0.070	54	0.74	0.079	77	0.55	0.057	114	0.49	0.121
Libano	114	0.21	0.030	110	0.35	0.037	114	0.46	0.075	141	0.38	0.099	119	0.42	0.077	105	0.56	0.127
Uganda	115	0.20	0.026	128	0.27	0.029	107	0.54	0.076	121	0.48	0.097	120	0.42	0.068	90	0.66	0.114
Paquistão	116	0.20	0.029	117	0.31	0.034	113	0.48	0.075	170	0.22	0.073	102	0.50	0.066	110	0.53	0.129
Quirguistão	117	0.18	0.029	113	0.33	0.043	122	0.41	0.068	86	0.62	0.087	123	0.40	0.069	134	0.37	0.116
Nigéria	118	0.18	0.016	135	0.24	0.016	109	0.51	0.050	79	0.65	0.071	66	0.58	0.060	70	0.74	0.112
Togo	119	0.17	0.029	108	0.36	0.043	130	0.36	0.068	85	0.62	0.094	113	0.46	0.068	76	0.72	0.106
Moçambique	120	0.17	0.025	118	0.30	0.032	123	0.41	0.069	119	0.50	0.086	98	0.51	0.058	119	0.46	0.119
Angola	121	0.16	0.026	111	0.34	0.043	131	0.35	0.061	163	0.27	0.080	161	0.15	0.062	138	0.34	0.113
Zimbabué	122	0.16	0.023	129	0.27	0.029	126	0.39	0.068	147	0.34	0.084	81	0.55	0.055	104	0.58	0.117
Gabão	123	0.16	0.019	136	0.23	0.017	118	0.44	0.061	78	0.65	0.093	39	0.62	0.058	102	0.58	0.130
Guiné-Bissau	124	0.15	0.019	125	0.28	0.018	129	0.36	0.059	124	0.47	0.090	140	0.32	0.058	137	0.35	0.118
Mali	125	0.15	0.020	143	0.20	0.018	117	0.44	0.068	87	0.62	0.078	82	0.54	0.063	73	0.73	0.107
Camarões	126	0.14	0.023	123	0.29	0.029	133	0.33	0.066	114	0.51	0.091	151	0.24	0.064	150	0.24	0.106
Omã	127	0.14	0.020	152	0.17	0.017	116	0.44	0.071	100	0.57	0.083	127	0.39	0.068	156	0.19	0.089
Mauritânia	128	0.14	0.027	114	0.33	0.043	145	0.27	0.067	153	0.32	0.085	84	0.54	0.077	103	0.58	0.135
Cazaquistão	129	0.13	0.022	127	0.27	0.034	134	0.33	0.059	106	0.54	0.090	146	0.29	0.073	113	0.50	0.128
RDC	130	0.13	0.027	115	0.33	0.038	144	0.27	0.070	136	0.42	0.100	131	0.38	0.072	107	0.55	0.150
Hong Kong	131	0.13	0.019	156	0.17	0.021	119	0.42	0.065	53	0.74	0.075	167	0.14	0.056	163	0.15	0.079
Burkina Faso	132	0.13	0.020	162	0.16	0.018	120	0.42	0.070	111	0.52	0.088	125	0.39	0.081	153	0.22	0.094
Egito	133	0.13	0.020	146	0.19	0.017	127	0.39	0.067	149	0.33	0.083	153	0.21	0.053	144	0.30	0.110
Somália	134	0.13	0.020	157	0.17	0.018	125	0.40	0.069	157	0.31	0.090	148	0.27	0.061	78	0.71	0.114
Vietname	135	0.12	0.021	154	0.17	0.018	128	0.38	0.073	89	0.61	0.094	103	0.50	0.065	89	0.66	0.117
Djibuti	136	0.12	0.020	134	0.25	0.025	137	0.30	0.060	104	0.54	0.093	132	0.38	0.076	132	0.38	0.117
República do Congo	137	0.12	0.023	133	0.25	0.027	139	0.28	0.070	145	0.36	0.098	83	0.54	0.064	122	0.44	0.123
Palestina/Cisjordânia	138	0.12	0.020	139	0.21	0.020	135	0.32	0.065	105	0.54	0.087	109	0.47	0.085	159	0.18	0.103
Turquia	139	0.12	0.021	122	0.29	0.030	146	0.26	0.058	107	0.54	0.090	118	0.42	0.064	158	0.18	0.089
Argélia	140	0.12	0.021	132	0.26	0.031	141	0.28	0.061	69	0.67	0.086	155	0.21	0.062	120	0.44	0.126
Comores	141	0.11	0.020	124	0.28	0.030	148	0.23	0.057	93	0.60	0.089	92	0.52	0.061	125	0.42	0.133
Libia	142	0.11	0.020	145	0.20	0.018	138	0.30	0.068	142	0.38	0.091	152	0.23	0.065	59	0.75	0.108
Laos	143	0.10	0.020	167	0.13	0.014	132	0.34	0.074	133	0.43	0.094	128	0.39	0.053	160	0.16	0.092
RCA	144	0.10	0.021	119	0.30	0.035	157	0.19	0.059	162	0.28	0.071	142	0.30	0.073	142	0.31	0.130
Etiópia	145	0.10	0.019	130	0.26	0.031	150	0.22	0.054	135	0.42	0.089	138	0.34	0.066	117	0.47	0.127
Essuatíni	146	0.10	0.021	168	0.13	0.017	136	0.32	0.077	168	0.24	0.080	130	0.38	0.068	154	0.20	0.096
Irão	147	0.09	0.017	158	0.17	0.019	142	0.28	0.060	122	0.47	0.093	174	0.09	0.046	139	0.32	0.128
El Salvador	148	0.09	0.017	112	0.34	0.042	164	0.14	0.038	166	0.26	0.077	114	0.45	0.063	148	0.27	0.103
Ruanda	149	0.09	0.019	141	0.20	0.021	147	0.24	0.064	113	0.52	0.098	126	0.39	0.087	100	0.59	0.120
Catar	150	0.08	0.015	173	0.09	0.016	140	0.28	0.057	139	0.40	0.059	171	0.10	0.035	131	0.39	0.116
Haiti	151	0.08	0.016	137	0.22	0.019	154	0.19	0.050	176	0.13	0.057	149	0.26	0.057	98	0.59	0.131
EAU	152	0.08	0.016	171	0.10	0.016	143	0.27	0.058	127	0.45	0.079	175	0.09	0.056	145	0.30	0.111
Uzbequistão	153	0.08	0.014	138	0.22	0.022	155	0.19	0.046	132	0.44	0.091	157	0.20	0.058	127	0.42	0.119
Guiné	154	0.07	0.017	160	0.16	0.017	149	0.22	0.060	130	0.44	0.091	124	0.40	0.078	152	0.22	0.096
Burundi	155	0.07	0.016	151	0.17	0.015	153	0.20	0.058	165	0.26	0.085	139	0.32	0.089	165	0.13	0.084
Sudão do Sul	156	0.07	0.017	161	0.16	0.017	151	0.21	0.059	177	0.13	0.063	166	0.14	0.059	169	0.10	0.065
Bangladesh	157	0.07	0.013	142	0.20	0.022	152	0.20	0.044	151	0.32	0.091	150	0.24	0.070	146	0.29	0.111
Camboja	158	0.06	0.013	147	0.19	0.016	166	0.13	0.043	172	0.21	0.076	156	0.21	0.090	157	0.18	0.088
Rússia	159	0.06	0.011	155	0.17	0.014	161	0.14	0.039	14								

Brasil 2024–2025

A contenção da erosão democrática

Leonardo Avritzer, Universidade Federal de Minas Gerais

O relatório V-DEM relativo ao ano de 2024 evidencia a contínua deterioração da democracia a nível mundial nos últimos dois anos. Um número significativo de países experimentou uma degradação da qualidade do processo eleitoral entre 2004 e 2024, passando de 10 para 25. Ao mesmo tempo, o número de países que enfrentou algum processo de autocratização cresceu consideravelmente, passando de 12 para 45. Esses dados, somados a outros indicadores que revelam a deterioração da liberdade de expressão e de outras liberdades políticas, constituem motivo de preocupação, ainda que haja exceções, como é o caso da recente contenção da erosão democrática no Brasil.

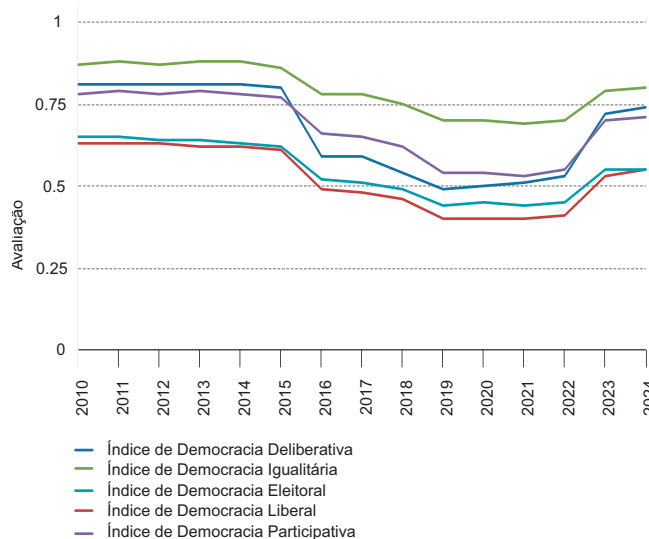
Desde 2022 que o Brasil foi capaz de impedir as dinâmicas de retrocesso (backsliding) democrático e de autocratização que marcaram este país desde 2018. Vale a pena refletir sobre os principais elementos que caracterizaram essa autocratização: os ataques do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal, aos governadores da oposição e à sociedade civil; as tentativas de controlar o sistema eleitoral brasileiro a partir de 2021, que culminaram na chamada reunião com os embaixadores, na qual a legitimidade do sistema eleitoral foi posta em causa frente aos representantes de outros países; por fim, manifestações violentas entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023, no seguimento da derrota de Bolsonaro nas eleições.

Vale também a pena discutir como se deu a contenção do backsliding e, principalmente, a reação à tentativa do então presidente Jair Bolsonaro em partir para o golpe de estado. Nesse contexto, os ataques ao sistema eleitoral passaram praticamente despercebidos pelas duas principais lideranças na Câmara e no Senado. A resistência aos ataques de Bolsonaro foram sobretudo protagonizadas pelo sistema judicial e pelas organizações da sociedade civil e da oposição. Merecem menção as manifestações de 11 de agosto de 2022, bem como as ações das principais entidades econômicas em defesa do sistema eleitoral. Mais decisivas ainda foram as medidas adotadas pelo Supremo Tribunal Federal no combate às notícias falsas, de afirmação da confiabilidade do sistema de contagem de votos e de garantia do direito ao voto.

O gráfico abaixo destaca a progressiva recuperação democrática brasileira, tal como expressa pelos índices de democracia eleitoral, democracia liberal e democracia deliberativa. Estes índices, que em 2010 alcançavam valores bastante elevados (perto de 0,9 e 0,8) experimentaram um decréscimo significativo até 2021. Cabe chamar a atenção para a queda do índice de democracia liberal, que envolve itens como o Estado de direito, equilíbrio de poderes e liberdades civis. Este índice, que passou de pouco menos de 0,8 em 2015 para pouco mais de 0,5 em 2021, teve uma recuperação expressiva, resultado do ativismo do sistema judicial iniciado em 2021. O Brasil recuperou assim na dimensão eleitoral da democracia, onde as notícias falsas foram limitadas e as formas de transparência do sistema de apuração eleitoral foram melhoradas. Em geral, pela acção do poder judicial país foi possível conterem-se as ações do poder executivo durante a pandemia (2020-2021) e durante o período eleitoral.

Ao final, a grande reação conjunta da sociedade civil, da opinião pública, do Poder Judiciário e também do novo Poder Executivo se deu em 8 de janeiro de 2023, quando uma turba golpista tentou – e em parte conseguiu – invadir as sedes dos Três Poderes, pressionando por uma intervenção militar através de uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem). Foi nesse momento que a autocratização, ou a erosão democrática no Brasil, foi efetivamente contida.

FIGURA EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA, 2010-2024



Fonte: V-Dem dataset v15.

Entre 2010 e 2022 houve uma queda mais acentuada em todos os índices que medem a democracia. Os índices de democracia participativa e de democracia deliberativa, que reflectem importantes elementos de qualidade democrática, como o nível de participação dos cidadãos em associações e na política local e a propensão do regime democrático em expressar interesses gerais, decresceram conjuntamente a partir de 2014, ano que constituiu o ponto de partida da crise democrática no Brasil. Sabemos o que contribuiu para isso, pois desde então deu-se o fim das diversas experiências de participação local, como o orçamento participativo e os conselhos de políticas, além do decreto do então presidente Bolsonaro que extinguiu todas as formas de participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas. A partir de 2022, no entanto, verifica-se uma ligeira recuperação.

O índice de democracia eleitoral foi o que menos caiu entre 2010 e 2018. No entanto, a erosão da qualidade eleitoral afetou todas as outras dimensões. Estas só recuperaram na medida em que a qualidade eleitoral melhorou. É importante não ter ilusões. A erosão eleitoral deixa sequelas na qualidade da democracia, afectando a qualidade da deliberação e da participação.

Referências bibliográficas

Leonardo Avritzer, (2020). *Política e Antipolítica no Brasil: A Crise do Governo Bolsonaro*, São Paulo, Todavia.

Leonardo Avritzer e Lucio Rennó, (2021). "The pandemic and the crisis of Democracy in Brazil", *Journal of Politics in Latin America*, Vol, 13: 3.

Brasil

A sociedade civil e a democracia num país dividido

Priscila Delgado de Carvalho, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A extrema direita foi derrotada na eleição presidencial de 2022 por uma candidatura de coligação de centro-esquerda liderada por Lula da Silva. A campanha vencedora foi marcada não apenas por convergências partidárias, mas também por abaixo-assinados e manifestações de rua em prol da democracia. A candidatura de Jair Bolsonaro também mobilizou os seus apoiantes, que nas redes sociais e nas ruas questionaram a confiabilidade das urnas eletrônicas. E no dia da independência, os bolsonaristas organizaram comícios, protestos e um desfile militar, reinventando as formas de fazer campanha no país. Em síntese: a disputa eleitoral transbordou dos debates institucionalizados para as ruas e para a esfera pública.

O retorno ao poder executivo de uma equipa que não questiona o regime político vigente está na base da recuperação dos fundamentos democráticos no Brasil, posta em causa desde o processo de destituição (impeachment) de Dilma Rousseff, em 2016. A crise foi não só institucional, mas afetou também a natureza da participação política e cívica e os mecanismos de deliberação colectiva. Assim, no actual momento de recomposição da democracia, e face ao alto nível de conflitualidade que vimos nas últimas eleições, vale a pena reflectir como a sociedade civil e a cidadania organizada se têm envolvido nos embates em torno da democracia no país.

A imagem de um país profundamente dividido nas suas preferências políticas não constituiu novidade no Brasil. Desde a última década que temos visto transformações no perfil da sociedade civil, como a ascensão da extrema-direita, mas também o crescimento de grupos autonomistas e de organizações de ativismos mais individualizados. Porém, o impacto da eleição de 2022 não terminou com a contagem dos votos. Quando o candidato derrotado, Jair Bolsonaro, demorou em reconhecer os resultados eleitorais, esta recusa extravasou para as ruas e para a sociedade civil, embora sempre em estreita articulação com aliados nas instituições. Foi assim que ocorreram os bloqueios de estradas por caminonistas, os acampamentos em frente aos quartéis pedindo uma intervenção do exército e até mesmo uma tentativa de atentado bombista na capital, Brasília.

Nada disso impediu que o novo presidente eleito tomasse posse a 1 de janeiro de 2023, subindo a rampa do Palácio do Planalto – a sede do governo – acompanhado por um menino negro e indivíduos vinculados a organizações da sociedade civil que apoiaram a sua candidatura: um líder indígena, uma pessoa da comunidade PCD, um professor, um metalúrgico, uma catadora de recicláveis e membros da Vigília Lula Livre. Enquanto isso, porém, os acampamentos em frente a sedes do exército, pedindo uma intervenção militar, continuavam ativos. Foi daí que saíram os autocarros rumo à manifestação de 8 de janeiro em Brasília, no decorrer da qual se deu a invasão das sedes dos três poderes da República, uma tentativa clara de golpe de Estado.

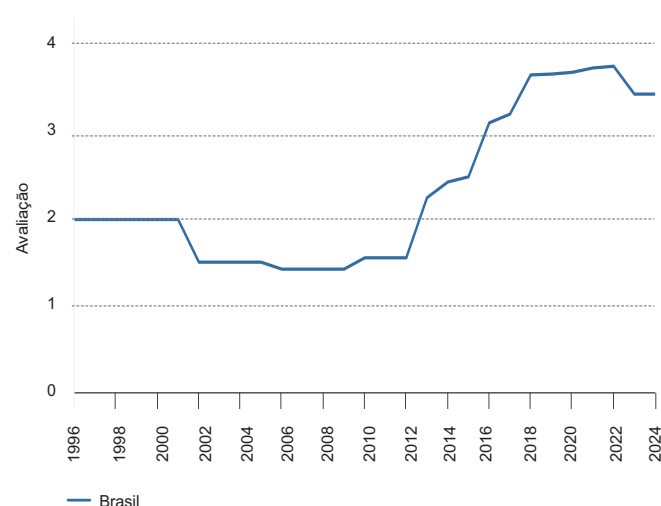
A contenção institucional das intenções golpistas foi bem sucedida, mas o país entrou no terceiro mandato de Lula com uma sociedade civil diferente daquela que o líder do PT (Partidos dos Trabalhadores) encontrara nos seus primeiros mandatos. Desde a década de 1980 que no Brasil existe uma sociedade civil democrática, que ampliou a participação política e que, mais tarde, foi capaz de reinventar novas formas de relação entre sociedade e Estado. Nunca deixou de haver grupos mais ou menos conservadores organizados, como certas associações religiosas ou do assistencialismo tradicional. No entanto, estas não eram os protagonistas principais.

Este cenário foi mudando no século XXI, em especial desde o ciclo de protestos de Junho de 2013, quando as ruas se tornaram disputadas pelas diferentes forças políticas. A partir do processo do destituição de Dilma

Rousseff, sedimentaram-se dois grandes grupos. Um estava identificado com a defesa do governo e com agendas progressistas, por vezes vestindo vermelho, por outras o roxo das feministas ou as cores LGBTQIA+. Outro defendia uma nova plataforma conservadora, usando o verde-amarelo da bandeira nacional. Estas certamente que não foram as únicas dinâmicas em curso na sociedade civil, mas foram as que mais contribuíram para moldar o debate político, em conjunto com as ações do poder judicial e do ministério público durante a Operação Lava Jato. Esta cisão tornou-se evidente numa manifestação em 2016, quando a Esplanada dos Ministérios – no coração do centro administrativo do país – foi dividida em duas partes, para que os grupos opositores não se cruzassem.

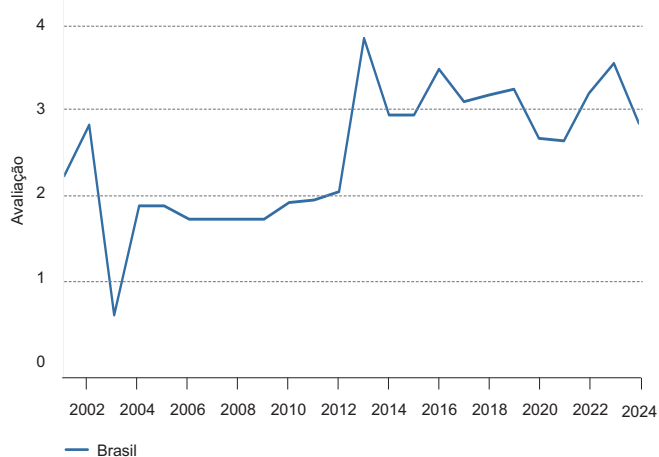
Os dados V-Dem sobre “polarização política”, representados abaixo, mostram como após 2013 a sociedade brasileira se foi polarizando em campos políticos antagónicos, alcançando patamares que haviam sido até ultrapassados durante o fim do regime militar. Apesar de uma importante recuperação em 2023 e 2024, no entanto, não se voltou ao níveis dos anos 2010.

FIGURA 1. POLARIZAÇÃO POLÍTICA



Fonte: V-Dem dataset v15.

A conflitualidade social, como mostra o quadro sobre “mobilizações de massas”, seguiu um padrão similar, novamente com um ligeiro declínio a partir de 2023. Isso deve-se ao arrefecimento das manifestações da extrema direita, após a abertura de processos judiciais contra as pessoas que se envolveram nos protestos que levaram à destruição da esplanada dos ministérios. Mas também porque os setores da sociedade civil aliados ao governo Lula esperam nestes primeiros anos encetar negociações formais e agir menos pela pressão nas ruas. Tais grupos parecem estar à espera da reativação de canais diretos de interação com as instituições, além dos conselhos e conferências de co-decisão e da abertura à cidadania dos debates sobre o orçamento – revisitando a trajetória participativa pela qual o Brasil ficou conhecido desde os anos 1990.

FIGURA 2. MOBILIZAÇÕES DE MASSA

Fonte: V-Dem dataset v15.

A principal questão que o Brasil neste momento enfrenta é saber se a recuperação verificada nos índices democráticos será duradoura. Foi a dinâmica de cisão e clivagem social conjuntural? Será a sociedade civil pró-democracia capaz de manter-se em bases sólidas e duradouras, derrotando futuros movimentos que procurem destruir o regime democrático?

Referências bibliográficas

Leonardo Avritzer, (2009). *Participatory Institutions in Democratic Brazil*, Johns Hopkins University Press.

L. Tatagiba, P. Carvalho, (2024). "Quiénes protestan en el Cono Sur? La pluralización de la protesta y los desafíos a la democracia", em Priscila Carvalho, A. Natalucci, N. Somma, org., *Protestas, Democracia y Desigualdades en el Cono Sur*, Prometeo.

P. Carvalho, L. Tatagiba, (2025). "Quando o conflito eleitoral extravasa para as ruas: protestos e eleições presidenciais no Brasil (2010-2022)", *Lua Nova*, n. 124.

A reconfiguração partidária no Brasil

Beatriz Rey, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

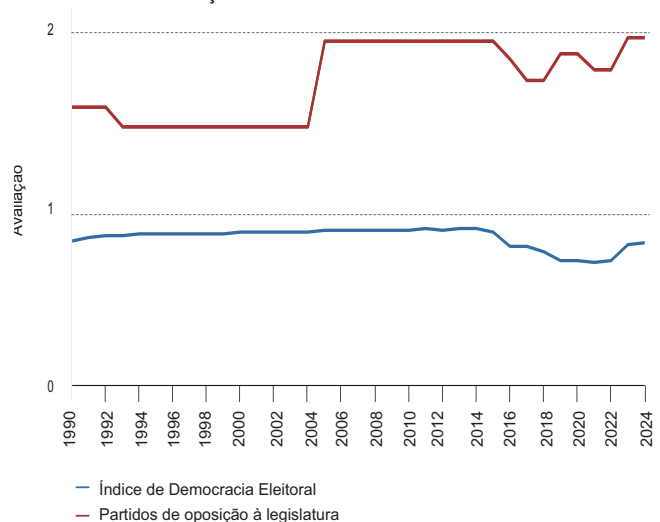
Em março deste ano, o Brasil celebrou 40 anos de democracia, o período mais longo de estabilidade democrática na sua história. A data é especialmente significativa após os ataques recentes da extrema-direita às instituições. Mas há sinais de recuperação. Segundo o projeto Varieties of Democracy (V-Dem), o índice de democracia eleitoral voltou a subir, após queda em 2019 — quando, sob Jair Bolsonaro, o Congresso aprovou uma emenda constitucional que (inconstitucionalmente) ampliou os gastos de campanha em ano eleitoral. Em 2022, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), de centro-esquerda, trouxe um novo fôlego ao regime democrático.

Segundo a base de dados do Instituto V-Dem, no mesmo período, a oposição também ganhou força no Congresso. Desde 2020 que estudo o fortalecimento do poder legislativo e as suas possíveis causas. Uma hipótese é que esse fenômeno esteja ligado à reorganização partidária no país, impulsionada por três fatores principais.

Primeiro, a ascensão da direita e da extrema-direita, como mostram pesquisas de opinião pública. Segundo, a reorganização da elite política, que procurou ampliar o acesso ao poder, como ilustra a criação do PSD por Gilberto Kassab em 2011, hoje com a maior bancada no Senado, a quarta maior na Câmara dos deputados e mais prefeituras. Terceiro, reformas institucionais mudaram o cenário partidário. A cláusula de barreira de 2017 limitou a representação a partidos com uma votação mínima, reduzindo o número de legendas (15 ficaram de fora em 2022). Já a criação de federações em 2021 permitiu que os partidos atuassem em conjunto durante as eleições; atualmente, existem duas, ambas à esquerda (PT-PCdoB-PV e PSOL-Rede). Enquanto isso, o PSDB enfrenta um forte declínio e discute uma fusão com o Podemos. O sistema partidário brasileiro está em transformação.

Resta saber se o "centrão" assumirá um papel semelhante ao dos partidos centristas europeus, como, por exemplo, acontece na Alemanha, onde atuam como cordão sanitário face à extrema-direita. A dúvida persiste, pois o centrão brasileiro carece de vínculos programáticos sólidos

e tende a alinhar-se com quem está no poder. Como afirmou Gilberto Kassab ao fundar o PSD, integrante desse bloco, o partido "não seria nem de direita, nem de esquerda, nem de centro". Até agora, não há sinais de fortalecimento programático neste grupo. A transição de uma lógica clientelista para uma mais programática é lenta e depende de incentivos institucionais e mudanças socioeconômicas. A ver.

FIGURA BRASIL: DEMOCRACIA ELEITORAL E PARTIDOS DE OPOSIÇÃO

Fonte: V-Dem dataset v15.

A democracia brasileira face ao contexto internacional

Carmen Fonseca, IPRI-NOVA & NOVA-FCSH e Daniel Cardoso, IPRI-NOVA & Universidade Autónoma de Lisboa

A política externa do Brasil tem um acumulado irregular de promoção da democracia além-fronteiras. O objectivo de defesa da democracia colide, por vezes, com dois pilares centrais da sua política externa: a não-intervenção e o respeito pela soberania dos Estados. Embora na década de 1990 os líderes brasileiros estivessem focados na resolução dos problemas políticos internos e não na promoção da democracia no exterior, o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) representou uma mudança nesse domínio. A mesma postura foi adoptada pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, invocando o conceito da não-indiferença.

De acordo com o presente Relatório V-Dem, o Brasil contraria a tendência global de autocratização. Em 2024 a democracia não se enfraqueceu. Por um lado, a eleição de Lula da Silva, em 2022, foi o ponto de reversão de uma tendência autocrática, que se iniciara com o processo de destituição (impeachment) da Presidente Dilma, em 2016, e atingira o seu pico com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Por outro lado, o fracasso do golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023 permitiu igualmente uma viragem (“U-turn”) do Brasil no sentido da democracia. De acordo com a investigação da Polícia Federal Brasileira, tanto o exército como a Força Aérea recusaram-se a participar na tentativa de golpe de Estado levada a cabo por Jair Bolsonaro entre final de 2022 e início de 2023, depois da sua derrota nas eleições presidenciais. Notícias da imprensa sugerem que uma das razões para a sua recusa foi a indicação dada às forças armadas brasileiras pelo Departamento de Defesa norte-americano de que qualquer rutura democrática no Brasil afetaria negativamente a cooperação militar entre os dois países. Também líderes mundiais, como o presidente francês, Emmanuel Macron, o presidente argentino, Alberto Fernández, e o chanceler alemão, Olaf Scholz, expressaram imediatamente o seu apoio ao presidente recém-eleito, Lula da Silva, contribuindo para acentuar o isolamento das forças antidemocráticas. Estes fatores indicam que a pressão internacional desempenhou um papel na prevenção do golpe de Estado.

Os acontecimentos no Brasil deixam também claro que não estavam reunidas as condições para que o então governo populista de Jair Bolsonaro culminasse na instituição de um regime autoritário. O futuro do Brasil, porém, não deixa de ser inquietante, se forem consideradas as movimentações políticas internas e as transformações internacionais no quadro das eleições presidenciais brasileiras de 2026. Internamente, a ideologia bolsonarista ganha cada vez mais força – uma ideologia que é menos próxima dos ideais democráticos e que se sente apoiada pelo Presidente norte-americano, Donald Trump, cuja ambivalência, senão mesmo hostilidade, às normas democráticas está bem documentada. Esta atitude reflete-se também numa política externa norte-americana que, ao contrário do seu antecessor, não é guiada pela promoção da democracia. Da perspetiva brasileira, esta mudança, em conjunto com o reforço de lideranças populistas noutros países da América Latina e da Europa, lança dúvidas sobre a capacidade do Brasil em resistir a uma “democracy trumped”, revisitando o título do presente relatório. Com efeito, na eventualidade da instabilidade democrática regressar ao Brasil, é improvável que os EUA, sob administração Trump, atuem como defensores da democracia brasileira. Aliás, Washington poderá tornar-se numa fonte de apoio da extrema-direita neste país. Regionalmente, a tradicional parceria com a Argentina também se enfraqueceu. Os governos dos dois países apresentam hoje posições ideológicas divergentes, que se materializaram em relações diplomáticas tensas. Neste contexto, uma frente de apoio à democracia no âmbito do Mercosul afigura-se limitada.

Outros elementos da estratégia internacional brasileira oferecem poucas garantias. A crescente polarização do cenário internacional coloca os EUA e os seus aliados num dos extremos e a China, a Rússia e os respetivos parceiros, no outro. A política externa brasileira tem sido aberta o suficiente para permitir desenvolver relações com os dois polos do espectro. Porém, à medida que as divergências se agudizam, o Brasil poderá ter de apoiar sobretudo um dos lados. A sua inclusão no chamado Sul Global fá-lo ter relações próximas e privilegiadas com os países BRICS, uma plataforma de cooperação sul-sul que não tem como prioridade a promoção da democracia. Nem seus os membros originais, nem os mais recentes foram selecionados com base no seu tipo de regime político. Desde que em 2017 a China lançou a ideia de alargar o grupo dos BRICS a outros membros, ficou evidente o desejo chinês de o ajustar aos seus interesses e o transformar num mecanismo composto pelos seus aliados. Este alargamento não foi consensual, mas acabou por se consubstanciar em 2024 na Cimeira de Kazan, na Rússia, com a adesão da Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irão.

No caso do Brasil, assim como de outros países da América Latina, o peso da China na economia é muito significativo. O Brasil é dos poucos países da região que se tem mantido afastado dos acordos chineses no quadro da Iniciativa Faixa e Rota. Porém, a evolução do crescimento económico do Brasil será necessariamente influenciada pela relação com a China, que é já o seu principal parceiro comercial e um dos seus principais investidores. Provavelmente, a avaliação dos líderes brasileiros, é que este benefício, assim como a postura chinesa de não-ingerência nos assuntos internos, é superior a um eventual custo da não convergência ideológica, mesmo que isso signifique, do lado do Brasil, não apelar à protecção da democracia. Aliás, países como a China, Rússia e Irão muito dificilmente servirão de bloqueio às intenções de forças antidemocráticas no Brasil.

Talvez antevendo este cenário, Lula da Silva tem procurado construir redes de solidariedade democráticas alternativas. Em 2023 e 2024, participou em várias iniciativas com líderes de outros países para promover cooperação e diálogo democrático. O primeiro teve lugar em Santiago do Chile, sob iniciativa do presidente Gabriel Boric, por ocasião do 50º aniversário do golpe de Estado que assassinou o presidente Salvador Allende. O seguinte foi organizado em 2024 por Lula da Silva em Nova Iorque à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. Duas outras iniciativas tiveram lugar em 2025: uma no Uruguai durante a tomada de posse do novo presidente e a segunda, por meios digitais, promovida pelo presidente do governo espanhol, Pedro Sánchez. Estas iniciativas informais e simbólicas expressam a intenção dos participantes em manter o tema da defesa da democracia e do combate à extrema-direita na agenda internacional. Além disso, procuram promover a troca de experiências e de conhecimentos, num movimento que pode ser a génese de uma aliança informal pela democracia.

As eleições do Brasil em 2026 serão um teste decisivo à solidez das instituições democráticas do país. Mas estas continuam sob pressão de tendências populistas internas bem como de um cenário internacional polarizado.

Securitização, qualidade do discurso público e democracia no Brasil e em Portugal

Cláudia Araújo, Universitat de Barcelona & Power for Democracies

Nos últimos anos, Brasil e Portugal têm enfrentado transformações significativas nas suas democracias. Neste texto, coloco a ênfase na qualidade do discurso público e no seu papel na reconfiguração das democracias contemporâneas, através da aplicação do conceito de securitização. Securitização é a construção discursiva de um sujeito, objeto ou assunto como um problema de segurança. Através da identificação do objeto com uma qualquer ameaça existencial, justificam-se medidas extraordinárias de segurança. Este processo, por sua vez, depende da presença de atores securitários numa posição de poder suficiente para enunciar a necessidade dessas medidas, dirigindo-se a uma audiência em condições de a aceitar. A securitização é sempre uma escolha política com o potencial de legitimar formas antidemocráticas de controlo social.

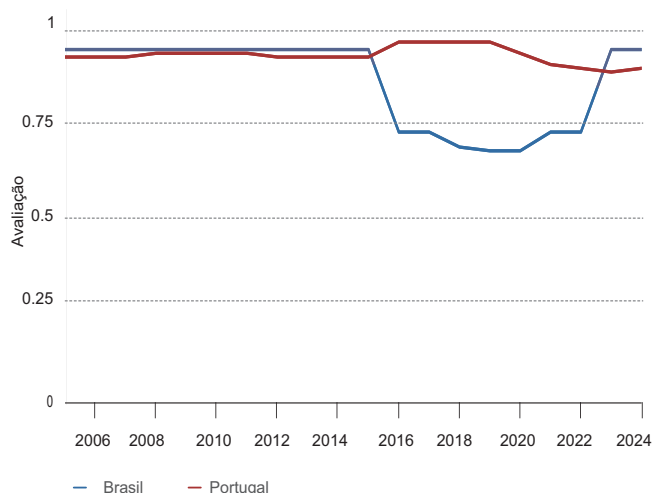
Qualquer fenómeno pode ser objeto de um ato securitário. A imigração é frequentemente retratada como um problema de segurança, mas também o é a saúde pública ou o protesto social. Ato securitários são frequentemente acompanhados da deslegitimação e despolitização dos sujeitos políticos, e inclusivamente, da sua criminalização. Há assim uma medida seletiva sobre o demos, que não só pode afetar diretamente direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, mas os Direitos Humanos, dos quais os sujeitos securitizados podem ser retratados como indignos. Um exemplo significativo foi o slogan utilizado por Jair Bolsonaro “Direitos Humanos para humanos direitos”, construído a partir de uma dicotomia maniqueísta entre os cidadãos de bem (os seus apoiantes) e os delinquentes (o resto da comunidade política), estes últimos merecedores de repressão policial.

Em Portugal, a tendência securitária aumentou em dois temas: a imigração, com o atual governo referindo-se à “perceção de insegurança” supostamente resultante do aumento dos fenómenos migratórios, o que justificou operações policiais como a decorrida a 19 de dezembro de 2024 na Rua do Bem Formoso em Lisboa, uma zona de alta concentração de pessoas migrantes; e o protesto social, em particular os movimentos de jovens ambientalistas e de defesa do clima, descritos como delinquentes e sujeitos a policiamento de alta intensidade.

Estes exemplos mostram como declarações securitárias transformam argumentos anteriormente considerados radicais ou mesmo impensáveis em posicionamentos mainstream, aceites como normais pelo discurso público. Esta é uma estratégia também utilizada por atores populistas, que apresentam questões políticas ou sociais (imigração, crime, corrupção) como ameaças existenciais ao “povo real”, exigindo respostas centradas no restabelecimento da lei e da ordem. Estes enquadramentos por sua vez aumentam a polarização social, transformando divergências políticas em questões de sobrevivência e criam um público receptivo aos discursos securitários. No final, desestabilizam-se as normas democráticas.

Os dados V-dem sobre a qualidade do discurso público no Brasil e em Portugal são indicadores destas tendências – veja-se na figura abaixo a evolução do índice que mede a componente deliberativa da democracia (o grau em que decisões políticas são tomadas com base em argumentos racionais, troca de informações e consideração mútua entre diferentes posições). Fica clara a queda acentuada no Brasil entre 2016 e 2021, correspondendo ao processo de destituição (impeachment) de Dilma Rousseff, à subsequente crise política e ao governo de Jair Bolsonaro. Mas há também uma rápida recuperação a partir de 2022, refletindo a reconsolidação democrática com recente o governo Lula. Já o caso português, embora demonstrando estabilidade e mesmo melhoria en-

FIGURA EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA, 2010-2024



Fonte: V-Dem dataset v15.

tre 2001 e 2019, regista um declínio moderado desde aí, correspondendo à ascensão eleitoral do partido Chega!, e com alguns dos seus temas – principalmente a imigração – adotados pelo governo PSD/CDS-PP.

Este relatório refere-se ao Brasil como um caso de resiliência democrática e um sucesso na reversão da autocratização. Em contrapartida, Portugal apresenta alguns sinais de erosão democrática. A evolução da qualidade do discurso público nos dois países é uma pista importante para compreender a erosão democrática. Quando a palavra “segurança” é mobilizada para criminalizar certos grupos ou práticas políticas, abre-se caminho para formas diretas de repressão e o que começa por ser uma criminalização simbólica pode rapidamente converter-se em ação política efetiva. Esta dinâmica corresponde a um dos passos clássicos dos manuais autoritários: deslocar os limites do aceitável no discurso público até que o autoritarismo se normalize.

Referências bibliográficas

Cláudia Araújo, (2024). *The Framing of Protest in the Iberian Peninsula, 2000-2020. Legitimacy, Politicisation and Security*, Tese de Doutoramento, Universidade de Barcelona.

Cabo Verde

Uma democracia estável e consolidada

Edalina Rodrigues Sanches, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Cabo Verde é uma das mais estáveis democracias africanas. Com 34 anos de eleições livres e justas, pautadas por alternância regular e pacífica no governo, este pequeno estado insular com pouco mais de 500 mil habitantes é frequentemente destacado como uma democracia exemplar, quer pela comunidade académica,¹ quer por organizações e fundações regionais. Em 2024 a Mo Ibrahim Foundation classificou Cabo Verde no 3º lugar em termos de qualidade da governação num conjunto de 54 países africanos. As ilhas Seicheles e as Maurícias lideram este ranking, estando a África do Sul em 4º lugar. E um estudo que mediu a adequação do país à Carta da União Africana sobre Democracia, Eleições e Governação, considera que a democracia no país está em franca consolidação.²

Na Figura abaixo apresentamos alguns índices do projeto V-Dem de forma a explorar os diferentes componentes do funcionamento da democracia em Cabo Verde. Os índices variam entre 0 e 1, sendo que quanto mais perto de 1, melhor o desempenho. Os dados são longitudinais e cobrem a última década do regime de partido único (1980-1990) e o período de transição e consolidação democrática (1991-2024). É notória a melhoria de todas as componentes da democracia a partir de 1990, embora existam diferenças entre elas, além de variações temporais. No índice de poliarquia, há uma evolução de 0.3 em 1980, para 0.6 em 1990 e 0.9 em 2024. No que diz respeito à componente eleitoral passa-se de 0.1 em 1980, para 0.3 em 1990 e 0.8 em 2024. As componentes liberal e deliberativa da democracia estão ligeiramente abaixo, havendo uma erosão a partir de 2015, particularmente no que diz respeito à componente deliberativa, que expressa em que medida as decisões políticas preservam o bem comum. Cabo Verde tem o seu pior desempenho (abaixo do ponto médio da escala <0.5) na componente participativa de democracia, que enfatiza a participação ativa dos cidadãos em processos políticos, eleitorais e não eleitorais. É importante sublinhar que a participação nas eleições legislativas tem vindo a diminuir, caindo de 75.3% em 2011 para 65.9% em 2016 e para 57.5% em 2021. Nas eleições presidenciais a participação é ainda mais baixa, ficando-se pelos 59.9% em 2011, 35.5% em 2016 e 49.9% em 2021.³

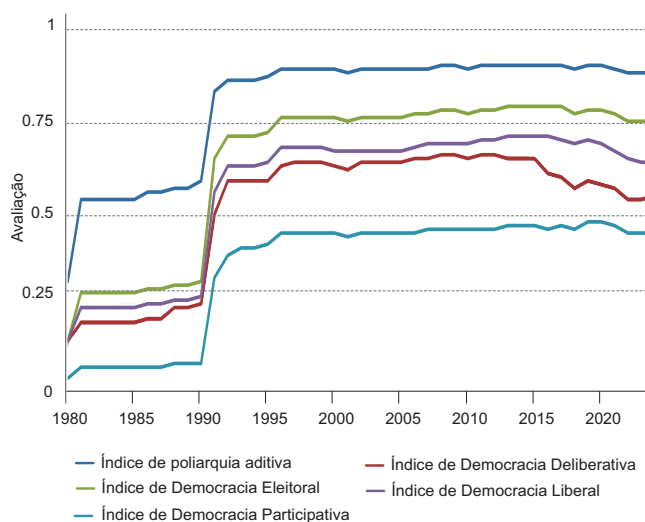
Estes dados indicam que Cabo Verde cumpre vários requisitos democráticos, nomeadamente no que diz respeito à qualidade dos processos eleitorais e da garantia das liberdades de expressão e de associação, mas que ainda precisa aprofundar os mecanismos participativos e deliberativos. Mais ainda, a base de dados V-Dem mostra que existem enormes desigualdades na sociedade, na medida em que pessoas pertencentes a diferentes grupos sociais e socioeconómicos têm acessos desiguais a serviços públicos (educação, saúde, água) e a oportunidades de emprego no Estado. Da mesma forma, há vincadas desigualdades de género, com os homens a terem maior acesso à justiça, aos serviços públicos e a oportunidades de emprego e de negócios.

Se complementarmos os dados macro do projeto V-Dem com dados micro do inquérito de opinião pública Afrobarometer ganhamos uma visão mais completa da qualidade da democracia. De acordo com a ronda de 2022, somente 27% dos inquiridos refere estar razoavelmente ou muito satisfeito com o funcionamento da democracia, enquanto 42.1% considera que vive numa democracia com muitos problemas. Apesar

disso, 83.8% dos inquiridos é da opinião de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. No que concerne aos níveis de confiança nas instituições políticas os resultados são variáveis: 65.2% referem confiar razoavelmente ou muito no presidente, e 51.6% nos partidos da oposição. Por outro lado, o parlamento (47.6%) e o partido do governo (45.7%) obtêm menor confiança junto dos cidadãos. Em sucessivas rondas do Afrobarometer a maioria dos cidadãos revela-se muito/bastante insatisfeita com a forma como os sucessivos governos – quer do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) quer do Movimento para a Democracia (MpD) – têm lidado com a criação de emprego, a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres, a diminuição das desigualdades entre ricos e pobres, a redução do crime ou o acesso a água e saneamento.

Cabo Verde é uma democracia estável e com um bom desempenho do ponto de vista dos processos eleitorais e do respeito por liberdades e direitos políticos e cívicos. Mas tal como muitas democracias consolidadas, enfrenta agora os desafios da qualidade democrática. Superar as desigualdades, a insatisfação dos cidadãos e promover o acesso ao emprego e a bens públicos serão os desafios dos próximos tempos.

FIGURA CABO VERDE: ÍNDICES DE DEMOCRACIA



Fonte: V-Dem dataset v15.

1 Bruce Baker, "Cape Verde: The Most Democratic Nation in Africa?", *The Journal of Modern African Studies*, 2006; Edalina Rodrigues Sanches et al., "African Exceptions: Democratic Development in Small Island States", *Journal of International Relations and Development*, 2021.

2 <https://www.inforpress.cv/pt/article-1566>.

3 IDEA Voter Turnout Database: https://www.idea.int/data-tools/data/country?country=41&database_theme=293

São Tomé e Príncipe

Contornos da recente crise política

Gerhard Seibert, Centro de Estudos Internacionais (CEI), Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

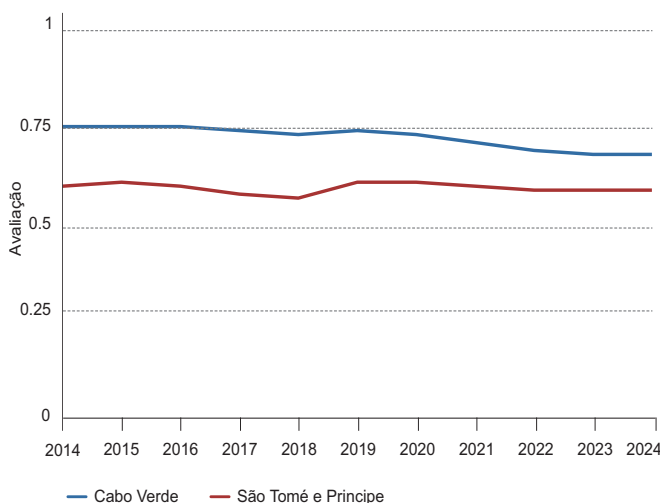
Segundo a classificação do Instituto V-Dem 2024, São Tomé e Príncipe atinge pontuações de 0,56 no Índice de Democracia Liberal e de 0,67 no Índice de Democracia Eleitoral, valores ligeiramente abaixo dos de Cabo Verde, outra democracia lusófona e insular. Uma causa destas diferenças é a maior instabilidade política em São Tomé, onde desde 1991 houve 20 governos e 16 primeiros-ministros. No mesmo período, Cabo Verde teve oito governos e quatro primeiros-ministros. A recente demissão do primeiro-ministro em São Tomé adicionou novos contornos a essa instabilidade crónica.

A 6 de Janeiro de 2025, depois de ter reunido o Conselho do Estado, o presidente Carlos Vila Nova demitiu o primeiro-ministro Patrice Trovoada (Ação Democrática Independente – ADI), que em novembro de 2022 tinha assumido o cargo pela quarta vez, após o seu partido ter obtido uma maioria absoluta de 30 deputados e 45,2% dos votos. Desde a introdução da democracia multipartidária de tipo semipresidencialista em 1991, esta não foi a primeira demissão de um primeiro-ministro pelo presidente da república, nem foi a primeira demissão de Trovoada. Mas esta demissão foi notável por várias razões: pela primeira vez o presidente demitiu o primeiro-ministro desde a revisão constitucional de 2006; o presidente e o chefe do governo demitido têm a mesma origem partidária; e a saída de Trovoada, que foi demitido pela terceira vez depois de 2008 e 2012, provocou divisões dentro da ADI, partido que ele tinha liderado quase incontestadamente desde 2001. Ao contrário de outros partidos santomenses, na ADI nunca existiu democracia intrapartidária.

A demissão de Trovoada não constituiu nenhuma surpresa, visto que nos meses anteriores houve sucessivas divergências entre o presidente e primeiro-ministro. Em particular, Vila Nova teria discordado do acordo do governo de Trovoada de cooperação militar com a Federação Russa. Trovoada anunciou também a intenção de se proceder a uma revisão constitucional, com o objetivo de substituir o semipresidencialismo por um regime presidencialista antes das eleições presidenciais e legislativas previstas para 2026. Neste caso, uma provável candidatura presidencial de Trovoada teria perturbado a intenção de Vila Nova em concorrer a um segundo mandato. Mas o maior ponto de discórdia foi o aumento drástico das taxas aeroportuárias de €22,90 para €220 para voos internacionais. Vila Nova vetou a medida do governo com o argumento das consequências negativas para o turismo nacional. No entanto, o governo ignorou o veto presidencial e impôs as novas tarifas por via de uma simples resolução. Mesmo assim, Vila Nova não cedeu e prometeu usar as suas competências para anular as novas taxas aeroportuárias.

Dois dias depois da demissão de Trovoada, Vila Nova justificou-a afirmando que em 2024 Trovoada teria passado 204 dias em missões oficiais e viagens privadas no estrangeiro, acusou Trovoada de ter celebrado outros acordos internacionais (Turquia e Venezuela) sem o seu conhecimento e de não o ter informado de contratos assinados com empresas nacionais. No decreto de demissão, Vila Nova solicitou à ADI que apresentasse outra pessoa para assumir o cargo de primeiro-ministro no prazo de 72 horas. Inicialmente Trovoada considerou inconstitucional a sua demissão, visto que as instituições estavam a funcionar regularmente. Contudo, no dia seguinte, a ADI propôs Hélio Almeida, diretor da Agência Fiduciária e de Administração de Projetos. Vila Nova rejeitou este candidato. Logo de seguida, a ADI apresentou três candidatas: Celmira Sacramento, presidente

FIGURA ÍNDICE DA DEMOCRACIA LIBERAL



Fonte: V-Dem dataset v15.

da Assembleia Nacional; Ilza Amado Vaz, ministra da justiça; e Ângela Costa, ministra de saúde. A 9 de janeiro, Amado Vaz foi nomeada primeira-ministra. Porém, demitiu-se três dias depois, após a ADI sem o seu conhecimento ter circulado nas redes sociais uma lista com os nomes dos futuros ministros. A 12 de janeiro, depois de mais uma vez ter rejeitado a proposta da ADI (o advogado Adelino Pereira), Vila Nova nomeou Américo Ramos, governador do Banco Central desde 2022, como primeiro-ministro. Ramos tinha sido secretário-geral da ADI (2020-22) e ministro das finanças em dois governos de Trovoada (2010-12; 2014-18). O governo de Ramos era constituído por dez ministros, entre os quais Amado Vaz e mais três membros do anterior executivo de Trovoada. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a anulação das taxas aeroportuárias.

Trovoada considerou o novo governo inconstitucional. Embora os seus membros fossem todos da ADI, Ramos não teria sido proposto pela direção do partido, o que configurava um “governo de iniciativa presidencial”, uma inconstitucionalidade desde a revisão constitucional de 2006. Desde então, “o Presidente da República só pode demitir o Governo quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas, ouvido o Conselho de Estado”. No entanto, o que ficou claro foi que Trovoada já não dominava a ADI, já que a maioria do partido e toda a oposição aprovaram a decisão de Vila Nova..

Antes da revisão constitucional de 2006, cinco primeiros-ministros tinham sido demitidos por decreto presidencial, dois pelo presidente Miguel Trovoada (1991-2001), pai de Patrice, e três pelo seu sucessor, Fradique de Menezes (2001-11). Um objetivo da revisão era dificultar a demissão pelo presidente para alcançar maior estabilidade política. De facto, os dois governos demitidos após a revisão, em 2008 e 2012, ambos liderados por Patrice Trovoada, foram destituídos por uma moção de censura no parlamento.

O terceiro governo de Trovoada (2014-18), o 18.º desde 1991, foi o primeiro que chegou ao fim da legislatura de quatro anos. Em 2018 a ADI perdeu a maioria absoluta alcançada em 2014, embora tenha ainda sido o partido mais votado. O resultado tornou possível que o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD), com 23 deputados, assumisse o poder numa coligação com outros três pequenos partidos. Apesar da fraca maioria foi o primeiro governo de coligação que chegou ao fim da legislatura. Depois de a ADI ter ganho de novo uma maioria absoluta em 2022, tudo indicava que o governo de Trovoada seria o terceiro consecutivo que durasse os quatro anos de legislatura.

Desde 2016 que o presidente da república vem da ADI, primeiro Evaristo Carvalho e desde 2021 Vila Nova. Trovoada tinha convidado Vila Nova, um empresário do turismo que tinha sido ministro das obras públicas, recursos naturais e ambiente nos mesmos dois executivos em que Ramos era ministro, a ser o candidato da ADI nas presidenciais. Graças ao apoio pessoal, político e financeiro de Trovoada, Vila Nova ganhou na segunda volta com 57,6% dos votos. Em troca Trovoada esperava dele lealdade e cumplicidade num provável próximo governo seu. De facto, no primeiro ano do governo de Trovoada não houve fricções com Vila Nova. Contudo, no correr de 2024, esta relação mudou devido ao estilo autocrático de Trovoada e às divergências mencionadas acima. Mais ainda, pelas mesmas razões, Vila Nova ganhou tacitamente o apoio de uma fração maioritária dentro da ADI. Este facto é notável, pois ainda no congresso partidário de fevereiro de 2024, Trovoada tinha sido reeleito líder da ADI sem oposição.

Trovoada também perdeu o apoio dos cinco membros do Tribunal Constitucional, dos quais quatro tinham sido nomeados pela ADI em 2023. O tribunal rejeitou unanimemente a admissão do recurso de constitucionalidade da nomeação de Ramos interposto por seguidores de Trovoada. E a Assembleia Nacional viabilizou o programa do governo de Ramos com a aprovação de todos os partidos. Não obstante, Trovoada insistiu que o governo de Ramos era inconstitucional. Alegou que os seus oponentes na ADI seriam movidos por interesses pessoais ligados às ambições de Vila Nova e que em conjunto com o MLSTP/PSD, procuravam impedir o seu regresso à política e ao país. Daí a votação do orçamento do Estado na Assembleia Nacional ter sido esperada como outro indicador da influência de Trovoada na ADI. Contudo, os seguidores fiéis de Trovoada não se manifestaram abertamente. Como souberam que os 18 deputados do MLSTP/PSD aprovariam o orçamento, todos os 30 deputados da ADI também votaram a favor. Foi uma forma da facção afeta a Trovoada evitar uma derrota visível, visto que com o apoio do MLSTP/PSD, a facção apoiante do governo de Ramos sempre teria ganho a votação. Depois de 2012 e 2018 é a terceira vez que Trovoada se autoexila em Portugal depois de ter perdido o poder. Duas vezes, em 2014 e 2022, depois de longas ausências, voltou como salvador da pátria, ganhando nas eleições majorias absolutas para a ADI. Tendo em conta este passado notável e a volatilidade da política santomense, por enquanto parece prematuro confirmar o fim definitivo da carreira política de Trovoada.

Angola

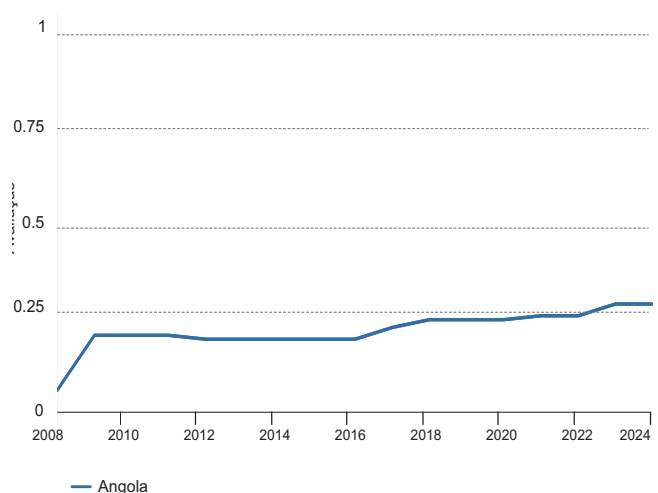
O processo eleitoral e a resiliência do regime autoritário

Cláudia Generoso de Almeida, Instituto Português de Relações Internacionais – Universidade Nova de Lisboa
Sérgio Dundão, Doutorando em Ciência Política, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

A democracia enfrenta tempos turbulentos, com o avanço global de uma nova vaga de autocratização. A África subsariana não escapa a essa tendência. Entre os países africanos de expressão portuguesa (PALOP), apenas Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são considerados democracias. Angola, por sua vez, destaca-se pela resiliência do seu regime autocrático, monopolizado pelo mesmo partido, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) desde a independência em 1975. Neste país, as eleições multipartidárias são parte dos instrumentos essenciais para o MPLA se manter no poder.

A análise dos processos eleitorais é uma chave crucial para se compreender a longevidade dos regimes autoritários. No caso de Angola, isso passa pelo controlo do jogo eleitoral (via engenharia eleitoral e pelo domínio das instituições de observação eleitoral) e pelas restrições impostas à sociedade civil. Desde 2002, Angola é classificada como autocracia eleitoral pelo Instituto V-Dem. O índice V-Dem de Eleições Limpas revela baixos valores de qualidade eleitoral, consequência das constantes irregularidades, intimidação da oposição e uso de recursos do Estado pelo partido do poder. Um exemplo foi a eleição de 2008, a primeira realizada após o fim da guerra civil em 2002, onde se verificou uma participação eleitoral de 111% na província do Kwanza-Norte. Apesar do direito ao voto, falta ainda em Angola assegurar liberdades fundamentais, como as de expressão e associação, o que acaba por também comprometer a integridade eleitoral.

FIGURA ÍNDICE ELEIÇÕES LIMPAS, 2008-2024



Fonte: V-Dem dataset v15.

O regime do MPLA tem sido hábil na engenharia eleitoral. A Constituição de 2010 eliminou a eleição direta do Presidente, que passou a ser eleito como cabeça de lista do partido vencedor, dificultando a responsabilização do governo. O Presidente pode também propor a criação de províncias. A nova divisão política administrativa de 2024 teve impacto no número total de deputados, que passou de 220 para 235: 130 do círculo nacional e 105 pelos círculos provinciais (5 por cada uma das 21 províncias, incluindo as recém-criadas). Esse redesenho dos distritos eleitorais (gerrymandering) agravou a distorção representativa, por força da distribuição artificial de 5 deputados por cada círculo provincial sem se atender à população de cada círculo. Assim, será apenas necessário um partido obter 37,53% dos votos válidos para alcançar 124 deputados, 75 no círculo provincial e 49 no círculo nacional. Estes 124 deputados representam uma maioria absoluta de 57,8% dos deputados num parlamento de 235. Para este resultado não seria necessário qualquer voto dos maiores núcleos populacionais do país, como Luanda, Benguela, Huambo e Huíla. O MPLA ajusta assim a divisão territorial de acordo com o seu cálculo eleitoral.

O regime também exerce o controlo sobre as instituições responsáveis pela administração e gestão dos processos eleitorais. Duas instituições desempenham esse papel: a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), cuja composição é politizada e favorável ao partido no poder; e o Ministério da Administração do Território (MAT), responsável pela condução do registo eleitoral. A Lei do Registo Eleitoral de 2008 consolidou este modelo, ao estabelecer que a CNE deve apenas supervisionar o registo conduzido pelo MAT. De facto, o registo eleitoral tem sido um dos domínios da irregularidade eleitoral em Angola. Uma auditoria realizada pela Deloitte em 2012 revelou que 6,5 milhões de eleitores estavam registados sem bilhete de identidade, o que comprometeu a credibilidade do processo. Apesar disso, a CNE validou os dados. A contratação da empresa espanhola INDRA para a gestão da logística eleitoral também levantou suspeitas de manipulação.

O Estado angolano permite a observação eleitoral nacional e internacional, porém de forma seletiva e com restrições. A União Europeia, por exemplo, enviou uma missão de observação integral em 2008, mas desde então tem sido impedida de realizar mais avaliações. A escolha estratégica de observadores internacionais mais favoráveis ao regime, nomeadamente por organizações africanas, como a União Africana, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), contribuiu para a legitimação de práticas autocráticas. Não obstante, nas últimas eleições gerais, em 2022, algumas missões africanas denunciaram parcialidade nos meios de comunicação e interferência no processo de registo eleitoral.

O fim do monopartidarismo em 1992 abriu espaço para o surgimento de ONGs e grupos da sociedade civil, que puderam actuar também como fiscalizadores eleitorais. Apesar de enfrentarem restrições legais, estes grupos têm desempenhado um papel relevante. Organizações como o Observatório Eleitoral Angolano (OBEA) têm contribuído para monitorização do processo eleitoral, ainda que com acesso limitado e sem reconhecimento formal por parte do Estado. O regime impõe obstáculos à credenciação dessas organizações, restringe o número de observadores nacionais e padroniza os relatórios de observação.

As eleições gerais de 2017 marcaram uma mudança sem precedentes na liderança política do país, criando um ambiente mais favorável à expressão de vozes críticas. Grupos da sociedade civil aproveitaram esse momento para reforçar a defesa da integridade eleitoral. Um desses grupos foi o Movimento pela Verdade Eleitoral (MOVE), criado por cidadãos com o objetivo de promover a transparência nas eleições. Nestas eleições, estiveram presentes cerca de 1.200 observadores nacionais (e 200 internacionais). No entanto, nas eleições de 2022 já se assistiu a uma redução significativa do papel dos observadores da sociedade civil. Ainda assim, organizações da sociedade civil e grupos de cidadãos continuaram mobilizados em defesa de uma maior integridade eleitoral, denunciando graves irregularidades, falhas na cobertura mediática e questionando a composição da CNE, para além de procurarem mobilizar os cidadãos para a observação eleitoral, como é o caso da Plataforma JIKU.

O caso de Angola mostra como os regimes autocráticos utilizam as eleições para consolidar o poder. O MPLA define as leis eleitorais e controla as instituições que gerem o processo e a observação eleitorais. Mas a forma como o regime autocrático tem gerido os processos eleitorais tem levado ao descontentamento da sociedade, incluindo a protestos. A crescente pressão da sociedade civil e as críticas internacionais indicam que no futuro o regime poderá enfrentar dificuldades para manter a sua hegemonia.

Referências bibliográficas

- Cláudia Generoso de Almeida et al., (2022). "We got a taste for protest! Leadership transition and political opportunities for protest in Angola's resilient authoritarian regime", em E. R. Sanches, ed. *Popular Protest, Political Opportunities, and Change in Africa*, New York, Routledge.
- Sérgio Dundão, (2022). *Sistema Eleitoral Angolano e Eleições em contexto de pós-guerra: um estudo das eleições de 2008, 2012 e 2017*, Luanda, MARMOCO Criações.
- Sérgio Dundão, (2024). "A Nova Divisão Política Administrativa como instrumento de poder e de manipulação eleitoral", *Revista Ngapa*, (1), 6-11.

Angola

Um autoritarismo estável

Vasco Martins, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CEI-Iscte

Uma das principais conclusões do relatório V-Dem 2024 é que os níveis médios de democracia por país são similares aos de 1996. A conclusão é adequada ao caso de Angola, país que intensifica esta média, não porque não tenha registado alterações ao longo de décadas, mas porque as melhorias que sustentariam um regime democrático teimam em aparecer. Oscilando entre autocracia fechada e autocracia eleitoral, a história do regime político em Angola tem sido a da estabilidade na continuidade.

A par de vários outros países na região da África Austral, Angola é governada pelo mesmo partido político, o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA –, desde a independência em 1975. Embora não tenha havido ainda alternância partidária, o país tem desde 2017 o seu terceiro chefe de estado na pessoa do Presidente João Lourenço, que sucedeu a José Eduardo dos Santos após 38 anos deste no poder. O ano de 2025 marca o fim da primeira metade do segundo mandato de João Lourenço. Ao contrário do seu antecessor, que apenas viu aprovada a constituição vigente no país em 2010, João Lourenço está obrigado a respeitar o limite de dois mandatos presidenciais, o que significa que não poderá concorrer às próximas eleições gerais de 2017. Até ao momento não há evidências de tentativas de alteração constitucional no sentido de aumentar o número de mandatos.

O regime de Angola continua assente num bipartidarismo histórico, reafirmando as lógicas de polarização política dos 27 anos de guerra civil (1975-2002). Houve uma curta alteração na distribuição de lugares parlamentares, com a criação da CASA-CE e subsequente eleição de oito deputados em 2012 e dezasseis em 2017. No entanto, o partido perdeu a representação parlamentar em 2022, sobretudo depois da saída do antigo e conhecido líder Abel Chivukuvuku, tornando o regime novamente assente no bipartidarismo que o tem definido praticamente desde a independência, entre MPLA, com 124 deputados, e União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA –, com 90 deputados.

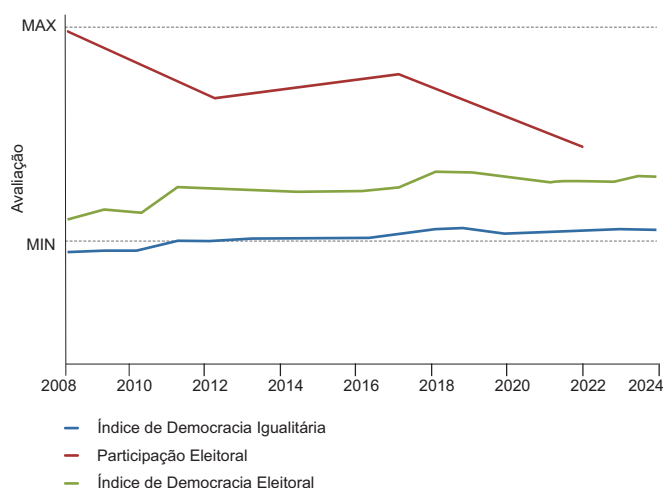
É nesta lógica binária de disputa partidária que se desenrola toda e qualquer actividade política em Angola, entre um poder institucionalizado no governo há 50 anos, e um partido de oposição que, embora se tenha apresentação de forma mais ampla através da Frente Patriótica Unida, e por isso conseguido melhores resultados eleitorais, se tem mantido inalterado ao longo de 50 anos como força de oposição, nunca tendo governado o país.

É entre estes dois partidos que se vão esgrimindo as lutas pelo poder, marcadas pelas tentativas constantes do governo do MPLA em controlar a oposição e a sociedade em geral, e a UNITA, concentrada em mobilizar a sociedade e desafiar o MPLA, embora o faça apenas durante os actos eleitorais, vistos como a única forma legítima de alteração de regime. Porém, continuam os métodos de controlo desenvolvidos por José Eduardo dos Santos, sobretudo a perseguição dos adversários políticos e as acusações fabricadas aos líderes da oposição (tentativa de golpe de estado; terrorismo).

Os índices V-Dem de Democracia Eleitoral e Igualdade têm-se mantido em larga medida inalteráveis desde as primeiras eleições do pós-guerra civil em 2008, pese embora o Índice de Democracia Eleitoral, relativo a questões de liberdade de expressão, associação, recenseamento e qualidade das eleições tenha evoluído positivamente. Todavia, estas melhorias, quando não consequentes com as questões de igualdade, sobretudo na igual protecção e acesso a bens públicos, surtem efeitos marginais

nas lógicas de participação política. De facto, o aspecto que sofreu a maior alteração foi a abstenção, que aumentou significativamente em 2022, tendo ficado perto dos 54%, uma cifra preocupante num país que começou a organizar eleições de forma regular quase há vinte anos. O elevado valor da abstenção explica-se, por um lado, pela descrença do eleitorado nas soluções que os dois partidos dominantes, sobretudo o MPLA, têm proposto para Angola; por outro lado, pela continua falta de melhorias a nível de direitos sociais e políticos, pela recessão económica e pelo aumento do custo de vida associado à contínua desvalorização da moeda nacional, o Kwanza. Angola posiciona-se em 111º no Índice de Democracia Eleitoral e em 163º no Índice de Igualdade num total de 179 países, o que sublinha a natureza de um sistema ainda assente em elites que mantêm um regime político que exclui e marginaliza a maioria da população.

FIGURA ÍNDICE DE DEMOCRACIA ELEITORAL, ÍNDICE DE DEMOCRACIA IGUALITÁRIA E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL



Fonte: V-Dem dataset v15.

É precisamente em matéria de direitos sociais que Angola tem registado mais continuidades com o passado, sobretudo no adensar da distância entre Estado e sociedade. A informalidade e o sistema paralelo continuam a sobrepor-se às normas legais e o acesso a direitos básicos continua vedado à maioria da população, reforçando a exclusão política e a desmobilização cívica.

Guiné-Bissau

O chefe de estado e a autocratização do regime

Ana Lúcia Sá, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CEI-Iscte

Bissau, 30 de novembro de 2023: o Ministro da Economia e o seu Secretário de Estado, Suleimane Seidi e António Monteiro, são presos sob acusações de prevaricação e práticas danosas ao Estado. A Guarda Nacional tentou libertar os dirigentes e a retaliação da Guarda Presidencial foi imediata. Seidi e Monteiro permaneceram presos e a troca de tiros entre as forças de segurança resultou em suspeições de mais uma tentativa de golpe de Estado. O Presidente da República, Umaro Sissoko Embaló, dissolveu a Assembleia Nacional Popular (ANP) volvidos menos de 6 meses das eleições legislativas que deram a vitória à coligação PAI – Terra Ranka (composta por Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde [PAIGC], União para a Mudança, Movimento Democrático Guineense, Partido da Convergência Democrática e Partido Social Democrático). Esta dissolução fez-se ao arpejo da Constituição, que estipula que o parlamento não pode ser dissolvido no período até 12 meses após ser eleito.

A Guiné-Bissau vivia uma nova crise político-institucional. Para além da dissolução da legislatura, o Supremo Tribunal de Justiça e os órgãos eleitorais já estavam caducos. O ano de 2024 foi marcado pela suspensão das instituições democráticas. Na sequência da dissolução da ANP, Umaro Sissoko Embaló nomeou um governo provisório, liderado por Rui de Barros (PAIGC) e composto por ministros e secretários de Estado de diferentes partidos do país, com e sem assento parlamentar. A autopromulgação de Adja Satu Camará como presidente da ANP em setembro de 2024 epitomizou a desconsideração pelas instituições democráticas. Esta imposição de uma nova presidente resulta de ameaças à Comissão Permanente da ANP em funções e liderada por Domingos Simões Pereira, que reuniu nesse mesmo mês para criar uma comissão de preparação da restituição da ordem constitucional nos órgãos do Supremo Tribunal de Justiça e da Comissão Nacional de Eleições.

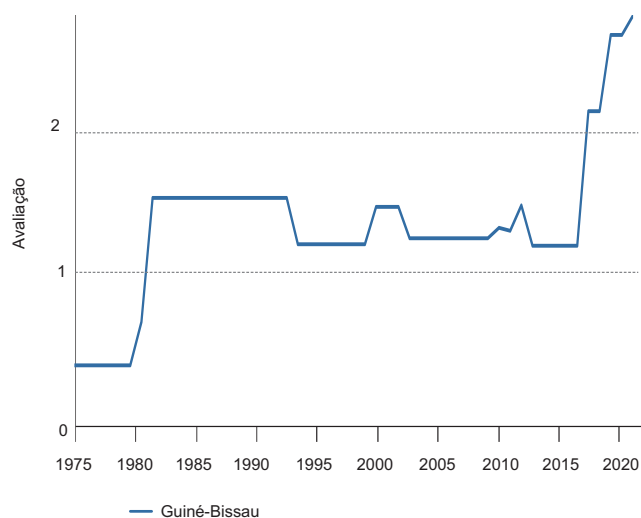
Desde a transição para o multipartidarismo, iniciada em 1991, que tem havido momentos de instabilidade, como o conflito político-militar de 1998-99 ou o golpe de estado de 2012. A Guiné-Bissau tem sido retratada como um Estado falhado, devido às sucessivas crises e à interferência de militares na política. Desde 2012 que os órgãos eleitos, Presidente da República, Executivo e Legislativo não terminaram o seu mandato. As sucessivas crises político-institucionais acabam por definir o funcionamento do sistema político guineense, no qual é peça chave o receio de perda de poder por parte dos diferentes atores, em especial do chefe de Estado.

A difícil coabitação entre o presidente da república e a legislatura está instituída, motivando dissoluções da ANP, demissões dos governos e concomitantes nomeações de governos de iniciativa presidencial, ao arpejo dos resultados eleitorais. No indicador “HOS dissolution in practice”, pergunta-se, numa escala ordinal, se o chefe de estado pode ser bem-sucedido nas ações de dissolução da legislatura, medindo-se assim o poder efetivo do presidente da república. A escala inicia-se em 0 (Não é bem-sucedido) e termina em 3 (Sim, à sua discrição e sem restrições). O gráfico seguinte representa este indicador desde a data da independência da Guiné-Bissau, a 24 de setembro de 1973, até 2024. Cobrem-se diferentes períodos da vida política do país, desde o sistema de partido único liderado pelo PAIGC, ao golpe de Estado de 1980, que levou Nino Vieira ao poder, à transição para o multipartidarismo, iniciado em 1991 e com as primeiras eleições a serem realizadas em 1994. Como vemos, até

2019, o poder dos chefes de Estado era exercido com algumas restrições e não à sua discrição. Contudo, os dados V-Dem mais recentes indicam que o atual presidente, Umaro Sissoko Embaló, mostra uma tendência a usar o poder de forma discricionária, não sendo as instituições capazes de impedir que isso suceda.

Em suma, desde 2019 que se fortaleceu um regime centrado no presidente, ainda que o sistema formalmente seja semipresidencial. Umaro Sissoko Embaló chama a si a composição do governo, a presidência das reuniões do conselho de ministros e as decisões sobre a vida político-partidária. De acordo com a Liga Guineense dos Direitos Humanos, a situação dos direitos e liberdades fundamentais e do Estado de direito deterioraram-se desde 2020, com intimidações de diversa ordem a atores da sociedade civil e da política e com a implantação sem restrições de procedimentos não regulados pela lei e evadidos de informalidade, contribuindo para o reforço do autoritarismo.¹

FIGURA DISSOLUÇÃO PELO CHEFE DE ESTADO NA PRÁTICA



Fonte: V-Dem dataset v15.

¹ <http://www.lgdh.org/p/relatorios.html>. O Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2020-2022: Resistir ao Autoritarismo, Reviver Cabral pode ser lido aqui: https://drive.google.com/file/d/1d_2Lk8SEgGL37HmzKdc0UezERVg7ya8/view

As assimetrias territoriais nos países lusófonos

João Cancela, Universidade Nova de Lisboa (UNL)

É surpreendente que as assimetrias políticas entre zonas urbanas e rurais persistam no século XXI. Os processos de modernização social e económica e de construção do Estado verificados no mundo lusófono desde 1974, tenderiam a homogeneizar politicamente os territórios nacionais. O progresso económico e a urbanização conduziriam a uma generalização da cidadania e do poder político. No entanto, as clivagens sociais e políticas entre zonas urbanas e rurais mantêm-se, tanto em países de elevado e baixo desenvolvimento económico, como em democracias e autocracias.

Os países de expressão portuguesa constituem um campo empírico de particular interesse para examinar esta dimensão. Abrangem uma diversidade de localizações geográficas – América do Sul, Europa, as duas costas de África e Sudeste Asiático – e apresentam trajetórias políticas e institucionais marcadamente distintas. Encontramos entre eles democracias estáveis (Portugal, Cabo Verde, Timor-Leste), democracias que atravessaram períodos de retrocesso democrático (Brasil) ou de instabilidade política (Timor-Leste), regimes autoritários com uma componente competitiva (Angola e Moçambique) e regimes autoritários onde o próprio Estado é periclitante (Guiné-Bissau). Mas de que forma estes países ultrapassaram as divisões do passado em termos de desigualdades territoriais?

Para explorar esta questão, recorremos a um conjunto de indicadores da base de dados V-Dem que capta as assimetrias entre as populações que vivem nas zonas urbanas e nas rurais: a distribuição do poder político, o acesso a serviços públicos, o exercício de liberdades cívicas, o acesso ao emprego público e a participação em oportunidades de negócio tendo o Estado como cliente. Todos os indicadores partilham uma escala que varia entre 0 (enviesamento urbano extremo) e 5 (enviesamento rural). Importa notar que esta escala não é simétrica: o valor 4 representa, em todas as variáveis, a situação de paridade entre zonas urbanas e rurais, que podemos considerar, do ponto de vista normativo, a mais desejável num regime que se conforme aos ideais democráticos. A evolução destes indicadores entre 1975 e a atualidade encontra-se representada na figura abaixo.

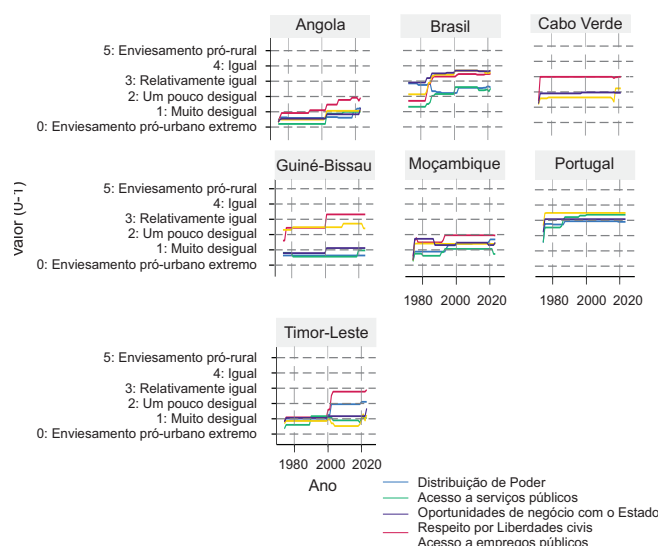
Os dados acima representados mostram como nos países de expressão portuguesa a desigualdade rural-urbana é um traço estrutural. Em todos os países, os cidadãos residentes em áreas urbanas beneficiam de maior acesso ao poder político e aos direitos cívicos, bem como de uma maior oferta de serviços públicos essenciais. Esta tendência é particularmente acentuada em Angola e Moçambique, onde os indicadores relativos à distribuição do poder político e das liberdades cívicas nas zonas rurais se mantêm sistematicamente abaixo do limiar de paridade. Mas mesmo nas democracias, como Portugal ou o Brasil, persistem disparidades assinaláveis, sobretudo no que diz respeito à inserção no emprego público e no acesso a oportunidades económicas.

No que toca à distribuição do poder político entre zonas urbanas e rurais, a Guiné-Bissau destaca-se pela total estagnação num nível muito baixo (0.6) ao longo de quase cinco décadas. Angola e Moçambique registam alguma melhoria desde os anos 2000, mas mantêm-se em níveis de assimetria profunda. Já Cabo Verde e Timor-Leste apresentam uma estabilidade em torno de 2, refletindo um enviesamento urbano moderado, mas persistente. Brasil e Portugal, com os valores mais elevados do conjunto (entre 2.6 e 2.9), também não atingem a paridade, revelando que, mesmo em democracias, as zonas urbanas continuam a deter vantagens claras no acesso ao poder político. No caso português, isto

está em sintonia com investigações recentes que mostram o peso do sentimento de abandono político por parte dos eleitores de zonas rurais (Magalhães & Cancela, 2025).

Em relação ao respeito por liberdades cívicas, são patentes níveis de paridade mais elevados do que noutras dimensões, mas ainda assim com desigualdades notórias. Portugal e, em menor grau, o Brasil quase atingem a paridade, indicando um respeito equivalente por estes direitos em contextos urbanos e rurais. Já Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Bissau aproximam-se da paridade, mas mantêm ligeiras assimetrias. Angola e Moçambique, embora venham apresentando melhorias graduais em anos recentes, continuam muito abaixo do limiar da igualdade, revelando que os residentes em zonas rurais têm acesso mais limitado a direitos fundamentais, como a justiça, a liberdade de movimento ou a proteção legal.

FIGURA ASSIMETRIAS TERRITORIAIS NOS PAÍSES LUSÓFONOS



Fonte: V-Dem dataset v15.

Quanto ao acesso a serviços públicos, as assimetrias entre zonas urbanas e rurais continuam a ser marcantes em todos os países. Portugal apresenta o valor mais próximo da paridade, mas ainda assim distante dela, o que indica que os cidadãos de zonas rurais continuam em desvantagem no acesso a serviços públicos. O Brasil apresenta desigualdades mais persistentes. E uma democracia consolidada como Cabo Verde está num patamar ainda mais distante, sugerindo uma concentração urbana dos bens públicos, o que coloca obstáculos ao exercício de uma plena cidadania democrática. Já nos restantes países (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste) os valores situam-se entre 0.9 e 1.0, o que aponta para uma exclusão sistemática das populações rurais, frequentemente privadas de acesso a saúde, educação ou infraestruturas básicas. Por fim, as dimensões relativas ao acesso a empregos públicos e a oportunidades de negócio com o Estado evidenciam de forma clara a persistência de desigualdades territoriais.

Em praticamente todos os países lusófonos, o acesso a cargos na administração pública e a formas de contratação ou parceria com o Estado tende a favorecer de forma sistemática os residentes em áreas urbanas. Embora se observem diferenças de intensidade – sendo Portugal e Cabo Verde os casos com níveis de desigualdade menos acentuados – o padrão geral revela uma exclusão estrutural das zonas rurais, tanto do mercado de trabalho estatal, como das redes de oportunidade económica associadas ao setor público. Estas formas de assimetria dificultam a integração das periferias nos circuitos de redistribuição e aprofundam a distância entre centro e periferia.

Nos países de expressão portuguesa persistem assimetrias vincadas entre zonas urbanas e rurais no acesso ao poder, aos direitos e aos recursos públicos. Embora com variações entre casos, o padrão geral é o de uma cidadania territorialmente desigual, em que o espaço urbano continua a concentrar os benefícios da ação estatal. Esta distribuição não é neutra.

Como argumentam Knutsen et al. (2025), os regimes tendem a sustentar-se em coligações sociais e territoriais específicas, privilegiando certos grupos em detrimento de outros. A persistência do enviesamento urbano sugere que as zonas rurais continuam politicamente secundarizadas, sendo incorporadas de forma seletiva ou apenas instrumental nos mecanismos de legitimação e redistribuição. Compreender estas clivagens é, assim, fundamental para analisar os equilíbrios de poder que sustentam os regimes políticos.

Referências bibliográficas

C. H. Knutsen et al., (2025). "Behind the Throne: Regime support coalitions around the world, 1789-2020", *British Journal of Political Science*, 55.

P. C. Magalhães, J. Cancela, (2025). "Political neglect and support for the radical right: The case of rural Portugal", *Political Geography*, 116.

A União Europeia e a estratégia para o desenvolvimento na África Lusófona

Luís Mah, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CEI-Iscte, Lisboa, Portugal

Luís Bernardo, CEaA – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, ISEG-Universidade de Lisboa

Em dezembro de 2021, a União Europeia (EU) lançou o Global Gateway, «uma nova estratégia europeia para impulsionar ligações inteligentes, limpas e seguras nos setores do digital, da energia e dos transportes e para reforçar os sistemas de saúde, educação e investigação em todo o mundo. Para a presidente da Comissão Europeia (CE), Ursula von der Leyen, o Global Gateway é a resposta europeia à Iniciativa Faixa e Rota da China. Esta iniciativa está no centro da estratégia de ação externa da UE e os seus projetos são concretizados através da abordagem Equipa Europa, que junta a CE, as agências de cooperação para o desenvolvimento e as instituições financeiras de desenvolvimento e/ou bancos de desenvolvimento de cada Estado-Membro e instituições financeiras multilaterais como o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD). Este é a abordagem que agora enquadra as relações da UE com o Sul Global.

A Global Gateway pretende mobilizar até 300 mil milhões de euros em investimentos entre 2021 e 2027. De acordo com Bruxelas, são seis os princípios que guiam as parcerias desenvolvidas com o Sul Global via Global Gateway: "valores democráticos e padrões elevados, boa governação e transparência, igualdade nas parcerias, infraestrutura verde e limpa, prioridade à segurança e catalização do investimento do sector privado". No âmbito da Global Gateway, metade dos 300 mil milhões de euros do investimento que pretende mobilizar durante o quadro orçamental atual (2021-2027) é destinado a parcerias na África Subsaariana através dos chamados "projetos bandeira": digitalização, clima e energia verde, transporte e logística, saúde e educação.

Nos últimos cinco anos, a UE tem procurado sublinhar a importância das relações com a África Subsaariana, tal como evidenciado pela Estratégia Global com África (2020). A primeira viagem internacional de Von der Leyen foi à Etiópia, sede da UA. No entanto, a pandemia COVID-19 e a guerra na Ucrânia tiveram como efeito colocar o continente em segundo plano. Só com o lançamento da Global Gateway em finais de 2021 é que se tem assistido novamente a uma tentativa de aceleração das relações UE-África. Uma aceleração ajudada pelas crescentes tensões geopolíticas e geoeconómicas devido à vontade da UE em reduzir as dependências comerciais com a China e promover a competitividade das suas indústrias. A transição verde e digital estão no seio dessa estratégia económica europeia, mas necessitam do acesso às vastas e fundamentais reservas de minerais críticos existentes no continente africano.

No caso da África lusófona, os "projetos bandeira" do Global Gateway já aprovados em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe estão distribuídos pelas cinco áreas específicas: a criação de um corredor verde e digital entre o Porto de Sines em Portugal e o Porto da Barra do Dande ao Corredor do Lobito em Angola; em Cabo Verde, a construção de uma central hidroelétrica de bombagem na Ilha de Santiago e a expansão do Porto do Mindelo; na Guiné-Bissau, a reabilitação da estrada entre Bissau/Safim e Mpack na fronteira com o Senegal; e em Moçambique, desde a instalação de cabos de fibras óticas ligando o país a outros 5 países na região à modernização de duas plantas hidroenergéticas. Para além dos projectos "bandeira" no âmbito do Global Gateway, os países de língua oficial portuguesa em África beneficiam ainda de projetos "Equipa Europa", centrados na educação e formação profissional de jovens (Moçambique), diversificação económica (Angola), transição económica verde (Guiné-Bissau, Cabo Verde) e na melhoria da qualidade da governação (São Tomé e Príncipe).

Mas o que se está a assistir no caso da cooperação para o desenvolvimento europeia é também uma transformação ligada a outras áreas conexas, como a política externa, de defesa e segurança e a política industrial. A "segurança económica" e a "autonomia estratégica" são fundamentais para se perceber as prioridades europeias de cooperação internacional. Entre o alívio da pobreza e o desenvolvimento de capital humano ou o acesso a bens públicos globais e a inserção em cadeias de fornecimento resilientes, a cooperação para o desenvolvimento da EU desde 2021 passa mais pelos segundos. A estratégia europeia vive numa tensão entre a reorientação geopolítica da Comissão Europeia e uma visão da cooperação para o desenvolvimento centrada na boa governação, respeito pelos direitos humanos e desenvolvimento humano. Na verdade, um conjunto de interrogações têm vindo a emergir desde que foi lançada a Global Gateway, como a falta de transparência quanto à escolha e gestão dos "projetos bandeira" em Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau, que mostram falhas significativas na transparência e responsabilidade governamental. Do mesmo modo, o próprio quadro europeu que governa esses mesmos grandes investimentos também não dá garantias suficientes de transparência e responsabilidade, surgindo dúvidas sobre os novos instrumentos financeiros mistos, tipicamente pouco transparentes ou sobre a ênfase excessiva no investimento em infraestruturas em detrimento do desenvolvimento humano.

A CPLP e a promoção da Democracia

Uma perspetiva comparada

Pedro Seabra, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

De que forma as organizações internacionais intergovernamentais contribuem para a construção e aprofundamento da democracia? Esta questão tem suscitado considerável interesse na literatura de Relações Internacionais, numa tentativa de se perceber de que forma organismos no plano externo produzem efeitos em dinâmicas políticas internas aos Estados. Neste âmbito, é já consensual que organizações com altos níveis de ‘densidade democrática’ – i.e. em que a maioria dos seus membros são democracias – contribuem para fomentar práticas democráticas em potenciais candidatos. Este processo pode acontecer de várias maneiras, mas as principais explicações tendem a concentrar-se na forma como as opções internas a nível nacional são gradualmente moldadas através de processos de liberalização e socialização de elites locais.

Contudo, estas conclusões aplicam-se sobretudo a organizações de integração regional, como a União Europeia (UE), o MERCOSUR ou a ASEAN. Pouco se sabe sobre possíveis dinâmicas semelhantes no contexto de organizações internacionais de cariz pós-colonial, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Commonwealth of Nations ou a Organisation internationale de la Francophonie (OIF). Estas organizações não só preenchem os requisitos habituais de organizações intergovernamentais (personalidade jurídica internacional, delimitação de estados-membros e definição de agendas comuns), mas também procuram contribuir para a generalização dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito entre os seus membros.

De acordo com a classificação Regimes of the World (RoW) (Lührmann et al. 2018), verificamos também como estas organizações têm diferentes níveis de densidade democrática, conforme o disposto na Tabela abaixo.

TABELA NÍVEIS DE DENSIDADE DEMOCRÁTICA (2024): CPLP, COMMONWEALTH E OIF

	N.º de estados-membros	N.º de autocracias fechadas	N.º de autocracias eleitorais	N.º de democracias eleitorais	N.º de democracias liberais	Densidade democrática (%)
CPLP	9	–	4	5	–	56,0
Commonwealth	42*	2	14	20	6	62,0
OIF	49**	9	21	14	5	39,0

* Dos 56 membros da Commonwealth, 12 países não se encontram classificados pela base de dados do RoW: Antígua, Bahamas, Belize, Brunei, Dominica, Granada, Kiribati, Nauru, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Samoa, Tonga e Tuvalu.

** Dos 56 membros da OIF, 7 países/regiões não se encontram classificados pela base de dados do RoW: Andorra, Comunidade Francesa da Bélgica, Nova Brunswick, Quebeque, Dominica, Mónaco e Santa Lúcia.

Nota: a densidade democrática foi calculada dividindo o número de democracias eleitorais e liberais pelo número total de estados-membros de cada organização e multiplicando por 100. Dos 9 estados-membros da CPLP, Angola, Guiné-Bissau e Guiné-Equatorial são classificados como autocracias eleitorais, ao passo que Brasil, Cabo Verde, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste são classificados como democracias eleitorais.

Fonte: V-Dem dataset v15.

Ainda assim, até que ponto estas organizações exercem algum tipo de influência nos regimes políticos dos seus estados-membros? A nível formal, é possível encontrar uma preocupação relativamente partilhada. A OIF, por exemplo, defende que qualquer país que experiencie uma alternância de poder através de meios não-democráticos será automaticamente suspenso, de acordo com a Declaração de Bamako de 2000. Isto aconteceu no passado com a Guiné (2021), a Mauritânia (2008 e 2009), o Mali (2012 e 2020) e Madagáscar (2008). Da mesma forma, a Commonwealth segue a Declaração de Harare de 1991, que exige que todos os estados-membros respeitem a democracia e os direitos hu-

manos, atribuindo ao seu Grupo de Ação Ministerial o papel de avaliar qualquer violação e sugerir ações adequadas, incluindo suspensão total, suspensão parcial e expulsão. A Nigéria (1995), o Paquistão (1999 e 2007) ou as ilhas Fiji (2000 e 2006) são alguns dos membros já visados por estas medidas no passado.

Já a CPLP exige uma adesão plena, sem reservas, aos seus estatutos, que incluem os princípios acima referidos. Mas ao contrário das suas congéneres, diverge quanto à possibilidade de procedimentos sancionatórios. Na verdade, em 2012, quando se considerou uma suspensão temporária da Guiné-Bissau devido a um golpe de Estado, a opção foi rapidamente descartada por falta de precedente legal. Este episódio levou então a uma revisão dos estatutos da CPLP nesse mesmo ano, que acrescentou um novo artigo 7.º, prevendo consultas em caso de violação grave da ordem constitucional e eventuais sanções, que variavam entre a suspensão das reuniões sectoriais e a suspensão geral de todas as atividades. Contudo, devido à falta de ratificação por parte de todos os estados-membros, estas disposições ainda não se encontram em vigor.

Outro domínio com igual potencial para uma análise comparada surge quando analisamos a entrada de novos membros nestas organizações e as dinâmicas disruptivas que daí decorrem no curto e médio-prazo para a referida densidade democrática. Basta assinalar que o mesmo tipo de discussão teve lugar quando a Guiné-Equatorial se juntou em 2014 à CPLP ou quando o Ruanda aderiu à Commonwealth em 2009, nomeadamente, até que ponto novos membros com regimes autocráticos não desvirtuariam a assumida afinidade por normas e princípios democráticos. Por sua vez, isto gera questões importantes quanto à qualidade dos incentivos institucionais que estas mesmas organizações conseguem depois proporcionar a países candidatos, mais interessados em novas oportunidades de legitimidade internacional do que em levar a cabo reformas de fundo que afetem a estabilidade dos seus regimes.

Em suma, continuamos a saber muito pouco sobre a influência exercida por este tipo de organizações no plano democrático. Uma agenda de investigação que se deseje verdadeiramente comparada poderá explorar vetores comuns de ação como mecanismos de diplomacia parlamentar, missões de observação eleitoral e programas de assistência técnica de forma a melhor identificar o possível contributo para a promoção da democracia entre os respetivos estados-membros.

Referências bibliográficas

A. Lührmann, M. Tannenberg, S. Lindberg, “Regimes of the World (RoW): Opening New Avenues for the Comparative Study of Political Regimes”, *Politics and Governance*, 6 (1), 2018, 60-77.

Timor Leste

Uma democracia *sui generis*

Rui Graça Feijó

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) foi proclamada unilateralmente pela Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) em 28 de novembro de 1975, quando o processo de descolonização da até então colónia portuguesa estava em colapso. A presença portuguesa está documentada desde as décadas iniciais do século XVI, mas a demarcação de um território próprio no seio do grande arquipélago do Sudeste Asiático ocorreu apenas em meados de Oitocentos, e a sua administração em moldes “modernos” é-lhe posterior. Em 1975, a independência da RDTL seguiu os moldes prevalentes noutras colónias portuguesas – regime de partido único – e teve uma duração efémera. A 7 de Dezembro, a Indonésia lançou uma ofensiva militar para anexar o território.

O período seguinte trouxe a Timor-Leste o horror de uma ocupação violenta, que duraria até 1999. Trouxe também uma mudança significativa na composição do seu nacionalismo. A resistência à dominação indonésia alargou-se do seu núcleo inicial em torno da FRETILIN e passou a abarcar sectores muito mais vastos, desde a juventude em processo de escolarização à Igreja Católica Timorense, passando por individualidades e grupos que haviam colaborado com o invasor e, perante o espectáculo da violência desabrida, sentiram-se na necessidade de se reinventar como Timorenses. Assim, a Resistência no interior do território convergiu numa plataforma – o Conselho Nacional da Resistência Timorense – onde participavam grupos distintos. No exterior, a diáspora contactou de forma próxima com sociedades democráticas, e dispôs de um importante apoio nos grupos de solidariedade que só são possíveis em ambientes democráticos.

Quando José Ramos-Horta, juntamente com o Bispo Ximenes Belo, foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz, afirmou no seu discurso que o programa da Resistência era o de instalar um regime democrático baseado em eleições livres e na defesa do Estado de Direito e dos Direitos Humanos. Estava, assim, alterado substancialmente o quadro político do nacionalismo timorense, agora abertamente pluralista e influenciado pela vaga de democratização que marcara os finais do anterior milénio.

Transformações profundas no cenário geoestratégico conduziram à abertura de espaço para que a ONU pudesse intervir de modo decisivo, e com ela a “comunidade internacional” pôde exercer a sua influência. Um dos pontos base da ajuda internacional estava condicionada pela adesão de Timor-Leste a uma agenda de democratização. A 30 de Agosto de 1999, um referendo sob supervisão da ONU mostrou a vontade inequívoca dos timorenses de se separarem da Indonésia. Essa separação veio a ser consagrada em 20 de maio de 2002, dia em que oficialmente se proclamou a restauração da independência da RDTL. Desta feita, as opções políticas de fundo estavam plasmadas numa constituição elaborada por uma câmara eleita por sufrágio universal em condições de liberdade e de concorrência pluripartidária. O período entre o referendo e a independência foi vivido sob administração a ONU, que fez questão de inserir nos seus objectivos a promoção de soluções democráticas – embora tenha adoptado um modelo de gestão política que foi visto por muitos observadores como “autoritarismo benevolente”.

No dia 20 de maio de 2002, Timor-Leste acordou com uma Constituição democrática em vigor, um parlamento eleito, um governo correspondendo à maioria parlamentar, e um Presidente da República amplamente sufragado numa eleição que respeitou os termos constitucionais. Estava instalada uma democracia com o contributo convergente do nacionalismo pluralista timorense e da comunidade internacional. Faltava enraizar o edifício constitucional no quotidiano timorense.

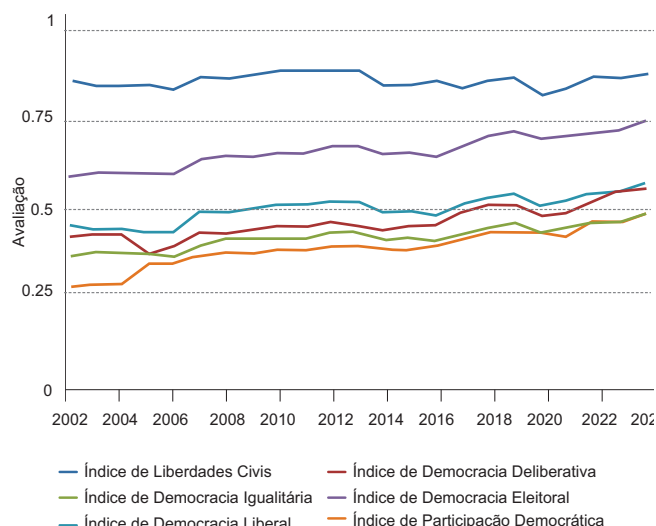
A adopção de instituições demoliberais visava conferir um mecanismo de legitimação do(s) poder(es) segundo padrões internacionalmente aceites. No entanto, a cultura política autóctone mantinha vivos preceitos de natureza diferente. Usando a clássica fórmula de Max Weber, também estavam presentes formas “tradicionais” e, sobretudo, “carismáticas” de legitimação. Até certo ponto, as instituições “legais-rationais” conseguiram absorver e/ou dialogar com as restantes modalidades. Por exemplo, Xanana Gusmão, líder incontestado da Resistência, principal artífice da recomposição do nacionalismo timorense, foi eleito pelos cidadãos em eleições livres e justas. Assim, a sua ascendência carismática foi comprovada/reforçada pelos mecanismos institucionais demoliberais. A nível do poder local, situações idênticas se verificaram. As eleições formais reconduziram chefias tradicionais e figuras com passado na Resistência que haviam aí adquirido um estatuto carismático; onde o não fizeram, instabilidade e conflito foram usuais.

Uma diferença capital entre as modalidades de legitimação é que enquanto os mandatos electivos tem uma duração fixa, a posse de um estatuto carismático ou de chefia tradicional tende a ser atemporal, a manifestar-se para além do quadro constitucional. Gerir esta situação tem-se revelado um problema sério. Por exemplo, durante a crise derivada da pandemia da Covid 19, Xanana Gusmão, líder do maior partido da coligação que vencera as eleições anteriores, bem como vários membros do seu partido, foi afastado da esfera do poder. Essa situação gerou uma forte polarização e tensão política que se resolveu nas eleições seguintes com uma estrondosa vitória do partido de Xanana, que sobreviveu ao ostracismo a que foi votado e manteve viva a sua chama carismática. O elemento crítico na emergência de carisma continua a ser o desempenho na Resistência, uma vez que o cimento agregador do nacionalismo deriva da oposição a todas as formas de dominação externa – desde D. Boaventura (líder das revoltas de inícios do século XX) a Aleixo Corte Real (herói da luta contra os japoneses durante a II Guerra Mundial), a Xanana e outros combatentes contra a Indonésia.

Um outro elemento interessante da cultura política autóctone é o que se prende com o respeito por poderes divididos. Contrariamente a culturas próximas que se centram na atribuição de poderes concentrados aos “Big Men”, a organização da governança a nível das comunidades de base compreende dois cargos: o de liurai (lit., senhor da terra) e o de lia na'in (lit., senhor da palavra). Esta organização bipolar evidencia a predisposição para aceitar modelos de partilha de poder como são os típicos da democracia.

O nascimento de uma nação que tenta construir um sentimento partilhado de identidade constitui assim o quadro no qual se deve entender a democracia timorense. O relatório anual do projecto V-Dem evidencia que Timor-Leste depois da independência tem lenta, mas consistentemente, melhorado os seus níveis de democracia. Em termos globais, Timor-Leste é considerado como um Democracia Eleitoral, com tendência para elevar o seu actual posicionamento. Mais interessante do que comentar a tendência ascensional do país no que se refere ao enraizamento e desenvolvimento de um regime democrático, ou que determo-nos na explicação para a sua sensibilidade a conjunturas por vezes adversas, valerá a pena focarmo-nos nos seis índices individuais que se combinam na imagem final.

O índice de Liberdades Cívicas – elemento cujo vigor deve ser transversal a qualquer sociedade seja qual for o seu enquadramento geoestratégico ou nível de desenvolvimento – apresenta um desempenho notavelmente elevado (0.87). Não espanta, neste contexto, que os *Reporters*

FIGURA TIMOR-LESTE: ÍNDICES DE DEMOCRACIA

Fonte: V-Dem dataset v15.

sans Frontières tenham classificado Timor-Leste, em 2023, como o 10º país, a nível mundial, no que toca a liberdade de imprensa.

O índice de Democracia Eleitoral – que mede sobretudo o modo como os parâmetros eleitorais são cumpridos e se observam as formalidades legais – também revela um desempenho positivo (0.73). Tendo beneficiado de apoio técnico por parte da ONU nos primeiros anos pós-independência, Timor-Leste não só “aprendeu como se faz” como se tem disponibilizado a “ensinar” outros países a montar sistemas eleitorais robustos, como foi o caso (não totalmente conseguido) da Guiné-Bissau.

Os restantes índices dependem menos da vontade política das novas autoridades em respeitar as liberdades e os procedimentos democrá-

ticos, e muito mais dos condicionalismos sociais. Questões como o elevado grau de iliteracia, a dispersão geográfica da população, o limitado alcance dos media – a TV e a rádio estão muito longe de cobrirem a totalidade do país, e os recursos económicos para adquirir meios de recepção são extremamente limitados – condicionam severamente a avaliação da participação cívica, do igualitarismo no acesso a bens políticos, e do processo deliberativo. No entanto, apenas o índice de participação apresenta em 2024 um valor abaixo de 0.5 – a linha de corte.

É bem sabido que, nos processos políticos, nem todos os elementos que concorrem para um bem andam sempre de mãos dadas. Numa situação complexa, a opção por garantir em primeira linha liberdades cívicas e favorecer o cumprimento de regras institucionais e formais (como eleições livres, justas e regulares, capazes de proporcionar alternância pacífica nos cargos públicos), parece ser uma forma sensata de proceder.

Resta dizer que a Democracia tem de ser um sistema apto a dar resposta às aspirações populares. Neste campo, é indesmentível que em Timor-Leste se vive uma atmosfera de crítica que tanto recai sobre quem exerce o poder conjuntamente, como se estende de uma forma globalizante ao “sistema”. Trata-se de algo que é mais sensível entre as camadas jovens – que são imensas numa nação que está entre as que tem uma pirâmide etária com a base mais alargada – e urbanas.

O presidente Ramos-Horta, numa importante mensagem que dirigiu antes das últimas eleições, chamou a atenção para esse descontentamento, ao mesmo tempo que assinalava que na Ásia existem modelos que se apresentam como rivais do demoliberalismo (China, Singapura) e que podem, através do soft power de que dispõem e usam em Timor-Leste, vir a constituir uma alternativa com apoio popular. O aviso está feito, espera-se que sirva para alertar a elite política para a necessidade de proporcionar um sistema que seja mais do que “do povo e pelo povo”, e inclua no seu ADN ser também “para o povo”.

A integração democrática dos Luso-Americanos

Ana Prata, California State University, Northridge

Um dos resultados mais impressionantes do relatório V-Dem Democracy de 2024 é o facto de os Estados Unidos, a democracia mais antiga do mundo, terem ficado abaixo de Portugal, um país cuja democracia acaba de completar cinquenta anos. Os EUA registaram uma deterioração substancial em relação ao nível de 2014 e cumprem atualmente os critérios de um país em autocratização. Esta realidade preocupante originou uma reflexão profunda por parte de académicos e cidadãos sobre a forma como os EUA estão a integrar os seus imigrantes, em particular uma comunidade que une ambas as nações, os luso-americanos.

Num artigo na revista *Atlantic*, Jeremin Klemin perguntou como deveriam ser classificados os luso-americanos? São eles brancos, hispânicos, membros de uma minoria ou não pertencem sequer a minorias? A comunidade luso-americana faz parte dos Estados Unidos há muito tempo, mas tem sido classificada de diferentes formas. Atualmente não é considerada uma minoria, mas, num passado recente, já o foi. Esta ambiguidade não é apenas uma questão de classificação, mas uma falta geral de informação sobre os luso-americanos.

Os inquéritos indicam uma elevada taxa de cidadania americana entre a população luso-americana. 81% dos inquiridos de ascendência portuguesa são cidadãos americanos. Da mesma forma, 70% dos luso-americanos nascidos em Portugal adquiriram a cidadania americana. Estes dados são relevantes sobretudo quando comparados com os níveis de cidadania de

outras comunidades imigrantes e étnicas. Apenas 51,3% da população estrangeira nos Estados Unidos são cidadãos naturalizados. Como a cidadania serve de base para uma integração mais ampla (socioeconómica e política) na sociedade de acolhimento, assim como facilita a participação cívica, podemos afirmar que os luso-americanos estão mais integrados do que as outras populações nascidas no estrangeiro. Isto é particularmente relevante no atual clima de deportações nos EUA, onde as comunidades de imigrantes enfrentam o medo de serem os próximos alvos.

Entre 2016 e 2020, havia imigrantes portugueses e seus descendentes a residir em todos os cinquenta Estados dos EUA. Embora três em cada quatro luso-americanos se concentrassem nos cinco estados que constituíam os centros de fixação histórica dos imigrantes portugueses (Massachusetts, New Jersey, Califórnia, Florida e Rhode Island), está actualmente em curso um processo de dispersão geográfica impulsionado pela mobilidade interna dos descendentes de portugueses. Verificou-se um crescimento populacional português em estados como o Texas, Carolina do Norte, Pensilvânia, Carolina do Sul e Florida, o que contribui para uma maior integração desta comunidade.

Em termos de participação política, verifica-se uma forte participação eleitoral, com 76,7% dos inquiridos a afirmarem que “votaram regularmente nas eleições” e mais de 30% dos inquiridos a declararem que “escreveram ou telefonaram para representantes eleitos” e que “contri-

buíram com dinheiro para uma campanha política ou de um candidato". Isto mostra uma participação ativa e forte entre os luso-americanos. O número de luso-americanos eleitos para órgãos estaduais e nacionais continua também a crescer.

Os padrões de voto dos luso-americanos são também muito semelhantes aos da população americana em geral. Após as eleições gerais de 2020, os luso-americanos mais jovens, solteiros, mulheres e com rendimentos mais elevados tenderam mais a votar em Joe Biden do que em Donald Trump. As preferências partidárias dos luso-americanos estão também intimamente ligadas ao local de residência. Os que se estabeleceram nas zonas do interior da Califórnia e no seu Vale Central tendem a votar nos republicanos, mas todos os outros luso-americanos estão concentrados

em Estados e zonas urbanas onde o Partido Democrata é dominante. Além disso, com exceção das regiões dominadas pelos republicanos da Califórnia, a maioria dos políticos luso-americanos eleitos são democratas, e são estes que historicamente têm mobilizado o voto luso-americano.

Em conclusão, os luso-americanos são uma comunidade que mostra sinais de integração significativa nos EUA. Isto pode ser visto nos seus níveis de naturalização, participação e representação políticas. Até ao momento, esta comunidade não foi afetada pela atual onda de autocratização dos EUA. Mas é necessária mais investigação sobre este grupo específico. A representação e a integração dos imigrantes e dos grupos étnicos são parte essencial de um processo democrático completo.

O apoio Luso-Americano a Donald Trump

O caso do Massachusetts

Daniela Melo, Boston University

Os Estados Unidos da América, a maior democracia liberal do mundo, são novamente liderados por Donald Trump, um presidente com tendências centralizadoras e autocráticas. Como mostram os indicadores V-Dem, os Estados Unidos caíram de 0,85 para 0,73 no Índice de Democracia Liberal durante a primeira administração Trump. E voltarão novamente a cair, após a sua segunda vitória nas eleições presidenciais, em janeiro de 2025. Desde então, o presidente Donald Trump lançou ataques sem precedentes ao Estado de direito, à liberdade de expressão e dos media, juntamente com purgas motivadas politicamente em agências do Estado federal e instituições importantes, como as Forças Armadas.

Donald Trump não escondeu os seus desejos autoritários durante a campanha e, ainda assim, conseguiu aumentar as margens de vitória em todo o país, conquistando tanto o voto popular como o colégio eleitoral. Este facto mostra como a erosão democrática não é simplesmente um processo imposto pelas elites políticas; é um processo popular, que envolve a adesão dos cidadãos a projectos autocráticos. Se quisermos entender as causas da erosão democrática, é essencial percebermos as razões do voto em candidatos autocratas.

Neste artigo, exploro as motivações económicas do eleitorado luso-americano do Massachusetts, uma comunidade, tal como os latinos em geral, que tradicionalmente votava à esquerda, mas que nos últimos três ciclos eleitorais se virou crescentemente para Donald Trump. Durante décadas, os luso-americanos do Massachusetts foram eleitores de confiança do Partido Democrata e apoiantes da família Kennedy. O senador Kennedy foi fundamental para garantir a Lei dos Refugiados Açorianos de 1958, após a erupção do vulcão dos Capelinhos. Os democratas foram essenciais no apoio às comunidades portuguesas em geral e decisivos na ajuda à consolidação da democracia em Portugal após a revolução de 1974-75. Além disso, quase todos os representantes luso-americanos a nível estadual e nacional do Massachusetts sempre foram do Partido Democrata.

No ano passado, tornou-se claro que algo tinha mudado no eleitorado luso-americano, que conta com mais de 265 mil indivíduos no Massachusetts. O Condado de Bristol, que concentra a maioria dos portugueses do Estado, deu a Donald Trump 48% do voto (contra 36% dos eleitores em todo o Estado). E nas duas maiores cidades, Fall River e New Bedford, Trump venceu na primeira e quase empatou na segunda. De acordo com o último censo, quase metade dos residentes de Fall River afirma ter ascendência portuguesa, contra um terço dos residentes de New Bedford. Fall River, onde Obama venceu com 72% dos votos em 2012, viu o apoio a Trump aumentar de 35% em 2016 para a maioria em 2024. Em New Bedford, Trump recebeu 31% em 2016 e 48% em 2024. Em

suma, nas últimas três eleições, Trump ganhou cerca de 17 pontos em ambas as cidades – uma enorme oscilação da esquerda para a direita.

Os portugueses começaram a chegar ao condado de Bristol em meados do século XIX, estabelecendo um importante centro para a cultura portuguesa que perdura até hoje. New Bedford e Fall River já figuraram entre as cidades mais ricas dos Estados Unidos, obtendo a sua riqueza, primeiro da indústria baleeira e, mais tarde, das indústrias manufatureiras. Enquanto que New Bedford foi um importante centro de caça à baleia, Fall River foi um dos principais locais da indústria têxtil nos Estados Unidos. Até à segunda metade do século XX, o emprego nestas indústrias proporcionava aos portugueses um veículo de mobilidade social, de ascensão à classe média. Apesar dos postos de trabalho nestas indústrias terem diminuído ao longo da segunda metade do século, foi sobretudo com os acordos de comércio livre NAFTA que se desferiu o golpe fatal na economia local, que de repente viu os seus postos de trabalho mudarem-se para o México. Cidades outrora prósperas mergulharam na pobreza, na criminalidade e nas drogas, e comunidades como a portuguesa sentiram-se abandonadas por ambos os partidos.

Em New Bedford, a presença portuguesa sempre foi muito forte na indústria piscatória. Os pescadores desta cidade, que continua a ter o porto mais próspero dos EUA, apoiaram fortemente Donald Trump, sobretudo por causa da sua oposição às fontes de energia renováveis. Na última década, a cidade procurou tornar-se um centro de projetos eólicos em mar alto. Estes projectos aceleraram durante a administração Biden, que facilitou o licenciamento e financiamento da indústria eólica para acelerar a transição energética no país. Mas os pescadores viram na indústria eólica uma ameaça, pois esta restringia as suas licenças e as áreas reservadas à pesca e à cultura das vieiras, a principal fonte de rendimento do porto. Donald Trump prometeu acabar com o financiamento público deste tipo de projectos e em reduzir o poder da agência que regula a indústria piscatória. Como afirmou um pescador luso-americano, "Os Democratas viraram-nos as costas. Eu era um democrata acérrimo. Hoje, estou muito longe disso."

As conclusões sobre o comportamento político do eleitorado luso-americano são necessariamente limitadas pela falta de estudos. Mas os dados de Bristol County indicam um aumento muito elevado do apoio a Donald Trump. Além das transformações económicas mencionadas, haverá outras variáveis que contribuíram para esta subida, como a proliferação da desinformação e fatores socioculturais específicos a esta comunidade. Conhecer assim em maior profundidade a extensão e as causas do apoio de certas comunidades imigrantes a Trump, é decisivo para entendermos o futuro das instituições democráticas nos EUA.

Democracia Liberal vs Democracia Eleitoral

América Latina 2024 e além

Andrés Malamud, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

A democracia liberal que se pratica no Ocidente integra dois princípios: o democrático, que promove o governo da maioria, e o liberal, que defende os direitos das minorias. Estes princípios sempre conviveram em tensão, corporizando-se o primeiro no parlamento e nas eleições e o segundo na magistratura e no Estado de direito. Nos últimos tempos, porém, essa tensão transformou-se em conflito. O caso brasileiro é um claro exemplo. Em 2018, Lula teve a sua candidatura barrada pela Justiça; em 2026, será Jair Bolsonaro a não poder concorrer à presidência por decisão judicial. Independentemente da correção das sentenças, o Estado de direito sobrepôs-se à democracia em ambos os casos. A recente inabilitação eleitoral de Marine Le Pen, ditada por tribunal de justiça, sugere que o fenómeno vai para além da América Latina. Será que a democracia liberal já não funciona? Provavelmente não, ou pelo menos já não como a conhecíamos. Porém, continuamos a pensá-la e medi-la com os mesmos instrumentos de ontem.

O Relatório 2024 do Instituto V-Dem mostra a divergência entre democracia liberal e democracia eleitoral. Na América Latina, quinze países em vinte são considerados como “democracias eleitorais”, ou seja, aquelas nas quais o sufrágio é livre e os governantes são eleitos pelo povo. Porém, apenas sete estão classificadas como “democracias liberais” (figura, p. 9), aquelas que respeitam os controlos institucionais e os direitos das minorias. Estas são a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Panamá e Uruguai. Este agrupamento é intuitivamente correto; no entanto, as pontuações chamam a atenção. Por exemplo, o Brasil, que já inabilitou sucessivamente os dois últimos presidentes e destituiu uma terceira, para além de sofrer frequentes assassinatos de líderes políticos ou ambientais, aparece com 0,71 pontos; em contraste a Argentina, cujos presidentes se sucedem sem interrupção há 20 anos e não apresenta indicadores significativos de violência política, tem 0,55 pontos. A dissonância fica ainda mais marcante se olharmos para o norte do continente: no ano em que escolheram como presidente um candidato que tinha sido duas vezes impugnado pela Câmara dos Deputados e acabava de ser condenado judicialmente, os EUA brilham com 0,75 pontos enquanto o Canadá tem 0,74.

Os estudantes da democracia ficamos assim expostos a um duplo problema. Por um lado, a nossa conceção do regime difere da conceção cada vez mais popular para a qual o “governo do povo” é mais importante que o “governo da lei”. Por outro lado, as nossas medidas falham em capturar satisfatoriamente um elemento relevante, o desempenho. Este atributo, a capacidade de satisfazer as preferências populares (o “governo para o povo”), tende a ser associado com o regime político em vez de com fenómenos mais estruturais como as transformações económicas ou as capacidades estatais. Noutras palavras, estamos a julgar as democracias por algo que as autocracias não fariam diferente... ou fariam?

Historicamente, a democracia foi o sistema político mais eficiente para administrar informação descentralizada. Através de eleições periódicas e sondagens de opinião, os líderes podiam saber o que pensava o povo e agir em consequência, ou então eram substituídos sem derramamento de sangue. Por contraste, o colapso da União Soviética deveu-se à incapacidade de recolher e analisar o que estava a acontecer na sociedade. Hoje, o desenvolvimento de tecnologias como big data, reconhecimento facial e inteligência artificial tornaram possível a agregação e análise centralizada de quantidades enormes de informação. A China é um exemplo de autocracia digital, capaz de conhecer a sua população muito melhor do que a antiga USSR e outras ditaduras analógicas – mas também, provavelmente, que boa parte das democracias ocidentais.

Em resumo, o divórcio contemporâneo entre as duas dimensões da democracia liberal e a aparição de novas tecnologias capazes de transmitir demandas e controlar populações tem posto em crise não apenas a nossa conceção da democracia, mas a maneira como a medimos. Estamos a olhar para um mundo novo com lentes velhas. O Relatório V-Dem continua a ser a nossa melhor aproximação ao fenómeno, mas será preciso refletir coletivamente sobre as suas limitações. Se não o fizermos, seremos incapazes de entender porque é que a maioria dos chineses considera que o seu país é uma democracia, enquanto a maioria dos norte-americanos pensa que o seu não é.

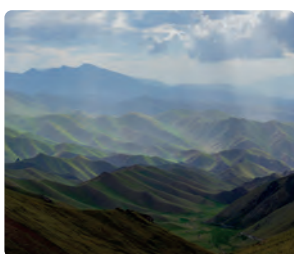
Padrões Globais, Conhecimento Local

Centros Regionais do V-Dem

Os Centros Regionais visam reforçar a investigação regional e o envolvimento de académicos regionais no Projeto V-Dem



Balcãs



Ásia Central



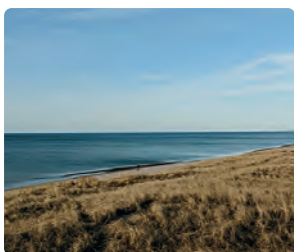
Leste Asiático



**Europa de Leste
e Rússia**



América Latina



América do Norte



África do Sul



Europa do Sul



Esta publicação foi suportada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos financiamentos UIDB/03122/2020 (DOI 10.54499/UIDB/03122/2020) e UIDP/03122/2020 (DOI 10.54499/UIDP/03122/2020).



Departamento de Ciência Política
Universidade de Gotemburgo
Sprängkullsgatan 19, PO 711
SE 405 30 Gotemburgo, Suécia
contact@v-dem.net
+46 (0) 31 786 30 43
www.v-dem.net
www.facebook.com/vdeminstitute
www.twitter.com/vdeminstitute